



Universidade Federal
de Campina Grande

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE HUMANIDADES

UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Mestres, territórios e identidades pesqueiras em João Pessoa: etnografia dos
sistemas culturais da pesca artesanal nos bairros da Penha e Jacarapé

Gustavo Cesar Ojeda Baez

Campina Grande – Paraíba

Agosto de 2016

Mestres, territórios e identidades pesqueiras em João Pessoa:
etnografia dos sistemas culturais da pesca artesanal nos bairros da
Penha e Jacarapé

Gustavo Cesar Ojeda Baez

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande como requisito para obtenção do título de doutor em Ciências Sociais, com ênfase na linha de pesquisa Cultura e Identidade. A pesquisa em todas suas fases foi orientada pela professora Dra. Marilda Aparecida de Menezes

Campina Grande – Paraíba

Agosto de 2016

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

B142m	<p data-bbox="448 1055 778 1093">Baez, Gustavo César Ojeda.</p> <p data-bbox="448 1093 1359 1234">Mestres, territórios e identidades pesqueiras em João Pessoa: etnografia dos sistemas culturais da pesca artesanal nos bairros da Penha e Jacarapé / Gustavo César Ojeda Baez. – Campina Grande, 2016. 254f. il. color.</p> <p data-bbox="448 1256 1359 1368">Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2016. "Orientação: Prof. Dr. Marilda Aparecida de Menezes".</p> <p data-bbox="448 1424 1359 1536">1. Pesca Artesanal. 2. Etnografia. 3. Mestres de Pesca. 4. identidade e territórios. I. Menezes, Marilda Aparecida. II. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande (PB). III. Título.</p> <p data-bbox="991 1559 1246 1597">CDU 316:639.2(043)</p>
-------	--

FOLHA DE APROVAÇÃO

A tese intitulada *Mestres, territórios e identidades pesqueiras em João Pessoa: etnografia dos sistemas culturais da pesca artesanal nos bairros da Penha e Jacarapé*, de autoria de Gustavo Cesar Ojeda Baez, sob orientação da profa. Dra. Marilda Aparecida de Menezes, apresentada em sessão pública ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, com área de concentração na linha de pesquisa Cultura e Identidade, foi aprovada em 02 de agosto de 2016 pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Marilda Aparecida de Menezes – PPGCS/UFCG – Orientadora
Doutora pela Universidade de Manchester Inglaterra

Profa. Berenice Abreu de Castro Neves – UECE – Examinadora externa
Doutora pela Universidade Federal Fluminense

Profa. Cleomar Felipe Cabral Job de Andrade – UFRN – Examinadora externa
Doutora pela Universidade Federal da Paraíba

Prof. Cristiano Wellington Noberto Ramalho – UFPE – Examinador externo
Doutor pela Universidade Estadual de Campinas

Profa. Mércia Rejane Rangel Batista – PPGCS/UFCG – Examinadora interna
Doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Ronaldo Laurentino de Sales Junior – PPGCS/UFCG – Examinador interno
Doutor pela Universidade Federal de Pernambuco

Prof. José Maria de Jesus Izquierdo Villota – PPGCS/UFCG – Examinador interno
Doutor pela Universidade Federal do Ceará

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DOUTORADO

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a vida, gracias a la vida que me ha dado tanto!

Na sequência gostaria de agradecer inicialmente as pessoas que contribuíram diretamente para que esse trabalho pudesse ser concluído. Agradeço a professora e minha orientadora Marilda Menezes que aceitou mais este desafio e com toda atenção e qualidade soube conduzir e orientar todas as fases de elaboração destes estudos. Muito obrigado pelos braços estendidos para a amizade e pela perspicácia, paciência e leveza de suas orientações!

Agradeço especialmente a professora Mércia Batista pela enorme ajuda que significou em meus estudos. Com sua leitura atenta e crítica da cultura e de seus campos de estudo, pude melhorar significativamente a qualidade de minhas reflexões.

Agradeço o professor Cristiano Ramalho pelos anos de amizade que se estendem desde a época do mestrado, em especial agradeço sua dedicação genuína pelo tema da pesca artesanal e todas as importantes reflexões que me inspira.

Nesse sentido, da inspiração e estímulo para o pensar, agradeço a professora Berenice Abreu que brilhantemente descreveu e entendeu os pescadores do Ceará. Obrigado pela inspiração intelectual e por ter aceitado o convite para analisar meu trabalho.

Agradeço o professor Ronaldo Sales companheiro de sanga e de vida acadêmica. Muito obrigado pelo companheirismo e incentivo a reflexão!

Agradeço por fim, na área acadêmica, a professora Cléomar Andrade por aceitar participar desse processo de construção de conhecimento, e, finalmente agradeço ao professor José Villota (mais conhecido como professor Jesus) por ter me “salvo”, literalmente, dos tramites emperrados da burocracia acadêmica. Obrigado Jesus por todas as ajudas no doutorado!

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG e CAPES por terem me possibilitado todas as condições e recursos fundamentais para realizar todos os estudos e fases da pesquisa. Muito obrigado a todos os professores, mestres e doutores que contribuíram ao longo destes 21 anos de estudos acadêmicos.

Fui realmente abençoado por encontrar pessoas tão especiais e lúcidas como vocês! Agradeço em especial ao professor Mauro W. B. de Almeida que me aceitou orientar na época da graduação na Unicamp. Sempre olhando na frente me mostrou a importância de fundamentar meu escritos e reflexões em questões claras, com o devido embasamento teórico. Obrigado Maurão! Agradeço ao professor Raimundo Barroso da UFPB que transita muito bem entre os campos da história e da geografia humana. Com ele pude reforçar minha convicção sobre a importância das reflexões históricas atreladas aos estudos multidisciplinares. Valeu Barroso! Agradeço ao vizinho e professor Pedro Vianna pela ajuda decisiva na elaboração dos mapas dos pesqueiros e por alertar para o cuidado com as informações cartográficas, obrigado Pedro!

Em especial, agradeço a dedicação pessoal do funcionário Rinaldo, que trabalha na Secretaria da pós-graduação da UFCG, por sempre se colocar à disposição para resolver todos as exigências burocráticas, obrigado Rinaldo!

Agradeço a minha companheira amada Maria Lucia por tudo que não cabe em palavras! Obrigado Lucinha querida! Te amo!

Agradeço a meus pais dona Elva Rosário e Sr. Julio Baez por terem dedicado tantos anos de suas vidas com trabalho e esforços múltiplos para que eu pudesse chegar a este dia! Obrigado meus amados!

Rafa, Edu, Mela, Arturo, Gustavo (o outro), Júlio (In memorian), obrigado brothers! Todos vocês moram no meu coração e me inspiram sempre com suas formas variadas de amor! É nozes!

Agradeço muitíssimo a Maria Bernadete Abaurre, Maria Luiza e Maria Sylvia por toda ajuda e carinho na vida! Vocês são inspirações na nossa caminhada!

Familiares, amigos, amigas e amigxs de longa data, sintam-se todos abraçados! Vocês também são meus mestres!

Agradeço, por fim, a todos os pescadores e pescadoras que aceitaram contribuir para realização destes estudos, obrigado companheiros!

Agradeço ao mar que continua acolhendo a vida na terra sem pedir nada em troca. Agradeço as ondas aos ventos e ao Sol que movimentam e são causas da minha existência marítima que tanto gosto. Acredito que este trabalho seja parte dessa gratidão.

LISTA DAS SIGLAS

CPP - Comissão Pastoral dos Pescadores
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura
PB – Estado da Paraíba
PE – Estado de Pernambuco
PMJP – Prefeitura Municipal de João Pessoa
PRONATEC - O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRODEMA - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
RN – Estado do Rio Grande do Norte
SEMAM - Secretaria de Meio Ambiente
SFP – Superintendência Federal da Pesca
SPU - Superintendência do Patrimônio da União
STF – Supremo Tribunal Federal
SUDEMA – Superintendência de Administração do Meio Ambiente
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

LISTA DAS FIGURAS

Figura 01 – Embarcação tradicional de pesca.....	03
Figura 02 – Pescador artesanal na praia do Jacarapé	04
Figura 03 – Mapa da zona sul da cidade de João Pessoa.....	72
Figura 04 – Foto aérea da praia da Penha.....	77
Figura 05 – Aspecto da paisagem na praia da Penha.....	79
Figura 06 – Aspecto da visitação turística nos corais do Seixas.....	80
Figura 07 – Peixaria “Zé do peixe”	84
Figura 08 – Foto aérea do bairro Jacarapé.....	85
Figura 09 – Foto aérea do Parque Estadual do Mata do Jacarapé.....	86
Figura 10 – Vista do rio do Jacarapé.....	87

Figura 11 – Aspecto da orla marítima no Jacarapé.....	88
Figura 12 – Família de pecadores realizando puxada de rede.....	89
Figura 13 – Puxada de rede.....	89
Figura 14 – Pescador arrumando rede.....	91
Figura 15 – Habitações na orla marítima do Jacarapé.....	92
Figura 16 – Jangada descansa sobre a areia.....	92
Figura 17 – Senhor Ramos em frente a sua casa-bar.....	93
Figura 18 – Maceió do rio Jacarapé.....	96
Figura 19 – Aspecto das falésias	97
Figura 20 – Paisagem no bairro Jacarapé.....	97
Figura 21 – Vista frontal da casa do Sr. Ramos.....	98
Figura 22 – Sr. João.....	99
Figura 23 – Documentação da APAM	104
Figura 24 – Dona Celeide, líder comunitária do Jacarapé.....	105
Figura 25 – Dona Celeide e seu esposo Sr. Lobo do Mar.....	107
Figura 26 – Casa de pescador no Jacarapé.....	108
Figura 27 – Casa de pescador no Jacarapé.....	108
Figura 28 – Aspecto das habitações no Jacarapé	109
Figura 29 – Aspecto das habitações no Jacarapé.....	109
Figura 30 – Aspecto da Vila dos pescadores da Penha.....	116
Figura 31 – Peixaria na Vila dos pescadores da Penha.....	117
Figura 32 – Sr. Manoel folheando Carteira de Matrícula.....	118
Figura 33 – Carteira de Matrícula para pescador.....	118
Figura 34 – Sr. João Lambu e Sr. Manoel.....	121
Figura 35 – Embarcação do Sr. Lobo do Mar.....	127
Figura 36 – Instrumentos de trabalho do Sr. Régis	135
Figura 37 – Sr. Régis.....	136
Figura 38 – Aspecto da residência do Sr. Régis.....	137
Figura 39 – Faixada lateral da residência do Sr. Régis.....	138

Figura 40 – Aspecto frontal da residência do Sr. Ré.....	138
Figura 41 – Sr. João Preto, mestre de pesca da Penha.....	141
Figura 42 – Sr. Assis posando para foto em seu barco.....	141
Figura 43 – Sr. Agnaldo limpando peixe.....	143
Figura 44 – Aspecto das embarcações tradicionais na Penha.....	143
Figura 45 – Aspecto das embarcações tradicionais na Penha.....	144
Figura 46 – Sr. Assis mestre de pesca artesanal.....	145
Figura 47 – Um dos netos do Sr. Assis ajudando a consertar redes...	146
Figura 48 – Falésia do Cabo Branco e praia do Seixas.....	147
Figura 49 – Sr. Assis explicando o funcionamento de seu barco.....	152
Figura 50 – Sr. Assis detalhando o funcionamento de seu barco.....	152
Figura 51 – Sr. Assis contando as artimanhas da pesca.....	153
Figura 52 – Sr. Assis em sua residência.....	156
Figura 53 – Sr. João Preto na peixaria	157
Figura 54 – Entrepasto de pescado construído em Cabedelo.....	191
Figura 55 – Entrepasto de pescado e embarcações industriais.....	191
Figura 56 – Aspecto do Píer flutuante.....	193
Figura 57 – Aspecto das reuniões da Campanha.....	207
Figura 58 – Cartilha Projeto de Lei de Iniciativa Popular.....	208
Figura 59 – Cartilha para o Trabalho de Base	209
Figura 60 – Sr. João Preto construindo mapas.....	213
Figura 61 – Mapa temático do Sr. João Preto.....	221
Figura 62 – Mapa temático do Sr. Ramos.....	224
Figura 63 – Mapa temático do Sr. Assis.....	227
Figura 64 – Mapa geral dos territórios pesqueiros.....	233
Figura 65 – Gráfico - Rede de relações sociais.....	236
Figura 66 – Gráfico – Territorialidades pesqueiras.....	238

HOMENS À BEIRA MAR

Nada trazem consigo. As imagens
Que encontram, vão-se delas despedindo.

Nada trazem consigo, pois partiram
Sós e nus, desde sempre, e os seus caminhos
Levam só ao espaço com o vento

Embalados no próprio movimento,
Como se andar calasse algum tormento,
O seu olhar fixou-se para sempre
Na aparição sem fim dos horizontes.

Como o animal que sente ao longe as fontes,
Tudo neles se cala pra escutar
O coração crescente da distância,
E longínqua lhes é a própria ânsia

É-lhes longínquo o sol quando os consome,
É-lhes longínqua a noite e sua fome,
É-lhes longínquo o próprio corpo e traço
Que deixam pela areia, passo a passo.

Porque o calor do sol não os consome,
Porque o frio da noite não os gela,
E nem sequer lhes dói a própria fome,
E é-lhes estranho até o próprio rasto.

Nenhum jardim, nenhum olhar os prende.
Intactos nas paisagens onde chegam
Só encontram o longe que se afasta,
O apelo do silencio que os arrasta,

As aves estrangeiras que os trespassam, e o seu corpo é só um nó de frio, em busca de
mais mar e mais vazio.

(Sophia de Mello B. Andresen)

RESUMO

A Tese intitulada *Mestres, territórios e identidades pesqueiras em João Pessoa: etnografia dos sistemas culturais da pesca artesanal nos bairros da Penha e Jacarapé*, buscou analisar as formas de reprodução social da cultura pesqueira, presentes na vida dos pescadores artesanais dos bairros da Penha e Jacarapé, localizados no município de João Pessoa, Estado da Paraíba. Como objetivo central desse estudo procuramos compreender, dentro de parâmetros sociológicos e antropológicos, como se reproduzem socialmente essas populações pesqueiras no contexto contemporâneo. Já como objetivos específicos, que articulavam meios para responder a essa questão central, objetivamos, primeiramente (a) compreender como as populações estudadas se organizam em formas coletivas e específicas de trabalho, (b) como organizam os espaços continentais e marítimos para suas práticas de vida cotidiana, construindo e criando os chamados territórios pesqueiros, e (c) visamos entender como pescadores e pescadoras constroem e reconstróem, nas diferentes arenas políticas da modernidade, suas identidades culturais pesqueiras. Para tanto realizamos um conjunto de etnografias multisituadas nas duas comunidades pesqueiras e em outras arenas políticas com as quais os pescadores dialogam. Isto é, realizamos pesquisas etnográficas em outros lugares além dos bairros pesqueiros, estudando outros atores sociais e outras instancias políticas que interferem diretamente na vida social destes grupos. Ou seja, para cumprir todos esses objetivos utilizamos uma metodologia antropológica na qual as etnografias assumiram um papel determinante no próprio desenrolar de todo o estudo. Como aporte teórico utilizamos reflexões e abordagens que partiram principalmente de autores do campo da antropologia para discutir questões referentes aos conceitos de identidade cultural, território e cultura tradicional (tradição) dos mestres de pesca. Além disso, utilizamos também a noção de rede que serviu tanto para a organização da apresentação dos resultados ao final dos estudos, quanto para a organização do formato e andamento das pesquisas de campo.

Palavras chave: pesca artesanal, etnografia, mestres de pesca, identidade e territórios.

ABSTRACT

The present thesis, *“Masters, territories and fishing identities in João Pessoa: an ethnography of small scale fishery cultural systems in the neighborhoods of Penha and Jacarapé”*, analyzes the forms of fishing culture social reproduction present in the lives of artisanal fishermen living in the neighborhoods of Penha and Jacarapé, located in the city of João Pessoa, Paraíba, Brazil. The general objective of the study was to understand, on the basis of sociological and anthropological parameters, the social reproduction of these fishermen communities in the contemporary context. The specific objectives, which were proposed as a means to find the answer to our central question, were to understand: a) how the populations studied organize their collective and specific ways of working, b) how they organize the continental and maritime spaces in order to conduct their everyday life practices by constructing and creating the so-called fishing territories, and c) how fishermen and fisherwomen construct and reconstruct their fishing cultural identities in the different political arenas of modernity. In order to achieve our research goals, we conducted a set of multi-sited ethnographies in the two chosen fishing communities and in other political arenas with which the fishermen carry a dialogue. That is to say, we conducted ethnographic research not only in the fishing communities, but also in other neighborhoods, thus integrating in our research other social actors and other political instances that directly interfere with the social life of the groups studied. In order to fulfill all the proposed objectives we adopted an anthropological methodology in which the ethnographies assumed a leading role in the development of the study as a whole. Our theoretical support was based on reflections and approaches coming from the work of anthropologists, which offered valuable support for our discussions concerning the concepts of cultural identity, territory and traditional culture (Tradition) of the fishing masters. We resorted, furthermore, to the notion of network, which was useful not only to organize the presentation of results in the end of the study, but also to organize the design and conduction of our field research.

Keywords: small scale fishing, ethnography, fishing masters, identity and territory

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
-----------------	----

CAPÍTULO 1 – METODOLOGIAS E REFERENCIAIS TEÓRICOS PARA O ESTUDO DA PESCA ARTESANAL

1.1 Formas das etnografias em pesquisa antropológica e referenciais teóricos.....	14
1.2 Sobre o fazer etnográfico em forma de texto.....	24
1.3 Referencias teóricos e conceitos fundamentais para os estudos da pesca	31
1.4 Identidade étnica de Barth e análises sobre populações tradicionais.....	39
1.5 Apropriações sobre a identidade cultural em Stuart Hall.....	44
1.6 Sobre a noção de território nas ciências humanas.....	49
1.7 Breves considerações geográficas sobre o conceito de território.....	60
1.8 Contribuições de Antônio C. S. Diegues para a Sócio Antropologia Marítima....	63

CAPÍTULO 2 – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS

2.1 Bairro da Penha.....	72
2.2 O bairro do Jacarapé.....	85
2.3 Histórias, formas de ocupação, lutas e territorialidades no Jacarapé.....	90
2.4 Histórias da Penha, formas de ocupação e outras territorialidades pesqueiras.....	115

CAPÍTULO 3 – OS MESTRES DA PESCA E OS SABERES QUE VEM DO MAR

3.1 Ser pescador na atualidade, por eles mesmos.....	126
3.2 Sr. Regis, um caso de realização no trabalho e estabilidade social na cultura.....	134
3.3 Mestres da pesca, reconhecimento social, conhecimentos e territórios.....	140
3.4 Sr. João Preto, conhecimentos do mar, pesqueiros e técnicas de pesca.....	157

CAPÍTULO 4 – OS CAMPOS MULTISITUADOS DA PESCA ARTESANAL NO CASO PARAIBANO

4.1 Etnografias multisituadas e pesca artesanal.....	167
4.2 Relatos representantes das instituições públicas: como as instituições pensam....	172
4.3 Relatos da Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura da Paraíba (SFP)...	189
4.4 Relatos do IV Seminário de Pesca Artesanal e Sustentabilidade.....	199
4.5 Impressões sobre a Campanha Nacional Pela Regularização.....	207

CAPÍTULO 5 – MAPAS DA PESCA ARTESANAL E REDES DE RELAÇÕES SOCIAIS PESQUEIRAS

5.1 “Pontes” entre o conhecimento tradicional e o conhecimento científico.....	214
5.2 Os mapas dos pesqueiros e suas interpretações.....	218
5.3 Mestres, territórios, pesqueiros e mapas.....	229
5.4 Mapa geral dos territórios pesqueiros da Penha e Jacarapé.....	233
5.5 As redes de relações sociais pesqueiras e suas interpretações.....	236

CONSIDERAÇÕES FINAIS	240
----------------------------	-----

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	247
----------------------------------	-----

ANEXOS	254
--------------	-----

INTRODUÇÃO

A tese que ora apresentamos consolida os resultados das pesquisas etnográficas realizadas em duas comunidades de pescadores artesanais localizadas na zona sul da área urbana da cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba. Os bairros pesqueiros da Penha e do Jacarapé compõem os campos de estudos geradores das formulações e apontamentos deste trabalho, e também se constituem como os “pontos de partida” para realização de outros campos multi-situados de pesquisas sócio-antropológicas que ocorreram fora destas pequenas comunidades pesqueiras.

Selecionamos estas duas vilas de pescadores primeiro pela proximidade geográfica existente entre os bairros vizinhos. A praia do Jacarapé encontra-se na zona sul da área urbana da cidade de João Pessoa e também na posição sul em relação a praia da Penha¹ sendo então, estes dois bairros separados por apenas 3,5 quilômetros de areias, matas, falésias e riachos que desembocam no mar.

No início destes estudos pleiteávamos apenas estudar a vila da Penha como singular bairro pesqueiro, já reconhecido na cultura popular da cidade de João Pessoa como “lugar de pescador”. No entanto, com as visitas regulares ao bairro Penha fomos percebemos a proximidade das relações de comércio, de parentesco e de vida cotidiana estabelecidas entre muitos pescadores da Penha com moradores do bairro vizinho ao sul, o Jacarapé. Este fato social - a proximidade entre as duas comunidades pesqueiras reveladas nas estreitas relações de parentesco e nas parcerias verificadas nos trabalhos da pesca - se mostrou decisivo para que ampliássemos o “alcance” dos estudos realizados nossa pesquisa.

O segundo motivo de escolha dessas localidades para realizar as pesquisas antropológicas se deve, enfaticamente, aos contextos sociais e embates políticos peculiares que estes grupos sociais vêm estabelecendo com o restante da sociedade. Notadamente podemos afirmar que as vilas da Penha e do Jacarapé, cada uma a sua maneira, sintetizam hoje problemas sociais e disputas territoriais que atravessam décadas

¹ No segundo capítulo desta tese apresentaremos fotografias e descrições mais detalhadas sobre as comunidades do Jacarapé e bairro da Penha.

e que chegam até nossa percepção como um conjunto diversificado de conflitos socioculturais e processos identitários que certamente merecem uma análise mais detalhada por parte dos estudiosos das ciências sociais.

Nessa vertente, o material etnográfico e as reflexões sócio antropológicas que apresentaremos ao longo desse estudo, sintetizam tanto as visitas de campo, realizadas nas duas comunidades anteriormente citadas (Penha e Jacarapé), como organizam e recuperam também, as visitas de campo realizadas aos outros “setores” sociais, lugares, ou instâncias de poder, que foram se mostrando importantes ao longo dos estudos, funcionando como elos fundamentais para o entendimento da pesca artesanal num contexto maior de relações com outras partes da sociedade.

Assim, as duas comunidades escolhidas possibilitaram, na nossa visão, uma análise comparativa bastante instigante, pois, apesar da relativa proximidade geográfica, veremos que os dois povoados se encontram em momentos históricos diferenciados de lutas por direitos sociais e reconhecimentos perante as esferas públicas e governamentais. No nosso entendimento as comunidades da Penha e do Jacarapé vêm sofrendo os efeitos da urbanização de forma diferenciada. Podemos confirmar, após a realização destes estudos, que cada um dos grupos organiza suas demandas territoriais e seus processos de auto-identificação em torno da cultura pesqueira de forma bastante particularizada, respondendo aos processos sociais de acordo com a especificidade histórico-social que cada comunidade assume. Esses temas serão melhor explicitados e discutidos no segundo capítulo desta tese, quando esmiuçaremos os quadros históricos, os problemas enfrentados e as condições sócio ambientais atualizadas de cada bairro.

De forma sucinta, podemos construir um breve panorama dos bairros selecionados apontando que, segundo os dados do Censo Demográfico do IBGE/2010, o bairro da Penha conta atualmente 240 domicílios permanentes, constituindo uma população fixa residente de aproximadamente 900 moradores. Os pescadores artesanais que lá habitam realizam principalmente pesca de linha, “pescaria de ida-e volta”, com menos de um dia de permanência no mar e, alguns poucos, “pescarias de dormida”, quando permanecem de 6 a 10 dias no mar. As embarcações tradicionais mais utilizadas são as jangadas² de

² A respeito dessa simbólica embarcação tradicional, “representante” da pesca artesanal brasileira Berenice Abreu (2012) nos oferece valiosas descrições e explicações sobre a composição e o funcionamento da citada embarcação. As explicações mais detalhadas sobre esse instrumento central do trabalho dos pescadores

tamanhos variados e os botes, barcos, ou embarcações tradicionais de pequeno calado não ultrapassando, na maioria dos casos, o tamanho de 12 metros.



(Figura 01: Aspecto de uma das embarcações tradicionais ancoradas em frente à praia do Jacarapé – Acervo do autor)

No ambiente cotidiano de conversa entre comerciantes e pescadores constatamos que a praia da Penha aglomera e distribui atualmente boa parte do pescado vendido na cidade de João Pessoa, sendo os polos de Tambaú e Cabedelo³ (Ponta de Matos) os outros portos mais representativos da produção pesqueira, em toneladas/ano na região metropolitana da capital paraibana.

Tratando dos conflitos sociais observados especificamente na localidade da Penha, podemos dizer que as pressões urbanas - decorrentes principalmente das iniciativas privadas de especulação imobiliária - são os principais efeitos da urbanização que interferem com mais intensidade nas relações sociais e nos usos dos espaços lá partilhados. No último ano de nossas pesquisas de campo (2015), pudemos constatar que a exploração das atividades ligadas ao setor turismo e a especulação imobiliária na faixa de praia, especialmente, tem ganhado força, e, por consequência – esse é um de nossos

estão apresentadas no terceiro e quarto capítulos desta tese, quando discutimos e comentamos as falas dos pescadores mais antigos que predominantemente usavam esse tipo de embarcação.

³ Sobre os bairros do Tambaú e Ponta de Mato localizado no Município de Cabedelo, vizinho a João Pessoa, Simone Maldonado (1993) contribui em *Mestres & Mares: espaço e indivisão na pesca marítima*, um conjunto de reflexões e dados sobre a pesca artesanal realizada nos citados bairros. Cf. (MALDONADO, 1993, p. 15-17)

entendimentos - tem requerido, das famílias pesqueiras, novas formas de organização social e outras formas de auto identificação, que dialogam com esse novo contexto urbano-moderno.

Já no caso do vizinho e mais “jovem” bairro do Jacarapé, são os projetos públicos e governamentais, notadamente a criação de duas Unidades de Conservação - como os Parques Estaduais do Jacarapé, o contíguo Parque Estadual do Aratu -, e as ações de regularização e ordenamento do espaço costeiro desenvolvidas no âmbito do Projeto Orla⁴ e, ainda, a construção do Centro de Convenções e Complexo Turístico Cabo Branco⁵ - que exigem a todo momento dos pescadores do Jacarapé novas formas de organização política e novas formas de resistência social que lhes permitam garantir os meios de reprodução social e material mínimos, como direito à moradia e condições de trabalho e acesso livre a faixa costeira.



⁴ O Projeto Orla é composto por um conjunto de ações e normas governamentais que tangem os usos e formas de ocupação do solo e regularização fundiários. Esse projeto e suas implicações para as comunidades pesqueiras serão apresentados com maiores detalhes no capítulo segundo quando contextualizamos as dinâmicas sociais e diferentes processos históricos que caracterizam cada comunidade pesqueira.

⁵ O equipamentos e edificações que compõe o Centro de Convenções de João Pessoa e o Complexo Turístico do Cabo Branco (que engloba a Estação Ciências, Cultura e Artes), e especialmente o primeiro conjunto, fazem parte das ações governamentais que analisaremos neste estudo como fatores de pressão sobre as comunidades pesqueiras que já habitavam essas áreas de recente urbanização. Notadamente a construção do Centro de Convenções de João Pessoa, realizada em área vizinha as comunidades pesqueiras, impactou e vem impactando a vida social e ambiental destes grupos. Para maiores informações sobre o Centro de Convenções conferir o sitio eletrônico: <http://www.cecon.pb.gov.br/pt-br/>. Acesso em: 02/04/2015.

(**Figura 02:** Pescador artesanal saindo para o mar na praia do Jacarapé – Acervo do autor)

O bairro pesqueiro do Jacarapé localizado em área de ocupação mais recente, conta com cerca de 40 moradias na faixa de areia “espremidas” entre o mangue e o mar. Atualmente, segundo relatos de representantes de moradores do bairro, temos apenas entre 15 ou 20 pessoas (entre as famílias pesqueiras) morando regularmente no bairro, o que configura um panorama de queda significativa do número de habitantes na comunidade, conforme contam os próprios moradores.

De forma resumida, neste momento de apresentação, importa destacar que as populações de pescadores e pescadoras da Penha e do Jacarapé vem sendo pressionadas por diversos fatores externos - como especulação imobiliária na faixa costeira, iniciativas privadas e projetos governamentais naquela área, e, de certa maneira, é bastante perceptível que seus modos de vida e a sua organização social e espacial têm passado por variados processos de “pressão” e reconfiguração nas últimas décadas. Nesse sentido é importante notar que essas comunidades necessariamente estão envolvidas cada vez mais com outras arenas de “poder” e, ao mesmo tempo, tem que se manter ligados com “força” ao seu mundo coletivo-social, da pequena vila pesqueira, a fim de se manterem atuantes naquela atividade que lhes é mais familiar, ou seja: a pesca artesanal.

Pensando nessa interação cada vez maior entre as comunidades e outros agentes externos, torna-se importante ressaltar que, conforme dissemos anteriormente, os bairros pesqueiros não foram os únicos “campos” de estudos que escolhemos para explicar como esta cultura pesqueira resiste e se transforma nesse panorama intenso de mudanças socioambientais vigente nos dias atuais.

Para compreender melhor como se organiza a cultura e o trabalho da pesca na Paraíba entendemos que era necessário, senão fundamental, ampliar nossos estudos para outras partes da sociedade. Dessa maneira, realizamos um conjunto de pesquisas antropológicas multisituadas, isto é, realizamos pesquisas etnográficas em outros “lugares”, para além dos bairros pesqueiros, estudando outros atores sociais, outras instancias políticas que interferem direta, ou indiretamente, na vida social destes grupos. Essa metodologia que denominamos aqui de etnografia multisituada será melhor explicada no primeiro capítulo dessa tese, quando trataremos, mais especificamente, dos referenciais teóricos e das metodologias empregadas para realização destes estudos.

Basicamente, sobre os caminhos metodológicos que empregamos nesse trabalho, indicamos que estendemos nossas visitas de campo aos órgãos públicos que dialogam diretamente com a gestão das áreas costeiras (Secretaria do Patrimônio da União/SPU), com órgãos de gerência ambiental (a Superintendência de Administração do Meio Ambiente /SUDEMA), a fim de entender como estas instituições *pensavam*, concebiam e interagem com o pescador artesanal em suas atividades governamentais. Vale lembrar que, com menor ênfase, também estendemos nosso olhar investigativo para a “esfera” do mercado local de pescado na cidade de João Pessoa. Entrevistamos um grupo reduzido de três (3)⁶ comerciantes locais a fim de entender e mensurar melhor como era feita a mediação econômico-financeira do pescado naquelas localidades e, sobretudo almejamos compreender como o mercado e os comerciantes de pescado atuam enquanto agentes definidores da pesca artesanal. Mesmo com essa amostra reduzida de comerciantes entendemos que estes atores nos forneceram importantes *sinais e indícios*⁷ sobre como o mercado reconfigura a identidade pesqueira, e de certo modo, como interfere na vida e no trabalho cotidiano desses agentes.

Ainda sobre a expansão dos campos de pesquisa, incluímos também em nossos campos multisituados de pesquisas etnográficas os encontros temáticos e algumas reuniões de movimentos sociais e mobilização nacional dos pescadores e pescadoras artesanais. Destacamos aqui as reuniões da *Campanha Nacional Pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras* realizadas dentro do *IV Seminário de Pesca Artesanal*, ocorrido na cidade do Recife no ano de 2013. Nessas ocasiões percebemos que as arenas políticas “ocupadas” pelos agentes pescadores, configuravam-se como instancias de partilha do poder político e como espaços de debates onde os grupos de pescadores, e os acadêmicos, por exemplo, desempenham papéis importantes nos processos sociais de redefinição das identidades pesqueiras. Em suma, nesses encontros temáticos sobre pesca artesanal pudemos compreender melhor como os pescadores se manifestam politicamente, como reconstroem suas identidades culturais e, como tem se organizado em um contexto sócio-político mais amplo das sociedades complexas, que é

⁶ Os comerciantes entrevistados em nossos estudos foram Sr. Zildo, filho do mestre João Preto, Agnaldo, filho do senhor “Zé do Peixe” e Luis Carlos, filho do mestre Assis, todos comerciantes-pescadores do bairro da Penha.

⁷ Aqui usamos uma terminologia investigativa ou *indiciária* organizada por Carlo Ginzburg (1989) exposta na obra *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*, na qual o autor apresenta interessantes apontamentos sobre como proceder de maneira original nas pesquisas históricas e etnográficas.

perpassado continuamente por feixes de lutas sociais e lutas por reconhecimentos de direitos.⁸

A respeito da temporalidade dos estudos, destacamos que nossas primeiras visitas a campo se deram antes do período da vigência formal dessa pesquisa, isto é, aconteceram entre os anos de 2010 e 2012, quando estabelecemos os primeiros contatos informais com alguns dos pescadores da praia da Penha. É preciso lembrar que a aproximação junto a comunidades de pescadores é uma tarefa muitas vezes demorada, até mesmo lenta em alguns momentos, dada a notória coesão social que estas comunidades apresentam. Conhecer as pessoas, estabelecer contatos, ganhar certo nível de confiança dentro das comunidades levou tempo, e, certamente não foram nos primeiros encontros que nos sentimos perfeitamente habilitados e autorizados a implementar as pesquisas etnográficas. Dessa maneira, fomos anunciando aos poucos, com cautela, nossa intenção de realizar ali os estudos sociais. Passamos a visitar as comunidades com maior regularidade e, fomos assim, caminhando, perguntando, ouvindo e dialogando com as famílias quando era possível. Em suma, foi fundamental ao bom andamento das pesquisas de campo junto aos pescadores, passar do “tempo das desconfianças” para o tempo da “aceitação”. Posteriormente, já entre os anos de 2013 e 2015, quando já tínhamos um acesso mais “livre” aos pescadores começamos, de fato, a realizar um conjunto de entrevistas semi-estruturadas, das quais, “colhemos” informações de quinze (15) pescadores e uma (1) pescadora, líder de associação de pescadores, como veremos nos relatos de campo. A respeito desse ponto julgamos importante lembrar aos nossos leitores que estamos tratando de pessoas singulares, não homogeneizadas por sua cultura, agentes humanos que tem nome e subjetividades. Nesse sentido gostaríamos de registrar aqui que os pescadores diretamente abordados nessas investidas antropológicas foram João Preto, Zildo, Zé do peixe, Agnaldo, Assis, Luís Carlos, João Lambu, Manoel, Lobo do Mar, Teco, Régis, Jarbas, Pom Pom, Del, Ramos e dona Celeide. Ou seja, foram esses os agentes pescadores que deram “vida” e significado aos nossos estudos.

⁸ A expressão *luta por reconhecimentos de direitos* exposta anteriormente faz parte de uma discussão teórica mais ampla que remete a teoria do reconhecimento bem encaminhada e discutida por Axel Honneth (2003). Desta rica discussão coletamos os debates sobre conflitos sociais e luta por reconhecimentos de direitos das minorias como uma abordagem válida para interpretar as lutas por reconhecimentos dos territórios pesqueiros encaminhadas na atualidade pelos pescadores estudados. Essa interligação entre as contribuições de Honneth e nossa discussão serão expostas logo adiante no capítulo primeiro quando trataremos dos referenciais teóricos e abordagens de pesquisa que mais se conectaram com estes estudos.

É preciso ressaltar que a nítida desigualdade no número de pesquisados, com relação ao gênero, não reflete, neste estudo, a importância da temática de gênero dentro dos estudos da pesca artesanal, bem como não traduz o panorama de lutas recentes que as mulheres pescadoras realizam por reconhecimento e valorização cultural naquelas comunidades⁹. Notadamente muitas das lideranças locais na atualidade são desempenhadas por mulheres que conseguem congrega e liderar com carisma grupos volumosos de pescadores e pescadoras pelo Brasil.

Os grupos humanos prioritários para a realização de nossa pesquisa foram compostos, primeiramente, por mestres de pesca – pescadores profissionais, geralmente donos de seus barcos, alguns já aposentados, que contam com um saber acumulado pelos anos de prática e que são reconhecidos pelos outros pescadores das comunidades como detentores de um saber diferenciado, por isso, denominados mestres.

Além destes, abordamos também os pescadores e pescadoras artesanais, que fazem parte das comunidades selecionadas e que não são considerados mestres. Os parceiros de pesca, proeiros, ou, simplesmente, pescadores, também ofereceram relatos sobre a sua realidade social na atualidade, revelando importantes redes de relações sociais, de trabalho e formas de hierarquias que se estabelecem dentro destes grupos.

Os registros e vivências obtidos através destes encontros foram devidamente anotados e transcritos em diários de campo e, em outras ocasiões, foram gravados em forma de áudio e registrados em imagens fotográficas. Todas as entrevistas sempre foram realizadas com o devido consentimento e anuência dos agentes sociais pesquisados.

Sendo assim, consideramos que investigar essa variedade de pescadores e esses panoramas diferenciados de mudanças sociais (que ocorrem nas duas comunidades), nos possibilitou elementos suficientes para construirmos um melhor entendimento sobre

⁹ A respeito desse tema específico, gênero e pesca artesanal brasileira, Maria do Rosário de F. A. Leitão (2012) contribui decisivamente para esta discussão organizando a obra *Gênero e pesca artesanal*. Neste texto e registro imagético de destacável beleza, temos debates sobre as principais dificuldades sociais e formas de discriminação apontadas pelas mulheres na relação com o trabalho da pesca. Pode-se destacar também desta obra uma percepção realista e bem pautada pelas observações de campo sobre as graves condições sociais nas quais se encontram a maioria das famílias de pescadores e pescadoras brasileiras. Segundo os relatos apresentados por Maria do Rosário, se referindo a visão das mulheres sobre a pesca artesanal na atualidade, “muitas afirmam que esperam que seus filhos/as, netos/as, não trabalhem na pesca. Para elas a pesca é muito triste e a vida de pescador é sofrida. Para elas a pesca está “ruim, sendo “humilhante” para o pescador/a, receber salários cada vez mais baixos. (LEITÃO, 2012, p. 25)

como a cultura da pesca tem se reorganizado, a nível local, e, no contexto regional nordestino.

Para realizar este conjunto de estudos é importante ressaltar que tomamos como pressupostos algumas questões e entendimentos que motivaram e nortearam nossas reflexões ao longo da pesquisa. De forma geral, entendemos que as relações de base material e as práticas simbólicas elaboradas pelas populações humanas que habitam os litorais dos quatro continentes já foram retratadas de muitas maneiras ao longo da história.

A conhecida relação entre “homem” e “natureza” já foi contada em diversos versos, epopeias, estudos e mitologias que tentavam explicar, de diversas maneiras, quais eram as motivações para essa gente do mar adentrar ao desconhecido e aventureiro universo marítimo. Para alguns seriam as necessidades biológicas e a busca pela sobrevivência material o “motor” de se lançar ao mar. Já para outros, seriam os desejos, quase inconscientes da existência - como o devir de conhecer e de se aventurar pelos desconhecidos reinos de Netuno -, os “fatores” primordiais que movimentaram a experiência humana pelos mares e oceanos.

Sejam quais forem as respostas - científicas ou mitológicas, poéticas ou instrumentais, e mesmo um *híbrido* que se forma destas - o que se observa é certamente um conjunto bastante amplo e diversificado de motivações sociais e práticas culturais envolvidas no exercício da pesca e da navegação. Abre-se assim, no nosso entender, um largo campo de processos sociais, propícios para a investigação científica, no qual se configura um extenso mundo de contatos entre as culturas pesqueiras e modos de ser distintos.

Em meio às atividades da vida cotidiana e entre os lampejos da imaginação criativa, esses grupos de pescadores e pescadoras - que vivem nos limites entre o “mundo dos humanos” e a imensidão dos “não-humanos” - se sucederam por milênios, produzindo culturas, tecendo redes de relações sociais, estabelecendo polos de comércio, criando fábulas e mitos que rerepresentavam e expressavam materialmente, sua relação direta com o mar.

Logo, é sobre essa cultura pesqueira, e diretamente sobre a vida social dos pescadores artesanais, que este estudo se concentra. Buscamos assim ao longo da elaboração da tese compreender melhor, (a) como as populações pesqueiras estudadas se

organizam em formas coletivas e específicas de trabalho, (b) como usam e organizam os espaços continentais e marítimos para suas as práticas de vida cotidiana construindo e criando os chamados territórios pesqueiros, e, em terceiro lugar, (c) como pescadores e pescadoras constroem e reconstróem, nas diferentes arenas políticas da modernidade, as suas identidades culturais pesqueiras.

Entendemos que todos esses questionamentos e reflexões anteriormente apontadas sobre as formas de organização do saber e do trabalho, sobre o uso dos espaços marítimos e costeiros (criação dos territórios), e, também sobre a produção de uma identidade coletiva, nos encaminham para formular um objetivo central de nossa pesquisa, a saber: compreender, dentro de parâmetros sociais e antropológicos, como se reproduzem socialmente essas populações no contexto da modernidade.

Com efeito, somente nesta primeira formulação do objetivo central da pesquisa já mobilizamos dois conceitos importantes – reprodução social e modernidade – sobre os quais daremos mais explicações no primeiro capítulo, quando trataremos mais especificamente dos referenciais teóricos e também dos conceitos-chave para os estudos das populações de pescadores artesanais nesse contexto nordestino.

Retornando as questões motivadoras e ao objetivo central dessa pesquisa, ou seja, responder por meio de estudos científicos-sociais e antropológicos como se reproduzem socialmente os pescadores artesanais da Paraíba, desdobramos, a seguir, os seguintes objetivos específicos, que funcionaram, dentro dos estudos, como três fios condutores das pesquisas, pois relacionam, teórica e discursivamente, os conceitos de *mestres de pesca*, *território* e *identidade*, todos estes, como “elementos” fundamentais para o desenvolvimento e entendimento destes estudos. Assim temos como objetivos específicos da tese:

- (i) Etnografar os mestres de pesca e pescadores dos bairros selecionados tomando estes agentes como atores privilegiados dessa cultura e desse saber pesqueiro. Entendemos que os mestres nos revelaram o *saber-fazer* da pesca em ação, revelam o conhecimento dos mares e suas formas de transmissão oral específicas¹⁰ e práticas do saber-fazer pesqueiro, como marcas distintivas desta cultura.

¹⁰ Sobre essa especificidade cultural observada nos processos de transferência de conhecimentos, Fredrik Barth (2000) em *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*, desenvolve apropriada reflexão

- (ii) Estudar o processo de formação dos territórios pesqueiros tomando as comunidades pesqueiras em terra firme, como formas de organização social e espacial dessa cultura. Já nos ambientes marítimos, buscamos observar a criação dos territórios pesqueiros como formas de expressão do conhecimento tradicional dos mestres de pesca e também como espaços de luta e resistência coletiva desses grupos.
- (iii) Estudar e compreender os modos pelos quais as identidades pesqueiras vêm se reconfigurando na urbanidade paraibana. E como esse processo de constituição e transformação de identidades se desenvolve em função de variados agentes.

Em resumo, para cumprir esses objetivos utilizamos uma metodologia eminentemente antropológica na qual as pesquisas de campo, ou as etnografias assumiram um papel central e determinante no próprio desenrolar de toda pesquisa. Deve-se ressaltar que somente após a realização das etnografias pudemos perceber melhor as diversas maneiras pelas quais os pescadores, das duas comunidades, iam constituindo suas lutas políticas e como estes atores passavam a requerer seus direitos, que advém justamente, da reafirmação dessas identidades coletivas. Logo, percebeu-se que nesse momento histórico, a demanda por uma identidade coletiva atrelava-se diretamente ao “mundo do direito”, do reconhecimento jurídico, que por sua vez, retroalimentava de sentido essas identidades pesqueiras.

Feitas essas considerações, e seguindo esses roteiros de reflexão e estudos aqui apresentados, organizamos os capítulos desta Tese, intitulada, *Mestres, territórios e identidades pesqueiras em João Pessoa: etnografia dos sistemas culturais da pesca artesanal nos bairros da Penha e Jacarapé*”, da seguinte maneira.

sobre o papel simbólico e decisivo que os *gurus* detêm na reprodução social e cultural dentre os povos balineses. Nessa abordagem fica claro o papel destes mestres do saber como educadores que influenciam diretamente a formação de novos agentes (*discípulos*) dessa cultura. “Em outras palavras, trata-se de reprodução ativa e intencional por meio de um trabalho sistemático e permanente como educador.” (BARTH, 2000, p. 145). Em nossa opinião, a reflexão sobre os *gurus* encaminhada por Barth pode ser perfeitamente ser adaptada para o nosso caso de estudo dos mestres de pesca, já que, entendemos que estes agentes sul-americanos também desempenham as mesmas funções de educadores e reprodutores de uma cultura pesqueira.

No capítulo primeiro, *Metodologias e referenciais teóricos para o estudo da pesca artesanal*, abordamos as discussões teóricas e metodológicas que referenciam nossas reflexões, buscando conectar autores e abordagens de pesquisa que julgamos mais adequadas e adaptadas aos pressupostos e temas que compõe o nosso trabalho. Entre os temas abordados no primeiro capítulo, destacamos as discussões sobre os conceitos de território, identidade cultural e reprodução social. Esses conceitos serão analisados no primeiro capítulo no âmbito dos estudos antropológicos sobre as chamadas populações tradicionais.

Já no segundo capítulo, *Contextualização histórica e social das comunidades pesqueiras*, adentramos diretamente nos grupos humanos e espaços sociais das vilas pesqueiras, donde almejamos recuperar, discutir e compreender como se organizam essas comunidades em torno do trabalho da pesca artesanal, ressaltando a descrição dos bairros e seus contextos históricos e sociais. Transitando em meio as vilas pesqueiras pudemos perceber dinâmicas sociais de organização do espaço e lutas políticas variadas entre os agentes das duas comunidades.

No terceiro capítulo, *Os mestres da pesca e os saberes que vem do mar*, mergulhamos nos oceanos de conhecimento dos mestres da pesca. Apresentamos os resultados de nossas etnografias feitas nas pequenas vilas a beira mar, destacando os valiosos testemunhos e vivências que obtivemos dos mestres, centrando o foco nos relatos orais, no conhecimento dos mares e nas experiências de vida que estes atores oferecem como guardiões da cultura da pesca artesanal na Paraíba. Buscamos etnografar aspectos particulares desta cultura e parte das identidades pesqueiras desses trabalhadores que, por séculos, vem guardando e transferindo as especificidades de seu conhecimento artesanal e geracional sobre redes, peixes, linhas, embarcações, climas, ventos, marés, riscos e segredos do mar.

Completando a expansão das etnografias multisituadas temos, no capítulo quarto, *Os campos multisituados da pesca artesanal no caso paraibano*, a ampliação dos campos de pesquisa antropológica para os órgãos governamentais, para os encontros temáticos e também para as arenas políticas dos movimentos sociais que interferem diretamente nas dinâmicas sociais dos agentes estudados. Desta forma, são analisados neste capítulo depoimentos e entrevistas de membros e agentes de diversos órgãos públicos que mediavam as relações entre as instituições e os agentes pescadores. Numa segunda

perspectiva, observamos também a organização de alguns movimentos sociais dos pescadores, e como as falas e as demandas coletivas desta categoria se organizam nestes ambientes de lutas por reconhecimento de direitos.

Dessa maneira, e já seguindo para o quinto e último capítulo, intitulado *Mapas da pesca artesanal e redes de relações sociais pesqueiras*, temos uma organização conclusiva dos resultados da pesquisa. Neste capítulo final procuramos dar visibilidade aos dados e reflexões elaborados ao longo dos estudos reorganizando-os em forma de mapas e na forma visual de gráficos que contém temas, elementos e conceitos usados nessa reflexão. Essa representação imagética dos resultados da pesquisa na forma de gráficos e mapas, teve como objetivo ultimo melhorar a compreensão das diversas dinâmicas e relações sociais e saberes envolvidos em nosso estudo.

CAPITULO 1

METODOLOGIAS E REFERÊNCIAS TEÓRICOS PARA O ESTUDO DA PESCA ARTESANAL

O escrito antropológico não é simplesmente sobre os bororo, mas sobre o que os antropólogos possam achar interessante saber sobre os bororo.

(Eric Wolf)

1.1) Formas das etnografias em pesquisa antropológica e referenciais teóricos

Para realizar os estudos expostos no objetivo geral desta tese (compreender a reprodução sócio-cultural da pesca) bem como nos objetivos específicos (etnógrafar os mestres de pesca e estudar e compreender os territórios e as identidades pesqueiras), devemos agora abordar as metodologias de pesquisa que adotamos ao longo desta empreitada sócio antropológica.

Basicamente os caminhos metodológicos adotados nessa tese privilegiaram um conjunto de reflexões teóricas atreladas a realização das pesquisas de campo etnográficas nas quais buscamos, justamente, compreender o alcance explicativo de alguns conceitos escolhidos e entender como a vida social e as trajetórias individuais dos pescadores compõe os sistemas culturais da pesca artesanal na Paraíba.

Nesse sentido organizamos estes caminhos metodológicos estabelecendo sempre um diálogo permanente entre os debates teóricos (oriundos dos campos da Antropologia, Sociologia e História), e as observações de campo, nas quais refutávamos ou confirmávamos determinadas teorias e alguns pressupostos. Para pautar essas discussões e dialogar com os temas mais relevantes que surgiram no decorrer dos estudos etnográficos, selecionamos alguns conceitos-chaves, como os de território, tradição, identidade, modernidade e reprodução social, conceitos estes que operacionalizamos dentro do texto como chaves explicativas fundamentais em todas as partes de nossa

reflexão. Notadamente, sem uma revisão crítica desse conjunto de conceitos e de outras categorias analíticas que foram se construindo ao longo dos estudos, não poderíamos sequer responder aos questionamentos que motivaram esta pesquisa e, nem dar “cabo” aos objetivos específicos nas formas em que foram apresentados.

Vale ressaltar aqui, um ponto decisivo na apresentação deste “roteiro” metodológico que diz respeito, justamente, a centralidade que a pesquisa etnográfica assume nesta tese enquanto método privilegiado de observação para as comunidades tradicionais pesqueiras. De forma direta podemos indicar que os debates aqui instaurados se organizaram, metodologicamente, tanto em torno das etnografias clássicas realizadas junto aos pescadores da Penha e Jacarapé, como em função das outras formas de etnografias multisituadas realizadas fora das pequenas vilas pesqueiras.

Num determinado momento da realização de nossos estudos de campo (precisamente, durante o primeiro semestre de 2014) percebemos que a etnografia dentro das comunidades funcionou como um elemento motivador das reflexões e debates que estabelecíamos para a pesquisa como um todo. Isto é, nas práticas etnográficas iniciais íamos a campo para testar determinadas hipóteses pré-organizadas antes mesmo do vislumbre dos mesmos. Num segundo momento, quando já havíamos realizado parte das pesquisas de campo nas comunidades pesqueiras e, precisamente, quando avançamos para as outras arenas sociais e políticas da sociedade paraibana (no primeiro semestre de 2015), verificamos que essas outras etnografias, realizadas fora das comunidades pesqueiras, funcionavam como verdadeiros “testes” verificadores das hipóteses que estávamos organizando na tese, ou ainda, diríamos que as etnografias multisituadas funcionavam como verdadeiras fontes geradoras de novas categorias analíticas. Pode-se afirmar que os problemas sugeridos após as visitas aos pescadores, aliados aos problemas apontados pelos campos nos órgãos públicos, por exemplo, solicitavam para o pesquisador a inclusão de outros conceitos fundamentais para o desenvolvimento desta análise, conceitos estes que ainda não tinham sido visualizados nas fases iniciais do estudo.

Ao longo do trabalho, importa dizer, foi necessário incluir outras leituras e, dessa maneira, fomos incluindo alguns novos autores que foram se mostrando autorizados a incrementar a nossa discussão. Em sentido mais amplo, podemos dizer que esta tese percorreu caminhos metodológicos que variaram entre os estudos da etnografia clássica – realizada no seio das comunidades pesqueiras – passaram pelas etnografias

multisituadas, e, retornaram a uma discussão teórica, organizada em forma de texto, que buscou, justamente, expandir, compreender e remodelar as tramas das redes de relações sociais que estes mesmos atores-pescadores estabeleciam com outros setores da sociedade.

Notadamente, sobre este aspecto de organização dos estudos, no que diz respeito a interação entre os conceitos utilizados – sobretudo os de identidade e território -, e os autores e metodologias, gostaríamos de indicar que concebemos este primeiro capítulo como um roteiro metodológico que sugere uma possível leitura para nossa temática de pesquisa, não se impondo ao leitor estas abordagens como formas únicas de interpretação e estudo dos recorte e objetos propostos.

Em função disso, consideramos que estes caminhos metodológicos podem ser comparados, nessa tese, a um tipo de “roteiro de viagem”, no qual o leitor pode ter contato com algumas de nossas preferências teóricas e pode perceber durante a “jornada”, alguns pontos de vista que desenvolvemos sobre os referidos temas. Em suma, esse percurso de estudos indica propostas de discussão, organiza algumas conclusões, e intenta mostrar um pouco de nossa visão atualizada sobre os pescadores e temas correlatos, e, como bem indica Bruno Latour (2008) a respeito das funções que a metodologia pode assumir num estudo, nesse roteiro metodológico mostramos “donde viajar” e “ qué es lo que vale la pena ver allí”. (LATOURE, 2008, p. 34)

A respeito da temporalidade dos estudos, retomamos as considerações sobre como se deram as primeiras visitas às comunidades pesqueiras entre os anos de 2011 e 2012. Importa indicar que nossa aproximação junto a essas famílias se deu de forma cautelosa: fomos anunciando pouco-a-pouco nossa intenção de realizar estudos etnográficos, visitando as comunidades, perguntando e capacitando-nos a ouvir suas histórias e suas demandas. Como já dito anteriormente, foi fundamental ao bom andamento das pesquisas de campo passar do “tempo das desconfianças” para o tempo da “aceitação”. Posteriormente, já nos anos de 2014 e 2015 começamos, de fato, a realizar as entrevistas semiestruturadas utilizando, basicamente, uma abordagem de observação participante, na qual estabelecemos contatos informais e entrevistas agendadas junto a pescadores, pescadoras e com os demais agentes sociais que se encontravam “fora” dos ambientes das comunidades pesqueiras. Estas entrevistas, as conversas e os debates que decorrem de

tais encontros serão apresentados com maiores detalhes a seguir nos capítulos segundo e terceiro.

Por enquanto compartilhamos aqui a construção de Eric R. Wolf (2003), quando trata da consolidação da *observação participante* como método privilegiado de pesquisa na chamada antropologia moderna:

A pesquisa antropológica moderna começa com a imersão na experiência e no conhecimento local, embora não deva parar aí. Essa imersão é um primeiro e importante passo para confrontar o trabalho intelectual de construção de teoria com o mundo [...] Essa perspectiva voltou o foco da pesquisa à observação das pessoas fazendo coisas em diferentes contextos, para tentar decifrar sobre o que se tratava e, então, observar mais e formular perguntas. Isso ficou conhecido como observação participante. (WOLF, 2003, p. 347)

Nesse sentido realizamos então nossa imersão nas comunidades pesqueiras e, depois de alguns meses de contatos e muitas tentativas de conversas, começamos com as entrevistas. As entrevistas semi-estruturadas são uma forma de coleta de dados no qual o pesquisador adota um tema central para as aproximações, tendo a possibilidade de aberturas para conversas informais e inclusão de outros temas que porventura surjam no decorrer da comunicação com os pesquisados. Turatti (2012) caracteriza da seguinte forma este “instrumento de pesquisa etnográfica”:

Entrevistas semi-dirigidas em profundidade são aquelas em que o pesquisador parte de um roteiro pré-estabelecido que aborde as questões centrais da pesquisa, mas que também abrem espaço para novas questões apontadas pelo interlocutor. (TURATTI, 2012)

Desse modo, tanto nas conversas informais como nas entrevistas pré-conduzidas, contemplamos sempre alguns temas-chave para orientar as nossas falas iniciais e, posteriormente, ampliávamos o espectro de nossos diálogos selecionando e inserindo novos temas ou questionamentos conjunturais que floresciam ao longo dos estudos de campo.

No entanto, como já atentamos anteriormente, nosso trabalho etnográfico não parou por aí, devemos ressaltar que outras formas de pesquisas etnográficas foram realizadas em diversos lugares, em espaços sociais para além das comunidades pesqueiras. Destacamos que além dos pescadores artesanais - principais atores estudados

nesta pesquisa - incluímos também outros atores sociais, pessoas de outras localidades, de outras categorias profissionais, outros agentes e instituições onde a pesca também faz sentido e também é re-significada. Em virtude disto, entrevistamos funcionários de órgãos públicos, representantes legais de associações de moradores, comerciantes e outros agentes locais que nos forneceram importantes olhares sobre como a atividade da pesca artesanal e os pescadores da Paraíba se relacionam com as outras partes da sociedade¹¹.

Realizamos assim uma pesquisa de cunho etnográfico, de natureza multi-situada, pois acreditamos que diferentes atores sociais interferem diretamente no recorte social que estamos analisando e contribuem decisivamente para que entendamos como se organiza e se manifesta essa cultura no contexto regional, e quiçá nacional.

Especificamente sobre essa metodologia de pesquisa - que denominamos aqui de etnografia multisituada - podemos indicar Wolf (2003) como um referencial teórico importante para este debate. De forma sintética, Eric Wolf desenvolveu uma metodologia de pesquisa etnográfica multisituada dentro de um panorama bastante crítico de reflexões sobre o papel da antropologia nos campos científicos norte-americanos. Na obra de referência intitulada *Antropologia e poder* o autor problematiza o uso de conceitos chave - como o de cultura e estrutura social-, e também questiona de forma bastante incisiva os posicionamentos etnográficos que os antropólogos vinham adotando dentro de seus campos de pesquisa.

A maioria dos antropólogos “culturais” considera as formas da cultura tão limitadoras que tende a negligenciar inteiramente o elemento de manobra humana que flui por meio dessas formas ou em torno delas, pressiona contra seus limites ou joga vários conjuntos de formas contra o meio. É possível, por exemplo, estudar o fenômeno cultural do compadrio ritual (*compádrazgo*) em termos gerais, anotar sua forma típica e suas funções gerais. Ao mesmo tempo a análise dinâmica não deveria omitir os diferentes usos que diferentes indivíduos fazem da forma, os modos como as pessoas exploram as possibilidades de uma forma ou como a evitam. [...] A forma cultural não determina os limites apenas do campo do jogo social, mas também a direção que o jogo pode tomar para mudar suas regras quando se torna necessário. (WOLF, 2003 apud MINTZ, 2010, p. 231)

¹¹ A este respeito Alfred Louis Kroeber (1948) constrói uma interessante noção de *part societies* que foi pensada originalmente para o estudo das sociedades camponesas, mas que, hoje entendemos, pode também ser utilizada para observar e compreender melhor as formas de associações que as populações “tradicionais” realizam ao se combinar com um mercado econômico e social mais amplo das sociedades complexas.

Para ele, a formulação das “grandes teorias sociais” somente poderia ser realizada, de maneira minimamente satisfatória, após uma larga retrospectiva crítica sobre as práticas antropológicas que já haviam sido realizadas no passado histórico recente. Nesse “espírito” de revisão das “coisas velhas”, o autor deixa claro que importavam examinar quais eram, para que serviam e como se alimentavam umas das outras, as teorias e as práticas antropológicas vigentes no campo das ciências sociais até o final do século XX. Ou seja, para Wolf, o debate contínuo entre teoria e pesquisa de campo, se dava na justa medida em que a antropologia, enquanto disciplina, avançava sobre a complexidade da vida moderna.

Desse vasto acervo de reflexões do autor sobre como proceder nos estudos e etnografias das sociedades complexas, selecionamos justamente sua construção sobre a noção de etnografia multisituada com proposta teórico-prática balizadora para nossa reflexão. Para chegar a esta concepção multisituada do *metier* antropológico é fundamental, primeiro, considerar a complexidade da vida moderna, nas suas variadas formas de redes e teias de relações sociais, e, em segundo lugar, mudar os formatos “tradicionais” da própria pesquisa etnográfica. Num formato “tradicional” de se fazer etnografia clássica, indica Wolf (2003), teríamos geralmente a descrição concentrada de uma cultura associada a um pequeno grupo social, ou, até mesmo, a uma nação. Com relação a isso, o autor propõe uma visão mais ampla, interconectada, até mesmo *rizomática*¹² sobre os termos cultura, ação social e sociedade, buscando compreender melhor como os agentes se relacionam em redes de relações locais, regionais, nacionais e até mesmo internacionais. Ou seja, busca-se compreender como esses grupos se movimentam nesse ambiente social dinâmico da modernidade e, sobretudo, como se dão estas relações sociais em outras arenas com as quais nosso objeto de estudo interage.

Portanto, agora podemos nos apropriar conceitualmente desses posicionamentos intelectuais organizados por Eric Wolf (2003), Turatti (2012) e Kroeber (1948) para indicar que, em nossa prática antropológica de estudo, também passamos a visualizar e

¹² Com relação ao termo *rizomática* Gilles Deleuze e Félix Guattari oferecem possibilidades ingressantes de reflexão sobre a multiplicidade de agentes e a diversidade de relações entre os agentes, presentes no contexto da modernidade. A noção de rizoma. Essa concepção sobre como se dá vida em sociedade pretende olhar as relações sociais, em seus diversos níveis, num formato múltiplo, interconectado e até mesmo arborescente. Pode-se dizer que em *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia* os autores constroem uma interessante abordagem sobre como poderia se expressar o pensar social e filosófico num cenário moderno.

interpretar os pescadores paraibanos como agentes dinâmicos, componentes importantes e parte de fenômenos culturais, que atuam e se manifestam em redes locais, regionais, nacionais e até internacionais de jogos de poder.

Especificamente para as nossas pesquisas de campo no litoral da Paraíba podemos supor que foi necessário, senão fundamental, também reorganizar e reconsiderar os limites de alcance e as formas de se fazer etnografia. Em outras bases, “diante do essencialismo e da rigidez conceitual de estudos que persistiam em tratar ‘comunidades’ e ‘culturas’ enquanto totalidades distintas, homogêneas, estáveis e atemporais” (BIANCO & RIBEIRO, 2003, p. 246), optamos por realizar uma reflexão crítica aos modelos naturalizantes de sociedade, e em virtude disso priorizamos etnografias multisituadas que, nosso entendimento, podem explicar melhor a multiplicidade de agenciamentos, os variados fluxos de comunicação e as múltiplas dimensões de uma cultura no jogo social da modernidade.

Concluimos assim, que em nossas pesquisas antropológicas abordamos outros agentes externos as comunidades pesqueiras, outros atores sociais por entender que estes “personagens” interferem na circulação de poder e nas formas das culturas pesqueiras que temos estudado. Ao contemplar uma abordagem multisituada da pesca na Paraíba procuramos abarcar com mais propriedade as diversas redes de relações sociais e os complexos sistemas simbólicos nos quais os pescadores se encontram, literalmente, imersos. Esperamos assim, usando estas metodologias, entender melhor como processos sociais variados e aparentemente contraditórios – como a pesca artesanal e o turismo de massa, por exemplo – podem de alguma maneira interagir e gerar respostas culturais renovadas e criativas por parte desses agentes.

Não poderíamos deixar de mencionar, ainda dentro do tema referente aos caminhos metodológicos que utilizamos neste estudo, que o uso da imagem fotográfica foi uma das “ferramentas metodológicas” que encontramos para expandir e diversificar esses modos de se fazer etnografia. Concisamente, utilizamos as imagens fotográficas na elaboração dessa tese, com o intuito direto de torná-la mais compreensível e mais esclarecedora das situações e espaços sociais que encontramos nos campos. De forma resumida, entendemos que o uso das imagens fotográficas e outras formas de multi-meios audiovisuais são “ferramentas” metodológicas válidas e potencialmente criativas para a reapresentação do conhecimento antropológico adquirido e construído nos campos. Certamente consideramos este uso e interpretação de imagens como um caminho eficaz

para traduzir tudo aquilo que estávamos vendo nas comunidades pesqueiras. Nesse sentido de apropriação e uso da imagem fotográfica podemos afirmar que ela funcionou não apenas como apêndice do texto, mas sim como fonte de reflexão do próprio texto¹³.

Por fim, parece-nos fundamental expor que nos capítulos finais desta tese (Capítulos quatro e cinco) utilizamos o aporte teórico, que aqui denominamos de “teoria de rede”, como uma forma de apresentação e interpretação dos dados e resultados dessa pesquisa. De forma sucinta, podemos dizer que esse aporte teórico de teoria de rede foi instrumentalizado durante os estudos, em duas frentes básicas de uso e atuação: primeiro, a teoria de rede funcionou como orientação metodológica para realização das pesquisas de campos, sugerindo e moldando a própria realização das etnografias em seu formato multisituado. E, em segundo lugar, a noção de rede foi utilizada como forma de explicação e interpretação das relações sociais pesqueiras estudadas, ou melhor, ela foi tomada como a forma apropriada de compreensão das relações sociais estabelecidas entre as pessoas e as instituições políticas. Passamos a observar com maior clareza como se davam as variadas formas de associações (relações sociais) entre pescadores e as esferas de poder vigentes nos setores da administração pública, nos órgãos governamentais responsáveis pelo gerenciamento costeiro, e nos encontros temáticos sobre pesca artesanal.

Novamente recuperamos mais uma contribuição de Eric Wolf (2003) para a elucidação sobre o que queremos dizer quando tratamos aqui de teoria, ou, de *aporte teórico de rede*. Segue o raciocínio do autor:

Em última análise, em um estudo de campo, é possível vir a conhecer muito bem cerca de quinze pessoas, razoavelmente bem outras vinte e cinco e, talvez, uma centena o suficiente para saber seus nomes, onde moram, e suas ligações com outras pessoas por parentesco ou matrimônio.[...]A partir dessas informações, pode-se traçar mapas de relações sociais por descendência, herança e casamento, ou de relações entre pequenos comerciantes e devedores [...]Além disso, a partir dessa amostra não aleatória de pessoas e eventos, o antropólogo tira um conjunto de informantes-chave, cujos conhecimentos e habilidades, ou posição central, lhes permite dar acesso a informações que seriam difíceis de se obter de outra forma.[...] Essas experiências fazem-nos entender que é preciso manter a flexibilidade nas expectativas teóricas e nas categorias com que se trabalha: elas são apenas ferramentas de pesquisa, não verdades eternas.[...] Com base no que vê e escuta no

¹³ A respeito do uso das imagens e outros meios visuais nas ciências sociais e antropologia, com a finalidade de registro e de representação do conhecimento antropológico, temos a obra *Desafios da Imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais* de Bela Feldman-Bianco e Miriam L. Moreira Leite (1998), como referencial na discussão imagética.

campo, o antropólogo constrói um modelo de vida cialeno ou nonsberger. (WOLF, 2003, p. 348-349)

Dessa rica explanação sobre o fazer etnográfico vinculado a elaboração de uma teoria social-modelo, ressaltamos a contribuição efetiva que Wolf encaminha para o entendimento do que seja uma satisfatória teoria de rede voltada para elucidação dos estudos de campo. Ao observar de forma clara o estabelecimento de uma teoria baseada na *elaboração de mapas de relações sociais*, e em *modelos de vida* explicativos da realidade cultural, o autor sugere que estes mesmos conhecimentos-modelo sejam construídos de forma mais flexível pelo antropólogo envolvido. Para nossos intuitos de estudo, isto quer dizer, que a elaboração teórica, produto das experiências observadas nos campos, deveriam também ser compotas desses variados feixes de forças e relações de poder, que não somente partem dos pescadores, mas que também surgem de outros agentes, posicionados em outras posições sociais. A rede, nesse caso, deve se tornar flexível, pois, deve moldar, e, literalmente, expressar conceitualmente e imagetivamente, essa multiplicidade de agentes e vetores de forças sociais que interferem na organização social e no “mundo” dos pescadores.

Em outras palavras, consideramos que somente numa concepção de rede, eminentemente flexível, como a proposta pelo autor supracitado, é possível reapresentar essa trama social da qual o pescador é uma parte integrante. Em análise geral, podemos afirmar que, para este tipo de estudo antropológico, que aqui encaminhamos, a teoria de rede nos proporcionou a possibilidade reinscrever em quadros sociais mais amplos, tanto os pescadores, como suas inserções e interações sociais, que ocorrem no contexto moderno.

Burno Latour (2008) também nos oferece destacáveis contribuições para o entendimento dessa rede-ferramenta enquanto aporte teórico para os estudos nas ciências sociais. Nessa abordagem, denominada aqui de *teoria del actor-red*, ou *TAR*, Latour expressa a vontade intelectual de ressignificar o termo *social*, traduzindo-o justamente com um aspecto das relações humanas que perpassa as relações sociais, a rede e os diversos atores envolvidos num processo estudado. Nas palavras do autor, sobre a redefinição do termo *social* de que estávamos tratando, “tiene que ser mucho más amplia que aquello a lo que generalmente se llama por esse nombre, pero estrictamente limitada al rastreo de nuevas asociaciones y al diseño de sus ensamblados”. (LATOUR, 2008, p. 21)

Refletindo um pouco mais sobre essa nova perspectiva de uso da teoria de rede, revisitada por uma nova concepção *mucho más amplia* do que seja o social, podemos dizer que a vontade de remodelagem que a teoria actor-rede traz consigo, é em nossa concepção, uma proposta de compreensão atualizada e expandida das relações sociais e de seus agentes, tratando-se, portanto de uma sociologia crítica, que logra abarcar devidamente tanto as associações como os variados atores sociais envolvidos nos processos estudados. Em outras palavras, “es mucho más importante verificar cuáles son las nuevas instituciones, procedimientos y conceptos capaces de reunir y de volver a relacionar lo social” (LATOURE, 2008, p. 27).

Em síntese, como bem aponta o autor, a TAR (teoria del actor-rede) deve apenas oferecer algumas sugestões de leitura do mundo social, ao invés de se impor sobre ele como uma forma única e determinada abordagem. Nesse sentido surge a seguinte indagação: como devemos olhar e conceber os atores e seus conflitos sociais nessa sociedade tão mutante? Como a teoria ator-rede deve se remodelar, a cada instante, para explicar esses fluxos? O mesmo autor responde:

No trataremos de disciplinarlos ni hacerlos encajar con nuestras categorías; los dejaremos desplegar sus propios mundos y sólo entonces les pediremos que expliquen como lograron establecerse em ellos. La tarea de definir y ordenar lo social debe dejarse a los actores mismos, y no al analista. [...] Del mismo modo, la TAR sostiene que encontraremos una manera mucho más científica de construir el mundo social si nos abstenermos de interrumpir el flujo de las controversias. (LATOURE, 2008, p.43-44)

Em suma, podemos agora afirmar que, é neste sentido de interpretação da realidade social – interconectada em forma de rede - que devemos atuar e nos apropriar desse aporte teórico *actor-rede*, buscando ressaltar como os atores, no nosso caso pescadores se estabelecem neles mesmos enquanto pescadores artesanais, e, ao mesmo tempo devemos considerar nessa interpretação que os demais agentes interagem e recriam a cultura pesqueira construindo tramas no “mundo social”, no tecido mais amplo e interconectado da sociedade. Desse modo, devemos enfatizar que o uso do aporte teórico da teoria de rede proveniente desses dois autores, Wolf e Latour, servem, de forma apropriada, aos propósitos desta pesquisa, como ferramentas de entendimento e interpretação validos para os estudos dos processos sociais e, da cultura pesqueira na contemporaneidade.

1.2) Sobre o fazer etnográfico em forma de texto

Após essa apresentação sobre como pensamos e organizamos os caminhos metodológicos desta pesquisa, encaminharemos algumas considerações sobre como construímos os principais pontos de discussão desta tese. Devemos ressaltar que, quando oficialmente demos início as pesquisas de campo, no início do ano de 2014, tínhamos como principais motivações responder, primeiramente, as perguntas organizadas nas formas de objetivo geral e objetivos específicos. Nesse sentido, selecionamos um conjunto inicial de conceitos - território, tradição, identidade, modernidade e reprodução social - que diziam respeito, justamente, a formulação dos próprios objetivos dessa pesquisa, recuperados nas seguintes tarefas: (a) compreender os processos de reprodução social dos pescadores artesanais no contexto da modernidade, (b) etnografar os mestres de pesca como agentes portadores e reprodutores, *sui generes*, dessa tradição pesqueira, (c) estudar a criação dos territórios pesqueiros como formas de luta e resistência dessas populações, (d) compreender os modos pelo quais essa identidade cultural vem se reproduzindo num cenário de grandes compressões sociais.

No que diz respeito a segunda tarefa, descrita no item (b), vale apontar que selecionamos as “figuras” dos mestres de pesca, como objetos específicos a serem estudados naquela etapa da pesquisa, por compreender que estes atores sociais são representantes vivos, e por que não, símbolos, dessa cultura pesqueira: pessoas que demonstram notoriamente um completo domínio do saber-fazer pesqueiro.¹⁴

É importante salientar que, nesse mesmo objetivo específico onde etnografamos os mestres de pesca, englobamos indiretamente questões referentes a territórios, mas também ligadas a tradição, que redundam necessariamente, numa compreensão múltipla e interconectada, na qual todos esses elementos podem se ligar para compor aos sistemas culturais bem como as supostas identidades pesqueiras. Assim, podemos dizer que num mesmo objetivo específico da pesquisa, temos a inter-relação de muitos dos conceitos

¹⁴ Sobre o termo saber-fazer referido ao modo de vida e cultura pesqueira podemos indicar Cristiano W. N. Ramalho (2012) como uma referência na discussão sobre a *arte* de ser pescador.

para explicar uma mesma sentença: Quem são, e como vivem os mestres da pesca artesanal na atualidade?

Desse modo, indicamos que apenas apresentamos essa lista de objetivos e conceitos, item por item, nesse formato compartimentalizado, para que o leitor pudesse entender melhor, didaticamente, as partes de nosso estudo. Na prática etnográfica e na elaboração do texto da tese, inexoravelmente, os temas e conceitos se encontravam reunidos e foram complementares para a organização das explicações conclusivas que apresentaremos nesse trabalho.

Nesse sentido, sem configurar uma suposta hierarquia entre os objetivos e conceitos escolhidos, podemos dizer que a discussão sobre identidade, ficou “aparentemente condicionada” a realização primeira das etnografias dos mestres e dos territórios pesqueiros. Usamos as aspas na expressão anterior – “aparentemente” - para indicar que, de fato, não vemos nas pesquisas de campo e, muito menos no debate teórico, uma hierarquia rígida entre os termos. Ou seja, nos momentos de observação empírica desses variados fenômenos sociais, os temas e conceitos como identidades, territórios e tradição, se tocam, se entrelaçam e, as vezes mesmo se “amarram” de forma intensa e complementar, quase dialética; o que para nós implicou, necessariamente, numa explicação teórica também imbricada e entrelaçada entre os três “elementos” – mestres, identidade e territórios -, citados durante todas as fases da pesquisa.

A partir dessas breves explicações sobre como se articulam os fios condutores conceituais de nossa pesquisa - mestres, identidades e territórios - com as metodologias e etnografias multisituadas, já podemos retirar um conjunto inicial de conceitos fundamentais para nossas reflexões. Entendemos que todos estes três temas, especialmente, necessitam das devidas “localizações” no campo de estudos acadêmicos das chamadas ciências sociais. Portanto, centraremos nossos encaminhamentos seguintes e as consequentes reflexões teóricas, discutindo no texto os conceitos de identidade, território, reprodução social e modernidade, e posteriormente tocando de forma mais sutil, em outros conceitos, como os de tradição, trabalho, etno-conhecimento e lutas por reconhecimentos, na medida em que a discussão e os “achados” dos campos nos solicitaram.

Para complementar e expandir nossas discussões sobre como dialogamos com as metodologias, faremos algumas considerações sobre a “beleza das pesquisas de campo”,

justamente, com o intuito de explicar e propor uma abordagem mais “doce”, como aponta Duarte de Carvalho (2000) e mais “flexível”, como indica Eric Wolf (2003) na composição de uma antropologia etnográfica das sociedades contemporâneas.

A primeira constatação após meses de visitas aos bairros pesqueiros diz respeito justamente à beleza que se revela nas pesquisas de campo. Entendemos que essa qualidade - a beleza associada a um trabalho científico realizado junto a seres humanos - pode ser relacionada à ideia de surpresa que os campos revelam. Melhor dizendo, a beleza da pesquisa pode ser observada também naqueles pontos não pensados, naquilo que não foi projetado nos roteiros etnográficos. O diferencial qualitativo da pesquisa com pessoas e culturas humanas está também naqueles elementos *diacríticos* que nos apareceram e nos solicitaram novas explicações e novas sinapses, que atravessaram, literalmente, novos territórios do pensar e do viver social.

O achado novo dessas pesquisas, que gostaríamos de compartilhar aqui foi justamente esse: descobrir seres multifacetados, pescadores que ocupam e organizam diversos territórios e *territorialidades*¹⁵, pessoas que constroem diversas formas de estar no mundo, construindo novas identidades *híbridas*. Partimos dos estudos sobre cultura, trabalho e organizações sociais – abordagens clássicas da teoria social e antropológica - e chegamos às múltiplas redes interconectadas de significados fora das comunidades: verdadeiras teias de informação cultural que circulam pelos espaços costeiros e pelo interior das cidades.

Desta percepção sobre a rede social que configura o ser pescador foi possível derivar as variadas etnografias multisituadas que, em nossa opinião ajudam a explicar como organizam e se manifestam essas complexas vidas sociais pesqueiras. Parece claro que somente por meio de um modelo explicativo e investigativo como este (a rede), pode-se explicar uma cultura tão complexa e por vezes considerada tão fragmentada nas sociedades ditas modernas.

Em *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas* Fredrik Barth toca num tema delicado e bastante caro a antropologia, ou seja: a “falácia de construir de maneira equivocada a descrição como explicação” (BARTH, 2000, p.107). Nessa discussão o autor norueguês argumenta que não pretende, assim como nós não pretendemos, realizar

¹⁵ O conceito de *territorialidade* será explicado no subcapítulo sobre territórios que consta no presente capítulo.

mais uma simples contribuição crítica à problemática das definições e redefinições de conceitos como *cultura* e *sociedade*. Para ele - e concordamos com esta posição intelectual -, importa realizar uma etnografia nova e vigorosa, que se distancia daquilo que ele chama de “elegante erudição acadêmica”. Importa para o autor, atuar como o garoto do conto de H. C. Andersen, que diz: “o Rei está nu!”¹⁶.

Mas na prática antropológica o que significa atuar como este garoto do conto de Andersen?

Da conclusão moral da história podemos recuperar o seguinte pressuposto para nossa pesquisa antropológica: devemos desvincular nosso olhar “viciado” sobre os fenômenos ou fatos sociais tentando nos diferenciar da atitude real. Ou seja: engessado em sua posição de poder, o Rei, não pode, ou não quis, ver a realidade que estava a sua frente. Da mesma maneira, equivocada, aponta Barth, podemos estar atuando em nossos estudos etnográficos quando profundamente condicionados e obedientes às premissas metodológicas do campo, não vemos a realidade social que salta em formatos diferenciados frente aos nossos olhos.

Em vez de tentarmos fazer com que nossas teorias dêem conta do que efetivamente encontramos, somos levados a escolher algum padrão claro e delimitado em meio a esse cenário confuso e aplicar nossa engenhosidade para salvar o holismo (funcionalista) por meio da construção de isomorfismos e inversões (estruturalistas) como se eles

¹⁶ Basicamente a conto mencionado por Barth faz referência a um falsário que se faz passar por um alfaiate em terras distantes, a história conta que ele diz a um determinado rei que poderia fazer uma roupa muito bonita e cara, mas que apenas as pessoas mais inteligentes e astutas poderiam vê-la. O rei, muito vaidoso, gostou da proposta e pediu ao bandido que fizesse uma roupa dessas para ele. O falsário então recebe vários baús cheios de riquezas, rolos de linha de ouro, seda e outros materiais raros e exóticos, exigidos por ele para a confecção das roupas. Na verdade, o alfaiate guarda todos os tesouros e fica em seu tear imaginário, fingindo tecer fios invisíveis. Ou seja, não realiza o trabalho combinado. Passam-se os dias até que em dado momento o rei se cansa de esperar, e, ele, seus ministros e a comitiva real (a sua plateia social itinerante) vão verificar e questionar o progresso do suposto alfaiate. Quando o “tecelão” mostra sua a mesa de trabalho vazia, o rei exclama: “*Que lindas vestes! Você fez um trabalho magnífico!*”, embora não visse nada além de uma simples mesa vazia, pois, nesse contexto com a presença da plateia, o Rei não poderia dizer que nada via, ou seja a realidade; pois com essa fala ele teria que admitir publicamente e na frente de seus súditos, que não tinha a capacidade ou autoridade necessária para ser rei. Os nobres ao redor soltam falsos suspiros de admiração pelo trabalho do farsante, pois nenhum deles queria também transpassar um julgamento negativo sobre o Rei como incompetente ou incapaz. Mesmo assim o “alfaiate” garantiu que as roupas logo estariam completas, e o rei resolveu marcar uma grande parada na cidade para que ele exibisse as vestes especiais. A única pessoa a “desmascarar” a farsa foi uma criança, um garoto que vendo desfilar o Rei sem as devidas vestes reais exclama a célebre frase: “o Rei está nu!” (fonte: <http://www.ige.unicamp.br/site/aulas/134/A%20Roupa%20Nova%20do%20Rei.pdf>)

codificassem um encadeamento mais profundo. [...] Nossos periódicos estão cheios dessas pequenas bobagens que, embora interessantes se bem feitas, essencialmente não trazem nenhum argumento e não mudam nada. Observem como elas funcionam: servem como meio para que seus autores consigam evitar todos os aspectos problemáticos do mundo que nos cerca; reafirmam silenciosamente o pressuposto de que a cultura apresenta uma coerência lógica generalizada. Por mais que se multipliquem, relatos de campo desse tipo deixam intocados os axiomas sobre cultura que herdamos. (BARTH, 2000, p. 110)

Desse modo podemos indicar que uma abordagem suficientemente clara e crítica em antropologia deve tocar alguns pontos obscuros da teoria social a fim de verificar se, de fato, ela está construindo elementos e argumentação coerentes para chegar a alguma conclusão. Se não dispusermos desses elementos, não devemos nos poupar de considerar a verdade, e nesse sentido, diremos, “o Rei está nú”, que pode significar na linguagem acadêmica, a teoria não se confirma, ou, numa assertiva lúcida, a nossa hipótese foi refutada.

Acreditamos que a exortação emitida por Barth e condensada na história do garoto de Andersen tem validade epistemológica dentro de uma abordagem antropológica. Afinal, se não considerarmos essa predisposição de olhar sem ressalvas para aquilo que emerge do campo, como fez o garoto, não poderemos construir um conhecimento legitimamente científico e estaremos assim, apenas reforçando uma abordagem obscurantista que busca *evitar todos os aspectos problemáticos do mundo que nos cerca*, sem de fato, compreender o que ocorre nos axiomas da cultura pesqueira.

Decorrente dessa análise optamos por uma metodologia de pesquisa etnográfica multisituada, pois compreendemos que as comunidades pesqueiras podem ser pensadas com um aporte teórico mais amplo, no qual concebemos as culturas distintas dialogando multidimensionalmente com as demais partes da rede que compõe o tecido social¹⁷.

A questão geral aqui colocada me parece que pode ser resumida da seguinte forma: como podemos fazer antropologia no século XXI, quais são as novas formas disponíveis

¹⁷ Os aspectos da teoria de rede que aqui mencionamos deverão ser mais bem expostos nos capítulos 4 e 5, quando trataremos das outras formas de apresentação do conhecimento antropológico que pretendemos adotar na apresentação dos resultados dessa pesquisa.

de apresentação do conhecimento científico que podemos utilizar para reapresentar esta antropologia da pesca aos nossos leitores?

Postas essas questões básicas de posicionamento frente às pesquisas de campo, podemos declarar que optamos pela metodologia multisituada de etnografia pois entendemos que nossos objetos de estudo – a cultura pesqueira e os pescadores artesanais – exigem a composição dessa visão relacional para ser efetivamente compreendida. Em parâmetros antropológicos, buscamos nos afastar da mera descrição especulativa, do *holismo (funcionalista)* e das *inversões (estruturalistas)*, pois, desejamos realizar uma antropologia mais “doce”, mais compreensiva e interpretativa sem perder o rigor acadêmico. (BARTH, 2000; CARVALHO, 2000)

Mesmo tendo em vista alguns questionamentos sobre o que implica esta abordagem mais “doce” e alternativa da etnografia, tomamos como certa esta vertente de proposição encaminhada por Ruy Duarte de Carvalho (2000), à partir da qual podemos realizar uma antropologia mais sensível, mais sutil e mais atenta às necessidades impostas tanto pelo campo como pela realidade social que se apresenta ao nosso trabalho.

A forma mais adequada de te falar deles, num roteiro sucinto de viagem com este, será talvez prevenir-te logo à partida de que não se trata de uma “etnia”, mas antes talvez daquilo a que poderia chamar uma categoria, categoria sociológica, para o caso, situada em relação a um passado relativamente recente mas despojada hoje, em grande medida, de sentido embora a designação continue a vigorar aqui, e talvez só aqui. [...] Depois do processo de ocidentalização, ou de integração num modelo tomado universalmente, foi-se formando inexorável por toda a parte e é por isso que nos dias de hoje, em meu entender, a imputação (de etnia enquanto categoria sociológica-grifo nosso) perde o sentido. [...] Quando os identifica muito sucintamente como *pequenas e distintas comunidades encravadas nos vales* [...] não deixa de ser verdade, mas é extremamente redutor. (CARVALHO, 2000, pp.18-23)

Numa referência direta aos questionamentos anteriormente apresentados, sobre como fazer ou não fazer antropologia, Ruy Duarte de Carvalho de forma simples e direta expõe esse debate ao questionar a validade de determinadas categorias analíticas, como “etnia”, para um estudo contemporâneo dos pastores na costa sul de Angola. Seguindo essa perspectiva, para nossos estudos junto aos pescadores, devemos adotar esta mesma forma de apreensão das comunidades como grupos sociais não-estanques, grupos não redutíveis a uma pequena categoria sociológica, a tradicional comunidade pesqueira.

Seguindo o comentário de Maria C. da Silva, presente na orelha da obra *Vou lá visitar pastores* de Ruy Duarte de Carvalho (2000), pode-se dizer que o autor consegue um verdadeiro ‘milagre’ ao realizar esta antropologia ‘doce’: “Uma antropologia sem qualquer ingenuidade, se reconhece e transcende recuperando formas discursivas que estiveram, afinal, na sua “origem, para as impor em novo formato”. É com base nesta nova forma de se fazer antropologia, atenta a validade das categorias que utilizamos e sensível para a realidade social que nos cerca, que estamos referendando nossas abordagens mais “doces” sobre o campo e o fazer etnográfico.

Ainda seguindo essa temática, outro ponto que julgamos importante destacar sobre nossos posicionamentos investigativos, tem relação direta com a percepção dos diversos níveis de interação que estabelecemos com os pescadores. Para obter com mais fidedignidade as impressões e informações sobre a cultura pesqueira, julgamos fundamental estabelecer um nível mínimo de proximidade, de permissão e de consentimento para com os entrevistados já que, quase sempre, “nós - os antropólogos” somos reconhecidamente julgados como “corpos estranhos” dentro daquelas comunidades.

O ideal de observação objetiva da realidade social, com o devido distanciamento intelectual e emocional, nem sempre foi possível e nem sempre pode ser seguido “à risca”. Estabelecer esses contatos humanos e este estudo junto aos pescadores, de fato gerou em nossa vida social, novos afetos, novas posturas de resguardo, novos laços de amizade e confiança que ultrapassam certamente o pensamento e a ação meramente científico-racional. Ao mesmo tempo em que estávamos estudando os pescadores, entendemos que estávamos sendo estudados percebidos e inscritos por eles no próprio campo, como agentes de poder.

Sobre este tema, que toca na suposta “autoridade da experiência etnográfica”, James Clifford tece interessantes argumentos sobre como podemos entender e nos posicionar em relações ao fazer antropológico:

Se a etnografia produz interpretações culturais através de intensas experiências de pesquisa, como uma experiência incontável se transforma num relato escrito e legítimo? Como, exatamente, um encontro intercultural loquaz e sobredeterminado, atravessado por relações de poder e propósitos pessoais, pode ser circunscrito a uma versão adequada de um “outro mundo” mais ou menos diferenciado, composta por um ator individual? Analisando esta complexa transformação, deve-se ter em mente o fato de que a etnografia está, do começo ao fim, imersa na escrita. Esta escrita inclui, no mínimo, uma

tradução da experiência para a forma textual. O processo é complicado pela ação de múltiplas subjetividades e constrangimentos políticos que estão acima do controle do escritor. (CLIFFORD, 1998, p. 21)

Em suma, no escopo dessa breve discussão sobre a *práxis* ou *métier* dos antropólogos, não pretendemos, e nem poderíamos responder a todas essas indagações metodológicas sugeridas por Clifford. Quando o autor encaminha suas percepções sobre o fazer etnográfico, mais do que elencando problemas, ele está apontando para uma larga discussão sobre como fazer ciência social. Em outras palavras, ele trata da complexidade envolvida nos processos do fazer etnografia e de sua escrita.

Buscando trazer estas indagações para nossa reflexão, podemos afirmar que os “objetos” centrais de nossos estudos - os pescadores artesanais - estão sempre sendo observados e inscritos no campo de pesquisa. Eles não são objetos dados na realidade social.

Concluindo, podemos dizer que as pesquisas antropológicas devem ser repensadas em seus formatos e proposições se quiserem atingir algum nível de explicação razoável, dadas as profundas transformações e mudanças sociais que se apresentam aos nossos olhos. A seguir indicamos os principais referenciais teóricos e conceitos que convocamos para realizar esse apurado exercício de reflexão, estudo, interpretação e escrita sobre a pesca artesanal no caso da Paraíba.

1.3) Referencias teóricos e conceitos fundamentais para os estudos da pesca artesanal no contexto da Paraíba.

Para dar continuidade aos estudos sobre as comunidades tradicionais e compreender melhor como a cultura pesqueira se integra na dinâmica social atual vamos apresentar agora alguns apontamentos de ordem teórica presentes nos estudos de antropologia cultural de Clifford Geertz (1978). Além de Geertz, também apresentaremos aqui considerações de outros autores importantes para a construção de nossos referenciais conceituais, prioritariamente pertencentes aos campos da sociologia e antropologia cultural. Nosso objetivo foi justamente mostrar como estes autores dialogaram em nossa pesquisa para que pudéssemos construir nossas bases teóricas. Diversos conceitos como tradição, modernidade, urbanidade, globalização, sociedades contemporâneas serão

abordadas nas discussões deste subcapítulo, pois todos estes conceitos, em certa medida, tornaram-se importantes para nossas reflexões. Em um subcapítulo posterior (ainda dentro deste primeiro capítulo), concentraremos nossa análise em conceitos que surgiram no próprio campo, tais como identidade e território.

De forma geral aproveitaremos o cuidado analítico que Geertz aponta ao ressaltar a importância de uma abordagem eminentemente crítica e interpretativa da cultura, de seus signos e significados. Atenta o citado autor que, utilizar conceitos sociológicos, sem antes refletir sobre seu processo de construção social, é um “perigo” metodológico presente nas abordagens sobre as culturas. Segundo este posicionamento teórico existe quase um “dever ético” do antropólogo atento, a saber, o de considerar a ação do pesquisador, e o uso de certos conceitos como *natureza, cultura, tradição e identidade*, enquanto posicionamentos teóricos não neutros, ou seja, constructos teóricos impactantes na própria pesquisa acadêmica. (CLIFFORD, 2008 & GEERTZ, 2008)

Tomando o caso explicativo desse cuidado analítico nas pesquisas sociais¹⁸, e visando construir um panorama crítico dos estudos sobre os fenômenos sociais, podemos indicar Walter Benjamin (2006) como um dos autores que tratam, de forma quase poética, dessa temática, em seus escritos:

O que importa para o dialético é trazer o vento da história mundial para suas velas. Pensar para ele significa: içar velas. O importante é o modo como elas são içadas. As palavras são suas velas. O modo como são içadas as convertem em conceitos. (BENJAMIN, 2006, p. 515)

Entendemos assim que é necessário, senão fundamental, analisar os próprios conceitos e categorias de análise que estamos mobilizando nesse campo de estudos das chamadas comunidades tradicionais. É esse perceber diferenciado das palavras, tornando-se conceitos, e essa percepção mais sutil dos processos sociais e usos políticos dados às categorias mencionadas, que, de fato, importam na elaboração de um pensamento social dialético por excelência.

¹⁸ Na academia brasileira, DIEGUES (1983) organiza larga reflexão sobre a vida social dos trabalhadores do mar, mostrando quais as implicações teóricas no uso de certos conceitos provenientes da terminologia marxista como as noções de campesinato e divisão social do trabalho. O autor constrói e apresenta as suas concepções de produção e reprodução social, destacando para seus leitores o *particularismo* deste povo do mar que transita cotidianamente entre o mundo dos “homens” e a “natureza”.

Na comparação apontada por Walter Benjamin as palavras são interpretadas como “velas içadas” que se tornam conceitos a depender da direção dos “ventos políticos” e dos interlocutores envolvidos. A metáfora benjaminiana parece caber perfeitamente para o caso de estudo dos pescadores nordestinos, pois de fato, estes grupos realizam cotidianamente o citado “içar de velas”, ora no seu trabalho material, quando adentram os jangadeiros ao mar, ora de forma retórico-discursiva nas diversas arenas políticas, quando os pescadores no contexto de assembleias e encontros temáticos utilizam os conceitos de identidade, tradição e território pesqueiro, buscando a re-valorização de sua cultura e a garantia de seus direitos territoriais.¹⁹

Ainda sobre à organização dos estudos e análise crítica de conceitos que faremos nesta pesquisa, gostaríamos de ressaltar que também pautamos nossos caminhos de reflexão seguindo as observações sociológicas de Max Weber (2004):

Daí por que a apreensão conceitual definitiva não pode se dar no começo da pesquisa, mas sim no final: noutras palavras, somente no decorrer da discussão se vai descobrir, e este será seu principal resultado, como formular da melhor maneira – isto é, da maneira mais adequada aos pontos de vista que nos interessam – o que entendemos por ‘espírito’ do capitalismo.” (WEBER, 2004, p.41-42)

Nesse sentido metodológico, exposto na *Ética protestante e o espírito do capitalismo*, entendemos que a apreensão, a compreensão e os usos mais adequados dos conceitos aqui utilizados (território, identidade, por exemplo) estão em processo de construção ao longo da própria pesquisa. Entendemos que mesmo nossa proposta central de estudos - resumida no objetivo central de compreender como e porque se reproduz a pesca artesanal no nordeste brasileiro – é um ponto de partida, uma questão teórica, que está em processo de reorganização à medida que avançam os estudos teóricos e pesquisas de campo.

Com efeito, somente nesta primeira reflexão sobre o objetivo central da pesquisa já mobilizamos dois conceitos importantes – reprodução social e modernidade – sobre os quais daremos agora algumas explicações providenciais.

¹⁹ Diversos relatos, de pescadores de todas as regiões brasileiras, foram coletados no IV Seminário de Pesca Artesanal e Sustentabilidade Socioambiental realizado na Fundação Joaquim Nabuco em Recife, do qual participamos entre os dias 26 e 28 de Novembro de 2013. Os relatos colhidos neste seminário irão compor parte importante dos resultados de pesquisas de campo que deveremos apresentar em nosso texto de qualificação. Em muitos casos os termos identidade, tradição, território são utilizados pelos próprios pescadores em seus discursos e campanhas pelo território pesqueiro.

Uma perspectiva de análise contemporânea sobre o conceito de reprodução social, aplicado ao estudo das comunidades pesqueiras, foi organizada recentemente por Ramalho (2012) e ressalta que tanto as formas de ordenamento do espaço e da sociedade, como as técnicas e organizações sociais do trabalho, e todo o saber-fazer da pesca, podem ser consideradas *práticas de produção e de reprodução social* da pesca artesanal.

Saber-fazer, apropriação social do mar e arte pesqueira trazem consigo formas de gestão e ordenamento dos recursos pesqueiros. Tudo isso pode ser sintetizado como práticas de produção e reprodução social da pesca artesanal.”(RAMALHO, 2012, p. 264)

Refletindo um pouco mais sobre essa concepção de *reprodução social* notamos claramente que muitos dos objetivos específicos de nossa pesquisa, servem para promover uma compreensão mais aguçada do processo de reprodução social da pesca no caso nordestino. Seguindo essa linha de interpretação encaminhada pelo autor podemos sugerir que tanto a arte pesqueira como os modos de vida dos pescadores podem revelar elementos dos processos de reprodução social pesqueira, bem como, podem gerar conhecimentos científicos sobre os modos de manejo, ou, ainda sobre as maneiras diferenciadas de usar os espaços costeiros e os ambientes marítimos.

Nessa perspectiva de análise, portanto, podemos dizer que quando estudamos elementos sociais e culturais da pesca - como a organização sócio espacial das comunidades pesqueiras, as formas de organização do trabalho, e o *saber fazer* - a atividade produtiva da pesca tomada enquanto arte da pesca -, estamos nos deparando com o processo em si de *reprodução social* ao qual nos referimos anteriormente.

Já com relação ao conceito de *modernidade* mobilizado anteriormente na formulação de nosso objetivo central, indicaremos Georg Simmel (1998) como um dos pensadores com o qual dialogaremos para tratar deste “espaçoso” e fértil tema da modernidade. Com inconfundível estilo ensaísta, Simmel nos oferece uma crítica sagaz do chamado “mundo moderno” e nos instiga a realizar algumas indagações a partir do entendimento dessa categoria.

Na obra de referência sobre o tema, intitulada *Simmel e a Modernidade*, sua reflexão está centrada nas enormes transformações sociais e individuais levadas a cabo pela inserção da cultura do dinheiro no seio das relações sociais, chamadas aqui de *sociedades* modernas. Nessa nova forma de interpretar o “jogo social” a noção de *sociação*

tem por finalidade substituir a “engessada” e substantivada categoria de sociedade, a fim de explicar melhor, com mais dinamismo, como indivíduos se movimentam socialmente em meio às “novas” relações sociais de trabalho que advém da circulação do dinheiro. O foco explicativo aqui não se encontra, portanto, na substancialidade dos indivíduos e da sociedade, mas, sim, nas relações que se estabelece entre ambos.

Para Simmel a mudança social se dá eminentemente por meio de três feixes de ações decorrentes e configurantes da própria modernidade, sendo estes processos identificados e descritos como: a urbanização, a crescente e inexorável divisão social do trabalho e, o mais importante deles, o advento da economia monetária, ou mesmo, a monetarização da vida cotidiana. Em suas palavras:

A monetarização da relação Senhor e Servo, nesse contexto, implica não só a despersonalização da relação de dominação em si, mas também a possibilidade de libertação da personalidade do servo enquanto tal da relação de obrigação. A partir da generalização desse processo, com a consolidação da economia monetária, podemos falar, do ponto de vista subjetivo, que o dinheiro permite uma margem importante de liberdade pessoal na medida em que separa o desempenho, o qual pode ser comprado por dinheiro, da personalidade, a qual permanece inalienável. A economia monetária, em conjunção com a divisão social do trabalho, permite a essa personalidade libertada de constrangimentos éticos e pessoais uma maior oportunidade de autodeterminação e desenvolvimento, posto que torna a teia de dependências sociais mais rarefeita e múltipla. (SIMMEL, 1998, p. 11)

Dessa explanação podemos conceber que o próprio indivíduo moderno – aquele ser “liberto” das antigas relações de obrigação servil, e, portanto, “livre” para vender sua força de trabalho – só foi possível e, somente foi gerado, por esse processo de monetarização da vida e de divisões sociais sucessivas de trabalho de que trata o autor.

Conectada diretamente a essa discussão sobre os impactos e características da modernidade, Simmel também destaca *o fenômeno urbano* como um fator preponderante de configuração desta. Em sua análise procura-se compreender a função e os alcances da metrópole enquanto fenômeno formador da vida mental e psíquica moderna, fenômeno este centrado, sobretudo, na construção de uma individualidade racional, intelectual e livre por excelência. Debatendo um claro paradoxo entre a noção de liberdade - proveniente da possibilidade de movimentação social que o dinheiro dá - e a dependência cada vez maior dos indivíduos dentro dessas teias e relações sociais monetarizadas, Simmel nos alerta para o caráter permeável do dinheiro nas relações sociais, indicando a

necessidade urgente de se explicar, com base nesses termos, como se modifica a dinâmica da vida social moderna dentro desse “novo ritmo” que a cidade e o dinheiro impõem:

O horizonte da cidade se expande de uma maneira comparável ao modo pelo qual a riqueza se desenvolve; um certo volume de propriedade cresce de modo semi automático em progressão sempre mais rápida. [...] De cada fio que se estende para fora da cidade, sempre novos fios crescem como que sozinhos, tal como dentro da cidade o aumento imerecido do aluguel, de um terreno, através do simples incremento das comunicações, traz ao proprietário proveitos automaticamente crescentes. [...] A característica mais significativa da metrópole é essa extensão funcional para além das de suas fronteiras físicas. [...] O homem não termina com os limites de seu corpo ou a área que compreende sua atividade imediata. O âmbito da pessoa é antes constituído pela soma de efeitos que emana dela temporal e espacialmente. Da mesma maneira, uma cidade consiste em seus efeitos totais, que se estendem para além de seus limites imediatos. (SIMMEL, 1973, pp. 22-23)

Por fim, para nossos intuitos de pesquisa, podemos compreender o cerne motriz da modernidade como esse conjunto de processos sociais, mudanças e fenômenos psíquicos que se expandiram, seguindo a influência das metrópoles, e que acabaram por modificar indubitavelmente boa parte da vida social, hoje concebida como vida moderna.

Para além dos centros urbanos e adentrando nos pequenos grupos, nas pequenas comunidades rurais e costeiras - vale ressaltar, adentrando no seio das populações tradicionais pesqueiras - a extensão funcional das cidades é um fator determinante e explicativo da modernidade e, para os debates de nossa tese, é também um pressuposto teórico explicativo importante para elucidação das questões que propomos ao longo do estudo. Sendo assim, podemos dizer que essa *modernidade* também alcançou e tem modificado sensivelmente os grupos de pescadores e pescadoras que observamos nas pesquisas de campo.

Logo, nossa filiação com esta visão de modernidade se dá na justa medida em que entendemos, e concordamos que o dinheiro e a urbanidade ocupam essa mesma centralidade na vida social dos pescadores na contemporaneidade. Com bem aponta o autor em trecho explicativo sobre a tragédia da vida moderna em face da monetarização:

O dinheiro, o meio por excelência, torna-se indispensável para esta “criatura mediada” que se torna o homem. A confusão entre o meio e o fim instaurado pelo dinheiro é necessária, na medida em que o fim a ser atingido, por ser mediado, exige tal concentração no meio, que o mesmo se confunde com o próprio fim. Essa inversão tende, com o

desenvolvimento da cultura e com a tecnificação da vida, a qual implica sempre um número crescente de meios, a aumentar. O meio absoluto dinheiro tende a tornar-se o fim absoluto, o modelo, e grande regulador da vida prática. (SIMMEL, 1998, p. 13)

Em nossos estudos antropológicos também tomaremos esse pressuposto central da modernidade - a monetarização expansiva das relações sociais - como uma das formas validas e basilares de observação e interpretação da realidade social atual, e, portanto, consideraremos que esse entendimento sobre modernidade é uma “base teórica” importante para demonstrar como os pescadores estão envolvidos em outras arenas sociais e como a lógica de mercado se insere com maior ou menor intensidade nos feixes de *sociedades* estabelecidas entre populações pesqueiras e a sociedade moderna.

Se retornarmos à uma perspectiva antropológica para a construção de um objeto de estudo e para análise de um fenômeno social – como a pesca artesanal – notamos claramente que, aquilo que apresentaremos a seguir é apenas um modelo, ou um caminho metodológico ainda provisório, como já apontava o próprio Geertz:

A análise é, portanto, escolher entre as estruturas de significação - o que Ryle chamou de códigos estabelecidos, uma expressão um tanto mistificadora, pois ela faz com que o empreendimento soe muito parecido com a tarefa de um decifrador de códigos, quando na verdade ele é muito mais parecido com a do crítico literário – e determinar sua base social e sua importância. (GEERTZ, 1978, p. 19)

Transportando todas essas considerações teórico-metodológicas (elaboradas por CLIFFORD, 2008; GEERTZ, 1978; GEERTZ, 2008; BENJAMIM, 2006 & WEBER, 2004) para nossa proposta de estudo e pesquisa antropológica, entendemos que somente ao final desta reflexão podemos formular com mais precisão, aquilo que nomeamos neste momento como formas de reprodução social, território pesqueiro, ou identidade cultural das populações pesqueiras.

Dessa maneira, para finalizar este diálogo entre autores, temas e conceitos, salientamos novamente que, especificamente para este estudo da pesca artesanal no contexto nordestino elegemos os conceitos de território e identidade como um conjunto inicial bastante importante de conceitos que se articulam e se complementam tanto dentro da pesquisa bibliográfica, como nas pesquisas de campo realizadas. Não podemos deixar

de mencionar que quando tratamos desses temas (território e identidade) e da vida social dos pescadores estaremos, necessariamente, dialogando com outros conceitos importantes (trabalho, natureza, cultura e tradição) a fim de poder compreender melhor como pescadores e pescadoras se organizam socialmente na atualidade.

Numa perspectiva integrativa, relacionando as pesquisas documentais, a discussão teórica e os primeiros “achados” das pesquisas de campo, indicamos com maior ênfase que os conceitos de território e de identidade foram as noções mais utilizadas pelos próprios pescadores e reverberaram em nossas pesquisas bibliográficas que apresentaremos a seguir.

Os atores sociais em questão utilizam principalmente estas noções –de território e identidade - mas também se utilizam do conceito de tradição, referente a caracterização do pescador tradicional enquanto pescador artesanal, nas suas expressões de linguagem oral/coloquial, organizando frequentemente frases de ordem e reivindicação com as seguintes expressões: “somos pescadores tradicionais, lutamos por territórios pesqueiro, ou ainda “precisamos manter nossos territórios de pesca e nossa identidade cultural”.²⁰

Antes de prosseguir é necessário ter sempre em mente que o conceito de identidade pesqueira, ao qual faremos referência repetidamente no texto, está a todo momento sendo também testado enquanto uma categoria análise social estanque. Em virtude disso, nos próximos subcapítulos esmiuçaremos os usos e adequações que conceitos como este vêm sofrendo nos contextos de embates sociais já anteriormente citados. Podemos de antemão indicar que os conceitos de identidade e de território nos servem para pensar a realidade social da pesca artesanal em forma de rede e, nesse formato de interações sociais, torna-se fundamental então flexibilizar seus usos para melhor operacionalizá-los nos variados ambientes e debates nos quais são utilizados.

²⁰ Frases de pescadores coletadas no *Seminário de Pesca Artesanal* realizado em Recife (novembro de 2013 – Conferir Segundo Capítulo deste texto). Juntamente com este evento aconteceu a avaliação da *Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras*, movimento social organizado por representantes (pescadores e pescadoras) de várias regiões brasileiras. No contexto desta campanha notamos o uso intenso dos termos território pesqueiro e identidade como marcas discursivas de novas formas de luta social e lutas por reconhecimento na contemporaneidade.

Concebemos assim uma pesca artesanal – cultura, com suas identidades e seus territórios -, numa relação direta com outras teias de significados que perpassam os ambientes costeiros e as pequenas vilas pesqueiras. Novamente podemos perceber aqui a importância da etnografia multisituada como forma adequada de estudo e de fazer científico que permite conectar e incluir a discussão sobre identidade em contextos sociais diversos, notadamente, nos debates dos movimentos sociais, nas lutas por direitos territoriais, ou mesmo referendando as falas mais engajadas emitidas pelos pescadores e pescadoras dentro dos seminários temáticos (a este respeito, Cf. Capítulo IV).

Por fim, entendemos que esta abordagem multisituada e crítica feita em relação aos pescadores e sua cultura nos permitiu construir uma explicação antropológica interconectada entre os agentes principais dessa pesquisa, os pescadores artesanais, e a sociedade paraibana. Ou seja, como diria o próprio Wolf, daqui em diante, o que observaremos com maior atenção, é, justamente, esta relação entre os agentes e a modernidade, observaremos *as pessoas fazendo coisas em diferentes contextos*. (WOLF, 2003, p. 347)

1.4) Identidade étnica de Barth e análises sobre populações tradicionais.

Para referenciarmos a nossa discussão sobre o conceito de identidade vamos inicialmente oferecer uma breve visão da arena étnica construída por Fredrik Barth presente em sua célebre obra *Los grupos étnicos y sus fronteras* (1976).

De antemão devemos lembrar que a parte introdutória desta obra pode ser considerada uma espécie de “ruptura epistemológica” ocorrida dentro do próprio campo das ciências sociais. Chamamos este momento de “ruptura epistemológica” porque entendemos que, de fato, Barth propôs e induziu uma sutil, mas incisiva, reformulação das abordagens antropológicas que se realizavam em sua época. Sobre o contexto intelectual analisado por Barth :

Hasta ahora, los antropólogos sociales han evitado estos problemas al utilizar un concepto demasiado abstracto de “sociedade” para representar aquel sistema social dentro del cual deben ser analizados unidades y grupos concretos mas pequenos.[...] Subiste todavia la opinion simplista que considera al aislamiento geográfico y al aislamiento social como los factores críticos em la conservacion de la diversidad cultural. (BARTH, 1976, p. 9)

Além de notar algumas “falhas” metodológicas embrenhadas nos discursos da antropologia social de seu tempo, Barth apresenta um conjunto de objeções teóricas às definições “tradicionais” de grupos étnicos provindas de uma perspectiva de tipo ideal.

Segundo Barth as próprias definições de grupos étnicos – como (i) comunidades que se auto perpetuam biologicamente, (ii) como grupos que compartilham valores comuns, e ainda (iii) como unidades que integram campos de comunicação e interação quase “perfeitos”- são posições teóricas desprovidas de crítica, pois, esses mesmos posicionamentos – usando tipos ideais de comunidades e uma visão substanciada da sociedade - não promovem uma discussão prévia, e segundo ele necessária, sobre os próprios conteúdos e processos sociais que configuram os grupos étnicos humanos.

Nas palavras de Barth “mi principal objecion, és que tal formulación [de tipo ideal, ;grifo nosso] nos impide comprender el fenómeno de los grupos étnicos y su lugar em las sociedades y culturas humanas.” (BARTH, 1976, p. 12).

De forma geral podemos entender que a maioria das objeções colocadas por Barth rodeavam, ao mesmo tempo, um tema bastante circunscrito, dentro dos debates da antropologia social, a saber, “la aplicacion de ciertas normas analíticas comunes a diferentes aspectos de los problemas de la organización poliétnica em diferentes zonas etnográficas”. (BARTH, 1976, p.7)

Nesse sentido de questionamentos sobre como se formulam e como se utilizam certas formas analíticas dentro de uma teoria social, devemos pautar nossas reflexões seguindo as objeções e conclusões que o próprio autor desenvolve ao longo deste instigante texto. De forma sucinta tomamos esta retrospectiva teórica destacando que sua maior contribuição talvez tenha sido feita em relação a crítica aos métodos e aos pontos de vista que se formavam numa teoria antropológica contemporânea.

As falhas de lógica, os pontos de vista, muitas vezes classificados como confusos, ou mesmo o “erro” de perspectiva central apresentado por Barth – “practicamente, todo el razonamiento antropológico se funda em la premissa de que la variacion cultural es discontinua” (BARTH, 1976, p. 9) -, são indicativos claros de que suas críticas iriam se estabelecer incisivamente sobre os métodos de pesquisa e de estudo *de la evolucion cultural*.

Para la antropologia el problema há sido como describir esta historia de la mejor manera possible y qué clases o tipos de análisis son los

adecuados para descubrir los principios generales que intervienen en el curso de estas transformaciones. (BARTH, 1976, p. 48)

De todas essas objeções e conclusões, sublinhamos as repetidas vezes que o autor trata do problema dos grupos étnicos e de sua permanência cultural no contexto da modernidade. Barth observa atentamente como esta temática “surge” no campo antropológico inglês e como permeou, e ainda permeia muitos dos modos de se fazer pesquisa social.

Com isso não queremos aqui afirmar, categoricamente, que as noções de identidade étnica relacional, interatividade social e fronteiras culturais- apostas metodológicas e teóricas deste autor – são uma “novidade” naquele dado momento de sua produção.

Em linhas gerais, Villar (2004) demonstra que a “criação” barthiana de uma noção de etnicidade, acoplada à uma ideia de identidade interacional, forjada no “ambiente” das fronteiras dos grupos étnicos, não eram proposições exatamente novas ou originais, mas na verdade, Barth respondia a um debate assíduo, travado entre “escolas” antropológicas e autores das ciências sociais. Sobretudo, ele respondia aos debates teóricos que se estabeleciam entre as escolas parsonianas (Talcott Parsons) e autores da linhagem social britânica como Malinowski, Raymond Firth e Edmund Leach. (VILLAR, 2004)

Para nosso intuito de estudo etnográfico torna-se importante ressaltar que é , justamente, esta mesma proposta interacionista de observação da sociedade – construída com base nos conceitos de identidade étnica, grupos étnicos e fronteiras culturais - que nos interessa no âmbito desse estudo. No cerne dessa abordagem, a afirmativa barthiana de que a identidade não poderia mais ser pensada no “formato” do isolamento geográfico e cultural, é para nossa pesquisa, uma das formas mais adequadas para concebermos as dinâmicas culturais e o “mundo” dos contatos interculturais que vigoram em nossos tempos. Dessa maneira, entendemos que Barth anuncia, metodologicamente, uma proposta revigorada de identidade cultural e etnicidade, nas quais, é o contato social que define, ou melhor, que redefinem as identidades étnicas de determinados grupamentos humanos. É a mudança social, a interatividade entre grupos humanos e não a sua permanência “isolada” num suposto comportamento “tradicional”, que interessam ser observados, pelo cientista social, como elementos explicativos das diferenças culturais.

Dito de outro modo, a mudança significativa de perspectiva apontada pelo autor, e com a qual concordamos, está centrada na afirmação de que os grupos étnicos - como os pescadores artesanais - não são unidades sociais ou culturais “estanques”, isto é, os grupos étnicos não são grupos fechados em si mesmos, caracterizados e moldados a partir de uma “essência” cultural quase imutável e original que as define. O autor norueguês deixa claro que as unidades sociais pré-existentes não poderiam existir de fato sem esse processo de interação social que mencionamos anteriormente.

Em outras palavras, as distinções étnicas não dependem de uma ausência de interação e reconhecimento social; pelo contrário, geralmente estas são o próprio fundamento sobre o qual estão construídos os sistemas sociais que tais distinções contêm. (BARTH, 1976, p. 10).

Nesse sentido podemos observar como se desloca o foco dos estudos antropológicos para a ação social, para a mudança social como elemento explicativo da “evolução” de uma determinada cultura. As distinções sociais e étnicas, portanto, aumentam na medida em que grupos sociais distintos interagem. Dentro dessa concepção de dinâmica social podemos dizer que são as próprias relações sociais, exemplificadas nas diversas forma de lutas sociais – lutas por direitos territoriais estabelecidas pelos pescadores - que constituem, em certas medidas, uma determinada identidade étnica pesqueira.

Outra característica marcante dessa nova forma de se olhar a dinâmica social diz respeito a forma como essa identidade étnica pode ser partilhada no jogo de símbolos da vida social moderna. Barth afirma que esta mesma identidade, formada por um conjunto de valores sociais, e normas de comportamento, poderá ser efetivamente apresentada pelos seus portadores, ou parcialmente suprimida, tendo-se em vista as condições sociais daquele dado momento.²¹

Nesse jogo travado no seio das relações sociais, segue o autor, entre posicionamentos individuais e ações coletivas, temos um agente racional que julga interessante, ou não, expor determinada identidade.

²¹ A este respeito conferir o relato do Sr. Pom Pom, no segundo capítulo desta tese.

Así pues, los incentivos para el cambio de identidad son inherentes al cambio de circunstancias. Lógicamente, diferentes circunstancias favorecen diferentes comportamientos. Como la identidad étnica está asociada con un conjunto de normas de valor, específicamente culturales, se concluye que existen circunstancias donde esta identidad puede expresarse con éxito moderado, y límites cuyo traspaso está vedado. (BARTH, 1976, p. 31)

Ou seja, a identidade étnica, nesse contexto analítico, pode ser pensada também como uma forma de escolha, racionalizada por fins de interesse próprio, que o indivíduo possui e adota de acordo com situações sociais nas quais se encontra. Apesar de se guiar e ser constituída por um conjunto de elementos culturais claramente coletivos – o conjunto de valores especificamente *culturales* - entendemos que a identidade poliétnica de um determinado sujeito moderno pode ser expressa, ou, apresentada de forma variável como bem aponta o autor.

Dessa maneira retornando ao tema central desta explanação, entendemos que os grupos étnicos na visão barthiana são categorias formadas por contrastes, por jogos de diferenças entre os que estão “perto” e os que estão “longe”. É na interação social, vale dizer, nas *fronteiras* de uma determinada característica social, que os elementos culturais se formam e se constituem no jogo de contrastes.

Previamente, a antropologia se havia limitado a estudar povos indígenas em termos de sua organização social ou cultural, como se fossem isolados e independentes. Dedicou-se pouca reflexão as relações que mantinham com o ambiente econômico e social ao seu redor. Tampouco se deu muita atenção à maneira como viam a si mesmos, ou como seus vizinhos os percebiam (Morin e Saladin D’Anglure 1997:159) (VILLAR, 2004)

Disso podemos deduzir que a marcação das fronteiras de uma determinada etnicidade – ou identidade étnica pesqueira - não resulta do suposto isolamento cultural de grupos “tradicionais”, por exemplo, mas sim, resultam da própria interação destes grupos com outras realidades e esferas sociais. Na medida em que aumenta este nível de interação, teoricamente, teremos também uma intensificação dessas marcações culturais e o contato mais intenso entre essas fronteiras étnicas, seja pela linguagem, seja pelo sentimento de pertencimento a uma determinada região ou cultura, ou ainda, sendo levada a cabo, pela redefinição de uma *performance* pública atribuída a uma denominada tradição (GRUNEWALD, 1999).

Em conclusão, podemos tomar essas proposições sobre interatividade social e identidade étnica, como abordagens adequadas ao nosso estudo sobre populações pesqueiras na Paraíba. São as interatividades sociais, isto é, a troca de “mercadorias” culturais realizadas entre grupos sociais distintos, que revitalizam, no nosso entender, a diversidade cultural numa dada situação histórica. Não podemos deixar de mencionar aqui que, em certos contextos de conflitos sociais e ambientais, desafortunadamente, esta “troca de mercadoria cultural” se dá de forma extremamente desigual, havendo nessas situações, não um “florescimento” de identidades híbridas, mas, sim, uma aniquilação da diversidade cultural, por supressão total das condições sócio-ambientais para a atividade produtiva, ou ainda, pelo estabelecimento de graves problemas sociais para um dos lados dessa relação.

No caso dos pescadores paraibanos podemos ver também que essa “evolução” cultural de um grupo acontece por esta mesma “perspectiva” interacionista, na qual é o jogo social que dita como este coletivo se enquadrará no contexto dos contrastes sociais e nas culturas da modernidade. Em suma, podemos pensar que certos grupos étnicos, como os pescadores artesanais, não podem ser explicados apenas pelo andamento de sua cultura “localizada”, pois, como indicou Barth, os agrupamentos humanos são antes uma consequência dessa interação social e cultural, do que sua causa.

Dito isso podemos considerar esta noção de identidade étnica elaborada por Fredrik Barth como uma chave explicativa válida e atualizada para discutir e compreender como se fundamentam ou se “re-organizam” as culturas pesqueiras nos grupos que investigamos nesta tese.

1.5) Apropriações sobre a identidade cultural em Stuart Hall

Seguindo por outras formas de abordagem do “social”, mas ainda, refletindo sobre o como o conceito de identidade pode ser aplicado nos estudos sobre as comunidades pesqueiras, indicamos Stuart Hall como um autor contemporâneo que segue este mesmo caminho, já destacado, de reformulações para os processos de elaboração do pensamento social, operando a partir de uma revisão crítica dos conceitos utilizados. Destacamos Hall (2011) como um dos referenciais teóricos importantes para esse debate pois entendemos que o autor contribuiu qualitativamente em nossas conclusões, ao sugerir algumas chaves

explicativas válidas para entender como pescadores respondem de formas variadas aos efeitos da globalização. Veremos que o enunciado sobre as *respostas culturais* dadas pelas identidades étnicas na interação com a globalização - construção teórica do autor que explicaremos nas páginas seguintes -, servem perfeitamente para interpretarmos algumas das respostas culturais que os grupos de pescadores paraibanos elaboram dentro do contexto da modernidade, ou, pós modernidade, como ele mesmo caracteriza.

De início, afirmamos que este autor adverte sobre a necessidade e profundidade da tarefa que é realizar a arguição contemporânea do termo “identidade”. A respeito do termo em questão, Hall escreve:

A opinião dentro da comunidade sociológica está ainda profundamente dividida quanto a esses assuntos. As tendências são demasiado recentes e ambíguas. O próprio conceito com o qual estamos lidando, “identidade”, é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova. Como ocorre com muitos outros fenômenos sociais, é impossível oferecer afirmações conclusivas ou fazer julgamentos seguros sobre as proposições teóricas que estão sendo apresentadas. (HALL, 2011, p. 8)

Desse modo, a primeira sugestão que coletamos desse autor para nossa empreitada crítica sobre os referidos conceitos, é ter a seguinte assertiva em mente: as categorias sociológicas, como identidade cultural, associadas a fenômenos sociais - como a pesca artesanal-, devem ser verificadas em suas sínteses conceituais e proposições de uso antes de serem utilizadas na formulação de um conhecimento social.

Tratando do tema da *globalização*, Hall nos apresenta um panorama amplo de deslocamentos culturais, deslocamentos territoriais, e mudanças sociais constantes que afetam nitidamente as identidades culturais expressas nesse quadro de transformações da pós-modernidade. As identidades, nessa visão estão sendo “descentralizadas”, e, ora são polarizadas por um sentimento de pertencimento a um determinado grupo (cultura étnica ou categoria profissional), ora são fragmentadas em grupos linguísticos, e em outros momentos, podem ser polarizadas por crenças religiosas, ou mesmo pela noção de pertencimento a um determinado espaço social comum. Em outras palavras, a *identidade cultural* para Hall pode se “ancorar” em múltiplos valores, e, ao mesmo tempo, pode ser encontrada num mesmo indivíduo portador.

De forma breve recuperamos aqui as três concepções de identidade que Hall destaca nos períodos de transição da modernidade e pós-modernidade. A primeira concepção formada por um *sujeito iluminista*, que se funda numa noção de essência imutável e intocável. Neste caso, a identidade cultural ganha estas mesmas qualidades, ou seja, se configura como algo “essencial”, que não muda.

A segunda concepção de identidade é aquela formada por um *sujeito sociológico*, isto é: formada numa interação entre o homem e a sociedade. Neste sujeito moderno:

A identidade preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” - entre o mundo pessoal e o mundo público [...] A identidade então costura o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis. (HALL, 2011, p. 12)

Nesta outra concepção, tratamos de uma identidade formada numa relação social, e por isso mesmo, a temos como algo que não é essencial e imutável, mas sim, como algo passível de transformações.

Já a terceira forma de identidade que está em trânsito entre a modernidade e a chamada pós-modernidade, e da qual todos os grupos sociais fazem parte em diferentes posições, pode ser chamada de *identidade do sujeito pós-moderno*. Essa identidade torna-se uma *celebração móvel* do sujeito. A identidade então é vista como uma costura de posições sociais que um mesmo indivíduo pode adotar na teia social. Nesse sentido, a identidade puramente unificada, completa, uniforme e coerente é uma fantasia ou formulação imprópria do pensamento social.²²

Essa “descentração” da identidade pode ser observada, de certo modo, na vida social dos pescadores, pois, em variadas ocasiões nas pesquisas de campo, pudemos observar com clareza como estes agentes ora se filiavam e agiam coletivamente em torno de uma categoria de trabalho e, ora, se alinhavam em torno de uma demanda territorial, relativa a um meio ambiente de uso comum, como no caso da Campanha Nacional de reivindicação pelo reconhecimento dos territórios pesqueiros.

²² Mais uma vez, podemos ver um exemplo rico desta construção de identidades móveis no relato do Sr. Pom Pom, que será apresentado no segundo capítulo.

Admitimos assim que Hall procura se afastar de uma visão simplista da sociedade e das suas formas de estudo. O autor nos encaminha uma sequência de reflexões sobre como são impactadas as identidades na modernidade, quais as consequências políticas da fragmentação de identidades, tomando-se aqui o pressuposto de que a modernidade e pós-modernidade são processos contínuos da globalização em pleno andamento. Sua questão central é compreender como as identidades culturais estão sendo deslocadas pela globalização no mundo do século XXI.

As repercussões deste processo de *globalização* sobre as identidades são basicamente descritas em três formas de *respostas culturais*, explicadas por Hall na seguinte maneira:

- 1) As identidades culturais, deslocadas ou pressionadas pela globalização, podem estar em desagregação.
- 2) Identidades locais podem ser reforçadas pela resistência à globalização.
- 3) Identidades culturais estão em declínio, mas novas identidades híbridas estão tomando seu lugar.

Esse conjunto de respostas – desagregação de identidades culturais, fortalecimento de identidades locais e formação de novas identidades híbridas – formam, segundo o autor, um panorama muito mais complexo e perturbador do que aquele composto pelas noções de sujeito e identidades culturais. Essa multiplicidade de respostas que uma identidade cultural pode apresentar na modernidade, vale aqui adiantar ao nosso leitor, foi validada em nossos estudos e nos campos, pois na medida que conhecíamos as variadas dimensões de atuação política desses grupos fomos notando, com nitidez, que as identidades pesqueiras, ora demonstravam estar entrando num quadro social de franca desagregação política, ora estavam resistindo e moldando-se aos embates impostos pela globalização.

Portanto, chegamos aqui a mais uma construção conceitual de identidade cultural que consideramos adequada no âmbito de nossa pesquisa. Logo, podemos adotar em nossos estudos essa perspectiva da identidade como um lugar que se assume, uma costura de posição e contexto, e não uma essência ou substância fixa a ser simplesmente examinada pelo cientista social.

Em nossa interpretação, essas percepções sobre as identidades culturais híbridas elaboradas pelos pescadores e reforçadas pela resistência à globalização, podem ser

traduzidas, no âmbito de nossa tese, na seguinte questão: como os pescadores são afetados e como eles reagem às mudanças sociais provocadas pelos diversos atores que agem nas sociedades contemporâneas?

Para responder esta pergunta, temos três respostas preliminares possíveis, inspiradas pelo texto de Hall: i) eles simplesmente estão em extinção, ii) eles se recriam e reafirmam sua identidade pesqueira de acordo com as contingências econômicas, sociais e ambientais vigentes, iii) surgem identidades híbridas no mundo da pesca, identidades múltiplas e flutuantes – produzidas nas interações com diversos atores sociais - que por vezes, se manifestam num mesmo ator social.

Em suma, ao longo de nossos estudos efetivamente temos observado que essas respostas culturais e identitárias realmente podem variar muito entre os agentes dos grupos pesquisados. Assim, as identidades culturais pesqueiras que analisamos podem ser interpretadas dentro dessas duas visões que apresentamos anteriormente. Isto é, as identidades pesqueiras, numa visão barthiana, podem se comportar de acordo com situações sociais nas quais se encontram e se movimentam, sempre a partir de suas bordas, configurando-se aí uma *identidade étnica relacional*. Numa outra perspectiva, estabelecida por Hall, poderíamos dizer que a identidade pesqueira - produto das interações sociais próprias dos pós modernidade - é uma identidade cultural *híbrida* e articulada por um sujeito parcialmente “descentrado”, aqui compreendido como aquele sujeito social que constitui e apresenta sua personalidade por diferentes meios e marcadores culturais. Estes marcadores podem se constituir tanto à partir de aspectos que provem dos conhecimentos locais, quanto de sentidos sociais que partem do “global”.

Nesse sentido de análise sobre as identidades relacionais, pode-se dizer finalmente, que o *sujeito descentrado* de Hall é formado pelas características locais de trabalho - como transmissão oral, aprendizagem informal e experiencial de um ofício - e também pelas características “externas”. Nestas últimas, a influência de um mercado global, a produtividade, e a “racionalização” de etapas da vida e da produção pesqueiras, configuraram nos pescadores uma espécie de *identidade flutuante*, sem demérito de sua identidade coletiva. Logo, na nossa visão integramos essas duas abordagens para compreender de forma mais rica estas variações que o próprio conceito adquire nos diferentes campos em que foi estudado e apreendido. Finalmente, admitimos essa flexibilização do conceito de identidade e sua dupla interpretação, pois entendemos que assim, expandido em seus alcances explicativos, esse conceito pode responder e explicar

melhor como o pescador tradicional - artesanal, caiçara, ou, o jangadeiro - se manifesta individualmente, se organiza socialmente, e se auto representa nos múltiplos contextos sociais dos quais faz parte.

1.6) Sobre a noção de território nas ciências humanas.

Ser pescador não é ser um mero objeto, mas ser artífice também de um projeto de vida, que se movimenta – ganhando forma e substância – de acordo com o ritmo das águas e das relações sociais típicas das comunidades pesqueiras, que se integram a uma trama social mais ampla. (RAMALHO, 2006, p. 170)

Certamente um dos conceitos que emergiu com maior ênfase das etnografias de campo e dos diversos encontros e debates que acompanhamos ao longo dessa pesquisa, foi o conceito de território. Observado diretamente nas falas e retóricas dos pescadores, essa noção de território-pesqueiro, como um lugar de moradia, trabalho e expressão do conhecimento tradicional, foi um dos temas mais recorrentes entre os nossos entrevistados.

Este termo apareceu com frequência nas falas dos pescadores do Jacarapé, quando tratavam de sua luta local por melhores condições de moradia, esteve bastante presente nas falas dos mestres da Penha, ao demonstrar e compartilhar um nível elevado de conhecimento sobre os territórios-pesqueiros. E ainda, lembramos que o território, como categoria analítica das ciências humanas, apareceu com intensidade notável nas discussões realizadas dentro dos encontros temáticos, nos seminários de pesquisa e nas discussões dos grupos acadêmicos vinculados aos estudos sobre pesca artesanal e populações tradicionais. O estudo da pesca artesanal na atualidade social implicava, necessariamente, na inclusão dessa problemática territorial nos debates acompanhados.

A seguir, apresentaremos algumas abordagens relativas ao conceito – território - e nossas concepções sobre como o conceito foi trabalhado nesta tese. A partir da leitura de alguns autores procuramos articular abordagens contemporâneas para o tema da pesca artesanal (provenientes sobretudo do campo da sociologia e antropologia), com alguns apontamentos do campo da geografia humana que entendemos como adequados e complementares para realização deste estudo. Essa reflexão geográfica sobre o conceito

de território se faz necessária, pois, ao final deste trabalho, precisamente no capítulo 5, utilizaremos algumas ferramentas explicativas provenientes dessa área do saber (os mapas temáticos) e realizaremos as devidas interpretações críticas sobre os mapas dos territórios pesqueiros na cidade de João Pessoa.

Sabemos que os alcances dos debates acadêmicos e das discussões políticas, referentes ao conceito de território, são imensos. Na sequência vamos apenas recortar algumas considerações que envolvem o conceito de território adaptado ao tema dos pescadores, e nesse percurso, o leitor deverá notar que nossa reflexão se conectou com a utilização de outros conceitos complementares, sobretudo o conceito de *tradição* e, atrelou-se discursivamente ao tema das *lutas por reconhecimento dos territórios pesqueiros*, como consta dos estudos sobre a já citada Campanha Nacional Pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras²³.

Assim, nos momentos adequados, esses conceitos de *tradição* e de *lutas por reconhecimento*, e, os debates que carregam consigo, serão apresentados ao leitor como parte integrante da reflexão conjunta estabelecida sobre os territórios pesqueiros do litoral sul da capital paraibana. Então, nessa tese privilegiamos alguns autores brasileiros contemporâneos que trataram especificamente do tema território vinculado a pesca artesanal no contexto nordestino. Fizemos essa escolha por entender que estes autores já traçaram rotas discursivas e discussões válidas para esta reflexão, explorando cenários sociais muito semelhantes ao que temos estudado nessa pesquisa.

Iniciando esse pequeno ensaio crítico sobre o conceito citado, podemos indicar Cristiano Ramalho (2006) como um dos autores que mais tempo dedicou ao tema da pesca artesanal na atualidade. Devemos destacar que suas abordagens contemporâneas contemplam valiosos debates sobre os territórios da mestrança, sobre o saber-fazer marítimo na costa pernambucana, e constituíram-se, assim, como contribuições norteadoras para esta empreitada. As contribuições mais recentes que Ramalho tem dado ao tema da pesca artesanal são variadas e adentram em campos temáticos que passam pelas artes e vão até os processos de patrimonialização dos saberes tradicionais. No entanto, devemos atentar que, neste subcapítulo, apenas vamos nos ater as suas

²³ A este respeito conferir o capítulo IV, onde são apresentadas as Etnografias multisituadas.

contribuições mais específicas sobre os territórios pesqueiros enquanto espaços *sui generis* de reprodução da cultura praieira pernambucana.

Podemos dizer que Ramalho (2006) observa com maior ênfase as questões territoriais relacionando-as aos laços afetivos e de pertencimento que pescadores desenvolvem em suas atividades sociais cotidianas e, obviamente, verificando-as nas suas relações com os espaços costeiros e marítimos. Para construir sua análise, além dos estudos de campo, o autor utiliza como referências os debates anteriores que já haviam sido iniciados, algumas décadas atrás, por Simone Maldonado (1986). Para esta pioneira dos estudos de pesca na Paraíba o tema território também já envolvia em sua discussão elementos de pertencimento e conhecimento como veremos no trecho a seguir:

No mar, os territórios são mais do que espaços delimitados. São lugares conhecidos, nomeados, usados e definidos. A família de cada grupo de pescadores com uma dessas áreas marítimas cria territórios que são incorporados a sua tradição. Na mesma medida em que é recurso ou espaço de subsistência, o território encompassa também a noção lugar, mediante a qual os povos marítimos definem e delimitam o mar. Sob este aspecto, podemos dizer que território é conhecimento. (Maldonado, 1993, p. 105)

Nota-se no trecho citado, claramente, que Maldonado estava preocupada em expandir sua interpretação sobre os territórios da pesca artesanal pensando-os como lugares nomeados e espaços criados pela tradição, não apenas pensando-os como áreas delimitadas pelo trabalho, mas também, como espaços sociais fundamentados pelo conhecimento tradicional pesqueiro. Nesse sentido, vemos que o território pesqueiro já era pintado com essas múltiplas “cores” e com esses traços da *tradição* e do *etno-conhecimento* vinculados pelo uso. Vale indicar ainda que, a noção de território, apontada por Maldonado, como criação das famílias pesqueiras, servirá como “peça” decisiva em nossas explicações posteriores quando analisaremos a luta pela criação dos marcos legais para a regularização dos territórios pesqueiros. Nesse sentido fica clara a assertiva organizada pelos movimentos sociais da pesca artesanal, na qual a preservação dos territórios pesqueiros tem relação direta com a preservação desse *conhecimento*. Preservar ou garantir territórios pesqueiros é preservar conhecimento tradicional.

Já de início, parece-nos importante indicar que quando nos reportamos ao termo *tradição*, atrelado a uma noção de território-pesqueiro, estamos tratando de um conceito bastante amplo, portador de muitas possibilidades de interpretação. Faz-se, portanto, necessária a devida explicação sobre como pensamos e nos relacionamos, teoricamente, com este conceito.

Como já foi dito, para o estudo dos pescadores no caso nordestino, entendemos que é fundamental analisar os conceitos utilizados e apresentar breves considerações sobre aquilo que entendemos por cultura *tradicional*, ou simplesmente, devemos explicitar aquilo que entendemos por *tradição*. Novamente temos como pressuposto que o simples uso destes conceitos ou terminologias, como pescador tradicional, implica em posições teóricas e visões de mundo constituídas sobre os pescadores.

Colhemos importantes contribuições para essa discussão nas abordagens sociológicas apresentadas por Lucia Helena de Oliveira Cunha, onde a estudiosa da pesca desenvolve uma reflexão aguçada sobre o tema, em suas palavras:

Essa visão idílica do pescador artesanal, centrada numa concepção fixa e exterior da natureza, tende a congelá-lo no tempo, como se fosse ausente de movimento, ausente de desordens [...] Em tais termos é que a idéia de tradição é marcada pela repetição e estabilidade, não abrindo margem a variação. (CUNHA, 2004, p 106)

A autora atenta para o cuidado analítico que os estudiosos das culturas tradicionais devem ter, para não reproduzirem uma visão idealizada sobre estes grupos sociais nas suas abordagens. Na nossa visão a *tradição* será revestida de movimento e mudanças, provenientes das próprias dinâmicas sociais nas quais está incluída; ou seja, na nossa concepção “a tradição é algo dinâmico, algo que transita, que se movimenta, deslocando-se, assim, o sentido convencional que é imputado à palavra tradição” (CUNHA, 2004, p.106).

Outro autor que merece destaque nos debates sobre o conceito de tradição é Rodrigo Grunewald (1999) quando estuda o processo de reinvenção das tradições dos índios Pataxó no contato com a indústria do turismo no estado da Bahia. Em linhas gerais a noção de “invenção das tradições” é apoiada nos escritos de Eric Hobsbawm (1997) nos quais o pensador concebe esse mesmo processo de *invenção das tradições* como

processo social que assegura ou expressa uma vontade de coesão social. Em momentos ou períodos históricos de conflitos ou em rápidas e intensas mudanças sociais (no seu caso de estudo a Europa do final do século XIX e início do século XX), a recriação, ou invenção de tradições, foi um processo social intenso e fundamental tanto para a manutenção das Repúblicas, como para a organização de Estados Nacionais e grupos minoritários da Europa.

Já para o contexto brasileiro Grunewald mostra que, especificamente para os estudos antropológicos e históricos dos índios pataxós, a noção de tradição é formada por elementos extraídos do contato destes grupos com diversos segmentos sociais. Nessa vertente é o contato social, o conflito e as disputas intergrupais, que solicitam a invenção ou reorganização de certa tradição. (GRUNEWALD, 1999, p. 18)

Estendendo essa análise para os pescadores artesanais, podemos perceber, com clareza, que esses grupos se encontram em um quadro social semelhante de disputas intergrupais e intersociais, e, assim, entendemos que estas populações passam por semelhante processo de *interação criativa* que o autor ressalta. Para nós a geração ou recriação de tradições pesqueiras ocorre pelos mesmos fatores apontados anteriormente, isto é, os pescadores estão de fato transitando em diversas arenas sociais e políticas onde fluxos e demandas sociais de diferentes grupos (empresários do setor de turismo e a própria dinâmica do mercado, por exemplo) requerem novas *construções sociais* denominadas de *tradições*. Logo, a noção de tradição que adotaremos ao longo desta pesquisa considerará isto, que o modo de ser tradicional se configura de forma dinâmica como é próprio de uma construção social gerada pelos embates da vida em sociedade.

Retornando ao debate sobre território e a perspectiva construída por Cristiano Ramalho, na obra *Ah esse povo do mar: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana*, de 2006, podemos dizer que o autor também envereda sua análise e interpretação do território por uma perspectiva expansiva sobre o termo, isto é, vemos neste trabalho um conjunto de explicações sobre como a cultura do povo do mar que é referendada na formação dos territórios pesqueiros. Em sua análise fica mais clara a ideia de que os territórios da pesca são formados a partir de uma relação íntima, as vezes quase “mágica”, estabelecida entre pescadores e o mar. Não se trata apenas de um espaço partilhado na esfera do trabalho, ou ainda, o território não pode ser tomando apenas e tão somente como um projeto político, coletivizado e vinculado na esfera do direito.

Nessa relação, forjada eminentemente no mundo do trabalho, os homens e o mar muitas vezes acabam se fundindo, e nessa medida da interação, precisamos ter certo cuidado para separar aquilo que é espaço socialmente construído, daquilo que é vontade, ou daquilo que é símbolo, ou seja, precisamos estar atentos, enquanto pesquisadores, para as formas pelas quais os próprios pescadores nomeiam e entendem seus territórios em determinados contextos históricos:

No imaginário dos homens que vivem da pesca há leituras muito próprias acerca do território aquático e do olhar que eles formulam sobre o exercício de sua profissão, numa relação dialógica e de cumplicidade. Nem o mar nem os pescadores artesanais são vistos como entes separados, criaturas que se opõem, dicotomicamente. “Quem me ensinou a pescar?! Foi o mar mesmo”. (Graciliano, 32 anos, pescador de Suape) (RAMALHO, 2006, p. 147)

Vemos na referida reflexão que este aspecto singular desta cultura litorânea – o sentimento de pertencimento ao mar – está diretamente relacionado com esta identificação do sujeito com o meio marítimo. Nesse contexto, temos uma forma de *territorialização sui generis*, quase mágica ou mitológica, de criação tanto dos espaços como dos sujeitos pescadores. Perceber essa variedade de formas de territorializar os espaços costeiros, e, conjuntamente, perceber as formas alternativas de apropriação e uso do espaço feitas pelos pescadores nas esferas pessoais e coletivas, não é de fato, uma tarefa simples, e, por enquanto, guardaremos atenção sobre as seguintes considerações coletadas desse debate inicial: territórios pesqueiros podem assumir nuances variadas de acordo com o “momento” em que são analisados. Logo, territórios pesqueiros, nos cenários observados por Maldonado (1993) e Ramalho (2006) podem significar, “produtos” do trabalho, “lugares” do saber e da tradição, instâncias coletivizadas pelas lutas políticas e, por que não, extensão, quase material e prolongamento existencial dos próprios pescadores.

Talvez um dos subtemas que mais se relacione com a compreensão do conceito de território nas obras desses autores supracitados seja o tema da *marcação* dos territórios pesqueiros, como um símbolo e prática social marcante dessa cultura. Nessas interpretações podemos considerar, então, que os territórios pesqueiros são espaços sociais eminentemente fundados pela *marcação* dos mestres, configurando-se, portanto, como lugares privilegiados da produção material, da produção simbólica e de identidade e, é claro, como lugar de expressão do conhecimento da cultura pesqueira.

Aproveitaremos principalmente as considerações que Ramalho elabora sobre os aspectos culturais e práticos que esses grupos desenvolvem nas suas relações diretas com o espaço costeiro.

Dentre as particularidades do modo de vida pesqueiro, o sistema de marcação do espaço aquático, que é inerente à pescaria artesanal, confere singularidade à forma como os pescadores apropriam-se desse recurso ecológico. (RAMALHO, 2006, p. 152)

Ramalho aponta que uma das particularidades da cultura pesqueira no nordeste brasileiro é essa forma de apropriação do mar chamada de *marcação*. Decorrente deste processo de *marcação* podemos afirmar que os pescadores vão *territorializando* os ambientes marinhos e ao mesmo tempo vão reforçando uma categoria nativa, como uma característica significativa dessa cultura marítima. Ou seja, por meio da *marcação* eles nomeiam os espaços e reforçam na sua cultura esse “dom”, essa especificidade, ou, esse conhecimento único de mapear os mares. Feitas essas considerações, parece plausível admitir que a prática da *marcação* reapresenta o saber tradicional por excelência.

Para mapear os espaços marítimos os pescadores realizam operações mentais sofisticadas incluindo os sinais presentes na costa, as construções humanas e os faróis, como nós atestamos nas visitas a campo realizadas em nosso mestrado (Cf. BAEZ, 2010). Todos estes “pontos” de localização podem ser considerados objetos de referência para a construção dos mapas mentais do mar.

A *marcação* é pelas terras. Você vê um morro aqui. Então, a pedra [ponto de pesca] é aqui. Aí você diz: é esse morro aqui pegando com esse. Aí sai botando nome dos morros, são muitas marcas. Pra pescar mesmo, é pelas marcas na terra. (Alberis de Paula, 47 anos, pescador de Suape) (RAMALHO, 2006, p. 152).

Derivados dessa relação de conhecimento entre terra e mar, observada claramente na fala do pescador Alberis, podemos deduzir que estes territórios pesqueiros são formados por jogos de sobreposição de sentidos que se realizam tanto sobre os espaços em terra firme, como sobre as correntes oceânicas e mares socialmente conhecidos. No entanto, salientamos com base na reflexão crítica de Ramalho e com base em nossos estudos, que os territórios pesqueiros não se restringem as áreas produtivas, diretamente envolvidas na pescaria, ou pontos de pesca, mas se estendem a todas as áreas que se relacionam e onde organizam as atividades relativas a pesca. Exatamente nesse sentido

de análise, observando para onde se expandem as *territorialidades* pesqueiras, podemos também incluir em nossa concepção de território, as vilas pesqueiras como áreas pertencentes a estes territórios construídos socialmente. Como indica o estudioso da pesca:

Ademais, os pescadores de Itapissuma e Suape detém um sentimento de pertença com o local onde moram e vivem, pois as relações de parentesco, vizinhança e amizade estão entrecruzadas com o próprio habitat e com o lugar de moradia. O pertencimento na pesca artesanal não se prende, unicamente, as relações com o espaço aquático, mas também com o espaço em terra. (RAMALHO, 2006, p. 145)

Sendo assim, podemos novamente ponderar sobre o tratamento que estamos dando aos territórios pesqueiros em nossos estudos, e nesse sentido, temos necessariamente que considerar essa *territorialização* realizada nos espaços em terra firme, como parte integrante e fundamental dessa cultura pesqueira que estudamos no nordeste brasileiro.

Em outras palavras, entendemos que os territórios pesqueiros se formam tanto no ambiente costeiro e marítimo - nas áreas do trabalho da pesca em si -, como também se fundamentam e se organizam a partir de espaços comunitários e sociais “ocupados” materialmente e politicamente pelos pescadores. Veremos, nos capítulos segundo e terceiro, que, no caso da praia do Jacarapé, essa demanda por organização dos territórios pesqueiros, na faixa costeira, é o principal fator de mobilização coletiva destes pescadores, servindo como “bandeira” de aglutinação e como forma de resistência coletiva naquela comunidade.

Em outras abordagens poderíamos discutir o conceito de território vinculando-o com maior ênfase à ação política e as questões referentes às lutas sociais que determinados grupos fazem pelo reconhecimento de seus direitos políticos. Nesta outra perspectiva de análise - que consideramos complementar em relação a que foi anteriormente apresentada -, estamos fazendo referência direta às discussões e temáticas encaminhadas por autores como Axel Honneth (2003) e John Scott (1990), quando tratam das formas de lutas sociais e organizações políticas de resistência coletiva que determinados grupos manifestam atualmente na vida em sociedade.

Sobre essa discussão mais ampla que envolve também a noção de *resistência social*, pode-se afirmar que as lutas por territórios pesqueiros encabeçadas pelos

pescadores brasileiros são formas dinâmicas de adaptação cultural que esses grupos humanos realizam para se manter coesos.

Marilda A. de Menezes refletindo sobre a obra *Domination and the Arts of Resistance*, de James Scott (1990), indica também que as práticas de resistência não devem ser apenas pensadas como “reações ou oposições às formas de dominação”, mas, podemos concebê-las como “diversas estratégias que grupos sociais utilizam de forma a garantir sua autonomia e dignidade em face às relações de exploração e dominação. Em muitas situações, essas estratégias se caracterizam como adaptação ou acomodação às relações de dominação, em outras de contestação” (MENEZES & MALAGODI, 2009, p. 21).

Talvez um dos autores que mais contribua para esta discussão conjunta entre os conceitos de *lutas por reconhecimento* de direitos e *resistência social coletiva* seja Axel Honneth (2003) ao observar como os variados acontecimentos e processos históricos - sobretudo a transição das sociedades “tradicionais” para as ditas sociedades “modernas” – são resultados, mesmo que aparentemente paradoxais, de uma luta social por reconhecimentos sociais e individuais de *afetos*. Tal construção concebe o indivíduo, dotado de subjetividade racional, como um “ser” sempre vinculado em uma complexa rede de relações intersubjetivas, fato social este que, redundaria para si mesmo numa dependência estrutural por reconhecimento de outros agentes sociais. Os atores sociais nesta trama social só se reconhecem quando tem, de alguma maneira, um reconhecimento jurídico e social atendido, realizado na esfera pública, realização essa, chamada aqui de *auto-respeito*.

Relacionando essas abordagens com nossa discussão sobre territórios, lutas sociais e pesca artesanal, podemos supor que as *lutas por reconhecimento* que citamos anteriormente são, em última instância, exemplos de lutas *pelo respeito a uma especificidade* cultural, isto é, são lutas pelo direito à diferença estabelecidas pelas minorias que se percebem como oprimidas no mundo contemporâneo. (SOUZA, 2000, p. 149). Os grupos de pescadores em escala nacional que reivindicam territórios pesqueiros, estão, nessa interpretação, lutando tanto pela demarcação física dos territórios pesqueiros, como também pelo respeito e pela continuidade de uma identidade cultural específica, a identidade daqueles que se utilizam das águas com meio fundamental para sua reprodução material e cultural.

Abandonar essa luta, nesses termos, significaria abnegar da própria identidade, do conhecimento construído ao longo de gerações e da própria vida social. Sendo assim, nesses debates, de lutas políticas vinculadas aos territórios pesqueiros, entendemos que devemos flexibilizar o termo território, ampliando seus alcances explicativos, pois estamos considerando também os territórios como ferramentas e lugares de instalação do poder político e não apenas pontos de pesca e produção. Logo, nessas arenas políticas e jurídicas de lutas por reconhecimentos, podemos dizer que a construção dos territórios pesqueiros é uma ação coletiva, que se dá de maneira diversa daquela apontada anteriormente, fundamentada pelo ato da marcação, característica marcadamente individual e definidora dos mestres.

Em outras palavras, nessa arena política, muito bem exemplificada nos movimentos sociais organizados pela criação dos territórios pesqueiros, temos uma luta de todos os pescadores, mesmo daqueles homens, mulheres, jovens e crianças que não sabem *marcar* os chamados pesqueiros. O território nesse sentido restrito, portanto, é coletivizado na ação política e não somente na esfera do trabalho. Ou seja, nessa perspectiva de luta política os territórios podem ser enunciados e declarados com pertencentes a uma cultura, sem serem efetivamente conhecidos, e, logo, vemos que estes constructos políticos são criados de maneira diversa daquela indicada pelo ato prático da *marcação*.

Essa constatação, a respeito da multiplicidade de formas de se construir e de se conceber o território pesqueiro, na nossa visão, não desqualifica uma ou outra abordagem apresentada; antes, entendemos que estas visões, pautadas no trabalho da marcação e na ação política, amplificam os próprios alcances explicativos do conceito de território e, ao final, estas duas leituras podem contribuir conjuntamente no desejado exercício de flexibilização do conceito, tão necessário nas análises dos territórios na sociedade contemporânea.

Em síntese, até aqui, podemos ver que os territórios, podem ser, portanto interpretados de acordo com as situações sociais nas quais se encontram e em função dos atores envolvidos, podendo assim ser considerados espaços nomeados pelo uso e pelo saber, são também lugares criados pela tradição cultural, territórios do conhecimento pesqueiro, e, finalmente, podem ser interpretados como verdadeiras bases políticas e espaços coletivizados, bases teórico-materiais para o estabelecimento das *lutas jurídicas por reconhecimentos* dos direitos territoriais.

Por fim, compreendemos que essas formas variadas de se interpretar o conceito de território – seja pelo viés da *marcação*, seja pelo saber dado pelo trabalho, ou ainda, pelo viés da ação política – todas recaem ou se relacionam, de alguma maneira, sobre a figura do mestre de pesca, justamente aquele agente que domina na prática, e, simboliza, nas arenas políticas, esse conhecimento dos mares. Nesse sentido, parece plausível concluir que, o ato de criar territórios pesqueiros, atribuído aos mestres de pesca, é uma das características culturais e identitárias marcantes estes povos do mar, e, como consequência disso, podemos justificar, com maior precisão, o recorte e o andamento dos debates estabelecidos até aqui, relacionando a todo momento esses três conceitos: mestres, territórios e identidade.

Tomando por base os ambientes marítimos que estudamos na Paraíba e, principalmente, tendo em vista as comunidades selecionadas, percebemos que os territórios pesqueiros são primeiramente *constructos* sociais criados pelos pescadores a partir de sua relação direta com o mar e, espaços de produção e reprodução social valorizados economicamente devido a seus potenciais de oferta de recursos naturais como peixes, lagostas e camarões. Pescadores artesanais não se encontram fora da sociedade de mercado e como agentes e participantes desta esfera da modernidade, se movimentam, sempre que possível, em função de algum ganho monetário. Se fosse possível recortar apenas dimensão material da pesca, a título de interpretação, diríamos que os territórios correspondem primeiramente a realidades geográficas concretas e são espaços sociais mensurados à partir de seus potenciais de uso e exploração.

Numa segunda leitura, focando mais as dimensões simbólicas vivenciadas e organizadas socialmente pelos próprios pescadores, também poderíamos observar e interpretar essas territorialidades da pesca artesanal como representações sociais, expressões de posicionamentos hierárquicos na sociedade, que se manifestam através de relações de trabalho, de poder e de dominação sobre espaços e outras pessoas.

Aqui os territórios assumem feições coletivas de poder. Áreas de pesca, nessa interpretação, são territórios conhecidos e de certa maneira protegidos, pela lógica do segredo e somente são partilhados, enquanto conhecimento, em círculos de família e de camaradagem, na linguagem pesqueira, nos círculos da parceria.

Já numa terceira dimensão vimos que os territórios pesqueiros podem assumir a função de “bandeiras” de lutas políticas e servem como bases discursivas para o estabelecimento das lutas por reconhecimentos nas arenas políticas da atualidade, onde, cada vez mais, as populações tradicionais são pressionadas, desconsideradas, ou mesmo, desrespeitadas em seus direitos mais básicos, como o direito a condições básicas de moradia.

Assim, quando estudamos territórios de pesca, estamos nos aproximando de uma territorialidade, notadamente flutuante e móvel, mas singular. Afinal, um dado território pesqueiro é detalhadamente demarcado de acordo com os interesses, com as necessidades materiais e com as possibilidades de atuação política dos agentes pescadores envolvidos. Território, além de conhecimento, também é jogo político.

Concluimos, finalmente, que os territórios da pesca “literalmente” flutuam nas malhas ou redes de relações sociais, sentidos e significados que se organizam nos diversos setores das sociedades complexas contemporâneas. Logo podemos usar também a expressão *territorialidades* pesqueiras para tratar dessa flutuação de sentidos e das diversas formas de espacialidade que se organizam na vida do pescador. Ou ainda, como sugere o próprio Ramalho (2006), quando flexibilizamos o conceito de território – interpretando-os como espaços da tradição e do conhecimento, lugares do saber pesqueiro, criações das famílias e palcos de lutas por direitos - podemos compreender melhor como se dão as variadas formas de *territorialização* desses espaços sociais e quais são as variadas dimensões que o território assume nas esferas técnicas, econômicas, políticas e culturais da sociedade moderna.

1.7) Breves considerações geográficas sobre o conceito de território.

Para entender melhor como chegaremos a esta versão mais “moderna” de território e *territorialidades* que utilizamos nesta tese, consideramos importante realizar uma breve exposição sobre a trajetória deste conceito, e observar como o território tomou esta “elasticidade” e se hibridou em variados campos do saber.

Na perspectiva da Geografia humana atualizada podemos indicar os estudos de Rogério Haesbaert (1997) como um aporte teórico bastante interessante aos propósitos desta tese. Na obra “Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste”, o

autor indica a importância de observarmos com devido cuidado analítico a noção de território e seus processos de formação política vigentes no contexto brasileiro.

Na localização da discussão teórica sobre esta categoria Haesbaert analisa uma distinção fundamental da categoria território como instrumento de poder e como identidade cultural. Após uma longa e detalhada análise sobre as variações de abordagens que diferentes autores realizam no campo das ciências humanas, temos a seguinte síntese:

Considerando essas diversas posições podemos agrupar as diferentes abordagens conceituais de *território* em três vertentes básicas:

- a) A jurídico-política, majoritária, inclusive no âmbito da Geografia, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal [...]
- b) A cultural (ista), que prioriza sua dimensão simbólica e mais subjetiva, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou da identidade social sobre o espaço; Guatarri (1985) e, na Geografia, Tuan (1980, 1983) são autores que, em diferentes posições se aproximam desta abordagem; e
- c) A econômica (muitas vezes economicista), minoritária que destaca a des-territorialização em sua perspectiva material, concreta, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho. (HAESBAERT, 1997, pp. 39-40)

Basicamente Haesbaert elenca três grandes correntes de análise – política, cultural e econômica - que se desenvolveram sobre a categoria territorial e ressalta um aspecto que julgamos sempre importante ter em mente, a saber: as múltiplas dimensões de análises solicitadas pela categoria território refletem os múltiplos processos sociais, políticos, culturais e materiais que o espaço encerra numa relação com o ser humano e com suas ações.

Dessa forma, o território deve ser visto na perspectiva não apenas de um *domínio* ou controle politicamente estruturado, mas também de uma *apropriação* que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva. (HAESBAERT, 1997, p. 41)

Tomando essas considerações desenvolvidas pelo autor - para o âmbito de nossa tese - podemos pensar que a análise dos territórios pesqueiros pressupõe sempre essas apreensões de ordem simbólica pois notamos que a identidade territorial exposta pelos pescadores se enquadra justamente nesse feixe de ações políticas e ressignificações

culturais-afetivas que destacou o geógrafo. Os grupos sociais, pescadores, realizam uma espécie de *territorialização* de sua identidade em diversas dimensões da vida social, a saber, a utilizam, ou utilizam o termo para legitimar, (i) o uso de determinados espaços, (ii) para a afirmação de uma identidade pesqueira, na figura dos mestres e (iii) territorializam seus discursos políticos quando organizam uma campanha nacional cujo tema principal é a garantia dos territórios das comunidades tradicionais.

Outra contribuição analítica importante para a compreensão destas múltiplas dimensões que o território assume na modernidade – enquanto uma categoria híbrida - está presente na obra *O espaço importa: dilemas da construção identitário-territorial na contemporaneidade*. Aqui Haesbaert (2005) nos apresenta uma rica junção entre os estudos de identidade e as relações espaço-tempo a serem observadas em nosso contexto moderno.

Segundo o geógrafo podemos afirmar que as identidades territoriais desenvolvidas em nossas sociedades complexas são eminentemente híbridas, ou seja, são dotadas de múltiplas territorialidades na sua configuração. Especificamente para o caso de observação das chamadas “comunidades” ou “povos tradicionais” este autor atenta para as implicações que o uso destes termos – “tradicionais” e “comunidades” - impõe numa análise territorial, citando Almeida (2004) Haesbaert problematiza:

A “noção de tradicional” não se reduz à história, nem tão pouco a laços primordiais que amparam unidades afetivas[...] incorpora a identidades coletivas redefinidas situacionalmente numa mobilização continuada, assinalando que as unidades sociais em jogo podem ser interpretadas como *unidades de mobilização*. O critério político-organizativo sobressai combinado com uma ‘política de identidades’, da qual lançam mão os agentes sociais objetivados em movimentos para fazer frente aos seus antagonistas e aos aparatos de estado. [...] Little (2005) também destaca essa conotação política do termo (território tradicional – grifo nosso) já incorporado a instrumentos legais como a Constituição de 1988 e a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. (HAESBAERT, 2011, pp. 63-64)

De forma clara vemos neste trecho um exemplo de interconexão conceitual, já indicada anteriormente, que acontece, justamente, quando tratamos das chamadas comunidades tradicionais. Nesses casos temos os conceitos de território, tradição e identidade embrenhados de tal maneira nas explicações, que em muitas vezes podemos,

desavisadamente, quase que substituir um item pelo outro em nossas explicações. Por extensão podemos considerar que esta interconexão entre os conceitos e a “flexibilização” do termo território como *unidades de mobilização* política (feitas pelos agentes sociais nas disputas e “jogos políticos), abrem, positivamente, um campo de estudos multidisciplinar sobre o tema. Vemos com clareza que o território foi tomado como símbolo da cultura pesqueira e como instrumento de lutas sociais porquê, de fato, estes espaços sociais, legalizados ou, não, garantidos ou, não, se constituem por vias múltiplas como parte de identidade pesqueira e, portanto, servem tanto como base material, para produção e reprodução de sua sobrevivência, como também, servem de base política para os movimentos sociais em defesa da continuidade da pesca. Logo, não poderíamos deixar de mencionar, que este conceito-território serve também como uma base “imaginária”, simbólica, por assim dizer, para que esses grupos construam culturalmente um ambiente social que lhes pertence, um ambiente que os acolhe e por fim, constitui-se assim um meio-ambiente familiar, conhecido e reconhecido como parte indissociável de seu modo de vida.

1.8) Contribuições de Antônio Carlos Sant’Anna Diegues para a Sócio Antropologia Marítima.

Ao final desse capítulo sobre os referenciais teóricos, conceitos e metodologia adotados nesse estudo, gostaríamos de indicar as contribuições de Antônio Carlos Sant’Anna Diegues como um dos autores referenciais para esses debates que envolvem pesca artesanal e populações tradicionais.²⁴

Especificamente para o estudo das comunidades pesqueiras presentes no litoral brasileiro, podemos indicar que na academia brasileira temos os primeiros trabalhos científicos surgindo a partir da década de 1940. Os estudos acadêmicos encontrados nesse

²⁴ Existem, atualmente, no Brasil, aproximadamente 4,5 milhões de famílias que pertencem a 26 povos e comunidades tradicionais. Esses povos se reconhecem como culturalmente diferenciados, com formas próprias de organização social. De acordo com o Decreto no 6.040/2007, são considerados povos e comunidades tradicionais aqueles que ocupam e usam territórios e recursos naturais para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. Em sua vida cotidiana utilizam conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso feito em 17/05/2015.

período dedicavam-se as expressões dessa cultura milenar da pesca, passada de geração a geração, e que chega até nossos dias mesmo que re-significada pela *modernidade* com o nome de pesca artesanal. (DIEGUES, 1983).

Diegues nos oferece, sem sombra de dúvidas, uma extensa e diversificada produção acadêmica sobre os pescadores e pesca no Brasil. Em meio a sua produção, destacamos as obras *Enciclopédia Caiçara* de 2004, *Pescadores Camponeses e Trabalhadores do Mar* de 1983, *Povos e Mares: leituras em Sócio Antropologia Marítima* de 1995, *Ilhas e Mares: simbolismo e imaginário e Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica* de 2004, dentre outras.

Da *Enciclopédia Caiçara* colhemos algumas considerações sobre as pretendidas posturas intelectuais que os pesquisadores deveriam ter ao olhar para esses povos da tradição. Segundo Diegues (2004), o olhar do pesquisador deve se desviar da visão mítica, presente no senso comum, que interpreta esses grupos humanos como trabalhadores “atrasados”, presos a tradição e de alguma forma, dependentes negativamente dos ciclos naturais. Os pescadores devem ser considerados sujeitos individuais, pessoas singulares, com vontades singulares e que, por isso mesmo, não se comportam apenas dentro de mero padrão de submissão coletiva. Eles não são simples vítimas do processo social que impõem estruturas e formas de produção sobre seu modo de ser. Antes, podemos concebê-los como agentes sociais e pessoas que respondem a essa realidade social gerando uma cultura renovada - composta de conhecimento tradicional e de novos conhecimentos incorporados na vida social – cabendo ao pesquisador decifrar de forma lógica e valorativa os signos e sinais presentes nessa cultura.

Antônio Carlos Sant’Anna Diegues (2001) também observa uma relativa ausência das ciências sociais sobre este tema. Na sua visão o montante de pesquisas, monografias, artigos, teses e livros produzidos nas últimas décadas sobre a pesca, enquanto cultura, é relativamente modesto. Somente há poucas décadas, afirma Diegues, temos a formação de um campo de estudos específico, denominado *Sócio Antropologia Marítima*, que procura compreender de forma mais integrada e multidisciplinar *como e por quais meios* os pescadores artesanais se reproduzem socialmente na contemporaneidade.

Nessa medida, seguindo uma linha de estudos específicos sobre as formas de produção, cultura e reprodução de comunidades tradicionais, temos importantes contribuições emitidas pelo autor citado presentes em sua obra de referência para o tema, a *Enciclopédia Caiçara*. Na introdução da obra o autor aponta que:

As comunidades caiçaras passaram a chamar a atenção de pesquisadores e de órgãos governamentais mais recentemente em virtude das ameaças cada vez maiores à sua sobrevivência material e cultural e pela contribuição histórica que essas populações têm dado a conservação da biodiversidade, por meio do conhecimento sobre fauna e flora e os sistemas tradicionais de manejo de que dispõem. (DIEGUES, 2004, p. 10)

Basicamente Diegues indica que os fatores decisivos para a desorganização social dessas populações são os processos sucessivos de urbanização e especulação imobiliária das faixas costeiras, seguidos pelo incremento das atividades no setor de turismo e outras atividades econômicas (públicas e privadas) que privatizam antigos *territórios* pesqueiros. Em resumo, ao estudar a cultura pesqueira Diegues acredita estar se aproximando de um *objeto* ou, *modo de ser* específico.

Nessa medida, se reorganizarmos as especificidades que emanam desses grupos, podemos dizer que tanto do ponto de vista geográfico e ambiental, quanto do ponto de vista social, os povos costeiros podem ser caracterizados por um certo *particularismo* cultural, próprio dessas populações. Este particularismo cultural se expressa visivelmente nas práticas e saberes vinculados a sua existência sobre as águas. Podemos assim, numa linguagem mais apropriada para esses grupos humanos, falar, como propõe Diegues, em uma *gente do mar*, que vive, quase que, exclusivamente dos “produtos” do mar, com todos seus riscos e imprevisibilidades. (DIEGUES, 2001, p. 161).

Seguindo esta linha de raciocínio, podemos dizer que a prática da pesca tradicional traz uma série de características particulares que constituem o que Diegues (2004) denominou como “sistema cultural dos povos do mar”. Trata-se de um importante arcabouço de conhecimentos valiosos para ciência atual. Nas palavras de Diegues:

Tais mecanismos, em seu conjunto, revelam a existência de complexo sistema cultural, engendrado por grande sabedoria das condições naturais da vida e integrado à natureza, a seus ciclos e movimentos. Resgatar esse sistema cultural dos povos do mar – ainda que ressignificado no contexto da modernidade – é um desafio que se põe para a ciência e para a história. Uma nova relação sociedade-natureza implica necessariamente, a valorização das formas tradicionais de produção. (DIEGUES, 2004, p.111)

Nessa vertente de análise relacionada aos variados sistemas sociais, espaciais e culturais nos quais se desenrolam o trabalho da pesca, nossa ideia é centrar os estudos sobre a pesca marítima, *locus* - ou lugar social - por excelência de expressão e reprodução da cultura pesqueira. Ressaltamos que, para os intuitos de nossa pesquisa, não abordamos outros tipos de pesca, como a pesca estuarina, ou pesca-catação realizada nos manguezais nordestinos.

Outra importante contribuição deste autor se apresenta na obra *Ecologia Humana e Planejamento em Águas Costeiras*, publicada em 2001. Trata-se de um ensaio no qual Diegues incorpora e integra principalmente conhecimentos da Sociologia, Antropologia, Ecologia, História Social e Economia, para nos fornecer uma valiosa retrospectiva dos estudos da pesca no Brasil. Sua revisão bibliográfica parte da década de 1940-1950 chegando até as produções acadêmicas mais recentes sobre o tema produzidas no decorrer da década de 1990. Mais recentemente sobre o final da década de 1990, o autor aponta uma significativa alteração no panorama das pesquisas acadêmicas indicando que surgem novos temas, novos enfoques e até a emergência de um novo campo disciplinar dentro da Antropologia para o estudo desta problemática, a *Sócio Antropologia Marítima*, que conforme já citamos anteriormente, trata do *particularismo* da gente do mar:

A Antropologia Marítima hoje é um campo de pesquisa especializado de estudo etnológico sobre comunidades que vivem do mar, especialmente da pesca [...] estuda a variedade e a complexidade dos sistemas técnicos, sociais, e simbólicos elaborados pelas populações litorâneas no processo de apropriação do espaço marinho que daí retiram sua subsistência (DIEGUES, 2001, p.158)

Observando todas as contribuições e discussões, concluímos que Diegues ajuda a construir um campo de estudos que engloba esse valioso sistema cultural dos povos do mar visando compreender como se organiza o *complexo sistema cultural* da pesca no caso brasileiro. Sua aposta está justamente na criação de um campo de estudos mais específico para abarcar as particularidades que essas culturas marítimas trazem à tona. Em síntese, reconhecemos que Diegues contribui decisivamente para nossa abordagem pois nós também realizamos, a nossa maneira, um conjunto de estudos que contemplou esse *complexo sistema cultural* da pesca artesanal presente na costa paraibana.

Dito isso, concluímos que nessa abordagem social e ecológica elaborada por pelo autor encontramos uma reflexão comprometida com a conservação dos ambientes costeiros e com a preservação e respeito ao conhecimento tradicional. Justamente, essa concepção de ciência vinculada à ação política serve também de referencial para nossa pesquisa, pois pretendemos de forma semelhante, gerar um conhecimento científico sobre a pesca no Estado da Paraíba.

CAPITULO 2

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS

As comunidades da Penha e do Jacarapé, localizadas na zona sul da cidade de João Pessoa, são as duas localidades pesqueiras sobre as quais escolhemos aprofundar nossos estudos etnográficos no escopo desta tese. Apresentaremos nesse capítulo uma breve discussão sobre os contextos históricos e embates políticos que cada grupo social enfrenta na atualidade, destacando, de um lado a ancestralidade das famílias pesqueiras na Penha, e de outro, a contemporaneidade e engenhosidade social das ocupações no Jacarapé, como *respostas culturais* realizadas pelos pescadores em virtude das pressões e embates que a modernidade impõe.

De antemão, podemos apontar que os conflitos sociais, recuperados das conversas com pescadores, foram observados e “coletados” durante o intervalo de tempo específico que perpassa os anos de 2013 a 2015. Nesse período, estabelecemos um convívio mais frequente com alguns membros das comunidades citadas e pudemos constatar, em campo, como cada grupo organiza e apresenta seus problemas sociais de acordo com as realidades históricas específicas de cada localidade. Por sua vez, entendemos que estes problemas variados solicitaram explicações sociais e antropológicas bastante variadas, de nossa parte, pois as peculiaridades das formas de organização social que cada família pesqueira apresentava nos estimulava a produzir novas reflexões entre cruzadas, sobretudo entre temas correlatos como identidade, tradição e conhecimento pesqueiro, a fim de poder compreender e navegar melhor nesse “mundo” de contatos culturais estabelecido entre os trabalhadores da pesca e as consequências da modernidade.

Para compreender melhor esse quadro de conflitos sociais que contextualiza as práticas sociais observadas e estudadas nas comunidades pesqueiras, iniciaremos esta sessão apresentando um panorama socioeconômico com dados históricos-demográficos e principais atividades econômicas que configuram a vida social nesses bairros. Em seguida, devemos relacionar esses “dados” socioeconômicos com os processos históricos diferenciados que cada bairro desenvolveu no passado recente, contextualizando, portanto histórica e socialmente os grupos e localidades estudados nas praias do litoral sul da capital paraibana.

É importante deixar claro que, a partir dessa contextualização histórica e social dos campos estudados, faremos a apresentação dos relatos obtidos em pesquisas de campo agrupando-os por temas. Isto é, para a apresentação das conversas e entrevistas, escolhemos agrupar os relatos de campo de acordo com os temas que mais incidiram nas falas dos pescadores. Obviamente, ao agrupar a apresentação dos relatos de campo por temas, também priorizamos, nesse processo de seleção e organização dos “dados”, o estabelecimento de conexões argumentativas com os próprios objetivos específicos dessa tese, encaminhando-se assim, ao final de cada “bloco” de relatos, algumas tendências de debates e apontamentos conclusivos que julgamos interessantes no âmbito desta reflexão.

A título de explicação, então, indicamos que o tema central que organizará a recuperação dos relatos neste capítulo, será justamente o *uso do espaço e a formação dos bairros pesqueiros*. Ou seja, nessa coletânea, procuramos compreender, a partir desse tema central - uso e ocupação do solo – como se deu por exemplo a organização sócio espacial das comunidades e como foram realizados os processos de consolidação da cultura pesqueira nestes bairros na atualidade.

Antes de iniciar a contextualização dos campos e de lançar as descrições comentadas de nossas experiências de pesquisa, lembramos que a tarefa de traduzir em palavras, em forma de texto acadêmico, aquilo que se sucedeu nos encontros, é, certamente, uma tarefa, ao mínimo, desafiadora para todo cientista social, podendo, por vezes, até, se tornar uma atividade frustrante, pois, a “natureza” deste processo científico, envolve necessariamente um conjunto de “recortes” e de “reduções” da realidade, empiricamente observada, processos estes, que, por si só, já implicam numa “simplificação” significativa das múltiplas realidades sociais e dimensões históricas vivenciadas nas pesquisas de campo. Sendo assim, entendemos que é necessário expor, ainda que de forma breve, algumas considerações sobre esta “dimensão” mais delicada do trabalho intelectual, que se dá especificamente na organização e transformação dos relatos de campo, na forma de um texto escrito, de natureza etnográfica.

Refletindo diretamente sobre as nossas experiências etnográficas, julgamos importante compartilhar que, a seleção dos relatos e a tradução das experiências multidimensionais e, multissensoriais experimentadas nos campos, para a forma de conhecimento científico, encerram em si mesmas, desafios e dificuldades que podemos exemplificar, brevemente, nas seguintes indagações: como descrever a interferência do clima, o som do mar e a circulação dos ventos tão constantes nas falas dos pescadores e

tão presentes na percepção das famílias praieiras; como traduzir em palavras o silêncio da vila pesqueira do Jacarapé, a “vida” rotineira da praia, que é oportunamente quebrada pelo pópópó (ruído característico emitido pelos motores das embarcações tradicionais) dos barcos ao longe, ou, pelo latido de um cão. E, finalmente, como recuperar a subjetividade do frenesi semanal, as sutilezas das rodas de conversa e a negociação do pescado, que acontecem quase sempre nas sextas feiras, sábados e domingos, dias preferidos para o regresso do mar, quando observamos os comércios de pescados na rua de baixo no bairro da Penha.

Mesmo amparados em metodologias de pesquisa e tendo nos referendado em formas científicas de observação da realidade social, entendemos que a agitação social, o silêncio das matas, os sons do mar, e outras múltiplas dimensões socioambientais das experiências ocorridas nessas praias, nos fazem reconhecer a dificuldade da tarefa que é escrever uma etnografia condizente com todas essas variadas dimensões e percepções que notamos durante os estudos. Talvez por isso, tenhamos como certo que, além da escrita formal, usaremos nesta recuperação dos trabalhos etnográficos outras ferramentas interpretativas como a imagem fotográfica, gráficos, tabelas e alguns mapas para buscar qualificar melhor o texto escrito.

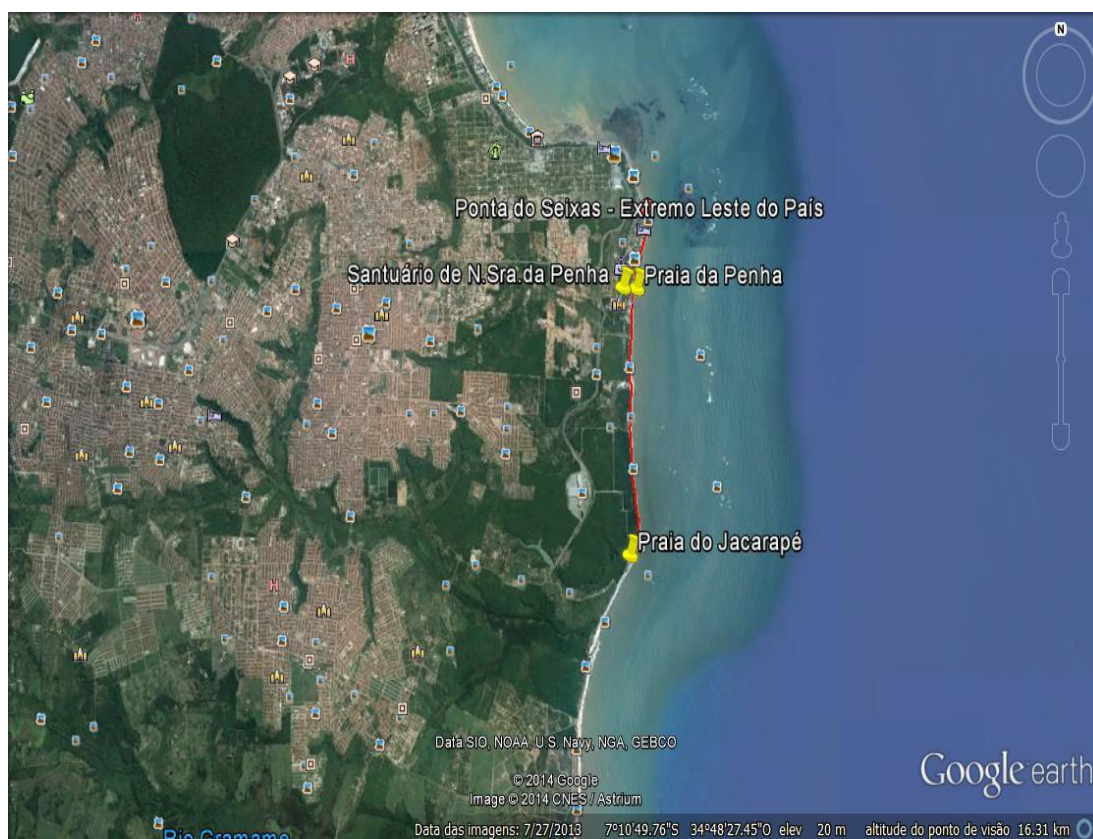
Feita esta constatação, aproveitaremos o debate etnográfico encaminhado por José Colaço D. Neto (2012) na tese, *Quanto custa ser um pescador artesanal*, para encaminhar nossas últimas considerações sobre o fazer etnográfico e a escrita acadêmica desenvolvidos nesse trabalho. Das discussões sobre as peculiaridades do *ser pesquisador*, organizadas por este autor, retiramos uma noção de clareza ou de “honestidade intelectual” que, entendemos, deve ser estendida para com os nossos leitores. Trata-se, basicamente, de afirmar e avisar ao nosso leitor que as experiências nos campos e a consequente tradução dessas vivências em forma de tese, são sempre atividades práticas e intelectuais bastante *peculiares* para cada pesquisador. Entende-se daí que, tanto os atos de fazer pesquisa etnográfica, como as formas de organizar esses campos, e traduzi-los em forma texto escrito, aglomeram em si, marcas extremamente biográficas - uma espécie de “impressão digital” intelectual que cada antropólogo envolvido com este procedimento desenvolve na produção de conhecimento. Nesse sentido, o autor indica, citando o antropólogo Bronisław Kasper Malinowski, que a etnografia pode ser compreendida como uma espécie de “ciência do relato honesto”. Logo, concordando com essa abordagem, parece-nos plausível que neste trabalho também adotemos este mesmo

cuidado dissertativo, e, portanto, na recuperação dos campos procuramos agir “honestamente” e criticamente, mostrando para o leitor quais eram as condições sociais nas quais foram realizados os trabalhos de campo, ou seja, nesta proposta de etnografia honesta, intentamos deixar claro como e de onde retiramos nossos “dados”.

Seguindo, portanto, essas indicações de clareza contextual das pesquisas de campo e de organização temática na apresentação dos relatos, iniciaremos esta contextualização das comunidades pesquisadas indicando que a delimitação sócio espacial – composta pelos bairros da Penha e Jacarapé - se justificou, também, em virtude das pesquisas de campo já realizadas para a nossa dissertação de mestrado²⁵ sobre os faróis nordestinos. Através daquela pesquisa iniciamos nossos primeiros estudos sobre as comunidades de pescadores localizadas ao redor dos sinalizadores marítimos. Naquele momento (entre os anos de 2008 e 2010) estabelecemos os primeiros contatos com alguns dos mestres de pesca moradores da praia Penha, procurando compreender como eles utilizavam socialmente o sinalizador (farol) do Cabo Branco em suas atividades de trabalho.

Entendemos que estes estudos iniciais serviram de base para realização dos estudos que estamos apresentando nesta tese, pois propiciaram os primeiros contatos e as primeiras aproximações para com os pescadores, decisivas para nossas inserções consentidas na comunidade e para o bom andamento das visitas de campo posteriores. Então, de início, podemos dizer que o “recorte” espacial que definimos para este estudo concentra-se, sobretudo em duas comunidades pesqueiras localizadas nos limites da área urbana da cidade de João Pessoa conforme podemos ver no mapa seguinte:

²⁵Cf: BAEZ, Gustavo Cesar Ojeda. *Faróis da costa nordestina: olhares geográficos e históricos sobre os faróis marítimos no nordeste brasileiro*. João Pessoa: UFPB (Dissertação de Mestrado), 2010.



(Figura 03. Mapa da zona sul da cidade de João Pessoa com Penha e Jacarapé)

2.1) Bairro da Penha

O bairro de Nossa Senhora da Penha, mais conhecido na atualidade como bairro da Penha, apresenta um histórico de ocupação bastante antigo que remonta a períodos anteriores ao século XVIII, época de fundação de um de seus mais representativos marcos, a Igreja de Nossa Senhora da Penha, que dá nome a localidade. Em algumas representações cartográficas, disponíveis nos arquivos históricos e cartográficos dos Museus da Marinha²⁶, localizados no Estado do Rio de Janeiro, podemos ver as fases de ocupação da costa naquele período, retratadas com plasticidade nos mapas antigos. Nessas cartografias desenhadas a mão - algumas das quais tivemos a oportunidade de

²⁶ Parte da cartografia temática que indicamos nessa contextualização histórica do bairro Nossa Senhora da Penha – João Pessoa, está disponível no sítio eletrônico do Museu Da Marinha Do Brasil. Cf. <https://www1.mar.mil.br/dphdm/espaco-cultural-da-marinha>. Outra contribuição nessa problemática da cartografia histórica brasileira também pode ser visualizada na dissertação de mestrado *Paisagem e memória Patrimônio natural e edificado no centro histórico de João Pessoa PB*, organizada por Dayse Luckwü Martins em 2003.

observar com nossos próprios olhos, ainda na fase de estudos para dissertação de mestrado-, pode-se ver a Vila da Penha sendo representada como uma pequena vila pesqueira sediada no entorno da antiga *Cidade da Parahyba*, terceiro nome desta capital²⁷.

Nesse sentido vale lembrara que a configuração da pequena vila remonta as fases de ocupação colonial da costa brasileira, cuja cartografia e historiografia podem ser estudadas através de mapas antigos e alguns documentos históricos. Entendemos que estes aprofundamentos seriam, decerto, muito proveitosos para os propósitos de compreensão desse período histórico, mas que, demandariam demasiado tempo e outros estudos específicos que não se relacionam diretamente ao escopo desta tese. Mesmo assim é preciso ressaltar que nessas cartografias “antigas”²⁸ já era possível notar a estreita relação entre a Vila da Penha e seu primeiro marco terrestre, a Igreja de Nossa Senhora da Penha, patrimônio histórico datado de 1783²⁹.

Desse modo, a título de contextualização histórica desta comunidade, vamos nos ater apenas aos aspectos mais recentes que explicam com mais elementos sociais e geográficos os processos recentes de urbanização e especulações imobiliárias que caracterizam esse trecho do litoral paraibano na atualidade. Seguindo nesta vertente de observação dos variados processos de ocupação e exploração das terras na Penha, com vistas a explicar a especulação imobiliária anteriormente citada, indicamos a dissertação de mestrado intitulada *O Turismo e as Transformações Sócio Espaciais na Comunidade de*

²⁷ A respeito dos diversos nomes que a capital paraibana já possuiu no passado conferir o artigo *A paisagem da antiga Paraíba através dos mapas*, escrito por Martins (2011) no qual temos ótimas reflexões sobre os variados processos sociais que interferiram na paisagem da capital paraibana. Neste artigo também pode-se tomar contato com parte da cartografia “antiga” da região citada as quais fazemos referência no texto da tese. Cf. https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/MARTINS_DAYSE_LUCKWU.pdf

²⁸ Cf. MARTINS, Dayse Luckwü. Paisagem e memória Patrimônio natural e edificado no centro histórico de João Pessoa PB. Maceió: Dissertação de Mestrado. Prodem/ UFAL, 2003.

²⁹ Sobre a construção da Igreja de Nossa Senhora da Penha, marco do bairro, podemos tomar os relatos da história local, mais sedimentados, da seguinte forma: A história da pequena Capela de Nossa Senhora da Penha pode ser contada como sendo parte da história de um quase naufrágio relatado pelo comandante português chamado Silvio Siqueira, que em 1763, “comandava uma embarcação que saíra em direção à Europa, mas que no litoral paraibano ele enfrentou uma grande tormenta. Em um momento de aflição, o citado comandante reuniu a tripulação e pediu proteção a Nossa Senhora da Penha, prometendo erguer uma ermida em sua honra no local em que aportasse em segurança. Minutos depois, todos conseguiram desembarcar com tranquilidade na então Praia de Aratú - hoje Praia da Penha. Como prometido, a construção foi feita. E essa foi a terceira capela construída no Brasil para Nossa Senhora da Penha. A primeira foi erguida em Vila Velha, na então Capitania do Espírito Santo, entre os anos de 1558 e 1570. A segunda foi construída em 1635, pelo capitão Baltazar Abrel Cardoso, na Freguesia de Irajá, Rio de Janeiro. Hoje a Capela já foi ampliada e ao lado existe a igreja de Nossa Senhora da Penha. (Disponível em <http://www.arquidiocesepb.org.br/index.php>. Acesso em 12/05/2015.

Nossa Senhora da Penha em João Pessoa – PB, de Alzení Gomes da Silva (2006). Trata-se de um estudo exemplar sobre as transformações sócio espaciais e históricas as quais nos referimos em nossa tese.

Tratando mais especificamente dos processos de *urbanização turística* e da *valorização do litoral sul* de João Pessoa, esta autora nos oferece valiosas considerações sobre as especulações imobiliárias e outras alterações verificadas nos usos dos espaços naquela região. Em suas palavras:

O espaço litorâneo nordestino vem passando por um processo de requalificação desde a década de 1990, mediante ação especulativa e exploração exagerada dos preços da terra, desencadeada pelas empresas imobiliárias. Sob ação de grileiros e de especuladores, as terras do litoral são colocadas em disponibilidade na forma de loteamentos para construção de casas, condomínios residenciais fechados e de veraneio, equipamentos de hospedagens, entretenimento, hotéis e resorts (MENDES, 2005). Os novos equipamentos instalados no litoral reduzem as possibilidades de retirar da terra os produtos agrícolas, transformando a terra em lucro e capital pelos setores secundários e terciários. Com a reestruturação espacial e a transformação das paisagens, a terra, enquanto mercadoria aumentou consideravelmente de preço, sendo uma boa parte usada e paga não mais sob a forma de arrendamento de propriedades rurais, mas pela venda de lotes urbanos. (SILVA, 2006, p. 34-35)

Segundo a autora deve-se destacar, nesse processo de reconfiguração dos espaços no litoral sul de João Pessoa, que o crescimento da área urbana nesta direção, *incorporou áreas periféricas, atraiu investimentos e serviços e como consequência ampliou as desigualdades e a segregação sócio espacial* (SILVA, 2006, p.37). Nota-se com a devida clareza e segurança oriunda de seus levantamentos, que as populações de baixa renda – notadamente muitas famílias pesqueiras - foram literalmente "empurradas" para outras áreas periféricas, conforme atestamos em nossos relatos de campo. Sobre este tema, afirma a autora:

Na Comunidade de Nossa Senhora da Penha e entorno é notável a presença de um novo padrão de segregação denominado de enclaves fortificados como as associações de lazer, loteamentos e condomínios residenciais fechados e o Pólo Turístico Cabo Branco. (SILVA, 2006, p. 38).

Desse modo, somente com estas breves contribuições emitidas por Silva, podemos indicar que as comunidades litorâneas da Paraíba, especialmente no litoral sul da capital João Pessoa, tem sofrido um conjunto de pressões sociais e econômicas decorrentes

desses processos de *reestruturação urbana contemporânea* como, fatos estes que por consequência, nos mostram, alguns com maior ou menor intensidade, *o alcance dos processos de expulsão de moradores de comunidades tradicionais, em nome do desenvolvimento sustentável, da carcinocultura, do turismo e da construção de moradias e de equipamentos de lazer*. (SILVA, 2006, p. 57). Ou seja, devemos ressaltar que neste processo de reestruturação dos espaços urbanos as comunidades locais são afetadas por diferentes fenômenos sócio espaciais, dentre os quais se destacam a segregação, a marginalização e o encarecimento das terras que acabaram por inviabilizar a permanência de varia famílias pesqueiras na região.

Numa outra abordagem sobre o histórico de ocupação, usos e transformações sociais e espaciais que podemos observar nesta localidade, gostaríamos de indicar a própria leitura ou interpretação que as famílias pesqueiras fazem a respeito da história de seu bairro. Para isso apresentaremos a seguir alguns trechos referentes a história do bairro elaboradas pelas pescadoras e esposas de pescadores envolvidas no trabalho comunitário e artesanal de confecção de peças e roupas de artesanato feito com escamas de peixe. Este trabalho (permanente exposto na comunidade e acessível no sitio eletrônico do *Projeto Sereias da Penha*³⁰) ganhou notoriedade no ano de 2015, quando “As Sereias” da Penha expuseram parte de seu trabalho na maior feira de moda da América Latina, a São Paulo Fashion Week. Nessa história contada pela comunidade:

A Praia da Penha era denominada antigamente de Praia do Aratu ou Litoral do Aratu (“Aratu” origina-se do termo tupi ara’tu caranguejo, recebe também os nomes de aratu-do-mangue (na Região Nordeste do Brasil), e maria-mulata (na Região Sudeste do Brasil). Está localizada no litoral sul de João Pessoa, limita-se ao norte com a Ponta do Seixas, cuja divisa é o maceió do rio Cabelo, ao sul com o Polo Turístico Cabo Branco, através do riacho do Aratú, a leste o Oceano Atlântico e a oeste o Planalto Cabo Branco através da PB 008. Constituída por pescadores e pequenos comerciantes, a Comunidade de Nossa Senhora da Penha encontra-se dividida em três aglomerados urbanos: a Beira Mar, a Praça Oswaldo Pessoa e a Vila dos Pescadores. [...] Na Praia da Penha está situada a Capela de Nossa Senhora da Penha, que detém um dos maiores acervos de objetos deixados por romeiros na Paraíba. O Santuário de Nossa Senhora da Penha tem uma grande escadaria com 144 degraus que serve de acesso ainda hoje para quem quer descer até a praia. Destaca-se também pelas comemorações tradicionais da padroeira local, a Virgem da Penha. A área é tombada e protegida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (Iphaep). Existem três versões que são contadas pelo povo, através de gerações,

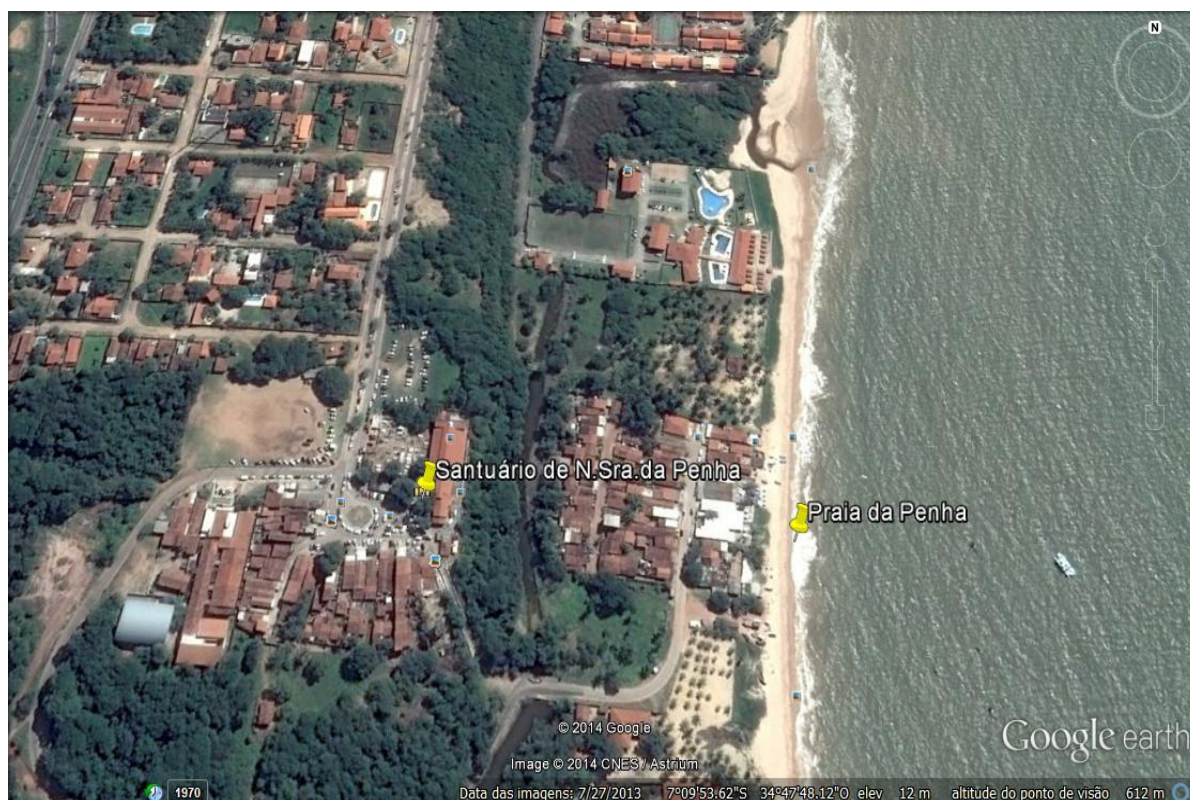
³⁰ A este respeito Cf. <https://sereiasdapenha.wordpress.com/2015/04/27/historias-da-praia-da-penha/> Acesso em 10/04/2015.

sobre a origem do Santuário e de como surgiu naquele lugar à imagem de Nossa Senhora da Penha. Contam que um navio da frota portuguesa comandado por Silvio Siqueira, explorava o litoral brasileiro, vindo do norte para o sul e ao aproximar-se da costa do Aratu sofreu grande avaria em consequência da forte tormenta e o naufrágio parecia eminente, apesar dos esforços e da perícia do capitão. O comandante no auge da aflição reúne a tripulação em oração a Nossa Senhora da Penha, prometendo-lhe erguer uma ermida em seu louvor no local em que conseguisse aportar seguro. Passadas algumas horas o comandante logra êxito e aporta na praia do Aratu. O marinheiro providenciou a construção da capela de madeira topo da falésia no local semelhante onde teve início a devoção popular. Mesmo após algumas reformas a capela conserva gravada em seu frontal a inscrição “Ave Stela Maris”, como voto do marinheiro. Após a construção da capela e reparados os danos e avarias da embarcação, o comandante prosseguiu viagem, regressando após seis meses, trazendo uma imagem de Nossa Senhora da Penha, esculpida em madeira portuguesa em estilo barroco francês. Esta imagem foi roubada em 22 de dezembro de 1978. A que se encontra no Santuário hoje é uma réplica da anterior feita por um artista paraibano chamado Manoel de Souza. [...] Outra versão contada pelos pescadores é a da “Santa e o Cajueiro”. Na realidade, trata-se de uma lenda e não de uma história. Conta-se que uma menina saiu para procurar caju e ao chegar ao pé do cajueiro no local onde hoje se encontra a capela da Penha, encontrou uma imagem de Nossa Senhora da Penha. Ao voltar para casa, a menina conta aos pais, que procuraram os padres e foram até o local indicado pela menina e levaram a imagem da santa para uma igreja. Ao amanhecer a imagem não estava no local, ao voltarem ao cajueiro os padres encontraram a imagem e levaram para a igreja, mas, a imagem voltou ao cajueiro por várias vezes. Assim, acreditava-se que a imagem da santa era viva, por se deslocar sempre para o lugar onde fora encontrada, então a levaram para Roma, trazendo de volta outra para qual foi erguida a capela. Na comunidade, ainda há quem jure ver o tronco do cajueiro no altar onde se encontra a imagem de Nossa Senhora da Penha. A terceira versão contada é uma narrativa acerca da estátua de um homem e as figuras de um crocodilo e de uma serpente aos pés da imagem de Nossa Senhora. Contam que um cavaleiro vindo em seu cavalo caiu num despenhadeiro. Para se salvar, valeu-se de Nossa Senhora da Penha e conseguiu cair no solo sem nenhum ferimento. Como chamam de penha, pedra em português, ele chamou a Santa de Nossa Senhora da Penha, acrescenta-se que ao cair, ainda apareceu uma cobra enorme, e que ao pedir mais uma vez auxílio a Nossa Senhora da Penha, surgiu um crocodilo que engoliu a cobra. Como forma de agradecimento, ele ergueu uma capela. As histórias e lendas acerca da origem do Santuário e da devoção a Nossa Senhora da Penha contribuem para aumentar o valor histórico, cultural e místico do lugar.³¹

³¹ Disponível em: <https://sereiasdapenha.wordpress.com/2015/04/27/historias-da-praia-da-penha/>. Acesso em 10/04/2015.

É importante ressaltar que na primeira das três narrativas, justamente aquela que seria a mais “aceita” pelos historiadores³², temos referência a um evento marítimo, ou seja, a um naufrágio, como fato fundante da vila. Trata-se, assim, de uma comunidade que foi fundada à partir do mar, estando desde sua “origem” intimamente ligada a uma tradição marítima. Os dois outros relatos, que estão disponibilizados no sítio eletrônico da comunidade, teriam um caráter “lendário”, e também nos reportam a outros importantes elementos identitários da região, como a relação intensa de seus habitantes com o ambiente natural, de onde retiram, além de seus recursos, suas lendas e mitologias.

Na atualidade, podemos ver por meio da interpretação da foto aérea que será exposta a seguir, o panorama atualizado da faixa costeira da Penha. Neste panorama se destaca a leste a área original da vila pescadores (marcador a direita – Praia da Penha) encrustada a beira mar, e ao fundo (marcador a esquerda), vemos o Santuário de Nossa Senhora e Praça Oswaldo Pessoa que marcam a identidade arquitetônica do local, e, que hoje se encontram nitidamente numa área pressionada pelas ocupações urbanas decorrentes dos loteamentos visíveis tanto a esquerda como na direção norte da imagem.



(Figura 04. Praia da Penha com a área do bairro e Santuário ao fundo)

³² Aqui fazemos referência a construção histórica elaborada pelo historiador Cônego Florentino Barbosa. Cf. <https://sereiasdapenha.wordpress.com/2015/04/27/historias-da-praia-da-penha/>.

Logo, em decorrência da interpretação da imagem acima e das contextualizações históricas anteriormente apresentadas, fica bastante claro que no bairro da Penha temos um histórico de ocupações bastante antigas na faixa de praia que remetem a tempos coloniais bem anteriores a legislação atual. Desta constatação surge um outro elemento interessante em nossa análise, que diz respeito aos usos variados dos espaços costeiros, que podem hoje ser interpretadas pelos órgãos ambientais como “ocupações irregulares” da faixa de praia. Ou seja, tendo-se como pressuposto as últimas descrições e histórias de ocupação da praia, não podemos afirmar, categoricamente, que se tratam de ocupações “irregulares”, já que atestamos, historicamente, que estas populações compostas pelos pescadores e suas famílias, já estavam presentes nessas terras muito antes da legislação ambiental e dos órgãos governamentais esquadriharem e fiscalizarem estas áreas.

Nesse sentido podemos apontar que este cenário de disputas por espaços e a especulação imobiliária crescente no bairro colaboraram para formar variados processos de “mobilidade social” - descritos por SILVA (2006) como processos mais ou menos intensos de *segregação e exclusão sócio espaciais* vividos pelos pescadores – que também redundaram em expulsões, mais ou menos violentas, que envolviam principalmente as populações desprotegidas socialmente como os pescadores e pescadoras artesanais. Essas disputas territoriais forçaram muitas famílias de pescadores a sair de seus territórios tradicionais de moradia, quase todos localizados nas proximidades da beira mar, condição fundamental para a realização da atividade pesqueira. Notadamente, à partir da década de 1990 tivemos um avanço significativo da infraestrutura urbana, a construção das estradas de acesso como a PB-008 (que foi inaugurada em 1998), a instalação de uma dezena de clubes e associações de moradores de diferentes categorias profissionais, e ainda, para completar esse cenário de pressões sociais advindas da urbanidade modernizante, tivemos o superpovoamento dos bairros vizinhos de Mangabeira e Valentina como parte do “desenvolvimento” pensado pelos governantes para o “desenvolvimento” da região sul. (SILVA, 2006, p. 53-54)

A especulação crescente sobre o valor dos terrenos e demais propriedades na faixa de praia, foi inevitável e consequente. Todos estes fatores apontados expressaram, no nosso entender, uma porção significativa das diversas pressões urbanas que ocorrem nessas áreas, pressões estas de ordem econômica, cultura e espacial que, segundo nosso entendimento, agravaram todo o panorama de disputas por espaços, no qual se encontram

os pescadores artesanais. Assim, o sentido do termo “urbanidade” que adotaremos para o estudo destas comunidades, está vinculado a estas mudanças sociais e espaciais que pouco favoreceram a atividade pesqueira.

Não podemos deixar de mencionar também o turismo como um fator de impacto na vida social e na organização dos espaços nesta comunidade. Sobre tudo na última década, constatamos empiricamente (enquanto morador do bairro vizinho) a instalação, muitas vezes irregular, de restaurantes, bares e outros comércios na orla, e ainda, o uso mais recente das praias da Penha e da Ponta do Seixas para o lazer e outros segmentos de turismo local, como passeios de barcos³³, Catamarãs e passeios de buggy. Tais atividades tem intensificado o turismo de massa, realizado sem nenhuma forma de controle ou organização nestes espaços costeiros.



(**Figura 05.** Aspecto da faixa de praia na Penha onde a especulação imobiliária e as construções “irregulares” convivem de forma desordenada com as populações pesqueiras)

³³ A este respeito, Cf; <http://www.renoturismo.com.br/piscinas-naturais-do-seixas-ponto-mais-oriental-das-americas.php> e <http://www.passeioemjoaopessoa.com.br/products/passeio-para-as-piscinas-do-seixas-de-catamara-joao-pessoa-pb>.



(Figura 06. Aspecto da visita turística feita atualmente aos corais do Seixas-Penha)

Ao observarmos com mais atenção este emaranhado de usos sociais - turismo, lazer e especulação imobiliária - presentes na Penha, podemos afirmar que atualmente, o panorama de usos e ocupações da faixa costeira que envolve essa microrregião da Penha, configura uma situação social de múltiplos usos, como é próprio do contexto urbano na modernidade. Se tomássemos como ponto de vista estritamente os parâmetros biológicos-ambientais, poderíamos dizer que as formas atuais de uso dos espaços costeiros na Penha configuram um quadro de parcial descontrole ambiental, considerando-se, principalmente, a falta de saneamento básico das localidades estudadas, a poluição visual (presente nas construções e bares construídos a beira mar) e a ocupação da faixa de praia, como características marcantes dessa comunidade.

Essa configuração do bairro da Penha, construído sem planejamento junto a faixa de praia e sem recuo algum em relação as micro bacias dos rios do Cabelo e Aratu, redundam na poluição incontestável dessas desembocaduras de águas. Aliado a estes fatores de impacto, temos ainda a poluição proveniente dos bairros periféricos (Mangabeira e Valentina Figueiredo) que impactam profundamente estes cursos d'água na área urbana, antes do seu desague na praia da Penha. Vale ressaltar que a repercussão desse desequilíbrio socioambiental – a poluição dos mares -, tem efeito direto e negativo sobre o principal meio material de reprodução da cultura pesqueira: o mar e suas faixas costeiras.

Sendo assim, indicamos que a constatação da poluição nos mares costeiros repercute numa queda na qualidade ambiental e na qualidade de vida geral dos pescadores, problema este que foi frequentemente relatado pelos praieiros conforme veremos a seguir, e constituiu-se como um dos elementos incontestáveis de conflito socioambiental, presente na comunidade pesqueira da Penha.

Deste modo, esse dado da poluição dos mares em áreas urbanas, não poderia e nem deve ser desconsiderado, em nenhuma análise, e contextualização sobre as condições de vida socioambientais das populações pesqueiras nesse tempo. Sobre este problema global de poluição dos mares Georg Feuerstein (2011) indica com base nos estudos e pesquisas científicas mais recentes e sedimentadas sobre o tema, o avanço desastroso dos níveis de poluição nos mares. Sob sua perspectiva:

Quantas evidências de deterioração precisamos ver para nos dispormos a fazer uma avaliação mais rigorosa? Até que ponto um paciente precisa estar doente para que seu estado seja declarado grave e exija atendimento de emergência? [...] Um símbolo triste da poluição do mar é a área de 26 milhões de quilômetros quadrados de águas poluídas do Redemoinho Subtropical do Pacífico Norte, que foi apelidado de ‘Mancha de Lixo’. Como uma máquina de lavar de rotação lenta, essa área, equivalente à metade do estado do Amazonas, contém um número incontável de fragmentos de plástico descartado, em todas as fases de decomposição, que gira lentamente em sentido horário – alguns pedaços são tão pequenos que alguns peixes os confundem com plâncton, enchem seus estômagos e morrem devagarinho. Os resíduos de plástico são transportados pela correnteza por numerosos rios do mundo ou são descarregados pelos cerca de 90 mil navios que atravessam o oceano. [...] A poluição química dos oceanos é ainda mais alarmante. A poluição mais visível é de derramamentos de óleo envolvendo navios e plataforma de petróleo. Menos óbvias são as descargas regulares de resíduos perigosos (incluindo materiais radioativos) por navios de cruzeiros, e as toneladas de esgoto, pesticidas, e metais tóxicos (como chumbo e mercúrio) que são transportadas por rios muito poluídos até o oceano. [...] E há também a indústria da pesca, que representa um problema completamente diferente, tanto para as criaturas e aves marinhas, como para os seres humanos. Em 1950, a indústria esvaziou o mar de cerca de 19 milhões de toneladas de peixes, ou seja, bilhões de peixes. Em 1997, 93 milhões de toneladas de peixes foram ‘coletados’. Hoje, 90% a 95% de todos os grandes peixes – marlins, atuns de barbatana azul, esturjões, tubarões, peixes-espada e o bacalhau – quase todos já se foram. Além disso, cerca de 1 milhão de aves marinhas são mortas no processo da pesca industrial. Superbarcos, pesqueiros industriais, com várias centenas de metros de comprimento e capacidade para prender facilmente toneladas de peixe, arrastam uma rede de quase 50 quilômetros de extensão com uma malha pequena que captura quase tudo no seu trajeto fatal. Como

piratas, esses arrastões gigantes pilham as águas internacionais, que não são regidas por leis rigorosas, como as das regiões costeiras. Esse tipo de pesca tem sido comparado ao corte-raso de florestas. [...]Em resultado, a pesca em qualquer lugar do mundo entrou em declínio ou já entrou em colapso. Embora isso, obviamente, seja uma perda para os pescadores, nós também nos compadecemos dos peixes. (FEUERSTEIN, 2011, p. 101-107)

Dessa construção sobre os variados níveis de agressão observado nos ambientes marinhos, parece óbvio supor que os pescadores artesanais da Penha têm sofrido estas mesmas consequências das degradações dos mares, já que estes agentes partilham o mesmo espaço-oceano descrito por Georg Feuerstein.

No entanto, analisando este mesmo quadro de usos variados e impactos sociais na faixa costeira, entendemos que estas populações pesqueiras vivem, hoje, apesar das agruras ambientais, um “mundo” de novos contatos com a urbanidade, do qual, configuram-se outros modos de uso e constituição dos espaços. Partindo deste entendimento, podemos presumir também que emergem distintos modos de ser interferindo e ressignificando a própria cultura pesqueira. Nessa perspectiva, eminentemente social, diríamos que os espaços sociabilizados de múltiplas maneiras na Penha revelam as diferentes e sobrepostas camadas de tempos históricos que o bairro sedimentou ao longo dos séculos e na sua história contemporânea (SANTOS, 1994).

Observando a diversidade de usos sociais dados aos espaços da Penha, nesse curto período do final do século passado e início do século atual, podemos começar a entender melhor como os pescadores desta localidade se organizam em novas formas de resistência e nas novas identidades pesqueiras que circulam nesses espaços partilhados e entrecortados da modernidade. Numa breve síntese, para o caso da Penha, podemos afirmar que as pressões urbanas que mais incidem sobre esta comunidade, no que diz respeito a pesca artesanal, partem substancialmente das iniciativas privadas de especulação imobiliária da costa, que por meio da ação desenfreada de agentes econômicos exploram a faixa costeira a seu bel prazer e interesse. Esse fator importante de modificação social e cultural no bairro – a expansão da especulação imobiliária - se deu notadamente nas últimas décadas do século XX, especificamente na década de 1980, 1990, e no primeiro decênio deste século.

Importa ressaltar que a praia da Penha figurava até meados da década de 1980 como uma antiga e “distante” vila de pescadores, localizando-se, portanto, quase “fora”

do contexto urbano. Somente nas últimas décadas, mais precisamente a partir da construção e pavimentação da rodovia PB008 (realizada em 1998) e da expansão dos bairros da zona sul de João Pessoa (Cabo Branco e Altiplano) e dos bairros periféricos do Mangabeira e Valentina (que ocorreu de forma mais intensa e exponencial entre as décadas de 1980 e 1990), temos uma “aproximação” da área urbana, e de suas consequências, em direção a esta região.

Antigos moradores da Penha e do bairro vizinho a Ponta do Seixas - loteamento ainda menos ocupado do que a própria vila da Penha - atestam que até o final da década de 1980 as localidades eram utilizadas como áreas de veraneio pelos moradores da cidade. Somente a partir de 1986 começam a se erguer as primeiras habitações na Ponta do Seixas e Penha destinadas a habitações de “gente de fora”.

Mesmo assim, com todas essas mudanças sociais e indenitárias constatadas no bairro ao longo das últimas décadas, é importante ressaltar que o polo pesqueiro da Penha continua sendo - apesar da especulação imobiliária intensa e de todas as novas formas de organização e desorganização dos espaços socialmente partilhados –, um dos principais centros de chegada e distribuição de pescados (em toneladas) na cidade de João Pessoa.

Sr. Agnaldo, um dos filhos de seu Zé do Peixe, antigo pescador da Penha e hoje proprietário da peixaria mais movimentada do bairro, afirmou categoricamente que a Penha abastece, juntamente com os polos de Tambaú e de Cabedelo³⁴, todos os bares e restaurantes de João Pessoa, “ se falta peixe nos manda busca, aqui não falta peixe não, se faltar manda trazer do Rio Grande do Norte, se falta, nois vai no Ceará, mas peixe aqui não pode falta!” (Sr. Agnaldo, pescador e comerciante da Praia da Penha)

³⁴ Sobre os bairros e polos pesqueiros de Tambaú e Cabedelo (Ponta de Mato), conferir respectivamente Andrade (2011) e Maldonado (1993).



(Figura 07: Aspecto da peixaria “Zé do Peixe”, onde o Sr. Agnaldo trabalha)

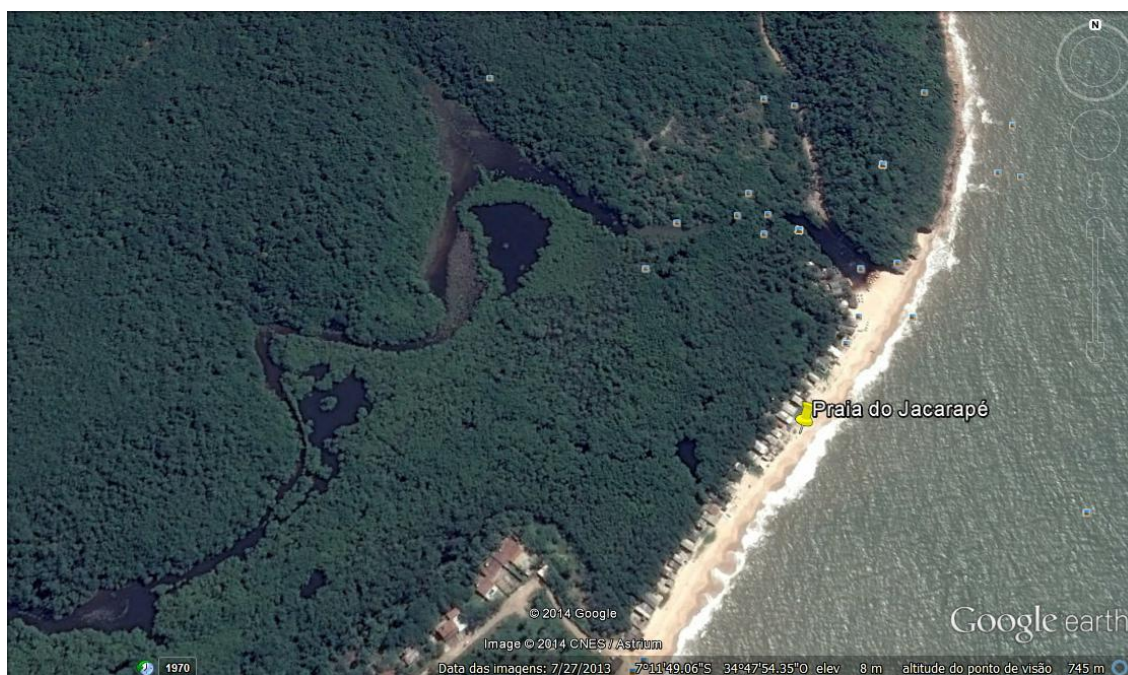
O comerciante e pescador se orgulha de estar envolvido com a atividade pesqueira há mais de 30 anos, pescando, ajudando a limpar e ainda, coordenando parte do movimentado comércio que acontece na Peixaria Zé do Peixe.

Seu comportamento de certa maneira arredo foi bem explícito desde o início dos nossos primeiros campos, quando o entrevistado indicou o modo de ser precavido dessa gente do mar envolvido com o trabalho do comércio. Mais tarde voltaremos a seus relatos quando abordaremos outros temas relativos a ocupação e organização sócio espacial dos pescadores no bairro.

Em síntese, podemos dizer que a comunidade da Penha se constitui histórica e majoritariamente em torno da pesca artesanal, tendo, só mais recentemente, ao final do século XX, vinculado e marcado com mais intensidade, sua identidade coletiva em torno de outras atividades econômicas de turismo e lazer, como as festas religiosas e o pequeno comércio de artesanatos que também ocorrem naquela localidade.

2.2) O bairro do Jacarapé

A Praia do Jacarapé, segunda localidade pesqueira que estudamos nessa tese, é basicamente formada por uma pequena vila de pescadores disposta na faixa sul de praia do município de João Pessoa, precisamente ao lado da desembocadura do Rio Jacarapé. Este bairro fica distante apenas 3,5 quilômetros da praia da Penha, seguindo a costa pela direção sul. Embora exista uma relativa proximidade entre as vilas, podemos dizer que o panorama de embates socioambientais observado na praia do Jacarapé é, em alguns aspectos, bem diverso daquele encontrado no bairro vizinho da Penha. Atualmente importantes empreendimentos públicos voltados para a expansão da infraestrutura urbana, destinada, sobretudo, para o “desenvolvimento” do setor de turismo, hotelaria, convenções, e eventos – como a construção do Complexo Turístico Cabo Branco e Centro de Convenções, e as ações fiscalizatórias governamentais, referentes ao uso do solo e proteção ambiental, interferem diretamente e conjuntamente nas dinâmicas sociais, no ordenamento da faixa de praia, e nas possibilidades de usos dos espaços costeiros por parte dos pescadores artesanais presentes naquela região.



(Figura 08. Vista aérea do bairro Jacarapé com mata do Parque Estadual do Jacarapé ao fundo)



PARQUE ESTADUAL MATA DO JACARAPÉ VISUALIZAÇÃO DO ENTORNO



(Figuras 09. Praia do Jacarapé com a notável faixa de mata atlântica, rio Jacarapé e os limites da área do Parque Estadual Mata do Jacarapé)

Comparando as fotos aéreas do pequeno bairro e sobrepondo as delimitações legais impostas na implantação da Unidade de Conservação, podemos ver, com clareza, que os pescadores do Jacarapé habitam uma restrita faixa de areia “espremida”, entre mangues e sobreposta às matas do Parque Estadual do Jacarapé³⁵. Dessa constatação notamos que toda sua extensão de ocupação está contida dentro dos limites do citado parque. Essa situação fundiária e a sobreposição de regimes de proteção impostas pelas “ações” governamentais geram, no nosso entender, uma situação socioambiental *sui generis* de

³⁵ O Parque Estadual Mata de Jacarapé, situado entre as praias do Sol e da Penha (respectivamente ao sul e ao norte do bairro estudado) teve sua área decretada como Unidade de Conservação de Proteção Integral no ano de 2002, não permitindo, de acordo com sua legislação, qualquer tipo de ocupação residencial humana dentro dos seus limites. O Parque Estadual Mata do Aratu, [Unidade de Conservação](#) (UC) vizinha ao Parque do Jacarapé, foi criado por meio de decreto em [27 de fevereiro de 2002](#), e instituído através do [decreto](#) estadual nº 23.838. A UC do Aratu está localizada na [microrregião de João Pessoa](#), estado da [Paraíba](#), e tem como limite norte a Bacia do [rio do Cabelo](#) e limite sul a Bacia do [rio Jacarapé](#). (D' ANGELIS, 2014, p. 45-46).

fragilidade social enfrentada pelas famílias pesqueiras, motivos pelos quais, decidimos estudar mais a fundo este caso.

Mesmo com todas essas pressões urbanas apontadas anteriormente notamos que a relativa distância das regiões mais habitadas da mancha urbana de João Pessoa, e a proteção dada pela presença das matas do Parque do Estadual do Jacarapé, conservaram um “ar típico” de pequena e rústica vila de pescadores ao bairro.

O Jacarapé, ainda hoje, conta apenas com uma via de acesso asfaltada para veículos automotores e outros dois acessos, são feitos por vias de terra, estradas “clandestinas” que cortam a mata do Jacarapé e que seguem até diferentes pontos da praia. Essa dificuldade de acesso e o relativo sossego da pequena faixa de praia, acredito, marcam a paisagem social do local, configurando um relativo “isolamento” ao bairro, que, na nossa observação, servem como atrativos lúdicos e turísticos para que os visitantes “urbanos” apareçam nos finais de semana a fim de aproveitar os banhos de rio, as sombras e barracas a beira mar.



(Figura 10. Vista do rio Jacarapé desaguando na praia com barracas de comércio – Acervo do autor)

O lazer, em torno do pequeno comércio e venda de alimentos e bebidas, é, portanto, um fator econômico existente dentro da comunidade do Jacarapé, tendo, todavia, pequena relevância, do ponto de vistas econômico, dentro daquele pequeno aglomerado. Dessa maneira, o lazer e pequeno comercio podem ser entendidos como atividades secundárias em relação a pesca artesanal.

O número de embarcações ancoradas próximas a praia e as constantes puxadas de rede realizadas semanalmente nessas praias, de fato, indicam a principal atividade da pequena vila e marcando nossa atenção e memória constituíram a paisagem sócio ambiental que pretendemos expor a seguir.



(**Figura 11.** Aspecto da beira mar em frente à praia do Jacarapé, pescador artesanal e seus barcos, março de 2015- Acervo do autor)

Os tipos de pescaria realizados lá são descritos pelos pescadores mestres como pescaria de “ida e volta”, normalmente partindo o pescador pela manhã e retomando de tarde; “pescaria do Alto”, ou “pescaria de dormida” podendo durar de 3 a 6 dias, dependendo do rendimento da pescaria e das condições marítimas; nos dois casos as técnicas de pesca também variam entre pescas com redes de diversos tipos e tamanhos, pescas realizadas com linhas e em poucos casos verifica-se o uso do espinhel, espécie de linha que contém dezenas de anzóis. A pesca de arrasto (pesca de mangote) utilizada

principalmente para caça do camarão-isca (nome), também é uma das modalidades descritas pelos pescadores conforme vemos nas fotografias a seguir:



(Figura 12. Família de pescadores realizando puxada de rede na praia do Jacarapé – Acervo do autor)



(Figura 13. Casal de pescadores numa puxada de rede matinal nas imediações da Penha e do Jacarapé – acervo do autor)

Em suma, podemos considerar, até este momento de apresentação e contextualização do campo estudado, que especialmente o bairro do Jacarapé está assentado numa região de forte impasse territorial decorrente tanto de sua localização, dentro dos limites da UC, como também das ações de ordenamento territorial e projetos governamentais apontados pelos pescadores. Mais adiante veremos como estas pressões da modernidade interferem na conduta social dos pescadores e, finalmente, como exigiram um histórico de lutas sociais constantes por parte desses grupos, a fim de viabilizar sua permanência na atividade pesqueira e naquela área.

A partir deste ponto, tendo já contextualizado minimamente os bairros e conflitos sociais que lá se desenrolam, podemos recuperar então algumas falas dos pescadores que tratam justamente destes processos históricos de ocupação e formação dos pequenos bairros pesqueiros. Nesse sentido, encaminharemos, a seguir, nossa apresentação comentada dos relatos de campo, organizando essas falas de acordo com as temáticas escolhidas.

2.3) Histórias, formas de ocupação, lutas e territorialidades no Jacarapé.

Iniciando aqui a “jornada” pelos campos da pesca artesanal em João Pessoa, optamos, nesse momento da reflexão, por apresentar um conjunto de relatos sobre os “tempos do passado”, relatos de memória e heranças afetivas que os pescadores constroem mobilizando histórias de vida de um tempo pretérito recente que se desenrolou quando as gerações mais velhas de pescadores e suas famílias se estabeleceram naquelas praias. Nessa medida selecionamos, e reapresentaremos aqui, conversas e discussões que tem a ver com o período de intervalo mais recente do final do século XX. Então, sobre esse período histórico, indagamos muitos pescadores a nos contar como eram suas trajetórias pessoais de luta e fixação naquelas praias, e seguindo esse mote, perguntávamos abertamente como eles, seus pais e seus avós se fixaram e se mantinham na atividade da pesca e como constituíram naquelas “bandas” uma cultura pesqueira.

O leitor deverá notar que, alguns grupos de pescadores - mesmo habitando praias vizinhas e tendo relações de parentesco muito próximas em suas árvores genealógicas³⁶, paradoxalmente, constituíram formas de apropriação dos espaços, e formas de *territorialização* dos ambientes costeiros, diferentes entre si.

Foi numa segunda feira ensolarada do mês de abril de 2014, que demos empenho em nossas investidas de campo planejadas na praia do Jacarapé. Apesar desta localidade se encontrar dentro dos limites da área urbana da região metropolitana de João Pessoa, o pequeno bairro resguardado por extensa e frondosa faixa de matas (as florestas preservadas do Parque Estadual Mata de Jacarapé) ainda guarda, como já dissemos anteriormente, um típico ar de vila de pescadores.



(Figura 14. Pescador arrumando sua rede na comunidade do Jacarapé – Acervo do autor)

³⁶ Sobre a importância das relações familiares estabelecidas entre membros das duas comunidades pesqueiras da Penha e do Tambaú pode-se encontrar na Tese de Cleomar F. C. de Andrade (2011), intitulada, *Entre mar e terra: um estudo sobre a festa de São Pedro em Tambaú*, interessantes inter-relações sociais e afetivas entre membros das duas comunidades.



(**Figura 15.** Aspecto das habitações na orla do Jacarapé, com embarcação tradicional no primeiro plano – Acervo do autor)

Pode-se dizer que as casas de aparência rústica, os barcos ancorados próximos a praia, e os barcos estacionados sobre a faixa de areia, indicavam a relação direta daqueles moradores com o trabalho da pesca artesanal.



(**Figura 16.** Jangada descansa sobre a areia – Acervo do autor)

Então, para vislumbrar as nuances variadas sobre as formas de ocupação e territorialização dos espaços nos bairros pesqueiros convidamos inicialmente Sr. Ramos (Severino Ramos de Santana, 66 anos), um dos pescadores mais antigos do Jacarapé, a nos contar sobre sua chegada naquela região.



(Figura 17. Sr Ramos em frente à sua casa-bar localizada no Jacarapé – Acervo do autor)

Retornando ao começo da década de 1990 o pescador nos relatou como era a vida e como ele havia chegado sozinho naquela praia na virada de 1991 para 1992, em suas palavras:

Ninguém morava aqui, existiam seis (6) palhoças, mas as pessoas não moravam aqui, morava tudo em Mangabeira. Fixei residência e ficava quinze (15) dias sem ver ninguém, só tinha gente nos finais de semana. Depois da chegada de energia a frequência foi inevitável. O único trabalho nessa época aqui era pesca, troquei umas ferramentas e umas peça pela embarcação (jangada) e comecei a pescar. Minha família é toda da Penha, é tudo pescador, como eu estava sem trabalho e sem opção resolvi encarar a pesca. Hoje mora aqui eu e minha esposa. (Sr. Ramos, 65 anos, pescador aposentado do Jacarapé)

De início podemos notar na fala de Ramos a “jovialidade” da presença pesqueira na praia do Jacarapé. Esta característica na forma de ocupação do bairro, verificado desde o início da década de 1990, seria coincidente em cronologia com a suposta data de ocupação e fixação de moradias na área, sobretudo depois da criação das Unidades de Conservação na região. A exclusividade no trabalho da pesca e o perfil comum desses pescadores como migrantes de outras áreas urbanas de João Pessoa, completam o cenário socioambiental no qual os pescadores se encontravam naquela ocasião descrita e reelaborada por seu Ramos.

Antes de prosseguir, vale salientar, que selecionamos as falas de Sr. Ramos, (pescador reconhecido como mais antigo daquela praia) no encaminhamento desta parte, pois entendemos que este pescador emite um parecer bastante lucido e desmistificador, do que seja a cultura pesqueira na contemporaneidade.

Relativizando a atividade pesqueira e a própria figura do pescador tradicional – supostamente dada pela diferença, pela distinção de seus hábitos-, a fala de Sr. Ramos nos apresenta um bom exemplo sobre como os pescadores artesanais desenvolveram, na atualidade dos fatos, estratégias de adaptação para lidar com as consequências da urbanização.

A pescaria é como qualquer outro negócio, tem dia que dá e tem dia que não dá. Teve um tempo que eu pescava aqui praticamente sozinho, bem no começo, como eu tava sozinho, tinha eu mais uns dois, só ficava nessa redondeza. Ai a pesca foi ficando fraca, eu não podia ir muito longe. Eu conversei com o vizinho e ele me disse pra botar um bar ai, vender uma cervejinha que melhorava a situação, ai eu montei o bar. Começou o bar em 1995. De lá pra cá, pra falar a verdade, a pesca evoluiu, eu tinha uma jangadinha, depois montei uma jangada melhor e agora tenho o barco, tudo junto com o bar. As visitas, por causa da estrada, e a pescaria ajudaram a melhorar a vida aqui” (Sr. Ramos, 65 anos, pescador aposentado do Jacarapé)

Observando as diferentes fases e formas de ocupação desenvolvidas naquela trajetória de vida, o pescador nos mostra como se adaptou as diferentes situações da vida social moderna, remodelando-se, por exemplo, enquanto agente econômico – dono de bar – que se adequa ao incremento do turismo na região, o “antigo” mestre concebe claramente, que, apesar dos períodos difíceis, há uma melhoria geral de sua qualidade de vida ao longo das últimas décadas. Desse modo, seria plausível afirmar que nem todas as

consequências da modernidade – como turismo, fiscalização dos órgãos públicos e lutas por terras - impediram Sr. Ramos de pensar e desejar dias melhores para pesca artesanal.

Se observarmos esse processo de re-elaboração da identidade pesqueira, no âmbito da modernidade e sob uma ótica indentitária *híbrida*, como proferida por Stuart Hall, diríamos que as identidades pesqueiras se reformularam, em função das mudanças sociais advindas da modernidade, tornando-se *identidades híbridas* pesqueiras, isto é, o pescador artesanal, Sr. Ramos, pode assumir a realização de novas atividades econômicas paralelas (como dono de bar e guia turístico, guia para passeios de barco) sem prejuízo considerável de sua tradicionalidade. Na verdade, essa multifuncionalidade de ações se apresentam simplesmente, como novas formas de garantir sua permanência na principal atividade econômica, e vocação ancestral, a pesca artesanal.

Retornando ao debate sobre o perfil comunitário traçado pelo relato do mestre, salientamos que outra característica, aparentemente comum a muitos dos pescadores desse novo bairro, foi mencionar a migração anterior de sua família, realizada no passado recente para outros bairros periféricos da cidade de João Pessoa. Estas condições apontadas pelo pescador, de deslocamentos e migrações urbanas e as dificuldades de deslocamento, certamente inviabilizavam a permanência na atividade pesqueira, fatos estes que, levaram algumas famílias a buscar novas paragens na última virada do século XX. Como ele bem disse, a maioria das famílias pesqueiras expulsas da Penha estavam morando em bairros periféricos como o citado bairro do Mangabeira. Ou seja, nessa condição de des-territorialização e deslocamentos forçados dos trabalhadores da pesca, a atividade pesqueira estava em vias de se extinguir para alguns destes grupos familiares.

Para se manter na pesca era assim necessário ocupar outras praias ali nas proximidades onde o mar já era conhecido, ali no vizinho e ainda “desabitado” Jacarapé. Assim eles o fizeram, com luta e muita batalha. Como essa história parecia ser longa, marquei de voltar noutro dia para entender melhor essas relações de expulsão da Penha, migração na cidade e povoamento do Jacarapé pois Sr. Ramos estava de saída para o médico na cidade.

Na outra semana e, diga-se, numa manhã brilhosa e fresca de outono nordestino, meu veículo era o primeiro carro a estacionar no final da estrada do “maceió”, as margens do rio Jacarapé.



(Figura 18. Maceió do rio Jacarapé - Acervo do autor)

Optei por começar aquele campo dando uma boa caminhada pela areia mais dura da praia, na faixa em que bate o mar, percorrendo-a na direção norte-sul. Passei observando e fotografando toda vila, os barcos, as construções e a natureza exuberante do lugar.



(**Figura 19.** Aspecto das falésias que separam os limites da praia do Jacarapé e a “virada” para a praia da Penha – Acervo do autor)



(**Figura 20.** Aspecto da paisagem da comunidade pesqueira do Jacarapé – Acervo do autor)

Na volta da caminhada andei propositadamente mais próximo das casas e passei em frente às barracas de maneira a instigar alguma aproximação ou alguma conversa com os moradores que porventura ali se encontravam. Fui até o extremo oposto para ver quem estava nas residências e se estavam fazendo os reparos de costume como consertar redes, verificar e dar manutenção nos barcos. Retornando até o rio Jacarapé fui procurar inicialmente o Sr. Ramos, para retomar a conversa e, quem sabe, coletar mais algumas impressões do antigo pescador. Na atualidade Sr. Ramos também se apresenta como dono de um comércio, uma barraca de praia que se localiza na beira do maceió.

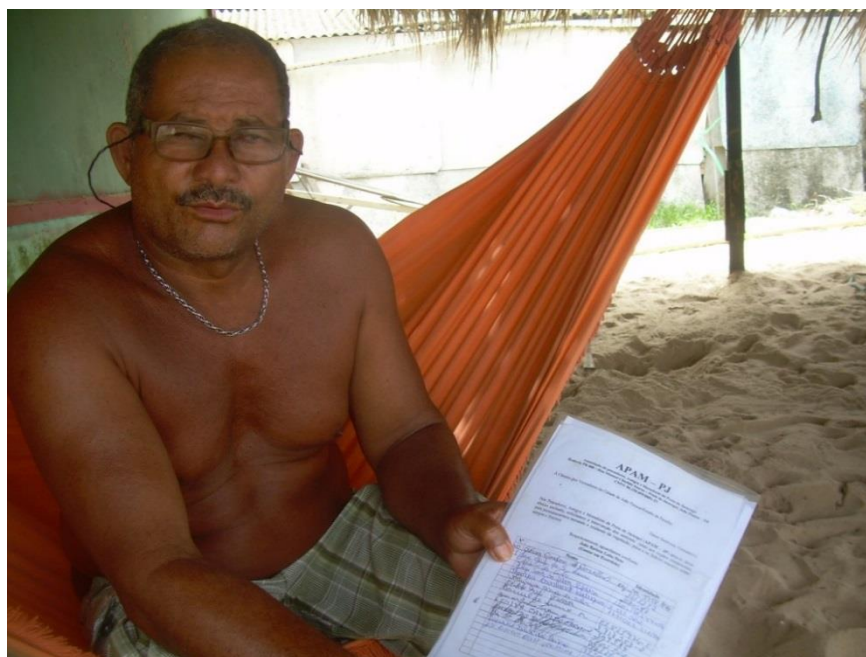


(Figura 21. Vista frontal da casa do Sr. Ramos -Acervo do autor)

Naquele contexto social de pequena comunidade pesqueira, e com alguns meses de pesquisas realizadas, pudemos constatar que a sociabilidade no bairro era fortemente organizada e integrada por laços de parentesco bastante próximo entre algumas famílias e por relações de parceira no trabalho da pesca. Pude observar repetidas vezes que havia um consenso entre todos os pescadores, principalmente entre os mestres e os pescadores, sobre o pioneirismo de Sr. Ramos naquela pequena vila.

Segundo todas as pessoas ouvidas até então, Sr. Ramos³⁷ era de fato “a memória mais antiga” da ocupação naquelas praias paraibanas. No entanto, naquela manhã brilhosa, a casa de Sr. Ramos encontrava-se fechada, com o cadeado dependurado, voltado para a parte interna da porta de entrada, o que indicava que ele estava dentro da residência, provavelmente, descansando, e que não deveria ser incomodado. O código de aproximação com o pescador era este: se o cadeado estivesse dependurado para fora da porta de madeira, exposto, eu poderia bater ou chamar, já se cadeado estivesse voltado para dentro, significava descanso, casa fechada, um tipo de “do not disturb”.

Momentaneamente pensei que não poderia dar prosseguimento a pesquisa de campo planejada para aquela manhã. Escrevo, momentaneamente, pois assim que passei pela casa de Ramos, no alcance do terreno vizinho, fui imediatamente avistado e abordado de longe por um chamado de voz, no mínimo interessante, alguém gritando alto ao fundo dizia: *ei seu estudante, você que é o estudante venha cá!*



(Figura 22. Sr. João, na época da pesquisa vice-presidente da associação de pescadores e amigos do Jacarapé - Acervo do autor)

³⁷ Um dos resultados importantes que colhemos nas conversas posteriores a esta entrevista com o Sr. Ramos foi apreender seu “mapa” da pesca artesanal conservado em um velho caderninho de papel amassado, que continha uma longa lista de pesqueiros que ele explorava e que serão melhor analisados nos capítulos finais deste estudo. Em síntese os pesqueiros (com coordenadas de localização para GPS – Sistema de Posicionamento Global) cedidos por Sr. Ramos eram: Atrator 1, Atrator 2, Estação, Balisa, Pesqueiro da Lagosta, Barreta da Penha, Jorge 2, Tonho de Cima, Pesqueiro do Assis, Barriga Cheia, Kaleb, Banco Jóia, Banco Casco, Banco Bandada, Pesqueiro do Cabo Duro, Pesqueiro Garajuba, Pesqueiro Arabaiana, Pesqueiro Chicharro, Pesqueiro Cirigado, Pesqueiro Cioba, Mister, Buraco 1, Buraco 2, Raso, Garajuba do Norte, Cirigado do Norte e Pesqueiro Pneus totalizando 27 pesqueiros. Cf; Mapa dos territórios pesqueiros do Sr. Ramos no capítulo quinto desta tese.

Quem gritava, ou, chamava em tom mais alto de voz, era Sr. João, o atual vice-presidente da Associação de Amigos e Pescadores do Jacarapé e vizinho de seu Ramos. Atendi prontamente a seu chamado, fui até a cerca que delimitava seu terreno e me identifiquei como o estudante e pesquisador da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Ainda do lado de fora do portão expliquei brevemente um pouco de minha pesquisa e depois de apresentar minhas insígnias, como estudioso da pesca, fui logo chamado para a sua varanda onde explanamos uma demorada conversa-entrevista. Curiosamente, seu João tratou justamente daqueles temas que estávamos investigando anteriormente, basicamente, tratou dos processos de expulsões de famílias de pescadores na Penha, migração na cidade e povoamento do Jacarapé.

Senhor João me contou na varanda de sua casa que, quando chegou naquela praia, antes de 2001, (sem data precisa), ele já vinha de uma “migração urbana” continua, que perdurava cerca de dez anos. O pescador relata que sua família já tinha deixado a praia da Penha (localizada no extremo sul da área urbana) no início da década de 1990, tendo migrado para um bairro periférico chamado de Rangel, localizado no extremo oeste da capital. Outra parte da sua família havia também havia se mudado para o bairro Cidade Verde, localizados, por sua vez, fora da faixa costeira da região metropolitana de João Pessoa.

Apesar da distância e das dificuldades de transporte apontadas por Sr. João, eles persistiram, nas suas palavras, eles *resistiram* na atividade da pesca. Na sua fala notamos a lembrança penosa dos dias seguidos de deslocamentos urbanos para realizar o trabalho. Os bairros periféricos de João Pessoa (marcados em amarelo na legenda do mapa anterior) não contam, nem contavam, com linhas de ônibus que os liguem internamente numa mesma região, sendo necessário realizar demoradas baldeações pelos terminais de ônibus, que se encontram nas áreas opostas da cidade, mais precisamente na zona oeste, bairro do Varadouro (área 9 do mapa).

Ou seja, para continuar exercendo a pesca, já na condição de morador “deslocado” da Penha, era necessário “dar a volta na cidade inteira” para chegar ao bairro pesqueiro, no caso o Jacarapé. Esse percurso, numa “pernada”, tomava cerca de duas horas e meia ou, às vezes, mais de três horas de viagem de ônibus. Tendo em vista todas essas dificuldades de transporte e a quase impossibilidade de transporte de ferramentas maiores dentro dos ônibus (como redes, cordas, paus, arpões e varas longas), a solução encontrada

por alguns pescadores foi trabalhar durante a semana na praia, sem fixar residência, e depois retornar para o local de morada. Nas palavras do seu João:

Era cinco (5) dias de pescaria no Jacarapé, dormindo nas palhoça, tudo de palha mesmo, nós pescava e dormia aqui. Voltava dois dia pra casa ,dois dias só. Depois quando nois veio pra cá, eu mais a muié, montei duas caiçara, uma pra casa outra pras coisa, pra jangada. As duas caiçaras botaram fogo. Duas vezes. Botaram fogo e nós resistiu. (Sr. João, 57 anos, pescador e vice-presidente da Associação de pescadores, Amigos e Moradores da praia de Jacarapé)

No breve e sincero relato de Sr. João podemos captar de forma mais clara sua percepção sobre as lutas, verdadeiramente materiais e sociais, pelas quais passam os pescadores na atualidade dos fatos. As lutas por espaços e demarcação de territórios, que “permitiam” a continuidade de seu trabalho, as mudanças bruscas de local de moradia movidas pela especulação imobiliária na cidade, ambas apontadas pelo pescador e que perpassaram a realidade social de muitas comunidades pesqueiras no litoral brasileiro, tem, nas últimas décadas, requerido destes grupos uma capacidade constante de adaptabilidade e de resistência social notável, para se dizer o mínimo.

Em muitos trechos de sua fala Sr. João também revelou o caráter conflituoso e verdadeiramente violento desses embates por território, embates onde o uso da expressão *luta de classes*, não parece ser mero jargão acadêmico, mas reapresenta e explica muito bem, com a exatidão devida, os processos sociais e a dura realidade social vivenciada por estes pescadores para continuar morando no Jacarapé.

No decorrer da conversa com o mestre pescador adentramos também no campo dos conhecimentos derivados da prática e da permanência naquela praia. Sr. João relatou suas andanças e o conhecimento do lugar da seguinte maneira:

Já andei com a Sudema, Ibama, ai dentro, mostrava tudo pra eles, mostrava tudinho, dentro desse mato (grifo nosso: Floresta do Parque Estadual do Jacarapé) nois já andou tudo, essa floresta foi nois quem conservou, se não fosse nois pescador já tava tudo cortado. (Seu João, 57 anos, pescador do Jacarapé) (Sr. Ramos, 65 anos, pescador aposentado do Jacarapé)

O conhecimento da natureza narrado por Sr. João envolve as espécies vegetais e animais das matas em terra firme e o conhecimento das interações e funcionamentos desse sistema vivos, mangue, matas e pesca artesanal. Este conjunto de conhecimentos foram decisivos na organização da fala do pescador. Entendo que esses discursos centrados nas formas de conhecimento daquele espaço e nas lutas e resistências pela ocupação do local, eram, sem dúvida, também formas de afirmar sua identidade pesqueira. A autoafirmação ou, auto- identificação como pescador artesanal se fez legítima na oralidade do pescador e pode ser muito bem atestada quando tratamos de assuntos que giravam em torno da ocupação e do conhecimento do espaço naquela região.

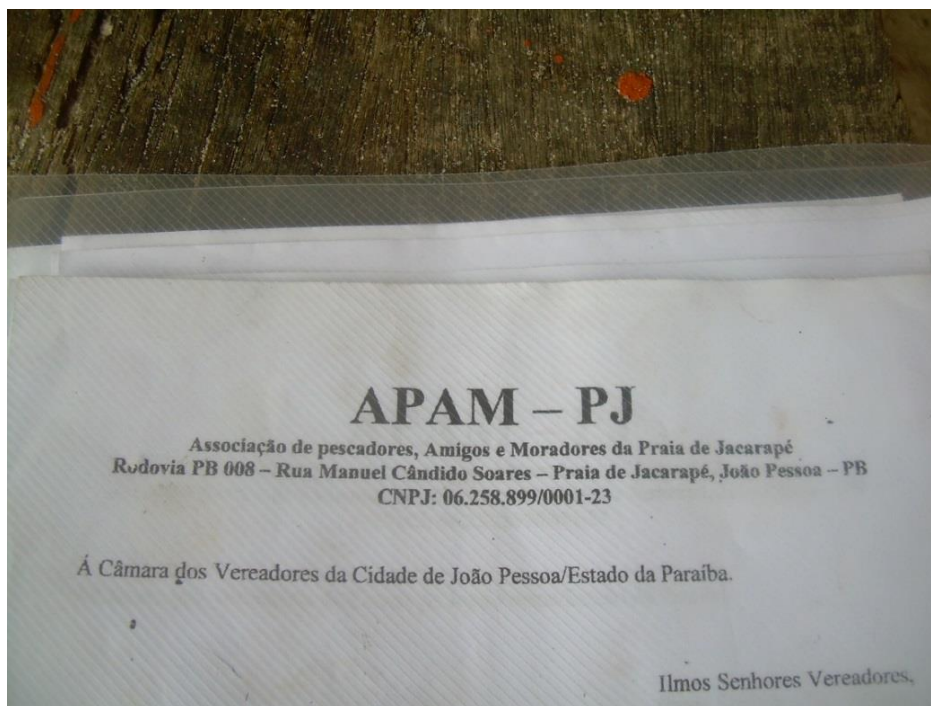
Desse encontro inesperado, entendi, portanto, que as identidades pesqueiras no Jacarapé estavam se organizando tanto pelas marcas da *luta social* como pelos marcadores culturais do conhecimento territorial, chamado na atualidade de etno-conhecimento ou, conhecimento tradicional dos mares. Escutar Sr. João falando sobre sua vida e sobre a presença protetora da comunidade em relação a natureza do local, pode nos encaminhar também para debates mais amplos que envolvem outras discussões e posicionamentos sobre o conceito de natureza, cultura e práticas sociais tradicionais, hoje conhecidas e entendidas, por alguns ramos da ciência, como valiosas formas de manejo dos recursos naturais nas Zonas Costeiras.

Com relação a esse tema específico, da revalorização do saber tradicional enquanto formas de manejo, podemos indicar como referência importante para este debate as contribuições de Manuela Carneiro da Cunha (1986; 1999; 2013), nas quais a estudiosa indica a importância dos estudos etnográficos para compor uma melhor compreensão científica dos povos tradicionais como elementos sociais cruciais para a conservação da biodiversidade e para a continuidade das diversidades culturais. A sabedoria tradicional, expressa nas formas de manejo praticadas por essas coletividades, pode assim ser interpretada não apenas como “tesouro”, substancializado em si, mas também como essências culturais. Nas palavras da autora, sobre o papel crucial das comunidades tradicionais na conservação da biodiversidade:

É importante que se entenda que o conhecimento tradicional não é algo que simplesmente se transmitiu de geração para geração. Ele é vivo e os povos tradicionais e indígenas continuam a produzir novos conhecimentos. [...]É importante que os cientistas conheçam o que se faz nas comunidades tradicionais e, por sua vez, que os povos tradicionais também conheçam o que se faz nos laboratórios científicos. (CUNHA, 2013)

Por fim, retornando aos valiosos relatos, podemos dizer que os problemas sociais que mais foram destacados por seu João naquela agradável manhã de conversas, se relacionavam principalmente com questões territoriais e lutas sociais que foram exemplificados em três problemas principais, segundo ele: primeiro, *a dispersão social das famílias pesqueiras*, referindo-se aqui a expulsões anteriores de muitos de seus familiares ocorridas na Penha, resultado direto da especulação imobiliária na zona costeira; segundo, *a falta de moradia fixa*, legalizada e reconhecida pelas autoridades; e em terceiro lugar, *as tentativas sucessivas de expulsão* da comunidade pelos homens da justiça. Reforçando o caráter de resistência coletiva daquela comunidade ele ressaltou: “se nois não recorresse, se nois não recorre agora de novo com o SPU, vem os cabra da justiça e cabô, morreu a comunidade.” (Seu João, 57 anos, pescador e vice-presidente da Associação de pescadores e Amigos e Moradores da praia de Jacarapé)

Essa última fala de Sr. João, vale dizer, foi fornecida no contexto de explicação sobre a fundação daquela associação de moradores, da qual ele fazia parte como vice-presidente. Segundo ele, foi para proteger a comunidade. Dizia o pescador que aquela foi a única forma de defesa coletiva que eles conseguiram implementar contra os mandados de despejo e desocupação que já haviam ocorrido no passado recente. O abaixo assinado foi transformado numa carta, que deu origem a um documento para formar a associação de moradores que recorria assim, de forma associada, o direito de permanecer naquelas terras praieiras “cuidando da natureza”.



(Figura 23: Aspecto do documento que comprova a criação da Associação de pescadores, amigos e moradores da praia de Jacarapé)

Ou seja, além das lutas passadas, defesa e reação contra os incêndios criminosos, havia no presente a luta coletiva, a resistência social organizada junto aos órgãos ambientais e prefeituras, o que configura um quadro de constantes e variadas formas de ameaças a permanência dessas pessoas naquela praia. Respondendo, portanto, a esse quadro de pressões sociais, característicos da modernidade, podemos concluir, até este momento, que os pescadores do Jacarapé atravessavam, naquele período pesquisado, um panorama tenso de conflitos e lutas socioambientais, que repercutiu claramente na reorganização de uma identidade coletiva mais engajada.

Certamente, uma das pessoas que mais me ajudou a compreender todas essas nuances e problemáticas das sucessivas lutas dos pescadores por territórios demarcados na praia do Jacarapé foi dona Celeide, que veio a se constituir como um dos “personagens” centrais na pesquisa etnográfica. Quando qualifico a senhora Celeide como uma das pessoas decisivas para a realização destes estudos, me refiro as enormes contribuições que a pescadora propiciou dentro das etnografias, pois, além de intermediar e facilitar contatos e conversas com outros pescadores, nossa colaboradora, também abriu o nosso acesso a reuniões comunitárias de bairro e conversas coletivas entre pescadores.

Certamente nestas ocasiões sua posição de líder comunitário foi muito valiosa para nossas observações sobre organização da comunidade e relações de trabalho e amizade.



(Figura 24. Dona Celeide líder comunitária e principal representante dos pescadores do Jacarapé)

Meu contato inicial com a principal “informante” do Jacarapé, Dona Celeide, foi feito dentro de uma reunião de moradores de bairro, a “Audiência Regional do Orçamento Participativo do Município de João Pessoa”, realizada no Bairro da Penha. Em meio as falas dos secretários, políticos, e representantes de associações de moradores dos bairros daquela região, uma senhora, representante dos pescadores do Jacarapé, forneceu em sua breve fala valiosos relatos sobre as demandas específicas daqueles pescadores e nos mostrou, na prática, como populações tradicionais se organizam politicamente nas diversas arenas políticas da modernidade.

Em suma, naquela ocasião, a pescadora destacou a importância do mar, de sua preservação ambiental e do acesso livre aos espaços costeiros e marítimos como condições fundamentais e básicas para a sobrevivência desse, já diminuto, grupo de pessoas que habitam a faixa de praia do Jacarapé. Segundo dona Celeide, os pescadores tradicionais e suas famílias tem como demanda urgente a garantia de moradia e a permanência do livre acesso ao mar, sob pena de deixarem de existir. Nos últimos relatos

e contagens informados pela moradora, coletados no final de 2015, temos que, nas pouco mais de 40 habitações existentes naquela praia, apenas 16 contam com habitantes regulares, totalizando um número flutuante de 15 a 20 moradores vivendo “efetivamente” naquela comunidade.

Com uma fala enfática, ela destacou também que a comunidade da Penha, onde se realizava a reunião, se organiza, na atualidade dos fatos, muito mais em torno de uma identidade religiosa vinculada a presença da Igreja e Santuário de Nossa Senhora da Penha. Controvérsias a parte sobre a identidade cultural preponderante naquela região, pode-se dizer que, na visão de dona Celeide, o povo da Penha tinha outros modos de viver, outras atividades econômicas para tocar a vida, referindo-se ao turismo religioso existente no bairro vizinho e a outras atividades de comércio, lazer e artesanato local que de fato eram mais presentes naquele bairro e que “se alimentavam” da visitação semanal ao Santuário de Nossa Senhora da Penha e a praia.

No caso do Jacarapé era diferente. Ela ressaltou que aquela comunidade tinha como elemento central na formação e construção de sua identidade coletiva, apenas a atividade da pesca artesanal, “aqui só chegou pescador pra morar.” (Sra, Celeide, 47 anos, representante dos pescadores do Jacarapé)

A partir desse rico e inesperado relato, obtido dentro da audiência pública municipal, conversamos, rapidamente e combinamos então outras visitas a comunidade.

Dona Celeide preferia nos receber, em quase todas as ocasiões, no período matutino, pois durante a tarde seu tempo era dividido entre tarefas domésticas e o trabalho com seu marido no recebimento e tratamento dos pescados. Em sua casa de madeira pudemos estabelecer boas conversas no decorrer dos meses iniciais desta pesquisa.



(Figura 25. Dona Celeide e seu esposo Sr. Lobo do Mar em frente à casa de madeira – Acervo do autor)

Já no início de nossa primeira conversa percebi que a pescadora fazia questão de enfatizar tanto seu tempo de moradia, mais de 15 (quinze) anos, naquela localidade, como sua relativa mobilidade social, tendo já migrado por outros bairros pesqueiros da cidade como Seixas, Penha e no município vizinho de Cabedelo, região norte, nordeste da área urbana de João Pessoa. Ou seja, novamente se configurava a minha frente um cenário social de migração forçada pela especulação imobiliária, posterior luta por fixação em outras terras praieiras, marcado pela exclusividade no trabalho da pesca e pelas lutas sucessivas para a manutenção da atividade pesqueira. Mesmo sem estabelecer um mote central para estes primeiros encontros, dona Celiede foi nos encaminhando, por meio de suas vivências, para as questões referentes a ocupação pesqueira naquela praia, sobretudo para questões relacionadas a precariedade e irregularidade das habitações, condições estas que afligiam sobremaneira a moradora. Como ela mesmo apontava, notamos que quase todas as casas e caixas da praia eram feitas de madeira, latão e peças e telhados de amianto, usando-se pouca, ou quase nenhuma construção em alvenaria.



(Figura 26. Casa de pescador na comunidade do Jacarapé - Acervo do autor)



(Figura 27. Casa de pescador na comunidade do Jacarapé - Acervo do autor)



(Figura 28. Aspecto das habitações construídas em madeira e telhas de amianto – Acervo do autor)



(Figura 29. Aspecto das habitações construídas em madeira e telhas de amianto com embarcações tradicionais em primeiro plano – Acervo do autor)

Esta condição relativamente precária das habitações logo foi relacionada pela senhora Celeide, a uma condição de desigualdade e conflito social que se expressava no espaço, mais precisamente, se expressava na falta de moradia digna para os pescadores artesanais. Ou seja, as questões que envolvem moradia, direitos territoriais, uso dos espaços costeiros e o impasse na resolução destes conflitos, faziam parte do conjunto principal de problemas desta comunidade e, de fato, impediam que estas populações pudessem definir seus locais de moradia e construir casas mais “sólidas” temendo um futuro desalojamento. Na sua visão:

Os maiores impasses da gente é esse projeto Orla e os empreendimentos do Cabo Branco, tudo foi sendo loteado, as matas fecharam e foram loteando pra hotel, restaurante, até posto de gasolina, eles querem por aqui, tudo ai pra dentro, e do nosso lado. (Sra. Celeide, 47 anos, líder da comunidade pesqueira do Jacarapé)

Relacionado então esses principais problemas levantados pela líder de comunidade temos as ações organizativas (ordenamento territorial e regularização fundiária) vinculadas ao projeto Orla, que consistem basicamente em ações de fiscalização e regularização das faixas costeiras³⁸, e a expansão da área de influência do Complexo Turístico Cabo Branco (especificamente no que diz respeito a provável implantação do setor hoteleiro nas terras próximas a vila), como fatores decisivos de pressão sobre a comunidade pesqueira.

A retrospectiva construída pela líder pesqueira conta que anos atrás, mais precisamente há nove anos, seguindo as determinações do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação que organiza a ocupação e o uso de áreas protegidas), o Ministério Público Federal da Paraíba já havia julgado e tramitado uma ação de despejo e desocupação da praia, pois segundo resolução e entendimento dos órgãos ambientais responsáveis naquela época, tratavam-se de ocupações irregulares dentro dos limites de uma UC, o Parque Estadual do Jacarapé. Na percepção de dona Celeide sobre estes processos temos:

³⁸ Essas ações organizativas de fiscalização e ordenamentos na faixa costeira serão explicitadas no capítulo quarto desta tese quando concentraremos nossa análise sobre as principais ações governamentais que recaem sobre os pescadores artesanais no contexto municipal.

Quando nós, nós pescadores, perdemos o direito de ficar perto da praia e de pescar, foi quando eu comecei a estudar, a buscar informação e vi que era o Parque, e o Parque era do governo, eles queria que nois saísse. No começo era audiência pública atrás de audiência, na última eles tomaram conhecimento que tinha nois pescador, morando aqui, eles pensava que era tudo barraqueiro, turista, veranista, tudo junto. Ai eles viram que tinha nois, e nois é pescador! (Sra. Celeide, 47 anos pescadora e representante local dos pescadores do Jacarapé)

De forma coletiva e por meio de organização de uma associação de moradores, a comunidade pesqueira resistiu a empreitada “conservacionista” lutando pela permanência naquela praia. Eles “não arredaram o pé”, afirma a pescadora. Estes fatos, as tentativas de expulsão e despejo, de alguma maneira, integraram e articularam com maior força os pescadores em torno de uma identidade coletiva, muito embora, as divergências internas fossem evidentes dentro da comunidade. O fato de existirem duas associações, uma presidida por dona Celiede, e a outra defendida por Sr. João, indicam que a comunidade do Jacarapé, ainda que pequena, se fragmentou em torno de duas visões com lideranças distintas. Uma, a de Sr. João, admitia a inclusão de não pescadores, de “amigos” da comunidade pesqueira, o que pressupunha a entrada de outros agentes nas disputas territoriais daquela faixa de praia. A segunda associação, liderada e organizada pela senhora Cleide, permitia apenas a adesão de pescadores artesanais, reconhecidos pela comunidade como tal. Mesmo observando essas ramificações e possíveis limitações nas formas de classificação deste grupos e agentes, notamos, enfim, a sedimentação de uma narrativa coletiva, que remontava enfaticamente sobre as lutas e qualidades de resistência do povoado pesqueiro.

Devemos informar que mais recentemente, no período entre anos de 2010 e 2014, tomando uma nova leitura do SNUC, o SPU da Paraíba - órgão responsável pela gestão das terras da União - passou a aceitar e considerar a presença de populações tradicionais como uma possibilidade de uso sustentável dessas unidades de conservação localizadas a beira mar, abrindo-se assim, a possibilidade ou o precedente de permanência desses grupos em terras públicas. Desse modo lembramos o leitor que em nosso período de pesquisa junto as comunidades, que decorreu entre os anos de 2013 a 2015, já circulava entre a maioria dos pescadores, esta nova possibilidade de uso dos espaços costeiros “referendada” pela lei e garantida para as comunidades ou populações tradicionais reconhecidas.

Ou seja, todas essas múltiplas dimensões sociais e demandas políticas (reconhecimentos da tradicionalidade e garantia de territórios) organizadas pelos pescadores emergiam do campo e suscitavam em poucos encontros, uma abertura e reorganização de nossa postura enquanto pesquisador. Como nos posicionar e direcionar nossos estudos tendo em vista todas estas demandas políticas em voga na atualidade? Como equilibrar e ponderar expectativas políticas, discursos de reivindicação e estudos antropológicos sobre a cultura pesqueira, motivos iniciais de nosso estudo?

Procurando pautar nosso diálogo, retornei “o rumo das conversas” para algumas prioridades que havia pensado, planejadamente, para as minhas atividades de campo, como por exemplo, entender e explicar, de forma simples e clara, como os pescadores concebiam suas principais demandas sociais, seus problemas, e como se estabeleceram e se organizaram naqueles territórios enquanto comunidade?

Seguindo nesse tipo de abordagem lancei algumas perguntas semi-estruturadas que elencarei a seguir:

Gustavo: Dona Celeide a senhora pode me falar sobre as principais demandas da comunidade?

Dona Celeide: Nossa principal prioridade é a vila dos pescadores. O SPU já tá vendo a área porque a prefeitura disse que ela não tem área aqui. Isso já uma demanda passada. (Sra. Celeide, 46 anos, pescadora e representante dos pescadores do Jacarapé)

Como já dissemos anteriormente, a preocupação central de Celeide era a questão da garantia de moradia e girava sempre em torno da possibilidade de permanência da comunidade naquela área, pois somente assim, morando perto da praia, eles poderiam ter “livre acesso” ao mar, viabilizando seu sustento. Após esta fala dona Celeide seguiu destacando a necessidade das famílias de pescadores permanecerem juntas naquele bairro, pois a proximidade e ajuda mutua entre os membros da comunidade fortalece a cultura da pesca. Segundo a representante, os pescadores que vivem “separados” são pescadores enfraquecidos, e ao longo do tempo se a comunidade se separa se “desintegra”, isto é, torna-se muito difícil permanecer numa atividade eminentemente coletiva como a pesca artesanal. Novamente vemos aqui que a dispersão das famílias pesqueiras (apontada anteriormente por Sr. João) é considerada também como um

problema comum entre os integrantes daquela comunidade e altamente impactante na atividade pesqueira e na continuidade da cultura da pesca artesanal.

Em certo momento do diálogo direcionei a conversa a fim de captar outras dificuldades ou problemas que aquela comunidade enfrentava. Para minha surpresa a pescadora encaminhou uma sucinta resposta e explanação sobre sua condição de vida e sobre a luta coletiva daquelas pessoas por reconhecimentos, que recuperamos na seguinte forma resumida:

A maioria das pessoas acha que a gente é morto de fome. Mas a gente não é não. Somos pessoas normais, apenas com modo de vida diferente. A gente só quer a garantia do lugar que nos dá sustento. O resto a gente faz, a gente dá jeito. O pescador em si não tem noção dos seus direitos e do seu valor. (Dona Celeide, representante dos pescadores do bairro Jacarapé)

Se analisarmos apenas os conceitos e concepções mobilizados nesta breve fala , ofertada pela pescadora, poderíamos elencar ainda algumas questões sobre preconceitos sociais, auto-identificação, enquanto cultura ou *modo de vida diferente*, luta por direitos territoriais mencionado como *garantia do lugar*, e, ainda, luta por reconhecimento de identidade e revalorização da cultura pesqueira, como elementos centrais das reivindicações políticas destes grupos. Na verdade, destes termos presentes na fala da pescadora, podemos salientar que a luta por reconhecimento de uma identidade cultural específica, passa necessariamente, neste caso, pela garantia de direitos territoriais, isto é, os territórios da pesca, nessa explanação, configuram-se como elementos centrais para a manutenção da existência material e da cultura pesqueiras, constituindo-se, portanto, como uma das bases culturais e ambientais fundamentais para a reprodução social destes grupos.

Ao final de uma longa conversa, com mais de quatro horas de duração, dona Celeide reafirmou, categoricamente, a necessidade das moradias para os pescadores, como demanda central da comunidade, condição de trabalho, vinculando o direito a estes espaços- territórios, à uma noção interessante de pertencimento e ancestralidade daqueles pescadores para com aquelas praias. Segundo ela, aqueles espaços-territórios já estavam sendo humanizados por eles a muitas gerações.

Nossas famílias são todos filhos de pescadores. Lá atrás todo mundo era pescador, meu pai, meu avô, o avo do Lobo (seu esposo, grifo nosso). Nossa vida era de acordo com o que a natureza dava. Com a maré favorecida, aí era hora de entrar. Nosso relógio quem faz é a natureza. (Dona Celeide, representante dos pescadores do bairro Jacarapé)

A respeito desta última fala da líder local podemos apontar que o sentimento de pertencimento daquelas pessoas para com a comunidade, apesar da jovialidade da ocupação, também era construído, eminentemente, por meio da ancestralidade das famílias pesqueiras, em outras palavras, a convicção, e, o processo de auto-identificação descritos e vividos por Celeide, o fato incontestável de ela sentir-se parte daquele mundo da pesca, regido pelas leis da natureza, era uma qualidade cultural construída também, e principalmente, com base no reconhecimento da importância dos laços de família³⁹ dentro da cultura da pesca.

Mesmo vindos de outras comunidades pesqueiras, des-territorializados pelo crescimento da cidade, aquelas famílias de pescadores estavam apenas buscando, naquele processo permanente de luta social por espaços e por reconhecimento de identidades, novas formas de dar continuidade a sua cultura ancestral e a suas histórias de família. Em suma, como afirmou a pescadora em muitas de nossas conversas, “nos só queremos continuar existindo”.

Nesta parte recuperamos os principais posicionamentos, ou, os relatos mais representativos, sobre as demandas territoriais e sociais organizadas pelos pescadores do Jacarapé. Nessa observação notamos que as reivindicações coletivas mais frequentes destes grupos de trabalhadores e famílias giravam, quase sempre, em torno da garantia de territórios legalizados para moradia, pois como constatamos em campo, os pescadores daquela localidade não possuíam qualquer garantia de permanência nos espaços socialmente utilizados por eles no cotidiano a beira mar. Dito isso, parece plausível afirmar que as formas de uso, ocupação e organização dos espaços em terra firme se fundamentaram num processo contínuo, e ainda ininterrupto, de lutas sociais por territórios legalizados, que nesse caso específico, expressavam-se nas lutas coletivas

³⁹ A respeito da importância dos laços de família na pesca artesanal, Cf; Andrade (2011)

exercidas pela demarcação, regulamentação e materialização da tão esperada “Vila dos pescadores” do Jacarapé.

Noutra vertente de reflexão sobre os trabalhos de campo, também podemos indicar uma interessante variedade de *respostas culturais* que algumas famílias organizaram em virtude dos conflitos sociais presentes naqueles contextos socioambientais. Se olharmos mais especificamente para as percepções individualizadas emitidas por alguns desses trabalhadores, podemos dizer que não existe um perfil dominante de consternação com relação às transformações – especulação imobiliária, fiscalização de órgãos ambientais e turismo - advindas da urbanidade.

Temos um exemplo disso na fala do Sr. Ramos, para quem a vida estava se tornando melhor com o passar dos anos. Isto é, na sua visão, a “modernização” do lugar propiciou prosperidade para ele e sua família. Sendo assim, pode-se admitir que para alguns dos grupos familiares o avanço do tempo não repercutiu, necessariamente, numa piora das condições de vida, podendo-se assim, relativizar o caráter supostamente desestabilizador da urbanidade sobre as identidades pesqueiras. Nota-se assim, de forma conclusiva, que alguns elementos marcantes dessas identidades culturais - como o valor do trabalho coletivo, o saber-fazer da pesca artesanal, e, sobretudo, um sentimento de identificação coletiva com essa atividade -, não deixaram de existir entre a maioria dos moradores que entrevistamos.

Porém, é fundamental salientar, que esses “valores” ou marcadores culturais estavam, em nossa visão, sendo reagrupados de outras maneiras. Ou seja, estavam finalmente se “misturando” à outros valores e teias de identidades culturais, que se constituíram à partir de outros setores da sociedade contemporânea.

2.4) Histórias da Penha, formas de ocupação e outras territorialidades pesqueiras na terra do Aratu.

Na Penha, como já indicamos anteriormente, o histórico de ocupação e alteração das áreas costeiras se deu de forma bem diferente em relação as formas de uso e ocupação indicadas anteriormente pelos moradores do Jacarapé. A Penha por se tratar de um

povoamento bastante mais antigo em relação ao primeiro bairro analisado possui um histórico de ocupação que remonta aos séculos XVI, XVII e XVIII.

Essa antiguidade (expressa muitas vezes nas citações de parentescos de bisavôs, tataravôs) parece ter dado a algumas famílias pesqueiras mais antigas que habitam a rua de baixo e a chamada Vila dos pescadores da Penha (localizada as margens da PB 008), um sentimento de estabilidade social bastante justificável, tendo-se em vista o tempo de presença daquelas famílias na área. Não pretendemos aqui nos aprofundar nos recortes historiográficos sobre o local, já que estes recortes foram analisados em partes anteriores do presente capítulo. Logo, vamos aqui concentrar nossas considerações sobre os períodos mais recentes da vida social do bairro, sobretudo, observando a recuperação das histórias de vida que se desenrolaram na segunda metade do século XX.

Dessa maneira, remontando a um passado recente, Sr. Manoel, um dos pecadores aposentados da Penha, nos contou como foi o estabelecimento da vila dos pescadores ali nos fundos das fazendas de coco, onde hoje existem os lotes e as casas próximas a rodovia PB 008, a chamada, Vila dos Pescadores da Penha.



(Figura 30. Aspecto da Vila dos pescadores da Penha, com suas peixarias construída a beira da rodovia PB 008 – Acervo do autor)



(Figura 31. Aspecto da Vila dos pescadores da Penha, com suas peixarias construída a beira da rodovia PB 008 – Acervo do autor)

Num fim de tarde alaranjado, já entrando num mês de maio, Sr. Manoel nos lembrou, com orgulho, como foi sua longa história de pescarias e de suas andanças pelo Brasil. Ele recuperou e construiu de forma bastante criativa sua trajetória de vida pessoal mostrando os carimbos de cada Capitania dos Portos por onde atracou e onde trabalhou.

Com saudoso destaque lembrava das pescarias na região da Baía da Traição, do Pitimbu, de pescar inúmeras vezes lá para os lados do Tambaú, e lembrou, principalmente, dos seis (6) meses que ficou morando na cidade do Rio de Janeiro. Mesmo com todas essas viagens e experiências em outros Estados, Sr. Manoel enfatizava que a maior parte da vida ficou pescando ali mesmo na Penha, pois como ele mesmo formulava, “ali sempre foi lugar de peixe farto e local protegido pelos corais, bom de ancorar”.



(Figura 32. Sr. Manoel folheando sua Caderneta de Matricula para pescador – Acervo do autor)

Via

MINISTÉRIO DA MARINHA

Capitania dos Portos

do Estado de Paraná

no porto de João Pessoa

N.º 320477 Caderneta de Pescador

Nome Manoel Gomes da Silva

Matricula feita na forma do art. 324 do Decreto n.º 5798 de 14 de junho de 19 40

Nacionalidade brasileiro

Naturalidade João Pessoa

Estado Município de João Pessoa

Nascido em 20 de junho de 19 1918

Estado civil casado

Pai Francisco Alexandre da Silva

Mãe Joana Gomes

Situação no serviço militar Exonerado pelo Exército Brasileiro nº 32508, Série Expediente, pela 23ª CSM em 29/03/65.

Alfabetizado? sim Identificado? sim

Côr pele escura Cabelos cabo escuro

Barba raspada Bigode uso

Olhos cabo escuro Altura 1,55 m.

Sinais visíveis Pipe Leão

Residência Praia da Tenda

Assinatura do inscrito Manoel Gomes da Silva

Inscrição feita no porto da Paraná, em João Pessoa em 14.05.1971 Livro 38 Folha 196

Em 14 de maio de 19 71

Reinaldo Guedes Pereira
Escriturário Classe 21A LEAO
Copiloto de Corveto, Capitão dos Portos
Escrit. alvot 10

(Figura 33. Caderneta de Matricula para pescador do Sr. Manoel – Acervo do autor)

A Caderneta de Matricula para pescador do Sr. Manoel, assinada em 1971 no Estado da Paraíba, era o documento fundamental para que os pescadores registrassem seu trabalho e pudessem fazer a contagem do tempo de serviço para fins de aposentadoria e previdência social. A formatação desses direitos teve início sob a governança de Getúlio Vargas, sendo o lançamento de decretos (decreto-lei 22.872 de 29 de junho de 1933 e o decreto-lei 3.832 de 18 de novembro de 1941) os atos que instituíam os benefícios sociais aos marítimos, armadores de pesca e empregados em profissões conexas com a indústria da pesca. Nesse sentido, o documento apresentado e as memórias anteriores à época do registro (1971), ajudavam Sr. Manoel a organizar as suas histórias na pesca, remontando às lembranças surpreendentes de sua infância, quando se iniciara na pesca, lá pelos 9 ou 10 anos de idade. Vale a pena ressaltar que sua Em cada gancho de conversa, o pescador ia, literalmente, compondo uma nova linha de sua longa trajetória de vida e experiência junto ao mar, afinal em 60 anos atestados de atividade na pescaria, dever-se-ia ter muitas histórias para contar. Notei que ali poderia me demorar muitas semanas conversando sobre assuntos dos mais variados, trabalho, esportes, desavenças e conquistas pessoais, superstições do universo marítimo, enfim um “mundo” de temas podiam ser elencados. Em respeito à vontade de Sr. Manoel, e esperando ganhar sua confiança para travar conversas mais “diretas” sobre sua trajetória de vida, ficamos assim, proseando (durante as duas primeiras semanas) e dialogando com sua disposição em falar dos temas mais variados. Na posição de pessoa aposentada pelo governo, Sr. Manoel gostava mesmo era de sentar no pôr do sol, juntar com os amigos e tomar um lanche para modo de prosear.

Percebendo que esses encontros me abriam muitas possibilidades de conversas, mas talvez não me levassem mais diretamente a elucidar algumas questões predeterminadas na pesquisa, fui encaminhando, aos poucos, entre um tira gosto e outro, algumas indagações pré-concebidas sobre as formas de ocupação e processos de fixação e territorialização da cultura pesqueira no bairro. Dessa maneira, relacionando a história pessoal com as mudanças sociais, fomos eu e Sr. Manoel, construindo conjuntamente um pano de fundo histórico para a fixação dos pescadores naquela pequena sub vila da praia da Penha, chamada pelos locais pelo nome de “Vila dos Pescadores”. O mestre aposentado se lembrou de sua longa trajetória de vida pessoal que havia sido atravessada pela história de falecimento de um dos donos daquelas fazendas de coqueiros, grandes propriedades à beira mar localizadas na divisa entre as praias da Penha e Seixas. Essas terras atualmente encontram-se devidamente loteadas e a parte oeste, precisamente o

fundo dos lotes a beira mar, são conhecidas hoje como a Vila dos Pescadores da Penha, mas em tempos passados, como afirma o pescador, os fundos das fazendas eram compostos apenas por matas e coqueiros. Na retrospectiva constituída pelo pescador:

Meu pai mais minha mãe era funcionário da fazenda aí o patrão morreu e depois sortearam os terrenos pros empregados. Meu pai morreu, minha também, e ficou eu como herdeiro dessa terra. Isso aqui tudo era taipa, eu sou nascido aqui na Penha, nascido, criado e vou morrer aqui. Os meus filhos, um é faxineira, empregada doméstica... trabalha em casa de família e os outros não quiseram continuar na pescaria, foram procurar outra coisa pra viver. Um filho meu trabalha no Village Sul (grifo nosso; condomínio fechado localizado bem na divisa entre a área da Penha e Bairro da Ponta do Seixas). (Manoel Gomes da Silva, 66 anos, pescador aposentado da Penha)

Sem dúvida, apenas com a fala de Sr. Manoel notamos a significativa diferença nas formas de uso e ocupação dos espaços na Penha em relação ao Jacarapé. Neste contexto os territórios de moradia, garantidos por herança, proporcionaram para algumas famílias pesqueiras e parentes dos antigos funcionários das fazendas de coco, uma certa estabilidade social e moldaram de forma significativa o sentimento de pertencimento dessas populações naquelas terras. No entanto, vale destacar que, a doação legal das terras e a estabilidade social derivada deste fato, paradoxalmente, não garantiram a permanência de uma boa parcela da população, como no exemplo citado dos filhos do Sr. Manoel.

Basicamente, podemos salientar que, as dificuldades econômicas de permanência na atividade pesqueira, a incerteza e rudeza envolvidas no trabalho da pesca, e a busca por melhoria das condições de vida, fizeram com que boa parte de sua família migrasse para outras áreas periféricas de João Pessoa, com ele mesmo afirmara, e para outras formas de ocupação. Apesar de todas as boas lembranças da pesca e de ressaltar como essa atividade contribuiu decisivamente para poder criar seus filhos com dignidade, seu Manoel não transmitia muito otimismo e nem demonstrava ares de esperança com relação ao futuro da pesca artesanal naquela região. Em suas palavras, “a pesca hoje é só uma lembrança”.

De certa maneira podemos afirmar que o relativo pessimismo, principalmente em relação às condições de reprodução da cultura pesqueira, foi construído com base numa retrospectiva, até certo ponto coerente, de desvalorização sucessiva de sua atividade enquanto trabalho qualificado pela tradição. Relata o pescador aposentado:

Antigamente nós ia com o pai e a gente via os pesqueiros com a sassanga (corda fina de nylon ou linha ligada a um peso de chumbo na ponta

usada pra medir a profundidade do mar nos pontos de pesca: grifo nosso), ai vê onde tá os peixes. Hoje em dia tá mais fácil de vê onde tá os peixe, já tá tudo marcado...nos GPS, marca e vai pro fundo, chega ele apita pi –pi- pi ...chegou. Hoje o cabra já vai certo, tem a sonda também que mostra até o chão e os cardume. Antigamente a gente marcava os pesqueiros pela terra, pelos pé de pau, hoje tem GPS e todo mundo vai. O GPS tem tudinho até a sombra do cardume, só não mostra a qualidade do peixe. (Sr. Manoel, 66 anos, pescador aposentado da Penha)

Vemos nesse relato que o pescador construiu assim um panorama de desqualificação da mão de obra pesqueira relacionando os avanços tecnológicos provenientes do uso do GPS, como um fator fundamental de desestabilização do trabalho artesanal da pesca. Sustentando essa visão ele dizia que trabalhar com a pesca na atualidade, com o auxílio do GPS, ficava mais fácil e dessa forma dependia-se muito menos do conhecimento que os mestres detinham sobre mares. Todavia, ressalta o pescador, restava ainda o mérito do conhecimento da qualidade do peixe, como um saber pesqueiro. Na semana seguinte retornei à casa de Sr. Manoel, a fim de esmiuçar e continuar essa nossa conversa sobre os problemas de reprodução da cultura pesqueira na atualidade. Dessa vez aproximou-se também para conversar outro pescador nascido e criado na Penha, Sr. João Lambu, 67 anos de idade, pescador aposentado.



(Figura 34. Sr. João Lambu e Sr. Manoel, em conversa descontraída na casa-bar do Manoel – Acervo do autor)

Nesse momento percebi claramente que o Sr. Manoel queria aproveitar aquela ocasião para reforçar, com a presença e ajuda do amigo, uma visão que ele acreditava ser dominante entre os pescadores mais velhos. Tratava-se de alertar para o descrédito que a profissão de pescador tinha tomado naquele momento histórico no qual nos encontrávamos. Na verdade, entendo que estes testemunhos conjuntos reforçavam uma visão pessimista que iria se repetir em outros relatos, e, na maioria das conversas que estabelecemos nesse antigo bairro pesqueiro. Em sua primeira investida Sr. Lambu já foi logo afirmando:

Ninguém respeita mais nois, hoje, não tem mais parceiro de pescaria porquê? Porque não tem pescador? Porque não tem parceiro! Porque se você fala para os menino ir pro mar, manda compra o gelo, o óleo, marca o dia e os pescador ajudante, proeiro, mas não aparece ninguém eles deixa você na mão...não tem compromisso, respeito nenhum, pescar sozinho não dá...eles até mangueia você! Ninguém quer nada não! (Sr. João Lambu, 67 anos, pescador aposentado da Penha)

Quase que conjuntamente e na sequência dessa fala seu Manoel emendou:

Hoje ninguém quer trabalhar mais não. A gente toda semana passava de arrastão até o peito as vezes...do Cabo até aqui na frente. Pra pegar camarão e isca. Andava a praia inteira hoje ninguém que mais isso não, os menino só quer saber de come e de óh! (gestual que sugere o ato do roubo: grifo nosso) os menino de 11, 12 anos ninguém que assumir mais responsabilidade. Hoje nós não pode dá uma coça nos muleque qua já vai preso. No meu tempo pai mandava ir buscar o capim fininho no mato pra eu apanhá, eu tinha que ficar quietinho ali, sem sair do lugar.. e ele batia até ficar vermelho as vezes até saia sangue. Ai nois aprendia a respeita os mais velho. (Sr. Manoel, 65 anos, pescador aposentado da Penha)

A respeito desses dois últimos relatos pode-se presumir então que alguns membros mais velhos desta comunidade – os pescadores aposentados especificamente - sintetizam uma opinião pessimista em relação as condições de vida, de trabalho e de reprodução da pesca artesanal no bairro da Penha. No entanto, entendemos que este sentimento de desvalorização cultural, emitido por parte restrita desta comunidade, não pode representar, ou traduzir, a posição majoritária e o sentimento coletivo da maioria dos pescadores daquela localidade em relação as condições sociais discutidas ao longo desse capítulo.

Ainda sobre este tema de discussão, gostaríamos de indicar ao leitor, que, mesmo contando apenas com quatro (4) relatos de mestres aposentados - incluindo-se nessa lista os relatos de Sr. João Preto e do Sr. Ramos do Jacarapé, num conjunto total de 15 pescadores entrevistados⁴⁰ -, consideramos ter nestes testemunhos dos mais velhos um alerta, que julgamos significativo, de conflito geracional, inequívoco, que se estabeleceu nos últimos anos naqueles grupos. Ou seja, o panorama, ainda que parcial, elaborado pelos mestres pescadores aposentados encaminhava para nossa reflexão um problema social importante de desvalorização progressiva da atividade pesqueira perante a sociedade que será retomado ao final desses estudos, no quinto capítulo, quando comentaremos essa desvalorização dos mestres como um dos *sinais*⁴¹ da desestruturação do trabalho/da cultura pesqueira.

Logo, podemos afirmar que para algumas famílias pesqueiras os cenários históricos atuais, claramente, não apontavam para a existência efetiva de condições sociais mínimas, ou estáveis, para a reprodução social e material da atividade pesqueira.

Como descrito pelo pescador, estava cada vez mais difícil formar mão de obra qualificada para aquele trabalho. Sem poder ‘educar os filhos’, usando da lógica antiga dos castigos corporais que se valia muitas vezes do uso de violência, como forma de afirmação da autoridade familiar, Sr. Manoel via, aos poucos, sua autoridade e seu valor como pescador antigo, e pessoa de conhecimento, sendo fragilizada na realidade da vida social contemporânea. Segundo ele, “essa a juventude perdida e sem prumos, nos tempos de hoje, não pode ser mais educada para o trabalho da pesca”, primeiro porque, ele não poderia mais exercer sua autoridade perante os mais jovens. E segundo, porque ele entendia que havia um desinteresse geral pela ocupação, já que estes mesmos rapazes reconheciam que a atividade da pesca encerrava em si muitas agruras, incertezas e desafios que não se observavam em outras atividades econômicas no contexto paraibano contemporâneo.

Sem adentrar nos méritos ou problemas morais presentes nestas concepções de educação, infância, família, poder e coerção social descritas pelos pescadores nos últimos

⁴⁰ Alguns dos pescadores entrevistados não apareceram com ênfase maior em nossas considerações textuais, mas certamente ajudaram a compor todos nossos entendimentos a respeito da pesca nesta tese. A título de informação os pescadores entrevistados foram: Ramos, Lobo do Mar, Teco, Jarbas, Pom Pom, Del, Régis e Dona Celeide no Jacarapé, e João Preto, Assis, Manoel, João Lambu, Zildo (filho de Sr. João Preto) e Agnaldo e Luís Carlos (filho do Sr Assis) totalizando 14 pescadores e uma pescadora.

⁴¹ Aqui fazemos referência direta ao termo *sinais* cunhado por Carlo Ginzburg (1989) em *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*, de publicação original em 1939.

relatos - não seria esta nossa função enquanto pesquisador da cultura pesqueira nesta proposta de pesquisa - acredito que devemos pontuar algumas questões e observar estes relatos como indícios para uma questão maior, que nos interessa no âmbito desta reflexão.

Precisamente, gostaríamos de ressaltar o caráter destes dois últimos relatos – organizados por mestres de pesca aposentados - como importantes alertas para um problema social, definido por eles próprios, como desestruturação social do trabalho da pesca, baseada na perda de autoridade dos pescadores mestres como agentes exclusivos e reconhecidos desta forma de trabalho. Nesse sentido, de interpretação dos relatos, sob o viés da reprodução cultural, concluímos numa primeira perspectiva que as condições sociais minimamente desejáveis para a reprodução da cultura pesqueira - como a garantia da continuidade dos processos sociais de educação, ensino e formação de novos pescadores pelos mestres - não estavam sendo observadas nesse panorama social de descrédito social e profissional enfrentado pelos mestres na atualidade.

Já tomando outra perspectiva de observação desse problema, deve-se atentar para a variedade de trabalhos estabelecidos na Penha (comércio de pescados, confecção de artesanatos locais e mais recentemente atividades de lazer no setor de turismo), que faziam com que essa afirmativa de decadência e descrédito da atividade pesqueira fosse relativizada, ou posta em cheque, a cada momento da pesquisa, pois outros agentes e moradores locais nos forneciam visões variadas e percepções particulares sobre este mesmo processo. Para alguns membros e famílias da geração atual, que estavam mais envolvidas com o comércio do pescado, o ramo de atividade não se encontrava em situação tão crítica.

Neste segundo capítulo buscamos apresentar as perspectivas coletivas e individuais dos agentes sociais pescadores sobre sua condição de vida e trabalho nos bairros pesqueiros pesquisados. Ao longo de nossa reflexão e caracterização das comunidades nos deparamos com alguns problemas comuns presentes na vida social de ambos os grupos, como a pressão que a urbanidade exerce sobre seus territórios, e também com especificidades de cada uma das situações pesquisadas. No caso do Jacarapé

por exemplo, identificamos uma pressão maior por parte dos órgãos ambientais, já que esta população ocupa uma área que veio a se tornar parque nos últimos anos. Esse tipo de pressão não é vivenciado na Penha. Por outro lado, nesta última comunidade são as especulações imobiliárias e ações privadas do setor de turismo que mais interferem nas dinâmicas sociais e culturais vivenciadas pelos pescadores.

CAPITULO 3

OS MESTRES DE PESCA E OS SABERES QUE VEM DO MAR

“Mestre é o encarregado do barco, o dono do barco e tem que saber onde é o pesqueiro. O mestre é o mestre, que sabe de tudo, é o mais inteligente, o proeiro vai aprendendo com o mestre, com o mais velho. Depois em terra é tudo igual, tudo pescador! (Sr. Manoel e Sr. Lambu, pescadores aposentados, praia da Penha, 2015)

3.1) Ser pescador na atualidade, por eles mesmos!

Quando dizemos que as múltiplas identidades pesqueiras, que observamos e estudamos nesses variados campos, têm como fundamento comum e primeiro o vínculo social dessas populações pesqueiras com conhecimentos que advém da experiência adquirida junto aos mares e seus *segredos*⁴² - muito bem exemplificados nas figuras dos mestres de pesca - estamos finalizando um percurso intelectual de apreensão e interpretação desta cultura, desse modo de ser e de estar no mundo, que perpassou necessariamente a fala, as práticas de vida cotidiana, as concepções e as percepções dos próprios pescadores sobre todo esse universo material e simbólico que se desenvolve na cultura da pesca artesanal. Essa autoconstrução de uma identidade cultural pesqueira vinculada ao conhecimento dos mares, foi percebida em muitos de nossos encontros - sobretudo em meio as falas e notadamente em muitos comportamentos sociais - como alicerces explicativos bastante importantes, significativos tanto para caracterizar a cultura pesqueira como para reorganizar auto definições inditárias dos próprios mestres de pesca que apresentaremos a seguir.

⁴² Sobre o tema dos *segredos* envolvidos na prática e no saber da pesca artesanal podemos conferir em Ramalho (2006) interessantes discussões acerca das histórias, superstições e construções de caráter religioso que os pescadores elaboram para explicar os mistérios e segredos de sua profissão. Estes segredos povoam o imaginário da vida marinha. Em muitos casos, ressalta o autor, emergem explicações celestiais e quase míticas para que determinados “segredos” continuem secretos. Na verdade, pode-se compreender que esse imaginário é reforçado por essas histórias de mistérios do mar e acabam por remodelar a identidade dos pescadores em relações a seus espaços e sua história.

Então, seguindo esse mote de apresentar os relatos que dialogaram mais com essas temáticas, identidades, conhecimentos e saberes pesqueiros desenvolvidos na relação com os mares e no contexto da modernidade, começamos chamando o esposo de Dona Celeide, Sr. Lobo do Mar, para, literalmente, mergulharmos nesse “mundo marítimo” de conhecimentos referentes a pesca e a navegação nos mares daquela região.

Demonstrando um conhecimento minucioso sobre o meio ambiente costeiro, o mestre de pesca descreveu a região do litoral sul da Paraíba, caracterizando a plataforma continental daquela área, basicamente diferenciando-a de outras regiões vizinhas dessa faixa oriental costeira. Segundo ele, os “mares do norte” apresentam os mares próximos com maior profundidade, como nas proximidades da cidade de Natal (RN), e mais ao norte, comparando-o aos mares do estado do Ceará, em suas palavras: “Aqui o mar é raso, a gente tem que navegar muito pra dentro, (cerca de 2h, grifo nosso) para chegar nas pedras. Lá no Ceará o mar fundo é mais perto, rápido a gente chega lá. (Sr. Lobo do Mar, 54 anos, pescador mestre do Jacarapé)



(Figura 35. Aspecto do ‘design’ moderno da embarcação que o Sr. Lobo utiliza em suas navegações costeiras - Acervo do autor)

Vale destacar que muitas vezes esse conhecimento sobre os fundos dos mares (plataforma continental), apresentado por Sr. Lobo, e também a piscosidade e os tipos de pescado presentes nos pontos de pesca, são obtidos somente depois de anos de inserção nessa cultura da pesca artesanal. A identidade pesqueira que o pescador vai construindo começa justamente a se moldar com esse elemento de conhecimento dos mares.

Hoje podemos ter acesso às cartas náuticas e a muitos dados sobre essa espacialidade oceânica, mas para a grande maioria destas pessoas, essas informações, tão valiosas para a atividade da pesca, só foram possíveis após inúmeras entradas ao mar e obtendo-se informações com os pescadores mais antigos do bairro da Penha e Cabedelo por exemplo. Nesses relatos dos pescadores mais antigos, podemos dizer, ficam guardadas informações, observações, *marcações* e informações precisas sobre as características de cada porção desse litoral paraibano.

Outro assunto que foi ressaltado nesta conversa inicial foi a grande variedade de espécies de peixes encontradas naquela costa devido, primeiro, a essas variações de profundidades da plataforma descritas anteriormente, e segundo, devido a quantidade de pequenos rios que desembocam na costa paraibana. Neste momento notamos com clareza que a descrição de uma lista grande de peixes denotava a autoridade conseguida em anos, ou em décadas de pesca.

Sr. Lobo sempre foi muito solícito e aberto a conversas durante os dois anos (2014 e 2015) mais ininterruptos de campo que lá estabelecemos, no entanto, na maioria dos encontros eu notava um certo ar de resguardo, um “pé atrás”, com aquela história de contar as “coisas do mar” e partilhar esse saber ancestral para outras pessoas. Sr. Lobo sabia que era mestre daquele ofício e tinha clareza da importância de seu saber. Desse modo fui deixando sempre para ele a “iniciativa” das conversas e a escolha dos temas de maior interesse. Deixei o tempo passar, fui ganhando sua confiança e somente depois de alguns meses, nossas conversas foram se deslocando das conversas territoriais, questão da moradia, para os outros assuntos mais “técnicos” do trabalho. Depois de algumas semanas reencontrei o pescador, que, naquele período estava fazendo rotineiramente a pescaria de meio dia, saindo geralmente antes do sol nascer, despescando as redes e fisingando alguns peixes nas “pedras” durante a manhã, e retornando se possível antes do sol do meio dia, para fugir do calor mais intenso.

O mestre costumava chegar quase sempre um pouco antes do horário do almoço, nas dezenas de vistas realizadas a sua casa durante o intervalo citado, em poucas ocasiões, apenas uma na verdade, vi o pescador se atrasar pouco mais de 1 hora, por conta de uma peça quebrada em outro barco que ele foi socorrer. Sr. Lobo, assim como outros mestres que conhecemos durante a pesquisa, funcionava semelhantemente a um “relógio” para a comunidade. Suas saídas rotineiras de alguma maneira marcavam o tempo social da vida e do trabalho naquela pequena comunidade. Depois de chegar sempre com algumas tralhas (alguns tipos de redes, arpões, e outros instrumentos de trabalho que ele não deixava no barco), Sr. Lobo ia direto descarregar o pescado para Dona Celeide cuidar e, em seguida, corria para o banho. Banho tomado, agora sim, era hora de cumprimentar as visitas.

Em um desses encontros Dona Celeide tinha organizado uma reunião de pescadores a fim de me apresentar para outros membros da comunidade e explicar o que aquele estranho fazia ali andando semanalmente. Nesse dia pudemos conversar com três pescadores convidados que se identificaram com os seguintes apelidos: Del (47), Jarbas (40) e Pompom (43).

Iniciamos uma conversa aberta sem perguntas diretas encaminhadas ao grupo. Tomei o cuidado de não encaminhar uma abordagem mais direcionada naquela reunião, a fim de, aos poucos, ir ganhando o respeito e a mínima confiança dos entrevistados. Identifiquei-me como pesquisador da Universidade Federal de Campina Grande e procurei esclarecer, de maneira geral, qual era “natureza” do estudo que estava realizando naquela praia. No decorrer da conversa surgiram diversos temas relacionados ao cotidiano do trabalho na pesca, as formas de organização coletiva dos pescadores e as histórias de vidas pessoais, e até mesmo, acolhemos em nossas audições relatos de embates pessoais entre membros da comunidade. No entanto e apesar dessa variedade de temas, notamos que havia, de fato, um tema comum que permeava, com maior ou menor intensidade, quase todos os relatos que vamos comentar a seguir. A maioria dos relatos colhidos trazia assim, na interpretação, a temática da *identidade coletiva* exemplificada, muitas vezes, na frase afirmativa, *eu sou pescador tradicional*.

Dada sua frequência e a forma enfática com que era dita pelos pescadores e pescadoras, nos círculos comunitários e nas audiências públicas, indicamos desde já, que percebíamos, ali, nesta referência direta a noção de tradicionalidade, de fato, que havia uma necessidade “social-discursiva”, uma espécie de demanda política comum, que

afligia o grupo, a saber: a necessidade de apresentar e de marcar uma *diferença sociocultural* dada pela natureza de seu trabalho e pela sua forma diversa, específica de estar no mundo. Em resumo, podemos afirmar que existia e existe claramente essa vontade de *reconhecimento* dessa especificidade cultural, organizada por parte dessas populações.

De forma geral, notamos que os primeiros encontros com pescadores se mostram momentos decisivos e, chave para um posicionamento social em relação a outros atores sociais como Instituições Públicas e outros setores da sociedade. A configuração de uma identidade pesqueira ia, assim, aos poucos, sendo definida, ou demarcada, dentro de uma rede de relações sociais com outros atores, e na relação com outras *fronteiras culturais*⁴³ que alcançavam e interagiam com essas pequenas comunidades.

Jarbas, Pompom, Del, dona Celeide, e, posteriormente Sr. Lobo, que chegou na metade da conversa, frisaram que eram pescadores há muitos anos naquela praia e que estabeleciam com aqueles espaços - terrestres e marítimos -, uma relação antiga, o que de certo modo, dava a eles uma sensação de pertencimento ao local, e que, por consequência, lhes dava o mérito de serem chamados de pescadores tradicionais. Nessa medida, seguindo este caminho discursivo, podemos afirmar que eles fizeram questão de deixar bem explícita nessa conversa, quais eram suas diferenças básicas em relação aos “barraqueiros”, comerciantes e veranistas que também tinham se fixado naquela praia do Jacarapé: “*Nos somos pescadores tra-di-ci-o-nal*, (pausa enfática entre a declamação das sílabas), *pescador antigo, nois vive da pesca, só da pesca*” (Pompom, pescador da Penha-Jacarapé, 43 anos).

Prosseguindo e tratando de diversos assuntos aparentemente variados, mas que, a meu ver circundavam sempre uma mesma questão central, ou seja, a valorização da identidade e da cultura pesqueira, o pescador Del, em sua fala nos encaminhou boas arguições sobre este tema, deixando mais explícitas as implicações de ser pescador na modernidade e de reafirmar ou esconder, perante diferentes arenas sociais, sua identidade coletiva. Nas suas palavras:

⁴³ Aqui fazemos referência direta ao termo *fronteras de los grupos étnicos* organizado por Fredrik Barth (1976) em sua célebre obra *Los grupos étnicos y sus fronteras*. Nesta o autor busca explicar como os grupos étnicos não estão baseados simplesmente em ausência de interações sociais ou em territórios exclusivos de sua ocupação. A proposta aqui é analisar os diferentes meios pelos quais estes grupos sociais e agentes logram manter-se na modernidade em virtude dos contatos culturais, das fronteiras, dos movimentos e das ramificações sociais que a vida em sociedade proporciona.

Ser pescador é uma das profissões mais antigas do mundo, eu tenho orgulho quando tô nesse mundão, mas ser pescador é muito humilhante aqui. Quando a gente vai nos bancos, pra pegá cartão de credito, se fala que é pescador, tá danado! É hora comendo no relógio (risos: grifo nosso). Pescador, ele é tão esquecido, tão humilhado, tão acabado, que é melhor dizer que é autônomo, empresário do setor au-to-mo-bi-lís-ti-co (pausa enfática entre as sílabas e risos: grifo nosso). Ai moça nem sai da mesa, atende nós direito, até traz cafezinho. (DEL, pescador da Penha 47, anos)

Dessa rica explanação sobre o jogo de identidades e percepções variadas que o Sr. Del constrói em seu cotidiano, podemos indicar, inicialmente, que o pescador ressalta a ambivalência de sua percepção sobre o que significava ser pescador artesanal naquele contexto. Como bem afirmou Del, quando ele estava pescando entre os seus, ali naquele ambiente costeiro, ele se sentia bem, tinha orgulho de sua antiga profissão. No entanto, quando se deslocava para outros espaços sociais, como no caso das agências bancárias, sua autoestima caía a níveis humilhantes. Segundo Sr. Del, o censo comum e sociedade de forma geral viam na figura do pescador uma pessoa pobre, sem recursos ou garantias suficientes para viabilizar os empréstimos financeiros. Ou seja, ser pescador nesses contextos mercadológicos não se configurava uma tarefa simples nem ao menos prazerosa para a percepção do citado trabalhador. Ao omitir sua identidade coletiva de pescador artesanal - para não ser humilhado socialmente na agência bancária -, Sr. Del estava, em verdade, apontando para um tema emergente que deve ser destacado nessa coletânea de relatos, a saber, o tema do jogo de identidades que os *sujeitos pós-modernos*⁴⁴ realizam na atualidade de suas ações sociais.

Nessa discussão recuperaremos a noção de *identidades híbridas* e de *sujeitos pós-modernos* elaborada por Stuart Hall (já apresentadas no primeiro capítulo desta tese), para indicar que podemos analisar esse mesmo jogo de identidades, sugerido na fala do pescador, justamente, como uma resposta cultural e forma de adaptação que estes grupos e agentes realizam para se adequarem aos processos da globalização em curso nas sociedades complexas.

Nesse sentido, podemos interpretar que o jogo de identidades relatado por Sr. Del, torna-se uma *celebração móvel* do sujeito pescador. Nesse ritual de interação, o jogo de

⁴⁴ Aqui fazemos referência direta a construção elaborada por Stuart Hall que trata das forma de identidade híbridas que estão em trânsito na modernidade, dentre as quais se destaca a identidade *do sujeito pós-moderno*. A este respeito conferir discussão presente no primeiro capítulo desta tese.

troca de identidades – essa substituição da identidade pesqueira por uma identidade de trabalhador autônomo do setor automobilístico, ainda que tomada de maneira momentânea - pode então ser vista como uma adaptação bem-sucedida, ou, *costura de posições sociais* que um mesmo indivíduo realiza na teia social, a fim de se obter algum ganho. Configura-se assim, nesse processo de omissão de uma identidade e apresentação de uma outra *fachada*⁴⁵, a própria formação das novas *identidades híbridas* de que trata o autor supracitado.

Logo, nesse sentido de interpretação das *identidades culturais híbridas* como expressão desses jogos de identidades, admitimos que o pescador ao realizar essa “troca de identidade profissional” está simplesmente atuando em função de algum ganho “racional”, e, portanto, está reagindo prontamente ao processo de transformações indenitárias, que o próprio contexto social e econômico lhe impõe. Assim, podemos concluir que, nesse caso específico, a identidade pesqueira coletiva foi “manipulada” pelo agente pescador Del como um lugar que se assume, como uma costura de posição e contexto. Em suma, entendemos que a ação do pescador não considerou a cultura ou as identidades culturais como uma substancia fixa, imutável e inalienável para o sujeito pescador.

Em continuidade, sobre as contribuições que Sr. Lobo e os demais pescadores ofereceram para nossas discussões, devemos ressaltar que muitas de nossas conversas realizadas no Jacarapé giraram em torno da legalização das terras para os pescadores naquela localidade. Afinando seu discurso com o de dona Celeide, sua esposa, Sr. Lobo enfatizava sempre que a qualidade de vida daquelas pessoas dependia da legalização e doação das terras para a comunidade. Assim, na maioria dos encontros realizados durante aquele ano (2014), o foco central era a questão territorial e jurídica desenvolvida e travada em terra firme. Para alcançar essa conquista, a legalidade dos terrenos, eles e a comunidade como um todo, sabiam que seria necessário serem reconhecidos (atestado

⁴⁵ Sobre a noção de *fachada* ou *preservação da fachada* mais apropriada para uma determinada situação social, Goffman (2011) constrói detalhada discussão sobre os rituais de interação que o “eu” moderno realiza para se manter equilibrado num contexto amplo de relações sociais multi-localizadas. Entre constrangimentos e reorganizações sociais, o indivíduo estudado por Goffman “pode descobrir que é necessário que ele ao mesmo tempo esteja presente e não esteja presente em certas ocasiões. (GOFFMAN, 2011, p. 107). Assim o “eu” responde a solicitações constantes nos rituais de interação a cada dado momento. Nessa abordagem as identidades sociais e locais podem ser mantidas como apropriadas, em dados momentos e de acordo com certos agentes, ou ser consideradas, diante de outros, inapropriada. Nesse caso o indivíduo opera a escolha ou *preservação de uma fachada* mais aproposita, ato que o autor denomina de *face-work*.

por estudos científicos) como pescadores artesanais, ou, como bem disse Sr. Del, pescadores tradicionais.

Mas afinal como funcionava este reconhecimento científico tão necessário ao processo de doação e legalização das terras públicas? Como terras geridas pela União poderiam ser doadas para as famílias pesqueiras? Sr. Lobo percebeu em dado momento de nossas conversas que eu, enquanto pesquisador, poderia ter um peso fundamental nesse processo de garantia desses direitos territoriais. Logo, quando fui deixando mais claro que um dos meus objetivos ali, enquanto estudioso, era também gerar subsídios teóricos, - conhecimentos científicos - para que se atestassem, ou não, a tradicionalidade daquelas famílias em futuros estudos, de pronto, Sr. Lobo fispou a conexão de interesses e exclamou, em suas palavras:

Menino se você tivesse dito antes a gente já tinha ido no verão em todos os pesqueiros desse litoral, eu sei de cabeça, de memória, mais de 140 pontos de pesca, só aqui na frente. Tem taci de cima, Taci de baixo, Coruba, Corubinha, tem os de fora, bem lá longe, quem ia mais lá agora é o Assis e seu filho, o Luís Carlos. Eu nunca fui a escola, só entrei numa com 21 anos, como pintor (risos), fui lá pra pintar, mas esse conhecimento eu tenho, eu tenho o conhecimento do mar dentro de mim. (Ser. Lobo do Mar, 54 anos de idade, pescador mestre do Jacarapé)

Aqui vemos mais uma vez, com clareza, que a construção de uma identidade pesqueira tradicional estava intimamente vinculada ao conhecimento dos mares, e que nesse caso, esse conhecimento era muito bem expresso na descrição elaborada das formas e dos saberes dos territórios da pesca. Ou seja, o conhecimento dos pesqueiros, na concepção de Sr. Lobo, era a prova principal e incontestável de seu vínculo com a tradição. E isso ele podia provar. Dessa rica conversa, vale destacar, pois saltou aos nossos olhos, a expressão de felicidade e interesse genuíno do pescador mestre em demonstrar por meio de seu conhecimento dos mares, o seu elevado nível de “inserção” na categoria de pescador tradicional, da qual tanto falávamos. Ele era mesmo pescador tradicional e seu envolvimento com a cultura da pesca poderia finalmente ser provada por meio da demonstração desse conhecimento que ele carregava dentro de si, os pesqueiros.

Finalmente, desse conjunto de contatos e encontros, pudemos ir percebendo que a autoridade e o reconhecimento mais específico dado aos mestres da pesca se fundamentavam em dois elementos culturais oriundos da prática e do saber sociabilizado

entre outros mestres e pescadores, aspectos estes, que iam se repetir ao longo das outras conversas, a saber, primeiro: que os mestres se fundamentam pelo conhecimento dos espaços marítimos, sobretudo, materializados no conhecimento dos pontos de pesca denominados pesqueiros. Segundo, que os pescadores reconhecidos como mestres se destacam pela aquisição de conhecimentos das variadas técnicas de pesca, adaptadas de acordo com cada tipo de pesqueiro e realizados em cada época do ano. Em suma, entendemos que estes atores constituem sua identidade cultural, vinculando-a um feixe de habilidades advindas do trabalho e por meio de um conjunto de conhecimentos que se obtém, somente por meio da oralidade; aquilo que só se aprende observando-se a sutileza dos atos individuais, nos convívios sociais, e na rotina prática extensa de anos e anos no trabalho da pesca artesanal.

Muito embora todos esses elementos possam ser observados na construção de suas identidades, notaremos, novamente, algumas discrepâncias interessantes, que apresentaremos a seguir, sobre as variadas formas que a auto identificação pesqueira pode assumir, observando-se, atentamente, como cada um destes mestre-pescadores interpretava sua cultura e o mundo natural e social ao seu redor.

3.2) Sr. Regis, um caso de realização no trabalho e estabilidade social na cultura pesqueira.

Sr. Regis, um dos pescadores mestres residentes no Jacarapé, nos forneceu interessantes relatos nesse sentido, da diversidade de posicionamentos, nos quais podemos ver outras interpretações sobre o que é ser pescador nos dias atuais. Numa das tardes que passei fotografando aspectos da comunidade do Jacarapé fui dar uma “volta” pela praia a fim de aumentar meu acervo pessoal fotográfico e no retorno, quase ao final do passeio imagético, encontrei Sr. Regis voltando do bote e tivemos oportunidade de trocar o seguinte “dedo” de prosa.

O testemunho calmo, quase silencioso, fornecido pelo mestre ao tratar de sua relação com o mar e a pescaria destoou dos demais relatos pois notamos nele um “ar” de satisfação, sensação, ou percepção, que raramente marcou nossos contatos, já que notávamos, recorrentemente, que se tratavam de populações desassistidas pelas políticas

públicas atuais. Em poucas e pausadas palavras, em frases preenchidas mais por silêncios, do que por exclamações acaloradas, o pescador expos por meio de expressões faciais e corporais um sentimento de profunda satisfação e realização por poder trabalhar no mar. Sr. Regis nos deu um rico relato sobre como ele se “mistura” ao mar.



(Figura 36. Instrumentos de trabalho usado por Reginaldo Inês dos Santos - Acervo do autor)

*Os pés de pato e a prancha facilitam pra chegar no bote
que as vezes fica longe da praia, aí não precisa da jangada.*

(Seu Regis, pescador artesanal do Jacarapé)



(Figura 37. Sr. Régis, 65 anos de idade, em frente a sua residência na praia do Jacarapé – Acervo do autor)

Gustavo: O senhor pode me explicar e lembrar como foi sua chegada aqui seu Régis?

Seu Régis: Tudo aconteceu há uns 15 anos atrás. Formei minha casinha aqui com a esposa que trabalha na costura. Tô muito satisfeito aqui, tenho onde morar, vendo pescado, posso ir no bar e no mercado do Mangabeira. (pausa longa, o pescador olha fixamente para linha do horizonte e com um sincero sorriso no rosto continua em sua fala: grifo nosso) Morando aqui posso fazer venda direta, tá bom demais, aqui é tranquilo, eu gosto mesmo é da pescaria.

Acredito ser importante destacar que o Sr. Régis, juntamente com Sr. Lobo do Mar, citado no relato anterior, são dois mestres de pesca reconhecidos naquela região sul da cidade. Em conversas informais travadas nas peixarias da Penha, e mais recentemente no revitalizado mercado de peixe do Tambaú, pudemos constatar pessoalmente como o nome de um mestre pescador é reconhecido em outras comunidades.

Sr. Régis afirmou também que procurou ao longo da vida apreender todos os tipos de pescaria que podem ser feitas naquela região como a pesca nos mangues, a catação na beira da praia, a pescaria de arpão, e chegando até a pescaria de mergulho profundo

destinada a coleta das lagostas. Para chegar nas áreas onde se realiza a pesca, lá nas pedras onde se pesca lagostas, Sr. Regis conta que são necessárias uma hora e meia, às vezes duas horas de barco rumo alto mar. Em suas palavras, *“às vezes, dependendo da maré, dos ventos e da ondulação pode levar até duas horas e meia para chegar nas pedras.* (Sr. Regis, mestre pescador artesanal do Jacarapé). O experiente pescador ressalta que já (na década de 1990) teve um pequeno comércio para venda de bebidas, que faliu rapidamente devido a baixa “frequência” de visitantes e frequentadores da praia. Naquela época, o pescador afirma, *“tinha pouca gente visitando a praia do Jacarapé, pois ela era muito distante”*. Posteriormente na segunda metade daquela década de 1990, sem uma marcação temporal muito bem definida, Sr. Regis ocupou “definitivamente” seu espaço. Sua pequena casa foi construída basicamente com folhas de madeira compensada, telhas de amianto (no passado recente ele afirma que eram apenas folhas de coqueiro e alguma lona disponível), madeiras e pedras na base, sem mais elementos de alvenaria, o que denota a simplicidade das habitações.



(Figura 38. Aspecto da residência do Sr. Reginaldo Inês dos Santos, mestre de pesca do Jacarapé – Acervo do autor)



(Figura 39. Faixada lateral da residência do Sr. Regis – Acervo do autor)



(Figura 40. Aspecto frontal da residência do Sr. Regis com jangada estacionada a frente - Acervo do autor)

No entanto, mesmo constatando e comentando a aparente precariedade de sua moradia, Sr. Regis mantinha um permanente “ar” de satisfação, pois ele sabia que poder morar ali, naquela localidade, era ainda um privilégio. Em suas palavras, demonstrando muita calma e abrindo os braços para o mar, ele disse: *“Olha pra isso tudo, a nossa pesca é aqui nessa beleza toda”! Nossa pesca é aqui mesmo!* ” Após essas palavras o pescador fez mais alguns gestos que acolhi naquele momento como um sinal, ou declaração, da autossuficiência e respeito que aquelas pessoas procuram demonstrar para com a natureza do local. Sr. Regis foi buscar dois cocos, abriu-os e afirmou que aquele “cantinho” era abençoado pelas riquezas naturais, peixes, água boa e finalmente me levou para mostrar o freezer horizontal onde guardava parte do pescado que ele capturava, em suas palavras: *Olha que fartura! Isso é uma benção!*

Por fim, podemos destacar que a percepção e as forma de auto identificação elaboradas por atores, como Sr. Regis, podem variar de forma radical em relação aos outros discursos coletados. Na visão deste trabalhador podemos, então, observar um exemplo de satisfação pessoal e conformação social bastante raro em relação a maioria dos relatos aqui apresentados. Ainda assim, questioneei, mais uma vez, se ele percebia como urgente algum problema ou alguma demanda para aquela comunidade, e ele novamente calmo respondeu: “aqui está tudo bem”. Ou seja, nesta específica construção, as demandas por espaços, as lutas entre pescadores e outras categorias sociais, e as dificuldades sociais e econômicas apontadas anteriormente, todas eram aparentemente problemas sociais de menor importância, ou mesmo, poderiam ser suprimidos em sua fala, pelo simples fato e percepção de que ele ainda pode pescar ali, naquela maravilhosa e quase “intocada” praia.

Sabemos que essas construções idílicas de uma natureza intocada e preservada, muito bem examinadas por Diegues (1989) em sua celebre obra, *O mito moderno da natureza intocada*, dizem respeito não somente as concepções de gestão pública elaboradas pelos gestores de ambientes naturais, mas também, dizem respeito as próprias construções sociais que certos grupos sociais, como os pescadores, fazem em relação ao meio ambiente explorado, ou mesmo, protegido.

De fato, podemos admitir, que as condições de vida naquela praia já foram piores, com menos infraestrutura pública, com episódios mais violentos de tentativa de expulsão daquelas famílias e, e nesse sentido, entendemos que Sr. Regis estava construindo, em sua narrativa, uma espécie de análise comparativa na qual pesava esse momento presente,

“mais calmo” e estabilizado socialmente, com relação a um passado mais penoso e atribulado que certamente se deu naquela realidade sócio natural.

Onde estará a verdade dos fatos, senão em sua percepção e nas variadas formas de auto representação cultural deste modo de ser pesqueiro? Entendemos que, nesse caso, não caberia a nós julgar essa questão. Desse modo, podemos dizer que, nesta pesquisa encontramos também no Jacarapé pescadores realmente satisfeitos com sua vida, com seu trabalho, desfrutando de uma natureza ainda “equilibrada”. Isto é, em alguns casos específicos, como na história de vida de Sr. Regis, o diagnóstico, quase comum, de conflitos sociais e problemas ambientais, por exemplo, não caberiam estritamente para explicar a relação desses homens com o mar e com a sociedade contemporânea estabelecida ao seu redor. Concluímos, então, a este respeito que, mesmo entre estes grupos relativamente restritos de mestres de pesca, existentes nas duas praias, não se observa um consenso, uma percepção coletiva mais permeável e constante, sobre as condições de vida e situação social dos pescadores na modernidade.

3.3) Mestres da pesca artesanal, reconhecimento social, conhecimentos e territórios pesqueiros na costa paraibana.

Para dar continuidade na construção dessa etnografia dos mestres da pesca, gostaríamos de destacar os relatos sobre Sr. Assis e Sr. João Preto, ambos mestres de pesca notadamente reconhecidos nas duas localidades pesquisadas, como pescadores muito habilidosos em seus ofícios, que se tornaram “famosos” pelo seu largo e comprovado conhecimento dos mares. Sr. João Preto, que vemos na foto abaixo, vulgarmente conhecido como, “Seu bodinho”, é também o pescador mais antigo do bairro da Penha segundo ele mesmo afirma.



(Figura 41. Sr. João Preto pescador aposentado e mestre de pesca da Penha, reconhecido como mais idoso da localidade ao lado de seu neto - Acervo do autor)

No entanto iniciaremos esta parte recuperando a seguir os relatos referentes a Sr. Assis, pescador que, naquele momento da pesquisa, se encontrava em plena atividade produtiva e profissional. Na foto exposta a seguir vemos o pescador Assis em seu barco explicando algumas partes da nave e seus funcionamentos básicos.



(Figura 42. Sr. Assis posando para a foto em seu barco ancorado em frente à praia da Penha - Acervo do autor)

Sem dúvida alguma os campos realizados com Sr. Assis, antes mesmo de se desenrolarem, já desenvolveram certa expectativa de nossa parte, dado o nível de reconhecimento que a grande maioria dos pescadores anteriormente estudados atribuíam ao citado mestre, tanto naquela comunidade pesqueira, como na vizinha praia de Jacarapé. Ao final de 2015 percebemos que a fama desse “bom pescador” se estendia também pelos polos pesqueiros do Tambaú e no município vizinho de Cabedelo, mais precisamente, se estendia entre pescadores mais antigos da Ponta dos Matos. Pode-se assim dizer que, o mestre Assis constituía uma referência entre pescadores artesanais no contexto urbano de João Pessoa. Devemos declarar que em muitas ocasiões assistimos a testemunhos espontâneos, isto é, vivenciamos um conjunto de reconhecimentos coletivos advindos de pescadores de outras localidades, que demonstravam, claramente, que estávamos prestes a conhecer um pescador experiente, bastante conhecido por seus atos de bravura, astúcia no mar e, principalmente, estávamos estabelecendo relação com um dos atores sociais mais singulares e centrais para nossa pesquisa.

Sr. Agnaldo, pescador, comerciante de pescado, e um dos filhos do Seu Zé do Peixe (proprietário da Peixaria “Zé do Peixe”), falava assim sobre o citado mestre de pesca da Penha:

O Assis é o maior pescador da Penha, quase tudo que nós compramos aqui vem dele. Ele sabe onde tá o peixe, só ontem trouxe mais de 450 quilos. Venha aqui na sexta e no sábado pra você ver o povo tudo comprando, os clientes, é muita gente, e quase tudo peixe dele.” [...]“ Assis pode vender a quem quiser mas prefere vender aqui porque nós paga na hora e ele precisa desse dinheiro pra se manter, é motor, é rede, é pessoal, ele tem que pagar tudo do dinheiro dele para os outros pescadores.” (Sr. Agnaldo, pescador e comerciante de pescado, Penha)



(**Figura 43.** Sr.Agnaldo (a direita) limpando peixe, Sr. ‘Zé do Peixe’ (a esquerda) e ao centro um funcionário observando movimento na peixaria da Penha – Acervo do autor)

Seguindo os sinais desse reconhecimento social, presentes nas falas de nossos pescadores anteriormente entrevistados, consegui contatar o mestre Assis no mês de junho de 2015, período corriqueiro de “descanso” para os botes, pois é nessa época de chuvas e tempo mais instável e nublado (inverno na região nordeste) que se faz costumeiramente a manutenção das embarcações.



(**Figura 44.** Aspecto das embarcações tradicionais ancoradas em frente a Penha - Acervo do autor)



(Figura 45. Aspecto das embarcações tradicionais ancoradas em frente a Penha - Acervo do autor)

Nesse interim de reparos de barcos à beira da praia da Penha encontrei com seu grupo de ajudantes e sua tripulação (normalmente composta por até 6 pessoas) por mais de quatro vezes seguidas, ocasiões estas, nas quais, notei que seria no mínimo descabido intervir e interromper os árduos trabalhos que estavam em curso para apenas “conversarmos”. Deve-se indicar que, quando se ancoram os barcos, ou quando eles são trazidos para a terra firme, costumeiramente no inverno, tem-se aí, um período relativo de intensos trabalhos, pois o simples deslocamento dos botes para a praia e a manutenção dos barcos requerem desses trabalhadores esforços coletivos e dias inteiros de trabalho para “puxar”, levantar, limpar, polir, pintar e fazer outros reparos nos barcos. Assim, passadas algumas tentativas de consegui encontrar com o pescador numa situação relativamente “desocupada” de tarefas, foi numa manhã de sexta-feira, um pouco chuvosa, que encontrei com Sr. Assis, num dia atípico para ele estar em casa, dado que nos últimos meses rotineiramente ele se encontrava ao mar durante todas as semanas anteriores daquele ano.

A rotina de trabalho do mestre Assis era descrita da seguinte forma: zarpava todas as segundas ou terças feiras da semana e retornava nas sextas, nos sábados ou

domingos, dependendo da condição da pesca. Sr. Assis, assim como observamos nos casos de Sr. Lobo e Sr. Regis, ambos pescadores do vizinho bairro do Jacarapé, funcionavam como uma espécie de “relógio” social do trabalho artesanal nas vilas. O argumento ocupacional que reforçava tanto sua frequência abnegada ao trabalho como seu elo cultural com a tradicionalidade pesqueira, era o seguinte: “quem vive somente da pesca artesanal precisa sair toda semana para pescar, com o tempo bom ou com tempo ruim, como todo trabalho, e tem mais os riscos”. (Sr. Assis, 52 anos, mestre de pesca da Penha)

Construindo uma descrição atualizada e bastante ponderada sobre suas relações pessoais com o mundo do trabalho, e, refletindo sobre os riscos inerentes à sua profissão - costumeiramente descritos nos casos de acidentes em alto mar, nas tempestades, e no risco de deslocamento repentino dos cardumes por variadas causas e mudanças climáticas – podemos indicar que o Sr. Assis organizou, ou melhor, reorganizava, naquele breve relato, uma identidade de pescador, de forma absolutamente interessante, pois na sequência da fala ele mesmo se apresentava como “um pescador científico”. Em suas palavras: “eu já sei tanto nesse mar, desde pequeno, que eu sei a hora certa de cada semana pra zapar, junto com cada semana tem a época do ano, cada semana tem um dia melhor e uma lua pra sair”. (Sr. Assis, 52 anos, mestre de pesca da Penha)



(Figura 46. Sr. Assis em sua residência mostrando os tipos de redes – Acervo do autor)



(Figura 47. Um dos netos do Sr. Assis ajudando a consertar as redes - Acervo do autor)

Das conversas iniciais que tivemos com o Sr. Assis foi interessante notar, em meio aos reparos de redes e dos barcos e nas conversas com seus familiares, as valiosas considerações que este mestre-pescador concebia sobre sua cultura, sua trajetória de vida e sobre as interferências da sociedade que incidiam mais diretamente sobre seu modo de vida. Basicamente ele constituiu sua mestrança, ou sua identidade específica de mestre de pesca artesanal, recorrendo a sua longa experiência nas atividades da pesca e navegação, afinal como ele mesmo dizia, “desde muito pequeno eu tô na pesca”. Então devido a sua sagacidade pessoal e interesse próprio, notado desde a fase da infância, ele conheceu precocemente os segredos dos mares. Sr. Assis afirmava que pela memória aguçada e inteligência diferenciada dos demais companheiros de profissão ele conseguiu conhecer como ninguém aqueles mares atlânticos-orientais.

Vale a pena ressaltar que, nesse sentido de construção de uma identidade cultural vinculada estritamente ao trabalho da pesca, o pescador fez muitas vezes questão de afirmar que era nascido na praia do Seixas⁴⁶ (área contigua à praia da Penha), numa época

⁴⁶ Neste ponto torna-se importante ressaltar que em períodos anteriores, nas décadas de 1940 e 1950, as praias do Seixas e da Penha não eram conhecidas pelos pescadores por esses nomes. Na verdade, a designação praia do Seixas vale em alguns relatos para designar também a praia da Penha. Pode-se dizer

em que, segundo ele, “só moravam ali no pé da barreira, na areia, umas dez famílias de pescadores por ali, morava pouca gente por aqui, e era tudo pescador”. (Seu Assis, 52 anos, mestre de pesca da Penha). Este testemunho indicava sua ancestralidade na cultura local. Abaixo vemos uma foto aérea da região que destaca a proximidade existente entre a Falésia do Cabo Branco e a praia do Seixas, que é contígua à praia da Penha.



(Figura 48. Aspecto da Falésia do Cabo Branco e praia do Seixas, áreas vizinhas a praia da Penha – Fonte Dirceu Tortorello, 2015)

Seguindo pelo relato oral ele nos conta que fazia parte de uma família de 10 irmãos, contando com ele. Dessa geração faziam parte personagens quase “míticos” desse “micromundo” da pesca artesanal em João Pessoa. Na sua retrospectiva genealógica ele recuperou a memória de seu pai, já falecido, Sr. Carrinho (Carlos José de Melo), Sr. Mariano, Chico Lindolfo e seu filho Lindolfo, e João Maia todos pescadores daquelas praias. O mestre apontou que todos estes antigos pescadores da Ponta do Seixas e da Praia da Penha fazem parte desse restrito grupo de trabalhadores do mar, que *moravam no pé da barreira do Cabo Branco* e que depois foram se juntar a outros pescadores, das proximidades, para formar, numa mesma geração, a comunidade da Penha de baixo, como hoje é conhecida.

que somente em períodos posteriores, já nas décadas de 1970 e 1980, são reforçados os nomes dessas praias, em separado, devido aos variados processos de ocupação e loteamentos que ocorreram nos dois bairros. As praias do Seixas, da Penha são, portanto, territórios contíguos para os pescadores.

Nas falas do Sr. Assis, justamente se referindo a essa região que engloba praia da Penha, Ponta do Seixas e Falésia do Cabo Branco e seus respectivos bancos de corais e arrecifes, temos a seguinte afirmação:

Por aqui só tinha curral, era tudo só pescaria de curral⁴⁷, até Jacumã. As jangadas era tudo pequena e tinha muito peixe na beira. Não tinha barco não, a gente saía no máximo 15 quilômetros, ia e voltava no mesmo dia. Aqui só teve barco a motor de uns trinta anos pra cá, trinta e cinco. (Sr. Assis, 52 anos, mestre de pesca da Penha)

O aspecto a ser ressaltada dessa passagem, diz respeito justamente a forma como o mestre-pescador concebeu e compôs sua travessia pessoal nos intervalos históricos recentes. Notadamente podemos extrair dessa construção temporal que o pescador atravessara e se adaptou a tempos históricos e tecnologias de pesca bastante diferenciadas entre si. Nos períodos mais antigos desse percurso, entre as décadas de 1940 e 1970, temos práticas “coloniais”, como a pesca de curral, convivendo com a pesca exclusiva feita nas jangadas, aspecto este, que, posteriormente, no período do final da década de 1980, foi alterada sensível e bruscamente pela introdução dos barcos a motor.

Mesmo com toda sua “bagagem” cultural, oriunda dessas adaptações às rápidas mudanças tecnológicas e sociais apresentadas anteriormente, notamos que o pescador-mestre, num primeiro momento, se posicionava marcadamente, dentro de uma cultura artesanal de pesca, advinda, segundo ele, de uma época onde o conhecimento dos pescadores mais antigos era mais presente e impactante nas relações sociais da pequena comunidade. Já num segundo momento da conversa, o “Seu Assis”, usando a terceira pessoa, se apresentava como uma personagem e afirmava que “ele mesmo não havia parado no tempo”.

⁴⁷ A pescaria de curral indicada na fala do mestre Assis era basicamente uma modalidade de pesca artesanal que se valia de cercas – os chamados currais de pesca – instaladas em bancos de areia e áreas mais rasas dos mares costeiros. Nesses currais construídos em formato específico os peixes adentravam por aberturas (bocas) e eram encurralados em “labirintos” de cercas que faziam com que os peixes fossem posteriormente facilmente capturados. Os formatos e tamanhos dos currais de pesca podiam variar de acordo com o local. O ICMBio (Instituto Chico Mendes de conservação da Biodiversidade) define a pesca com currais da seguinte maneira: “são armadilhas fixadas no solo, constituídas de varas de madeira, telas de náilon, redes e cabos de amarração, construídos em regiões de mar tranquilo e de baixa declividade. O curral é um tipo de armadilha que utiliza o princípio do aprisionamento, ou seja, o peixe não consegue sair depois que chega ao seu interior. Sua edificação em solo marinho ocorre sempre em regiões de mar tranquilo e baixa declividade. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/cepene/images/stories/publicacoes/btc/vol19/art07-v19.pdf>. Acesso em 22/10/2015.

Nesse sentido, de entendimento mais sutil dos posicionamentos adotados pelos pescadores, frente as nossas indagações de pesquisa, torna-se importante destacar que este agente levantou uma série de problemas e mudanças sociais, dentre as quais exporemos aqui três (3) que julgamos principais: primeiro ele ressalta o uso recente e mais disseminado do GPS, como fator de desqualificação do trabalho artesanal pesqueiro; segundo, ele indica a degradação notória e progressiva dos oceanos como fator de queda na produtividade dos pescadores artesanais; e em terceiro, o pescador enfatiza a falta de apoio financeiro que deveria ser prestado pelos governos federais e municipais a sua categoria profissional, como indicativo robusto do descrédito que sua profissão enfrenta num contexto maior de sociedade complexas.

Para entendermos melhor o quadro de degradação dos oceanos exposto pelo Sr. Assis, podemos recuperar algumas passagens, nas quais ele afirma que esta queda na produtividade pesqueira, era decorrente da exploração desrespeitosa dos mares, realizada, notoriamente, pelas grandes empresas industriais pesqueiras que atuam na costa brasileira⁴⁸. Nessa linha de argumentação, o uso desrespeitoso do mar, principalmente associado a atividade da pesca da lagosta, fez com que os pesqueiros mais próximos, em suas palavras, “ficassem tudo em decadência, de três anos pra cá, quase não tem peixe”. (Seu Assis, 52 anos, mestre de pesca da Penha)

Um dos fatores de degradação ambiental que atrapalhavam muito a pesca artesanal na costa do Estado da Paraíba, atesta o pescador, foi o uso das *marambais*, espécie de armadilha e criadouro, artificial usado para procriação de camarões, feitos geralmente com tubos de latão ou outros metais, e outras sucatas como canos metálicos, que amarrados a uma longa corda, formam uma sequência de tuneis submersos. Nesses tubos as lagostas se escondem e botam suas ovas. Normalmente esses sistemas são instalados nos fundos de mares com até 15 ou 20 metros de profundidade. O problema apontado, concisamente pelo pescador nesse caso, é o desequilíbrio ambiental que esta forma de exploração dos mares causa, pois, como ele aponta, a prática desregula e interfere diretamente no deslocamento dos cardumes dos peixes em alto mar.

⁴⁸ A respeito da pesca industrial na Paraíba conferir as discussões presentes no capítulo 4 desta tese quando abordamos os relatos da Superintendência Federal da Pesca na Paraíba (SFP-PB). Destes relatos basicamente pudemos constatar a abrangência e vigência da atividade industrial da pesca no litoral nordestino e alguns impactos que esta atividade vem trazendo tanto para o ambiente costeiro como para a sociedade paraibana, especialmente, interferindo nas dinâmicas da pesca artesanal e na circulação de créditos para os grupos pesqueiros.

Ele continua explicando que os peixes, principalmente os pescados nos *mares de fora*, são estimulados pela oferta extra de camarões presentes nessas linhas de tubos (as marambaias), e que assim, vários tipos de peixes passam a se alimentar nessa linha artificial de procriação dos camarões, não atingindo, por consequência, os nichos ecológicos originais (localizados nos *mares de dentro*) que muitas espécies de peixes percorriam frequentemente. Isto é, o pescado havia mudado de lugar rapidamente após a introdução abrupta dessas armadilhas e criadouros instalados irregularmente ao longo de costa paraibana. Este fato, atestado por ele e por todos os demais pescadores artesanais da região, exigia agora que estes grupos apostassem suas jornadas em águas cada vez mais distantes e desconhecidas.

Outro aspecto ressaltado como fator de desequilíbrio dos estoques pesqueiros naquela região tinha a ver com a pesca de arrasto de lagosta, processo altamente destrutivo, realizado pelos “donos” das marambaias, “os patrão dessa forma de pescaria têm muito dinheiro, podem usar muitas redes, muito grandes e cada vez mais redes que arrastam tudo, até as marambaia”. Com tristeza e uma clara apreensão por constatar essa condição de degradação criminosa dos mares, o pescador alertou para os graves desequilíbrios ambientais que estes pesqueiros artificiais e os arrastos causam, interferindo, por suposto, em sua atividade artesanal. Sobre a pesca industrial de lagosta ele conta:

Eles arrasta tudo, pedra, coral, marambaia, e tudo que tiver vivo no fundo, os corais são tudo puxado e destruído já na puxada, é tudo frágil a casa dos peixes, ou senão, depois quando se separa as lagostas do restante desse material, é tudo separado na marretada, depois só fica o camarão, nem os peixes eles aproveita. (Sr. Assis, 52 anos, mestre pescador da Penha)

Ou seja, desta última fala proferida pelo mestre, podemos notar que seu ambiente de trabalho - ou meio de produção principal -, corria sérios riscos de desequilíbrio e enfrentava além da poluição global dos oceanos os impactos locais da pesca predatória.⁴⁹

⁴⁹ Dentre os inúmeros riscos que a atividade da pesca artesanal encerra podemos destacar um grupo de desafios que acometem os pescadores cotidianamente em seu ofício como tempestades, mudanças abruptas de clima e outros contratempos imprevisíveis que dificultam a realização dos trabalhos. A este respeito José Colaço Dias Neto (2012) afirma que “a vida de pescador artesanal é, portanto, considerada por eles como dura e perigosa. O perigo é uma condição inerente ao ofício. É percebida como perigosa, porque, em sua prática cotidiana, os pescadores são submetidos a um leque de situações nas quais o dualismo entre a vida e a morte torna-se aparente. Muitas coisas podem acometer pescadores no desempenho de suas atividades haliêuticas. [...] Se o perigo é uma condição inerente ao ofício pesqueiro, dela deriva um estoque de riscos

Retornando ao tema dos problemas enfrentados pelos pescadores na atualidade, além dos já citados usos do GPS e falta de apoio financeiro do governo, indaguei o mestre sobre outros problemas que ele porventura “via” naquele momento histórico para a manutenção de sua cultura, em outras palavras, queria saber como ele concebia esse processo de resistência e adaptação social frente a um panorama tão caótico e desanimador como por ele exposto?

Para minha surpresa, naquele momento da conversa o pescador me ofertou a seguinte fala, na qual temos um bom resumo de sua trajetória e de suas percepções sobre a atualidade de sua vida em sociedade:

Vou te contar uma sabedoria que não falo para qualquer um não, meu pai era o maior fazendeiro de curral aqui da Penha. Ele era muito inteligente, ele levava nois na jangada e ensinava tudo da pesca. Com 5 anos eu já queria sair pro mar com eles, mas eles não deixava, eu era muito pequeno, cabia em qualquer canto. Ai eles não deixava e eu me escondia, nas tralha, no cesto e quando via eu já estava eu lá no mar, eles até assustava, mas já tava lá, tinha que levar. Aí eu ficava em cima da jangada e ia aprendendo as coisa. Com 12 anos eu já tinha aprendido tanto que já guiava os proeiros, eu já tinha ajudante, com 13 anos eu já era comandante, já ia sozinho pros pesqueiro. Minha memória era igual, melhor que o GPS! Fui comandante nessa idade porque meu pai era muito inteligente e me passo tudo. Eu já sabia os pesqueiro tudo, sabia as corrente, as barreta, os tipo de peixe. Mas hoje a pescaria por aqui tá muito defasada. Tem que sair mais prá mais longe. O pescador hoje não quer que seu filho seja pescador como era antes. O governo não ajuda, não dá carta de credito para o pescador, ai o pescador não pode ir aonde tem o peixe. O pescador não quer e o governo não ajuda, ai fica defasado. (Seu Assis, 52 anos, mestre de pesca da Penha)

que caracterizam a atividade: navegar a noite sem o auxílio de aparelhos sofisticados que indiquem a localização do barco, morrer afogado, capturar poucos peixes em uma investida, sofrer todo tipo de acidente com os equipamentos, ser surpreendido por uma mudança climática súbita, ver ou ter experiências com espíritos ou assombrações, trabalhar sem nenhum tipo de assistência do governo (para o caso dos pescadores não cadastrados na Colônia de Pesca), entre outros.”(NETO, 2012 , p. 304)



(Figura 49. Sr Assis explicando os funcionamentos de seu barco – Acervo do autor)



(Figura 50. Sr Assis detalhando os funcionamentos de seu barco – Acervo do autor)



(Figura 51. O mestre Assis contando as artimanhas da pesca artesanal – Acervo do autor)

Retomando a última fala oferecida pelo pescador podemos destacar pelo menos dois temas importantes que tocam e amplificam as discussões que temos desenrolado nesses estudos. Primeiro, temos o tema da formação dos mestres de pesca. Em outras palavras, Sr. Assis estava nos fornecendo elementos ricos para entender como se formam novos mestres, e, concisamente, como estava se desenvolvendo, naquele momento, a mão de obra artesanal naquele contexto.

Mergulhando mais diretamente no trecho inicial da fala do pescador, quando o mestre trata de sua precocidade e interesse na atividade pesqueira, e de como seu pai lhe ensinara os conhecimentos dos mares ainda na fase infantil -, podemos afirmar, respondendo aos questionamentos anteriormente colocados, que é por meio da prática da pescaria e, conseqüentemente, pelas habilidades e conhecimentos adquiridos dessa rotina de trabalhos e navegação pelos mares, que os mestres de pesca tradicional se formavam nas últimas décadas do século XX na praia da Penha.

Já com relação a segunda questão, que trata sobre como “anda” a reprodução social da pesca artesanal naquele contexto, considerarmos que esse próprio modelo econômico produtivo e social, balizado sumamente nas ações sociais e no trabalho

coletivo dos pescadores, garantiu, de certa maneira, e por determinados períodos, a estabilidade e prosperidade atual de certas famílias. No entanto, notamos com clareza, que este panorama de ensino e transferência de conhecimentos - oriundos da prática e próprios dessa forma específica de transmissão de conhecimento/cultura -, se vê “ameaçado”, como demonstrado pelo próprio mestre, já que, ele mesmo atestava e apontava para o desinteresse progressivo por parte dos jovens, em relação ao seu ofício.

Dessa maneira concluímos que, a atividade pesqueira e, portanto, suas próprias condições de reprodução social, se encontravam, naquele contexto social analisado, em eminente risco de “extinção”. Isto é, as condições sociais e de trabalho e de aprendizagem, específicas para que ocorresse a chamada *reprodução social* da pesca artesanal, não estavam sendo verificadas, ou, dito de outro modo, não podiam ser consideradas minimamente estáveis naquela situação social observada.

Se recuperamos a fala do próprio Assis, na qual ele afirma que “o pescador hoje não quer que seu filho seja pescador como era antes”, podemos apontar nessa passagem, um indicativo, ou *indício*, que confirma, lamentavelmente, esse quadro social de ruptura dos sentidos sociais, de trabalho e de aprendizagem da pesca artesanal, considerados necessários para que a reprodução social da atividade pesqueira aconteça.

Mesmo assim, deve-se, ao cabo desta apresentação, atentar para um aspecto bastante interessante que percebemos nas explanações e posicionamentos desse importante ator. Muito embora ele apresentasse em seu discurso um quadro de eminente desagregação social da pesca, notamos que, em seu posicionamento pessoal (enquanto trabalhador, detentor daquele saber-valor) ele reconfigurava também e paradoxalmente, uma identidade tradicional pesqueira, cada vez mais sedimentada nos valores do trabalho, da “tradição” e na capacidade de adaptação destes grupos. Nesse sentido a tradição se vinculava a mudança, e, portanto, sua cultura não poderia ser vinculada a uma condição estática, por demais estabilizada, ou ainda engessada no tempo, em suas palavras:

Os Ibama tá tratando o pescador artesanal como pescador profissional, eu vivo daquilo ali, prá que que eu vou terminar com meu trabalho, com meu alimento? Toda vida eu fui defensor da natureza dos mares. Todo mundo que pesca, que fiscaliza, lá pra fora, sabe que a pesca de lagosta é que tá acabando com os coral. Os arrasto, os barco de pesca grande, industrial, de firma, pega tudo, e tudo que tiver por perto no fundo do mar, leva até as marambaia. E nós que é artesanal tem que ir cada vez mais longe, lá nos Peral. A vida é assim, nois sempre tem que mudar.

Mas o governo do Brasil tá de brincadeira com os pescador, mas isso vai mudar, e vai ser com nois dentro, eu to nesse mundo aqui pra mudar, depois o povo vai lembrar da nossa luta e tudo vai mudar, a gente já mudou muito também! A pesca ainda vai mudar, vai dar certo aqui na Paraíba. Pescador tem que ter tudo que nem os outro trabalhador, tem que ter direito a tudo, tem que ter casa, essa história que pescador dorme em qualquer lugar, no chão, não presta, é coisa do passado! Pescador tem que ter casa boa, conta no banco, carro pra família, eu protestei muito aqui já na Paraíba, e nois vai mudar! (Sr. Assis, 52 anos, mestre pescador da Penha)

Dito de outra maneira, e de forma já conclusiva, podemos afirmar que o testemunho de Sr. Assis procurou se desvincular de uma visão engessada sobre a cultura, estabelecendo-se assim, uma visão coerente sobre o seu modo de vida. Podemos constatar que este pescador concebeu de forma clara a mudança social e a cultura tradicional coexistindo num movimento contínuo, de interação e adaptação do qual ele mesmo faz parte. Em suma, constatamos aqui que tanto a cultura como as identidades pesqueiras estão, portanto, se desenvolvendo e moldando-se continuamente a esses contextos sociais de mudanças abruptas, fatos estes que, não alteraram ou desabilitaram esses agentes a se conceberem como pescadores tradicionais imersos na mudança.

Por fim, a título de indicação sobre o notório saber deste pescador em relação aos mares da região, apresentaremos os pesqueiros, ou territórios-pesqueiros, apontados por Sr. Assis, como formas claras de representação e organização de seu sedimentado conhecimento sobre os oceanos orientais no nordeste brasileiro. A essa altura do debate, podemos considerar que esses territórios-pesqueiros são a fonte material, na qual se baseia e se fundamentam, a cultura por nós estudada. Os tipos de pesqueiros mais próximos da costa se denominam como *Caial*, *Corubas*, ou ainda, *Tacis*, conhecidos também pelo nome de “pedras”, que consistem, basicamente, em afloramentos rochosos, ou fundo de corais. Numa distância superior aos *Caiais* estão os *Rasos*, pesqueiros mais distantes da faixa costeira, conhecidos também como “buracos”, por serem mais profundos, onde a profundidade do ponto, ou do pesqueiro, pode chegar até a 25 braças, cerca de 45 Metros de fondura.

Posteriormente, já localizados em alto mar, temos os *Altos*, pontos de pesca praticamente mantidos em segredo por grupos restritos de pescadores. E por fim, temos os pesqueiros chamados de *Peral*, (provavelmente um sinônimo da palavra beiral referente à beira da plataforma oceânica) territórios descritos por Sr. Assis, como aquelas

regiões que se encontram no limite final da plataforma oceânica continental brasileira, numa distância aproximada entre 40 a 45 km da costa. Na percepção do mestre:

Você percebe na hora que tá nos Peral, percebe na ondulação diferente do barco, lá fora você pode jogar a linha toda pro fundo que não encontra nada, sem fundo. Lá nois pesca à deriva, com os voador, sem ponto de referência, sem ancoragem. Eu vou te passar os pesqueiros que todo mundo conhece, os que não vai dar problema, de Pitimbu até Tambaú, todo mundo sabe esses, esses do Peral, eu não conto não. (risos). (Sr. Assis, 52 anos, mestre pescador da Penha)



(Figura 52. Sr Assis detalhando os funcionamentos de seu barco – Acervo do autor)

Em suma, os territórios pesqueiros indicados por Seu Assis foram: *Queimado*, para o sul de Tambaú, *Taci de Baixo*, *Taci de Cima*, *Cabeça de João Preto*, *Coruba Grande*, o mais famoso, *Tapitanga* e *Tacizinho*. Além destes em conversa posterior realizada com seu filho, Luis Carlos, obtivemos as coordenadas geográficas dos seguintes pontos: *Tubo do Géio*, antiga Marambaia abandonada que formou pesqueiro, *Buraco Regel*, *Caixa do Leon*, *Caixas*, *Pneus do Chaves*, aglomerado de pneus velhos afundados propositalmente, *Pneus do Ken* e pesqueiro *Galiléia*, totalizando 14 pesqueiros descritos por este pescador. No capítulo quinto e final desta tese retomaremos as contribuições e os significados que estes pesqueiros assumem em nossos estudos amplificando e

melhorando a compreensão sobre o trabalho e a cultura dessas pessoas. De antemão, podemos indicar que eles, os pesqueiros, expressam materialmente e atestam cientificamente, a riqueza, a abrangência e a complexidade dessa cultura presente nas costas, nos mares, e na vida social desses brasileiros.

3.4) Sr. João Preto, conhecimentos do mar, pesqueiros e técnicas de pesca

“O coração do mar é o vento, se o vento aperreou-se, o mar fica bravo, quanto mais o vento estiver brando, o mar, fica bem miudinho.” (João Antônio Ribeiro, 78 anos, pescador mestre aposentado da Penha)

João Antônio Ribeiro, João de Celina, Seu João Preto, João Bodinho, ou simplesmente, Seu Bodinho, é o pescador mais idoso que estudamos e cujos relatos apresentaremos a seguir no intuito de finalizar essa parte referente as etnografias dos mestres da pesca existentes no bairro da Penha.



(Figura 53. Sr. João Preto em frente a peixaria de seu filho Zildo – Acervo do autor)

Tive a honra de poder entrevistá-lo por pelo menos quatro sessões formais, encontros e entrevistas nos quais, pudemos estabelecer boas relações de conversa e coleguismo de ambas as partes. Ele nos conta que era pescador desde os nove (9) anos de idade, nascido no bairro do Cabo Branco e que morava no fundo dos extensos coqueirais que se estendiam até a faixa de praia. Hoje nessa região é estabelecida a urbanizada, e em certa medida, elitizada, praia do Cabo Branco.

Seguindo seu relato, ele lembrou que foi morar na Penha somente aos dezessete anos (por volta do ano 1937) e aprendera com seu avô, em períodos anteriores, a pescar numa *jangada*⁵⁰ de pau, na qual ia dentro de um *samburá*, espécie de balaio, ou, cesto de fibras vegetais usado para carregar os pescados no retorno das pescarias.

Ia no samburá vazio e voltava pro Cabo em pé, ia fora eu e o samburá cheio de peixe. Era tanto peixe aqui no Seixas e na Penha que a gente não ia pros fundo, era só por a varinha aqui na frente que já pegava. Da praia se via os cardume e até pulava as vezes nas borbulha. Nessa época (entre os 10 e 18 anos – segunda metade da década de 1940) não tinha barco a motor, nenhum, era tudo pano, só tinha jangada e um bote. Quando mudamos pra cá era uma fartura que só. A gente via os cardume pulando aqui na frente e as vezes até via a qualidade do peixe de longe. Tinha muito peixe era só por a vara e pescar. A gente marcava tudo no olho os pesqueiro, os ponto, hoje com o aparelho (grifo nosso:GPS) se vai sozinho e acha o ponto. Pesqueiro é o lugar que o peixe mora, tem uns que só vive nas pedra, Cioba, Guarajuba, Sirigado e Garoupa. Por isso o pescador tem que sabe as pedra. (Sr. João Preto, 78 anos, mestre de pesca da Penha)

Seguindo um caminho argumentativo semelhante ao exposto por Sr. Assis, o mestre João Preto elaborou sua trajetória de aprendizagem e formação na pesca artesanal retornando a tempos “antigos”, reconstruindo períodos históricos nos quais o menino podia morar em um local aprazível, desfrutar da fartura de pescado, e onde podia-se viver daquilo que o trabalho e a natureza proviam. Em sua retrospectiva:

⁵⁰ A respeito dessa singular embarcação tradicional, a jangada, Berenice Abreu (2012) nos oferece em *Jangadeiros: Uma corajosa jornada em busca de direitos no Estado Novo*, boa descrição sobre este simbólico objeto que marcou o cotidiano de trabalho de muitos pescadores. Em sua síntese ela indica a descrição de Nearco Araújo (arquiteto) para explicar como era construída essa embarcação. Assim as jangadas (também denominadas de Piubas) eram basicamente formada por *um estrado ou flutuador, que podemos grosseiramente chamar de casco, um velame [vela, retranca, tranca], lemes, (remo e bolina), espeques e bancos*”. (ABREU, 2012, p. 44-46)

A gente saia com vento terral, aquele bem mais frio da madrugada. Esse que empurrava o pano pro fundo. Em trinta minutos já chegava lá fora. Enchia o barco e voltava com a maresia do meio dia. Tem também o sudoeste que empurra bastante. (Sr. João Preto, 78 anos, mestre de pesca da Penha)

Vale destacar que na maioria das conversas encaminhadas com este pescador, pudemos notar a insistência recorrente deste agente em afirmar a fartura de pescados existente nas décadas passadas naquela região. Especificamente até meados da década de 1980, afirma Sr. João Preto, a degradação progressiva dos oceanos e mares nordestinos ainda não poderia ser verificada pelos jangadeiros, já que os pescadores daquela época circulavam apenas em águas mais próximas a costa. Dessa maneira, a riqueza de variedades de espécies e a facilidade em capturá-los eram indicativos de que, no passado recente, tínhamos, ali, nos pesqueiros de dentro, um suposto equilíbrio ecossistêmico, que, agora, não vigorava mais devido aos inúmeros desequilíbrios ambientais já anteriormente citados. Em consequência disso, nos períodos posteriores a década de 1980, como veremos, foi se agravando essa condição de poluição e degradação dos mares, obrigando, literalmente, esses pescadores a irem buscar sustento em águas cada vez mais distantes.

Tomando já a liberdade de comentar, antecipadamente, a riqueza dos relatos oferecidos por este mestre, parece importante ressaltar que a cada conversa estabelecida com o “antigo” pescador, ficava eu cada vez mais surpreso como o montante e a qualidade das informações que Sr. João Preto tinha memorizado em sua longa vida de trabalho junto ao mar. Na sua visão, cada pesqueiro, cada técnica de pesca, deveriam ser utilizados numa dada circunstância e de acordo com certas condições específicas que o ambiente marítimo impunha e apresentava. Apenas essas impressões detalhadas - considerando sua forma peculiar de olhar e descrever o mar e seus segredos -, tranquilamente, poderiam render um capítulo à parte nesse estudo. No entanto, tendo em vista o alcance de nossos objetivos específicos de pesquisa e limitamo-nos aqui a seguir um roteiro etnográfico previamente estabelecido, optei por encaminhar e recuperar as discussões que julgamos pertinentes desde o início dos estudos. Sendo assim, encaminharemos na sequência do texto um conjunto de relatos, contribuições e apontamentos que este ator forneceu ressaltando justamente e novamente os temas da tradição, do conhecimento dos mares e da identidade pesqueira, assuntos que tanto nos interessam e que foram sobremaneira explicitados nas

suas expressivas falas. Tratando dos pesqueiros e de suas variadas técnicas de pesca, o mestre dizia:

O pesqueiro bom também depende da maré e da hora certa de botar a isca, porque o peixe também tem a hora certa de comer, tem que ter conhecimento mesmo pra ir e usar os pesqueiro. Não adianta só saber onde fica o ponto, tem que ir na hora certa, aí bota a linha, ou a rede e óh, fiska tudo. Pra pegar certo tipo de peixe tem que saber a profundidade, a fondura certa e a hora, Arabaiana, ela só come a isca de manhã ou de tarde, Xaréu, o Cabo Duro, só come mais de noite ou no sair da lua, Cavala gosta de luz, você liga o farol e aí clareia a água, aí ela vem, cada peixe, cada pesqueiro tem uma sabedoria. Garajuba, Cavala, Xaréu, tudo gosta de camarão vivo, Pescada Branca não gosta de camarão. (Seu João Preto, 78 anos, mestre de pesca da Penha)

Dessa passagem gostaríamos de destacar a sofisticação do conhecimento dos mares elaborado e expresso por Sr. João Preto, o que denota, um elevado nível de conhecimento prático, referendado, portanto, numa empiria sólida e experiência consolidada sobre os lugares, os seres do mar e seus funcionamentos. Essa complexidade de saberes, esse conhecimento organizado a partir dos lugares, das espécies e, otimizado pelo conhecimento das variadas técnicas de pesca, em nossa visão, suplantavam significativamente o nível de conhecimento apresentado pela maioria dos pescadores já entrevistados. Todos estes saberes, aglomerados e substancializados na figura dos mestres de pesca, caracterizavam claramente, para efeito de nossos estudos, a identidade dos mestres de pesca. Ao apresentar ali, as variáveis, os múltiplos e interconectados fatores que interferem numa boa pescaria, entendemos que o Sr. João Preto, estava, ao mesmo tempo, enriquecendo e revalorizando qualitativamente seu conhecimento pesqueiro, e também, por consequência disso, estava construindo sua identidade enquanto mestre de pesca artesanal.

Sr. João era, de fato, uma “enciclopédia” atualizada de informações e conhecimentos pesqueiros articulados em torno da atividade que ocupou mais de sessenta anos da sua vida. Sobre as variadas técnicas de pesca e organização da atividade pesqueira ele afirmava:

Pescaria de rede só vai com três pescador, se for só com dois não puxa não, e quem guia o barco? Não vai não. Tem que ter no mínimo dois pra puxar a rede e o guia vai contornando o pesqueiro, e se o peixe for amantado, aquele que só vem de manta, se tiver manta grande, tem que saber ainda mais como e quando puxa a rede e tira o barco, sem espantar os outros (peixes; grifo nosso) da manta, o mestre sabe que não deve

espantar os outros. [...] O mar de fora é cheio de buracos, não é coisa plana não. Para pescar nos pesqueiro de fora tem que saber pescar os voador (grifo nosso: peixes voadores), por isso chama de pescaria de voador. Ai pesca de dia os voador, com os Jererê, (grifo nosso: espécie de rede-uça ou rede-anteparo onde é feita a captura dos peixes voadores que depois servirão de isca para a pescaria de peixes maiores). [...]O peixe voador só dá nos fundo. A gente pega o fígado de peixe, de cação, de arraia, ai junta tudo e faz o óleo. Bota numa lata com furinho bem pequeno e deixa soltar devagarinho. Depois bota na popa do barco. Desliga o motor do barco em cima dos buraco (pesqueiros: grifo nosso) e vai pondo devagarinho o óleo, ai eles vem, pegá um (grifo nosso: peixe voador) e põe na agua, segura entre os dedo e sai batendo a cabecinha, balançando a cabecinha, os outro pensa que tá vivo e vem tudo, ai vem os voador, é só pegar com o Jerere. Fica deitado do lado do barco e sai passando os Jerere e os voador cai tudo nele. Depois nois bota no anzol, joga a linha com 4 ou 5 voador na isca e pega os Dourado, as Cavalas, de dia mesmo. (Sr. João Preto, 78 anos, mestre de pesca da Penha)

Novamente notamos nessa última descrição – referente as técnicas e saberes envolvidos num só tipo de pescaria, a pescaria à deriva feita com os peixes voadores - a proeminência de suas qualidades e as exigências profissionais que estavam envolvidas na atividade da pesca. Enquanto mestre pescador, o sujeito da ação deveria saber, num mesmo tempo, coordenar a tripulação, conhecer bem os mares e utilizar muito bem as técnicas especificas para aquele tipo de pescaria. Vemos aqui o próprio conhecimento artesanal em ação, pois numa junção sofisticada entre conhecimento dos pontos de pesca, técnicas de pesca e navegação e conhecimentos específicos sobre determinados tipos de peixes, Sr. João Preto ia juntando “dados”, que somente pescadores reconhecidos como mestres de pesca podem demonstrar e dominar com tamanha destreza.

E como estávamos tratando da destreza que marca e define a identidade desses mestres, logo, Sr. João Preto lembrou de seu principal representante na atualidade:

Aqui na Penha o Assis traz peixe toda semana. Alguns outros compra também peixe do carro, vem de Natal, de fora, vem peixe até de Touros. O Assis vende aqui e no Zé do Peixe. De segunda em diante ele sai pra pescar e só volta na sexta, sábado ou domingo. Na semana passada ele matou uns quarenta peixe grande, Dourado, Cavala de dez, doze quilos, deu parece mais de quatrocentos e cinquenta quilos de peixe. (Seu João Preto, 78 anos, mestre de pesca da Penha)

Confirmando o reconhecimento social do mestre Assis como grande pescador da Penha em atividade na atualidade, Sr João Preto foi, de um lado, reiterando certas tendências de debates que já travamos anteriormente (como interferência do GPS na atividade e falta de apoio dos governos com relação ao crédito) e, de outro, foi descrevendo, a sua maneira, um panorama social bastante interessante e instigante para nossos propósitos de estudos. Nesse sentido, ele também atentou para os problemas envolvidos na reprodução social da pesca na atualidade, afirmando que “no tempo do passado a gente juntava dois, três meninos e pedia para ir na pescaria com os mais velho. Para pescar hoje se você chama os ajudantes eles diz: chama tua mãe seu infeliz! É tristeza”. (Sr. João Preto, 78 anos, mestre de pesca aposentado da Penha).

Ou seja, Sr. João Preto também iria aos poucos alertando para um quadro social de graves carências de mão de obra e outros desequilíbrios na transmissão dos conhecimentos pesqueiros como podemos ver na fala a seguir. Em suas palavras:

Hoje os pescador tá tudo desgostoso da profissão, é muito sofrido e o seguro defeso tá acabando com tudo. Os pescador fica tudo parado ninguém quer saber de moído não. Antes era 6 meses trabalhando 6 meses com defeso, mas muita gente trabalhava também. Ai o povo acostumo e foi parando seis (6: grifo nosso) meses de trabalhar, seis meses trabalha, seis meses não. O bom era antes, seis meses recebendo e trabalhando junto. Mas hoje tá cortando tudo, no tempo do Lula a grana corria solta, hoje tá cortando tudo, e ficou ruim pro pescador. Nois tem que desligar a energia e usar o gelo que fica mais barato. Se você poe comida ou pasto pro boi sabe que ele vai vingar, sabe que depois vai ganhar, mas com a gente é diferente. (Seu João Preto, 78 anos, mestre de pesca da Penha)

Coincidentemente essa entrevista foi feita no mesmo mês, maio de 2015, período no qual, o governo de Dilma Rousseff realizava um amplo corte de gastos nas despesas orçamentarias do Governo Federal, anunciando e efetivando uma sensível redução e “revisão” nas formas de concessão dos benefícios sociais, como no caso do Seguro-Defeso, política pública citada pelo Sr. João Preto. Em certo momento de nossas conversas, novamente para minha surpresa, o mestre adentrou deliberadamente no assunto dos pesqueiros que remetia diretamente ao tema dos territórios já apresentado em nossos estudos. Dizia ele que todos os pesqueiros utilizados tinham nome. “As entradas e saídas tudo tem nome”. A partir deste testemunho, interconectado com a problemática

da crise na atividade pesqueira, entendi que ele estava comprovando e relacionando, com muitos elementos, que ser pescador artesanal, naquele contexto, significava majoritariamente, ter e apresentar socialmente este conhecimento dos territórios pesqueiros. Ou seja, mesmo com todos os problemas apresentados e comentados, ele fazia questão de reforçar e reapresentar sua identidade pesqueira e sua resistência cultural frente a esses processos sociais, afirmando seu vasto conhecimento dos mares.

Nessa medida, ele foi me apresentando com muito rigor, no sentido norte-sul, todos os pesqueiros que tinha em sua memória. Então a partir da referência da Ponta de Lucena (ponta de praia localizada ao norte do rio Paraíba) tínhamos primeiro a descrição das “entradas” para o mar de fora. Essas entradas são basicamente passagens, ou canais de passagens existentes entre os bancos de corais utilizadas pelos pescadores para se localizar em alto mar e para se deslocar em direção aos pesqueiros, com os seguintes nomes:

Do norte pro sul tem as Barretas do Cabo, Barreta do Seixas, Barreta dos Pau, Barreta da Penha, Barreta Buraco da Izabel, Barreta do Aratu, Barreta do Picãozinho. Tem os pesqueiros de dentro, os de baixo, os pesqueiro de baixo nois chama de Coruba, ou Taci, os Taci é perto. (Sr. João Preto, 78 anos, mestre de pesca da Penha)

Segundo Sr. João Preto, os pesqueiros podem ser classificados e nomeados de acordo com sua profundidade. Em sua nomenclatura temos os seguintes tipos de pesqueiros: *Tacis*, ou *Taci*. Pontos de pesca com 6 a 9 braças de fundura, cerca de 10 a 15 metros de profundidade, *Corubas* (9 a 14 braças), *Rasinho* (15 a 18 braças), *Rasos* (18 a 27 braças) e, os *Altos* acima de 28 braças de profundidade, o que em metros corresponde a uma profundidade superior a 50 metros de fundura.

No sentido Norte para o Sul os pesqueiros “de dentro” do litoral pessoense descritos por Sr João Preto são:

Cabeço Redondo, Capitanga de João Galinha, Cabeça de Gramame, Cabeça de João Preto, Pedra Nova do Norte, Pedra Nova do Sul, Corumba Grande, a mais distante, tinha dia de contar mais de dez jangada, Capitanga, Carubinha, Cabeça de Galo, Tacizinho lá pra barra de Tambaba, Cabeça do Mero, Cabeça do Bessa, porque lá a gente avista a Ponta do Bessa, Buraco do Amortado, Caial, Gargarreira do Romão, Buraco do Norte de Taci de Cima, Taci de Cima, de lá a gente ve o Tambaú saindo. Pesqueiro do Queimado, Varenga, Mata fome, Taci da Faca, e Taci da Penha. (Sr. João Preto, 78 anos, mestre de pesca da Penha)

Somente aqui totalizamos vinte e três (23) pesqueiros identificados sem auxílio de GPS, o que denotava e confirmava o vasto conhecimento que aquele ator detinha em relação a essa porção dos mares. Por fim, relativo a esse tema dos pontos de pesca em alto mar o mestre continuou sua aguçada descrição afirmando que:

Os pesqueiro do Alto, são os de fora, são os que eu conheço. Nessa fundura dá os Peral, buraco onde o ferro não bate, não tem lugar pro ferro topar, é tão fundo que nenhuma linha toca. Tem mais de cem braças de fundura. Lá nois só pesca à deriva, não tem pesqueiro fixo. (Sr. João Preto, 78 anos, mestre de pesca da Penha)

Em nossas pesquisas de campo realizadas ao Porto Pesqueiro de Cabedelo e a Superintendência da Pesca da Paraíba (que serão apresentadas a seguir no capítulo quarto) confirmamos estas informações sobre a profundidade dos mares paraibanos. Em alguns relatos colhidos junto a pescadores profissionais e ajudantes de pesca contratados pelos barcos voltados para a pesca Industrial, era constante o relato sobre pescarias realizadas em alto mar, para além da faixa “dos Peral”, onde as profundidades dos mares eram superiores a mil (1000) metros, podendo-se chegar a atingir, em alguns casos, até a cinco mil (5000) metros de profundidade como indicado nos sonares dessas grandes embarcações. Os pesqueiros do *Alto* segundo Seu João Preto são denominados:

Camaratuba, Touros, Canto Norte de Cabedelo, Canto Sul de Cabedelo, Artinho, Canto Norte de Matumbu, Caminho da Pedra, Canto de Matumbu, Canto Norte do Cabo, Canto Sul do Cabo, Pedra do Chicharro, Tambaba 1, Tambaba 2, Tambaba 3. (Sr. João Preto, 78 anos, mestre de pesca da Penha)

Por fim, ressaltamos que além de nos compartilhar, com muito orgulho, essa lista de pesqueiros, trinta e seis (36) no total, Sr. João Preto também ofereceu uma lista bastante extensa de tipos de peixes que cada pesqueiro podia fornecer. Na nossa impressão esses conhecimentos sobre os locais de pesca, as técnicas da pesca, o saber-fazer da pesca e os tipos de peixes na ponta da língua, eram, todos, elementos constitutivos de uma identidade pesqueira que se reapresentava naqueles encontros

perante uma arena pública, representada, naquela ocasião, por minha pessoa, pesquisador da universidade pública. Enfim, conhecer o mar e os regimes climáticos da região, saber manejar bem o barco e os demais instrumentos de trabalho, e conhecer os tipos de peixe configuravam-se, portanto, como os cerne dos discursos de autoafirmação e identificação pesqueira que notamos na fala da maioria dos mestres pescadores ouvidos. Sobre o refinado conhecimento dos mares de fora indicamos que os peixes do *Alto* são descritos da seguinte forma:

Arabaiana, Caranha, Cirigado, Agulhão, Garoupa, Dentão, Pargo, Boca Negra, Dourado, ele mora lá no fundo mas se a água limpar ele acompanha a água limpa e vem pras Curuba. Tem Cavala também, as vezes pega de rede também as Cavala, as vezes aqui perto da costa, porque é um peixe que anda muito. Cação tem vários, Cação Velho, Martelo, Lixa, Fidalgo, Baleia. Cioba, Albacora, Atum, e Garajuba, dá perto e dá longe, e Meca só lá no fundo. Galo do Alto, Xaréu. (Sr. João Preto, 78 anos, mestre de pesca da Penha)

Os peixes de *Baixo*, dos pesqueiros mais próximos da costa são:

Sardinha, Pelada, Manjubinha, Manjubão, Bagre, Bagariaçu, Bagre Amarelo, Bagre Caiacoco, Bagre de Fita, Coró Branco, Coró Vianes, o amarelo, Coró só tem essas duas qualidades, Barbudo, Boca Mole, Judeu, Corumbé (Pescada Branca, ou Perna de Moça), Pescada de Dente, Pescada de Escama, Pescada Canguçu, Pescada Amarela, Bicuda, Tainha, a grande chama Cumimã, Robalo, Robalo Camurim, Abiquara, Xera, Saberé, Budião, Pirambu, Mercador, Quatro olhos, Ariacó, Zumbi, Sabão, Carapeba, Cação Espadati, Cação tem varias qualidade, Agulhão Roliço, Agulhão Chato, Paru, Paru Branco, Paru Preto, Piranema, Agulha Branca, Agulha Preta e tem mais, agulhão Trombeta, tem os camarão Branco e Esporudo, Camurupim, Dentão, Cioba, Cangulu, Cangulu Azul, Baiacu, Garajuba, Baiacu Caxã, Baiacu de Espinho, Baicacu Beira toco, Viola, Cachimbo, Garaçape, Serra, a maioria dá nos Taci de dentro mas alguns também dá nos de fora. Peixe Espada, Anchova, Corvina, Sóia e Linguado. Macaça, Canguito, Pira, Ticupa, Cururuça, chama de Corvina, para vende, dá mais valor. (Sr. João Preto, 78 anos, mestre de pesca da Penha)

Em suma, é impressionante notar a quantidade de espécies de peixes que o Sr. João Preto nos apresentou de memória nesta entrevista. Seu depoimento nos dá uma mostra da enorme diversidade de espécies e ambientes que compõe os territórios pesqueiros explorados por este mestre de pesca. Nessa medida, observando a multiplicidade dos conhecimentos condensada neste mesmo ator social entendemos a importância de estudar e interpretar criticamente a existência dos pesqueiros.

Ao final da conversa, impactado pela importância deste patrimônio de conhecimento que poderia estar desaparecendo com a patente não reprodução desta atividade, perguntei ao Sr. João Preto como era possível ensinar esse ofício nos dias atuais para as novas gerações, e o Sr. João Preto respondeu:

Para aprender a pescar tem que saber remendo de rede, tem que puxar bem a rede, mas muitos tem preguiça de olha e de aprender. Prá amarra o anzol é fácil, os remendo também, é só eles querer. Nois aprendia isso pescando, consertando rede, nois pescava tudo na mão, de linha, poe a linha no buraco e ficava no balanço só olhando se ela ia afundá, o peixe fisgo, nois puxava. Mas hoje eles não qué isso mais não. (Sr. João Preto, 78 anos, mestre de pesca da Penha)

Assim, em conclusão, vemos que as minúcias envolvidas no trabalho e na aprendizagem da pesca artesanal foram aqui descritas de forma primorosa pelo mestre pescador. Nesta descrição pode-se notar que o pescador parte de pontos muito específicos e sutis do saber-fazer pesqueiro para demonstrar como ele acessou a sua totalidade de conhecimento dos mares. Ele nos deixou claro que é necessária uma dedicação prática e minuciosa para aprender a costurar redes, e acima de tudo, que é necessário um nível de concentração elevado para se aprender “as manhas do mar”. Todo esse processo leva tempo, um tempo vinculado a natureza e quase inacessível para as percepções “modernas” e aceleradas das novas gerações. A constatação final emitida pelo pescador nos indica justamente isso: que a reprodução cultural e social da pesca artesanal corria sérios riscos de “extinção”.

Um dos resultados mais importantes dessas pesquisas etnográficas realizadas junto aos mestres pescadores foi a transcrição dos mapas mentais da pesca artesanal da região estudada. Cada um dos entrevistados nos forneceu referências e informações variadas sobre os territórios pesqueiros que mais utilizavam. Cada pescador nos apresentou o seu mapa mental dos mares. Com base nessas informações e descrições buscamos elaborar uma pequena cartografia temática dos mapas pesqueiros da costa sul de João Pessoa. Esses mapas individuais dos conhecimentos de cada mestre de pesca serão devidamente apresentados no início do capítulo 5, onde também faremos uma sobreposição de todos esses territórios para compor um *Mapa geral dos territórios pesqueiros*, que integra e exemplifica os conhecimentos destes mestres e de seus mares.

CAPITULO 4

OS CAMPOS MULTISITUADOS DA PESCA ARTESANAL NO CASO PARAIBANO.

4.1) Etnografias multisituadas e pesca artesanal

Após observarmos e refletirmos sobre as pesquisas de campo discutidas nos últimos dois capítulos, podemos agora tecer algumas considerações sobre como estes primeiros estudos antropológicos, realizados junto aos pescadores interferiram, decisivamente, na organização dessas outras etnografias que apresentaremos a seguir.

Essa ponderação diz respeito aos movimentos de interação social (as chamadas *associações*⁵¹) que estes “objetos” de pesquisa – os pescadores artesanais –, realizavam normalmente com outras arenas sociais em sua vida cotidiana. Nesse sentido, as etnografias que esmiuçaremos adiante trazem à tona essas relações e deslocamentos políticos e territoriais, que os mesmos trabalhadores realizavam a fim de se manterem participativos nas tramas da vida em sociedade.

Assim, em nossa interpretação, as etnografias multisituadas, realizadas fora das pequenas vilas pesqueiras, expandiram-se, justamente, para os campos institucionais que se mostravam mais diretamente conectados com as demandas sócio-políticas urgentes naqueles contextos históricos. Ou seja, foi necessário expandir os “ambientes” de estudos etnográficos para as esferas da administração pública, para os órgãos governamentais responsáveis pelo gerenciamento costeiro, e, para os encontros temáticos sobre pesca artesanal com o intuito de examinar e explicar melhor como essas relações sociais se estabeleciam entre pescadores e outras partes da sociedade no contexto contemporâneo.

Em composição com esses caminhos práticos e metodológicos buscamos então, entender como os pescadores se integravam nas esferas políticas, nos movimentos sociais

⁵¹ Nessa construção recuperamos a noção de *sociedades modernas* organizada por Simmel (1998), que foi apresentada no primeiro capítulo desta tese, a fim de explicar melhor como indivíduos e marcadores de identidades culturais se movimentam socialmente em meio às “novas” relações sociais de trabalho que advém da circulação do dinheiro. Essa habilidade social de *manobra humana*, estabelecida dentro dessas movimentações econômicas e nas arenas políticas, e nas lutas por reconhecimentos de direitos, tornam-se, especificamente, neste caso, termos sinônimos (*sociedades e manobras*) para a contextualização social do período histórico estudado.

e, sobretudo, como estes atores “locais” eram entendidos pelos servidores públicos e pelas instituições em suas diversas atribuições governamentais.

Logo, podemos afirmar que essas novas abordagens etnográficas – as etnografias situadas em órgãos públicos e nos ambientes de debates políticos e jurídicos dos movimentos sociais -, ampliaram os nossos horizontes de compreensão sobre as formas de participação política organizadas pelas comunidades tradicionais, e avançaram, justamente, sobre as “novas” questões jurídicas e disputas sociais que envolviam diretamente essas populações.

Em aprofundamento dessa análise e ainda a respeito do entendimento que temos sobre esta etapa da pesquisa, gostaríamos de indicar que, tanto os processos de constituição ou reorganização de identidades pesqueiras, como as lutas pela regularização dos territórios pesqueiros, podem ser interpretados, numa visão contemporânea, como processos sociais complementares de auto identificação - perpassados por variados “feixes” de reconhecimentos jurídicos e por normas e leis do Direito - aspectos estes que, de fato, reorganizam e retroalimentam, como veremos a seguir, essas mesmas identidades pesqueiras estudadas anteriormente.

Temos que reiterar, enfaticamente, que esse momento histórico - caracterizado pela organização e afirmação de uma identidade coletiva e, “marcado” também por um conjunto de lutas sociais por reconhecimentos, como a revalorização do *modo de ser* tradicional pesqueiro -, necessariamente, “leva” os pescadores ao “mundo” do direito e das lutas políticas. Ou seja, os processos de constituição e reapresentação das identidades pesqueiras, observados neste estudo, são, no nosso entendimento, perpassados por um conjunto de “fatores” múltiplos e sentidos sociais advindos de diversas arenas sociais que, de fato, remodelam estes mesmos atores e suas identidades culturais.

Um exemplo contemporâneo e fundamental para entendermos como os sujeitos-pescadores estão se constituindo enquanto categoria social coesa nestes variados processos de luta política, é a “*Carta dos Pescadores Contra o Golpe*”, emitida no dia 18 de Abril de 2016⁵². Nesta carta, temos um exemplo claro de constituição identitária coletiva mobilizada pelos pescadores para que se garantam um conjunto de direitos sociais e políticos ainda não adquiridos na sociedade brasileira. O agravamento da questão

⁵² Para ver o texto da carta, cf. <https://www.facebook.com/peloterritoriopesqueiro/?fref=ts>. (Acesso em 18/04/2016)

social apontada diz respeito ao impacto da pesca industrial e do agronegócio. Os pescadores clamam por proteção por parte do estado Brasileiro. Mas afinal, como de fato estes pescadores têm sido acolhidos nos âmbitos estatais e das políticas públicas?

Justamente para responder a estas perguntas, organizamos então os campos multisituados que apresentaremos a seguir. Neste sentido, veremos daqui em diante os resultados obtidos nas pesquisas de campo realizadas junto as esferas da administração públicas, e, em outras arenas políticas que julgamos importantes na atualidade dos fatos.

Em primeiro lugar, destacamos os campos realizados junto aos agentes públicos, nos quais entrevistamos e mantivemos reuniões com representantes legais, servidores públicos do SPU (Secretaria do Patrimônio da União)⁵³, profissionais de carreira da SEMAM (Secretaria do Meio Ambiente)⁵⁴, e com funcionários da SFP (Superintendência Federal de Pesca do Estado da Paraíba)⁵⁵. Todos esses atores sociais, “em bloco”, nos ajudaram a compreender como as instituições e seus agentes públicos agiam em relação as populações pesqueiras.

Em segundo lugar, ressaltamos a perspectiva participativa dos encontros temáticos sobre pesca artesanal, reuniões nas quais, os pescadores, pesquisadores e estudiosos do tema, construíam e reconstruíam as identidades tradicionais, tendo como base os próprios posicionamentos políticos adotados pelos atores durante os debates. Esta perspectiva, de reposicionamentos culturais desenvolvidas nas arenas públicas atuais, poderá ser reconhecida nos relatos de campo oriundos do *VI Seminário de Pesca Artesanal* (Recife, 2013), ocasião na qual, constatamos com bastante clareza como as populações pesqueiras - organizadas por meio de movimentos sociais⁵⁶, e em suas falas individualizadas -

⁵³ A Secretaria do Patrimônio da União (SPU) é o órgão gestor responsável pela regularização fundiária e doações de terras públicas nos casos em que a lei determina. Com relação as demais atribuições desta secretaria e estrutura de funcionamento conferir sitio eletrônico, patrimoniode todos.gov.br/gerencias-regionais/spu-pb. (Acesso em 10/05/2015)

⁵⁴ A Secretaria do Meio Ambiente de Joao Pessoa (SEMAM/PB) é um órgão de execução programática do Sistema Municipal de Meio Ambiente que tem por funções básicas implementar as políticas públicas do Município para o meio ambiente. Para mais informações sobre este órgão acessar o sitio eletrônico, <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/semam/>. (Acesso em 12/05/2015)

⁵⁵ O sitio eletrônico da Superintendência Federal de Pesca do Estado da Paraíba (SPF/PB) foi extinto ao final de 2015 devido aos cortes orçamentários do Governo Federal conforme indicados na tese.

⁵⁶ Um exemplo bastante claro de organização das populações pesqueiras em forma de movimentos sociais contemporâneos é *A Campanha Nacional Pela Regularização do Território das Comunidades Pesqueiras*. Neste amplo movimento social organizado em escala nacional pelas lideranças locais de todas as regiões brasileiras temos a expressão e representação notória de processos sociais e políticos de lutas por reconhecimento e, sobretudo, como o próprio “slogan” da campanha indica, temos a luta por *reconhecimento, proteção e garantia do direito ao território das comunidades tradicionais pesqueiras*. (Cartilha Projeto de Lei de Iniciativa Popular Sobre Território Pesqueiro)

reivindicavam coletivamente a legalização e reconhecimento de “seus” territórios pesqueiros, a manutenção e revalorização de sua identidade pesqueiras e tantos outros direitos sociais, conforme verificamos na *Carta dos Pescadores Contra o Golpe*.

Assim, entendemos que esta maneira de organização, reapresentação e interpretação dos campos, ressaltando a interferência dos órgãos públicos, das esferas políticas, e dos movimentos sociais, na organização da vida social pesqueira, já atendem perfeitamente a uma perspectiva de interpretação interconectada da cultura, *em forma de rede*, que estamos construindo desde o início deste trabalho. Ou seja, ao recuperar e analisar estes campos construídos junto as instituições públicas e as reuniões temáticas, preconiza-se, claramente, a explicitação e a discussão analítica dessas *redes de relações sociais e institucionais*, enquanto elementos “chave” para o bom entendimento de uma cultura específica, como a cultura pesqueira, no contexto atual.

Dito de outra maneira, e já amplificando essa discussão, podemos indicar que ao apresentar os campos multisituados da pesca artesanal na Paraíba, já estamos, ao mesmo tempo, apontando para algumas indagações que julgamos fundamentais nesta reflexão, a saber: (i) como os pescadores e pescadoras se organizam e se expressam coletivamente na atualidade. (ii) como as instituições “*pensam*”⁵⁷, concebem e atuam em relação a esses grupos sociais e suas demandas.

Desse modo, neste Capítulo 4, estamos construindo, literalmente, *as redes de interações sociais* e políticas que ligam os pescadores as outras arenas, a fim de compreender como esses “pontos distintos” da rede social pesqueira (atores públicos, atores privados, grupos de interesse comum e pescadores, por exemplo) se “tocam” e configuram o *complexo sistema cultural* de relações sociais, como bem demonstrado por Diegues (2004), na configuração do campo da *Sócio Antropologia Marítima*, apresentada no capítulo primeiro dessa tese.

⁵⁷ Neste ponto da discussão fazemos referência direta as contribuições que Mary Douglas (2007) apresentadas na obra *Como as instituições pensam*. Nessa discussão, basicamente, a autora aponta para a importância do estudo das influências que as instituições públicas têm sobre determinados agentes. Nesse sentido, aproveitamos essas considerações para indicar que também privilegiaremos esta forma de observação da realidade social, atenta às instituições, em nossos estudos.

Feitas essas considerações e a título de organização sobre os próximos passos que organizaremos nesta tese, indicamos que os relatos de campo multisituados serão apresentados na seguinte ordem:

- 1) Relatos obtidos junto as Instituições Públicas, sobretudo entrevistas oriundas das reuniões formais agendadas com representantes do SPU (Secretaria do Patrimônio da União), da SEMAM (Secretaria do Meio Ambiente da cidade de João Pessoa), e, obtidas junto a funcionários da SFP (Superintendência Federal da Pesca na Paraíba). Nessas conversas, prioritariamente, elucidaremos as posições jurídicas e os entendimentos sobre cultura da pesca organizados pelos representantes desses órgãos, bem como, analisaremos os principais encaminhamentos administrativos que estes atores sugerem para as demandas sociais pesqueiras.
- 2) Relatos dos Encontros Temáticos que tinham como mote central o estudo da pesca artesanal e a cultura das comunidades tradicionais costeiras. Deste apanhado de debates damos ênfase aos transcritos do *IV Seminário de Pesca Artesanal e Sustentabilidade Socio-Ambiental: Territórios Pesqueiros*, realizado em novembro de 2013, na cidade do Recife/PE. Nesta ocasião pudemos observar como os pescadores se organizam coletivamente dentro dos movimentos sociais de luta por reconhecimentos de direitos territoriais. Um exemplo representativo dessa organização e mobilização coletiva foi devidamente observado nos eventos e reuniões de avaliação da *Campanha Nacional Pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras*, encontro de pescadores artesanais de todas as regiões brasileiras, nos quais, são discutidas e apresentadas as demandas variadas e expectativas comuns destes grupos.

Vale ressaltar, que o tema da pesca artesanal se interliga a diversas áreas do saber, podendo ser discutido e estudado nas grandes áreas das Ciências Humanas, nas Biológicas e, mesmo, nas Ciências Exatas e da Natureza, quando se ramifica, por exemplo, em saberes e discussões geográficas, referentes a “natureza” geológica das plataformas oceânicas na costa brasileira.

Dito isso, indicamos que, para cada grupo de relatos comentados, privilegiaremos, como já procedemos nos campos anteriores, os temas que mais incidiram nas falas e aqueles que mais se conectavam aos debates já instaurados e encaminhados até então nesse trabalho. Mesmo assim, nestes novos apontamentos, que vos serão apresentados, não excluiremos, de modo algum, as possibilidades de observação e discussão de “novos” conceitos ou, problemáticas sociais, encaminhadas pelos diversos agentes estudados.

4.2) Relatos dos representantes das instituições públicas: *como as instituições pensam os pescadores*

Como o próprio título do subcapítulo indica, pretendemos nesta parte do trabalho reapresentar de forma crítica um quadro de relacionamentos jurídicos e institucionais que são traçados na interface entre populações tradicionais e instancias governamentais, presentes na realidade social paraibana. Para desenvolver este quadro, gostaríamos, antes, de lançar mão de um pressuposto analítico, que faz jus a expressão “como as instituições pensam”, presente no subcapítulo anteriormente exposto. Esta argumentação, na verdade, faz referência direta a uma construção analítica presente na obra de Mary Douglas, intitulada, “Como as instituições pensam” de 1998.

Desta valiosa reflexão, que versa, resumidamente, sobre os efeitos e impactos que as dimensões sócio-políticas imprimem aos comportamentos humanos, e a própria construção dos conhecimentos científicos, ressaltamos a exortação metodológica encaminhada pela escritora, na qual, proclama-se com a devida clareza, que, é fundamental para a boa organização e qualidade dos estudos sociais observar-se o “jogo social”, tendo-se em vista sempre as relações de *aliança* e de *reação* que certos grupos humanos mantêm com determinadas instituições públicas na atualidade.

Nesse sentido, enfatiza a autora, *para que o estudo antropológico da sociedade contemporânea de massa não se dissolva numa generalização de alto nível*, é essencial que se estabeleça um método de estudos sociais que privilegie a observação e o estudo atento dessas *variedades associativas* que se dão entre coletividades e instituições. Ou seja, para refletirmos adequadamente sobre como os pescadores artesanais se organizam socialmente e politicamente no contexto atual, devemos ter em mente sempre esta *dupla visão* do comportamento humano, que “num tempo”, se organiza em função dos aspectos

locais e regionais, os chamados aspectos culturais, e “noutro”, que toma as direções dos comportamentos transnacionais, globalizados e modernizantes que a vida em sociedade lhes convida, ou, muitas vezes lhes impõe (DOUGLAS, 2004, p. 348).

Logo, parece plausível afirmar que estas considerações sobre a construção de um estudo antropológico, atento as relações sociais presentes na contemporaneidade, constituem-se, portanto, como uma condição *mínima* (do ponto de vista metodológico) para que possamos compreender, enfim, como estes agentes (pescadores) e as instituições públicas do estado brasileiro se relacionam no “tecido” maior, mediado por lutas diversas políticas, e característico das sociedades contemporâneas.

4.2.1) Entrevista com a Superintendente da Secretaria do Patrimônio da União na Paraíba

Para tanto, ou seja, para compreender como as instituições públicas pensam seus interlocutores pescadores, e, para vislumbrar melhor como esses órgãos atuam em função das demandas pesqueiras, apresentamos a seguir, as falas e depoimentos colhidos junto a representantes da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), órgão gestor que visa cuidar dos patrimônios imóveis do povo brasileiro e apoiar as ações de Regularização Fundiária de relevante Interesse Social em Áreas da União.

Vale destacar que a análise dos relatos provenientes do SPU tem especial valor para esta tese, pois, verifica-se que, é esta Secretaria que tem por finalidade ordenar, especificamente, os ambientes costeiros e a gestão do mar territorial brasileiro. Entre as variadas atribuições que o SPU desempenha no serviço de salvaguarda dos bens públicos do Brasil, podemos, por fim, destacar a sua função regularizadora, no que diz respeito as terras em domínio da União que se encontram a beira mar. Nessa caracterização de atribuições institucionais, fica evidente, portanto, a função do órgão público citado como órgão gestor que “cuida” e implementa medidas e leis nas terras costeiras ocupadas por populações tradicionais, atuando sempre por meio de ações programáticas e aplicação das normas legais de gestão das áreas costeiras.

Em Maio de 2014 estivemos no prédio da Secretaria do Patrimônio da União, localizada na Avenida Eptácio Pessoa, em João Pessoa, juntamente a sede da Receita Federal do Estado. Naquela ocasião fomos recebidos pela Doutora Daniela Bandeira, Superintendente do Patrimônio da União, que nos concedeu a seguinte entrevista:

Gustavo: Senhora Daniela, como o SPU tem atuado com relação aos moradores do Jacarapé?

Daniela: Aqui no SPU a gente só pode agir dentro das normas da lei. Segundo a legislação atual nós só podemos “mexer” com os pescadores se atestarmos que eles são ecosuficientes e moradores de fato daquela área. Para poder fazer essa transferência de terras da União para eles nós temos que realizar um estudo que nunca foi feito antes. Depois de fazer esse estudo (grifo nosso: o laudo antropológico é um dos estudos previstos para que se complete a regularização fundiária dos pescadores) que atesta a identidade dessas pessoas, ou seja, que atesta que elas estão realmente envolvidas com a pesca, que são pescadores mesmo, aí sim, podemos dar início ao processo de transferências de terras. Elas saem do domínio da União e vão ser doadas as supostas famílias de pescadores. Com a cláusula da inalienabilidade, é claro, as terras não podem ser vendidas a terceiros e nem desmembradas pelas pessoas que compõe o grupo familiar. (Doutora Daniela Bandeira, Superintendente do Patrimônio da União/JP, 2014)

Dessa interessante fala proferida pela doutora Daniela, podemos ressaltar inicialmente que os pressupostos legislativos de proteção social, vinculados aos pescadores, são citados pela superintendente como pontos de partida importantes numa discussão sobre as ações governamentais esperadas em favor desses grupos. Concisamente, pode-se dizer que a problemática territorial é, novamente, destacada por esta gestora como “uma questão vital para a permanência dos pescadores naquela região”. Vale lembrar que a regularização fundiária, entendida como o *processo de transferências de terras*, estava, naquela fala, sendo envolvida ainda pelas “nuances” das legislações mais recentes sobre comunidades tradicionais presentes na constituição brasileira.

Debruçando-nos, então, justamente, sobre essa vertente institucional de ação pautada na lei, e recuperando o ponto vista da representante, destacamos que a gestora publica fez, então, menção direta a Lei 11.959 de 2009, que dispõe precisamente sobre os *direitos territoriais* destinados a populações denominadas *tradicionais*. Esmiuçando o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que também ajuda a compor o entendimento sobre a citada lei, temos as definições constitucionais brasileiras que atribuem as

qualidades e dão características as chamadas *comunidades tradicionais* e a *seus territórios*. É importante lembrar, que este decreto também define as diretrizes básicas que compõe uma política nacional de desenvolvimento sustentável voltada especificamente para os povos e “comunidades da floresta”. Logo, quando a gestora aponta para o fato de que somente pode “*agir dentro das normas da lei*”, ela está, enfaticamente, se apoiando, juridicamente, nestes princípios de proteção social, atribuídos aos pescadores e reconhecidos pela lei.

Então, podemos dizer que dentro desta perspectiva legal da cultura (promulgada na Constituição), os povos e comunidades tradicionais são definidos como grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, e que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. Ainda nos termos dessa lei, estes povos utilizam, eminentemente, conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Em concordância com estas concepções da tradição ou tradicionalidade exposta na lei temos, temos na sequência conclusiva dos artigos a definição, também cristalina sobre os *territórios tradicionais*, como sendo aqueles espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária.⁵⁸

A respeito desse último ponto gostaria de ressaltar que ao analisar apenas uma fala institucional, um processo social sob circunscrito - como a regularização fundiária das moradias das famílias pesqueiras (previstas na lei) -, temos justaposto a este exercício intelectual, a concatenação seguida de variados temas e conceitos que interessam sumamente a estes estudos. Assim, fica evidente, mais uma vez, que essa “riqueza” de temas concatenados na fala da gestora – e que podem ser resumidos nos temas da *especificidade* cultural, dos territórios, da tradição e do conhecimento, por exemplo – instigaram e reforçaram novamente nesta reflexão a necessidade, metodológica, de reincorporarmos todos estes assuntos novamente aos nossos debates.

⁵⁸ A este respeito Cf, Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. (Acesso em 02/04/2015)

Incrementando então esta discussão, admitimos que a análise de apenas uma ação governamental-jurídica como a transferência de terras, exige a mobilização, portanto, de um conjunto importante de categorias analíticas, conceitos e valores que, reiteradamente mostram como a cultura pesqueira é organizada pelos próprios pescadores, e como esta se remodela a partir das ações e dos posicionamentos de outros atores públicos presentes na rede.

Retornando aos comentários do relato notamos que o tema da diferenciação social, centrado na “demarcação” da especificidade cultural dos grupos pesqueiros, era um assunto importante na visão institucional pública. Como bem disse a gestora, “*não se pode mexer com populações tradicionais porque eles são diferentes, são eco suficientes, e isso lhes imputa uma condição especial garantida por lei*”. (Doutora Daniela Bandeira, Superintendente do Patrimônio da União/JP, 2014)

Desse modo, vamos acompanhando, passo a passo, como esses agentes públicos mobilizam determinados conceitos e recortam a legislação jurídica vigente a fim de compor, em seus entendimentos, uma definição do que seja o *modo de ser tradicional*, traço cultural que caracteriza essas populações e que lhe conferem uma condição especial. Notoriamente, vemos aqui que os conceitos de *tradição*, *especificidade* cultural e de *território* compõe essa base jurídica e uma retórica discursiva organizada pelos gestores públicos, em relação aos agentes pescadores.

Outro ponto que gostaríamos de destacar da fala da doutora Daniela, diz respeito, justamente, a exortação repetida inúmeras vezes pela gestora sobre necessidade da realização de estudos científicos voltados, exclusivamente para a comprovação dessa *tradicionalidade* pesqueira. Esse tema, ou essa carência de recursos e de competências observadas na esfera pública, de fato, chamou nossa atenção, pois constatamos por meio das pesquisas de campo, que, a quase totalidade dos órgãos e instituições públicas, estudadas dentro do Estado da Paraíba, não dispunham das condições mínimas ou, não se prestavam para realização de estudos dessa natureza. Em outras palavras, a vulnerabilidade social dos pescadores (demonstrada na situação de fragilidade quanto a regularização das moradias na Praia da Penha), estava longe de ser resolvida pelos órgãos públicos e seria totalmente dependente da realização conjunta dos estudos, hipóteses estas que se configuravam como improváveis de serem concretizadas nas instituições estudadas.

Deve-se ressaltar que a *transferência de terras*, como bem apontou Daniela Bandeira, só poderia ser feita após a realização de uma série de estudos multidisciplinares, dentre os quais consta o *Laudo antropológico*⁵⁹, como etapa decisória para a definição sobre quem deve ou não deve receber o “selo científico” da *tradicionalidade*. A este respeito, tocando incisivamente num ponto que dialoga com nosso trabalho antropológico e com suas repercussões legais, devemos ressaltar que, este estudo específico - o chamado Laudo pericial antropológico -, só se completaria e se tornaria produtora, na visão da gestora, se contasse com a devida cooperação complementar de outros estudos científicos, eminentemente históricos, geográficos, ecológicos, ambientais e biológicos. Dessa maneira, podemos indicar que essa “amalgama” de saberes e de cooperações institucionais (condicionantes para resolução dos conflitos que envolvem os pescadores) dificilmente seria efetivada no contexto regional analisado, restando novamente aos pescadores somente o caminho das lutas sociais e resistências coletivas.

Na expressão da gestora fica também flagrante a precariedade da situação enfrentada pelos pescadores e órgãos públicos no desenrolar desses estudos. Segundo Daniela Bandeira:

Para efetivar a transferência de terras para cada uma das famílias pesqueiras nós temos que realizar um estudo que nunca foi feito antes. Desse estudo sai uma lista de famílias beneficiadas. Ai sim, sai a transferência. A gente tentou estabelecer contato com outras instituições, com um grupo de professores lá da medicina da UFPB. Nós tentamos estabelecer parcerias com várias instituições públicas, prefeitura, universidades para viabilizar os estudos e tentar chamar as outras áreas que deveriam participar desses levantamentos. A gente sabe que para comprovar, para atestar que essas comunidades são tradicionais, precisamos de estudos de outra natureza. Entregamos o caso para uma comissão da UFPB sediada na área da saúde e infelizmente depois de meses de espera eles devolveram o pedido com um parecer estranho, afirmando que eles poderiam realizar sim os estudos, mas somente em parceria com outros departamentos da universidade, o que já dificultava o processo. Mas dizia também, olha só, que estes estudos deveriam ser pagos, com custo estimado inicial de trinta e dois (32) mil reais para o grupo de pesquisadores que organizaria o projeto, você acredita!!! Um grupo de professores assinar

⁵⁹ Os Laudos periciais antropológicos hoje podem ser interpretados como gênero de texto antropológico cuja finalidade principal é estudar, verificar e atestar determinada qualidade ou característica cultural de uma dada população, coletividade ou aglomerado humano. A este respeito conferir coletânea de artigos sobre o tema organizada por João Pacheco de Oliveira, Fabio Mura e Alexandra Barbosa da Silva em 2015, intitulada, *Laudos antropológicos em perspectiva*. Disponível em: https://www.academia.edu/23233561/Jo%C3%A3o_Pacheco_de_Oliveira_et_al._Org._2015_-_Laudos_antropol%C3%B3gicos_em_perspectiva. (Acesso em: 10/03/2016)

um parecer e cobrar por um estudo feito em uma universidade pública!? Eu respondi formalmente que o SPU não poderia pagar ou remunerar agentes externos com transporte de aporte orçamentário para nenhuma instituição ou trabalho prestado fora do órgão. Desfizemos a parceira” (Daniela Bandeira, Superintendente do SPU – Paraíba, 2014)

Em suma, percebemos por meio desse primeiro contato com a esfera institucional paraibana (representada aqui pelo SPU) que a questão territorial relacionada aos pescadores se encontrava, ironicamente, “à deriva”, pois a sua resolução dependia eminentemente, de uma série de estudos e condições políticas e institucionais alheias a esfera de ação política e interferência mais direta por parte dos próprios pescadores.

Como os pescadores poderiam pressionar esses agentes públicos e as universidades a fim de obterem seus estudos? Fica evidente para esta discussão que, os temas da *tradição*, do *território* e das *lutas por reconhecimento* de direitos sociais, voltam à “cena” como pontos fundamentais para que possamos compreender como estes atores variados interagem numa rede de relações sociais mais ampla e atualizada, e, sobretudo tornar-se-á evidente, com a apresentação dos relatos dos encontros temáticos⁶⁰, como os pescadores lutam para suplantam esse quadro de morosidade e desarticulações institucionais existente entre os órgãos estatais citados anteriormente.

Esperamos, sinceramente, ao final desses estudos, que essas reflexões possam construir um conhecimento científico social dessas populações e que possam servir de subsídios teóricos para responder as demandas pesqueiras, ajudando, portanto, a sanar um quadro que julgamos de graves injustiças sociais presente na sociedade brasileira.

Concluindo os comentários sobre este primeiro contato institucional que tivemos no SPU, devemos lembrar que o foco dessas reflexões deveria responder, efetivamente, a seguinte indagação: como as instituições e seus agentes públicos agem em relação as populações pesqueiras?

Nesse sentido, podemos agora afirmar, que no intervalo de realização da pesquisa com os órgãos públicos (2014-2015) as ações de regularização fundiária, que garantiriam

⁶⁰ Nas reuniões da *Campanha Nacional Pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras* os pescadores afirmaram repetidas vezes que “uma coisa deve ficar clara para todos nós, não podemos esperar pela aprovação do projeto de lei para lutar por nossos territórios pesqueiros, temos que intensificar a mobilização para forçar os governos e assegurar a permanência dos pescadores e pescadoras em seus territórios tradicionais.” (Pescadores em Assembleia, Reunião de Avaliação da Campanha, 2013)

os direitos territoriais e indicariam o reconhecimento social de uma identidade específica, não estavam sendo implementadas como esperado pelos pescadores. Os principais entraves são, por um lado, a inexistência de estudos que qualifiquem, diferenciem e reconheçam esses grupos como comunidades tradicionais, e, por outro, a própria desarticulação dos setores públicos. Vale dizer, que é notória a falta de “vontade política” dos agentes públicos envolvidos, e que, nos contextos analisados, estes mesmos se vêm “paralisados” tanto pela carência de recursos humanos, como pela desarticulação comunicativa entre instituições públicas.

Veremos a seguir como essa desarticulação entre órgãos gestores, literalmente, emperra e dificulta, sensivelmente, a garantia dos direitos previstos na lei. Resta à academia e aos acadêmicos “orgânicos” mais “engajados” com as causas de resolução de injustiças sociais, gerar estes subsídios, aumentar o número e a qualidade destes estudos, e ainda, incentivar que certos setores da administração pública se mobilizem, e implementem de fato as devidas ações jurídicas e administrativas que visam garantir direitos tão básicos, como o direito fundamental à terra e o acesso livre aos recursos naturais, que estes grupos tradicionalmente utilizam na sua reprodução física, cultural e econômica.

4.2.2) Entrevista com a responsável pelo projeto Orla no SPU na Paraíba

No ano seguinte, em abril de 2015, contatamos mais uma vez o citado órgão e agendamos uma entrevista com Sandra Maria de Freitas Figueiredo, responsável direta pelas ações de gerenciamento do Projeto Orla⁶¹, que, como já foi informado, coordena as ações de ordenamento, desenvolvimento e preservação da faixa costeira nas esferas da

⁶¹ O Projeto Orla é um projeto desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Planejamento e Gestão, através da Secretaria de Patrimônio da União, que tem como finalidade elaborar e implementar um Plano de Gestão Integrada (PGI) da Orla dos Municípios brasileiros localizados nas orlas marítima e fluvial. O PGI é construído por representantes do setor público e da sociedade civil local, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável desses municípios, que combine oportunidades de geração de trabalho e renda e desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente e utilização adequada do patrimônio público. Disponível em <http://patrimoniode todos.gov.br/gerencias-regionais/spu-pb/projetos-e-aco es/projeto-orla>

administração pública dos bens imóveis da União. Desse contato selecionamos a seguinte conversa:

Gustavo: Como se organizam as ações do SPU, especificamente do Projeto Orla com relação à vida dos pescadores do Jacarapé?

Sandra: A nossa legislação sobre regimes de ocupação em terras da União tem uma defasagem muito grande em relação à realidade. Não temos muitas diretrizes na lei para nos guiar na ação efetiva. Cada caso deve ser olhado de uma vez. O posicionamento geral do SPU é ficar a favor dos pequenos, ter cuidado com os mais carentes. Para isso fizemos um plano de gestão integrada da orla. Precisamos saber quem são realmente os pescadores, pois muitas vezes essas pessoas são “travestidas” de pescador para ganhar seus benefícios. Nós já “ajustamos” acordos com os pescadores sobre as caiçaras. Eles concordaram que só caiçaras (casas e construções destinadas para acondicionar os instrumentos de trabalho usado na pesca, grifo nosso) podem ficar na praia, senão vira confusão! Mas nós precisamos de mais parceiros para realizar todas essas ações de ordenamento. Em parceria com o IPHAN/PB nós já organizamos um estudo sobre as caiçaras para definir o que era esse tipo de construção. Vimos que ela é super importante para os pescadores, para o trabalho deles. É um tipo de ocupação genuíno. Então decidimos que as caiçaras podem ficar. Mas no Jacarapé a situação ainda está parada. (Sandra M. F. Figueiredo, Coordenadora do Projeto Orla no SPU, 2015)

Novamente percebemos, com clareza, que os principais entraves para as ações de regularização fundiária e ações *de ordenamento* territorial dos pescadores artesanais, no caso específico da Jacarapé, são de natureza institucional e referem-se a falta de gestão integrada – as citadas *parceiras* - entre os diversos órgãos que deveriam atuar para o desenrolar dos processos. Em suma, pode-se deduzir a partir dessas constatações que a falta de estudos científicos, especificamente antropológicos, organizados em instituições públicas, é sem dúvida, um fator decisivo para o não andamento dos processos que garantiriam os *benefícios* territoriais aos pescadores.

Quando a gestora Sandra afirma que, “*nós precisamos de mais parceiros para realizar todas essas ações de ordenamento*”, ela se refere, diretamente, a essa deficiência estabelecida entre os órgãos públicos, que tanto dificulta a resolução de conflitos sociais urgentes. Enfatizamos, novamente, que este problema social dos pescadores – claramente expresso na não garantia de seus direitos territoriais previstos em lei, -, é sensivelmente agravado, com bem aponta a representante do SPU no projeto Orla, pela falta de estudos que atestem a tradição dessas famílias.

Em sequência, não obstante a desarticulação entre as esferas públicas e a falta de estudos científicos sobre o tema, a coordenadora destacou ainda que o histórico de lutas e decisões judiciais envolvendo a comunidade do Jacarapé, dificultava por demais a implementação de ações no presente. Em suas palavras:

Lá já tem decisão judicial tramitada e julgada pra cumprir. Ai o MP (Ministério Público Federal da Paraíba, grifo nosso) fica em cima da gente esperando a execução. A gente tem que cumprir os processos de regularização fundiária em andamento. No Jacarapé já temos duas áreas sinalizadas pela Prefeitura, mas como temos áreas próximas ao Parque ou dentro dele, não podemos atuar sem a participação da SUDEMA. (Sandra M. F. Figueiredo Coordenadora do Projeto Orla no SPU/Paraíba, 2015)

Além das nuances e problemas jurídicos que envolvem as unidades de conservação, a coordenadora atentou para também para dois entraves principais para a provável destinação das terras públicas para os pescadores do Jacarapé. Em partes, o primeiro entrave seria de ordem estritamente geográfica, pois um dos terrenos indicados pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, para o suposto assentamento da “*Vila pesqueira*”, apresentava uma inclinação de nível bastante acentuada, característica morfológica esta que requisitaria, por parte dos órgãos responsáveis, mais e onerosos estudos para verificar a viabilidade daquela área receber com a devida segurança as infraestruturas necessárias para instalação da citada vila.

Já o segundo entrave, recuperado da fala anterior, era eminentemente de ordem política, ou seja, o que “emperrava” o desenrolar desse processo de transferência de terras, era o “jogo de empurra-empurra” que os órgãos públicos envolvidos estavam realizando, ora delegando responsabilidades e atribuições a outros setores da administração pública, ora, simplesmente, omitindo-se de cumprir suas diretrizes estipuladas em lei.

De acordo com a própria representante Sandra, “*os pescadores como comunidade tradicional tem de se organizar para se proteger, se eles não se organizarem ninguém vai ajudar.*” Aproveitando os temas levantados pelo debate continuei questionando a representante sobre como poderíamos nós - sociedade civil organizada e pesquisadores acadêmicos por exemplo - atuar em favor da resolução desses conflitos, donde seguiu-se a seguinte fala:

Gustavo: Mas Sandra, como a gente pode viabilizar esse processo e promover a justiça social nessa situação?

Sandra: Como as pessoas vem que a legislação protege o pescador a gente deve autorizar por meio de ofício a realização de uma pesquisa. A gente deve definir quem são os pescadores ou quem são essas pessoas que devem receber a doação das terras. Dentro do SPU a gente não tem essa competência. Temos que recorrer a outros órgãos. Ai a gente forma, já formou aliás, (referindo-se a uma parceira estabelecida junto ao IPHAN/PB: grifo nosso) uma comissão técnica com diversos profissionais de várias áreas para poder comprovar que essas comunidades são tradicionais. Em 2012 nós fizemos contato com o IFPB, com a UFPB e a SEMAM pedindo apoio institucional, com aporte orçamentário, para a realização desses estudos. O laudo antropológico só serve se for de instituição pública. Por lei a gente tem que regularizar as áreas em favor dos pescadores, esse é nosso modo de agir. (Sandra M. F. Figueiredo, Coordenadora do Projeto Orla no SPU, 2015)

Para concluir então estes comentários sobre os diversos problemas institucionais e exigências jurídicas a serem enfrentados pelos pescadores e pelos gestores do Projeto Orla, devemos ressaltar, desta explanação, primeiro, a notória impossibilidade de “ação” dos órgãos públicos envolvidos (SPU, SUDEMA e Universidade Federal da Paraíba) para realizar tais procedimentos. Como bem apontou dona Sandra “*dentro do SPU a gente não tem essa competência.*” Ou seja, temos neste ponto a “constatação” clara e inequívoca de que esses órgãos gestores e implementadores das leis nada podem fazer sem a devida colaboração de outros setores da administração pública, citando aqui as universidades públicas. Nesse sentido, apresenta-se também, na nossa interpretação, o segundo problema, já recorrente, que “toca” mais diretamente a nossa esfera de ação, a saber, o problema central da pesquisa etnográfica na resolução desses conflitos, como condição necessária para regularizar as terras (territórios de trabalho e vilas pesqueiras) em favor dos pescadores.

Em linhas finais, deve-se ressaltar, já de forma conclusiva, que os Laudos antropológicos, necessários para o ordenamento territorial das populações em questão, só servem se forem emitidos por instituição pública. Desse modo, reconhecemos e atentamos para a centralidade e responsabilidade da academia pública brasileira nestes processos de lutas por direitos sociais, como agentes fundamentais nos processos de reconhecimento de direitos e promoção da justiça social para com estas populações. Sem os devidos estudos acadêmicos (laudos, estudos e etnografias) vemos pela frente um

futuro de instabilidade, insegurança social e desintegração eminente das comunidades pesqueiras.

4.2.3) Entrevista com funcionaria aposentada da SUDEMA dona Veronica: trinta e dois anos de serviços públicos prestados.

Tive a oportunidade de conhecer a senhora Veronica numa reunião promovida pela Superintendência de Administração do Meio Ambiente em parceria com Prefeitura Municipal de João Pessoa, realizada no segundo semestre de 2015, e que foi destinada a apresentar a programação da Semana Náutica na cidade de João Pessoa⁶². Em meio a apresentação das inúmeras atividades de lazer, competição e turismo “sustentável” explanadas pelos agentes governamentais, constava a realização de uma curiosa “corrida de jangadas”, atividade essa que me chamou atenção, pois indicava a participação inusitada dos pescadores artesanais no citado evento de lazer e promoção do turismo na cidade costeira.

Ao final da apresentação tomei a liberdade de contatar dona Veronica para saber como seria organizada a participação dos pescadores no citado “evento de esportes, náuticos e lazer”, da qual colhi os seguintes relatos:

Gustavo: A senhora pode me falar sobre como a SUDEMA pensa e interage com os pescadores no caso desse evento?

Veronica: Olha Gustavo, lidar com pescador é muito difícil Gustavo, muito difícil mesmo. Eu fiz parte do Orla Nacional, da implantação do projeto em escala nacional. São muitas dificuldades. Participei de muitos encontros de gerenciamento costeiro lá em Brasília. Os embargos que vieram de lá para o Complexo Turístico do Cabo Branco complicaram muito a situação dos pescadores lá naquela área. Já são mais de 20 anos de ações atropeladas, uma por cima da outra, acordo para uso e construção, desembargos do IBAMA, olha uma bagunça! O Centro de Convenções é o fim da história. Teve muita mata atlântica derrubada, uma ação de compensação aqui, outra ali, mas no fundo eu acho que todo mundo sai perdendo. (Sra. Veronica, funcionaria aposentada da SEMAM/Paraíba, 2015)

⁶² Sobre este tema conferir o sitio eletrônico https://www.sympla.com.br/ii-semana-nautica-da-paraiba_24049. (Acesso em: 10/10/2015)

De início, a respeito dessa interessante impressão emitida pela funcionária aposentada, podemos ressaltar o posicionamento diferenciado deste setor “ambiental” da administração pública paraibana que nos pareceu, à primeira vista, bastante apartada do diálogo com as populações pesqueiras. De forma geral percebemos durante nossa entrevista que os setores responsáveis pelo “meio ambiente” tratavam as questões sociais, que envolviam populações humanas em áreas unidades de proteção ambiental, usando o “velho” chavão conservacionista, que considera a retirada de populações humanas destas áreas, como uma saída primeira e mais eficiente para a resolução dos conflitos de uso. Basicamente, dentro dessa visão, se existirem populações humanas ocupando terras destinadas a preservação integral, como no caso dos citados parques do Jacarapé e Aratu (áreas contíguas a comunidade do Jacarapé), a saída legal e estabilizadora da ordem, segundo os representantes desse órgão, seria resumida a tarefa de desocupar tais áreas, seguindo, portanto, à risca, o que determinam os decretos de criação do Parque e os Atos do Poder Legislativo.

Após essa conversa inicial percebemos então a “riqueza” dos conflitos que poderíamos encontrar em mais esse campo multisituado e partimos, assim, para outras conversas agendadas com essa representante. Dessa maneira, fomos a campo e obtivemos junto da citada funcionária uma valiosa entrevista na qual ela conta sua trajetória pessoal naquele setor da administração pública. Dona Veronica iniciou sua fala ressaltando que já trabalhava naquela área de estudos de gerenciamento costeiro há pelo menos trinta e dois (32) anos, e que esta experiência lhe conferia muitos “subsídios” e conhecimentos de causa, para tratar do assunto.

Dentre as muitas atividades recordadas do seu tempo mais ativo nas ações fora do gabinete, ela destacou o seu acompanhamento pessoal nos longos processos jurídicos e administrativos e burocráticos para a elaboração do Projeto Orla Nacional, toda as discussões que envolviam as ações jurídicas, os diversos embargos de obra nos arredores do bairro Jacarapé e muitas medidas compensatórias para instalação do Complexo Turístico Cabo Branco. Dentre todas estas medidas a delimitação do Parque Estadual do Jacarapé foi ressaltada como uma ação que interferiu decididamente na legislação recente de uso e ocupação do solo naquela região.

Ou seja, dona Veronica ia se constituindo como uma informante *sui generis* para nossos estudos, pois, a partir de sua visão institucional, poderíamos recompor e entender

melhor os variados processos políticos e administrativos nos quais os pescadores foram sendo incluídos, sobremaneira, poderíamos observar os aspectos vinculados a dinâmica dos embates jurídicos e conflitos de interesse impostos pelos órgãos governamentais. A citada funcionaria poderia, assim, ser considerada como uma exemplar representante e conhecedora dos tramites da burocracia estatal, que viu passar décadas de ações governamentais, muitas dessas desconexas e sem continuidade em seus propósitos, como ela mesmo conta.

Percebemos, com clareza, que os posicionamentos e as opiniões oferecidas pela ambientalista, eram formadas dentro de uma lógica de ação pragmática pautada na lei, ainda que essas mesmas leis não correspondessem às incongruências sociais que ela mesmo apontara nos campos. Nesse sentido, Dona Veronica ressaltou, em períodos posteriores, a criação de uma Comissão Estadual de Gerenciamento Costeiro (2003), instituída por meio decreto (Lei n. 7.507), que basicamente dava apoio às ações de gerenciamento costeiro promovidas pelo governo do Estado. Nesse ato os órgãos especialmente envolvidos são novamente SPU, SUDEMA e por vezes, quando necessário, o Ministério Público Federal da Paraíba. Dessa maneira, e tendo em vista nossa ultimas considerações sobre a desconexão entre órgãos públicos da Paraíba, já podíamos vislumbrar, de pronto, os impasses interinstitucionais que iam se configurando ao redor das ações ambientais encaminhadas pela SUDEMA. Mesmo embasadas em leis, em trabalhos dedicados de equipes e em esforços pessoais, as ações de gerenciamento costeiro propostas pelo órgão ambiental viam-se, em suas palavras, “engessadas pela burocracia”.

Dessa retrospectiva, de mais de trinta anos de carreira, ela deu especial atenção para o período entre 1980 e 1992, quando acompanhava pessoalmente as ações de fiscalização e estudos no litoral sul do Estado. A fim de contextualizar e caracterizar a natureza “participativa” de seus trabalhos naquela região que englobava a “*distante*” praia do Jacarapé, dona Veronica afirmava que, “*lá pelos idos de 1986*” já realizava as coletas de amostras de água do mar, a fim de avaliar a balneabilidade na citada praia, em suas palavras:

Até o final dos oitenta não havia habitações no Jacarapé” Nosso trabalho era tudo por estrada de terra do Cabo Branco, de Tambaú pra lá era tudo terra. Depois trilha. Tinha que entrar numa fazenda lá perto de onde hoje é a EMEPA (Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba localizada as margens da PB 008: grifo nosso) , a gente tinha

a chave do cadeado da porteira, abria e passava de trilha até a desembocadura do rio Jacarapé.” (Sra. Veronica, funcionaria aposentada da SUDEMA-PB)

Com relação a ocupação da praia do Jacarapé, na atualidade dos fatos, ela alega, taxativamente, que os moradores ou pescadores, que hoje lá habitam, não deveriam ter acesso aquelas áreas pois, segundo sua concepção, aquela área era uma ocupação recente:

Eles invadiram aquelas terras depois que souberam da criação do parque e depois da instalação da PB 008. A forma da ocupação lá foi recente e já com interesses espúrios, eles estavam ocupando áreas públicas com a finalidade de no futuro conseguirem o papel, é a indústria da invasão! (Sra.Veronica, funcionaria aposentada da Sudema/PB)

Seguindo na sua visão legalista, dona Veronica ressaltou por diversas vezes que agia também motivada pela noção de cidadania e como pagadora de impostos e agente de um órgão público, que funciona com dinheiro público, deveria ver as leis se cumprirem, ou seja, ela deveria, por princípios e “morais e éticos”, ser contra esse tipo de ocupação. Em suas palavras:

Eu não posso proteger invasor, tem que ver os cadastros de pagamento de benefícios do Seguros Desempregos destas pessoas para ver como esse povo invadiu tudo e depois acha que vai receber uma casa do governo. Esse é o meu pensamento enquanto cidadão que está vendo nosso dinheiro de imposto indo pelo ralo, óh! E depois vem aqui os antropólogos dizer que eles têm direito a terra, eu boto eles tudo pra correr! (risos) Esses estudos bota tudo a perder (referindo-se aos estudos antropológicos: grifo nosso) , é tudo a mesma coisa, a mesma história, com os índios, os território de quilombola, eles emperram toda a demarcação por causa desse direito de terra, por causa da tradição, mas quem prova essa tradição, eles ? Eu é que não sou! Aqui não! O canto do grilo aqui é diferente! ” (Dona Veronica, funcionaria aposentada da SUDEMA-PB)

A interpretação e caracterização dos pescadores a ser ressaltada dessas duas passagens, diz respeito a forma como a citada agente considera a presença dos pescadores naquela área. O que temos aqui, além da explícita e alarmante visão preconceituosa acerca dos outros campos do saber, envolvidos nos estudos socioambientais, é um verdadeiro quadro de *geografia da controvérsia*, como nos termos propostos por Latour (2007), no qual a agente pública questiona incisivamente a tradicionalidade daquelas pessoas,

associando-a diretamente ao tempo de permanência, ou, de ocupação naquelas áreas. Isto é, em sua concepção restrita a tradição da pesca artesanal deve ser atestada e confirmada por um fator temporal de permanência em determinado espaço, e não por meio das próprias relações sociais, culturais e conhecimentos que estes grupos estabelecem e constroem com o meio ambiente e a sociedade ao seu redor.

Nessa perspectiva, temos necessariamente os territórios atrelados aos povos e a permanência num local definido, não cabendo analisar as mudanças sociais, as mobilidades ou migrações que estes grupos realizam, justamente, para continuarem exercendo sua atividade ancestral.

Ainda que possamos admitir que nesses processos de ocupação das praias algumas pessoas ou famílias se aproveitem para fixar residências em áreas “irregulares”, sem estarem envolvidos com o trabalho da pesca artesanal (comerciantes por exemplo), o fato, deve-se reiterar, é que estes pescadores do Jacarapé, já haviam migrado de outras localidades e eram, portanto, desterrados em suas próprias terras (HOLLANDA, 1995). Eram, portanto, populações desterritorializadas pelas mudanças econômicas da urbanidade e, logo, não poderiam ser considerados *invasores*, como afirmara dona Veronica, mas sim, deveriam ser consideradas pessoas portadoras de uma tradição, em transito pela costa nordestina.

Ressalto aqui, como propôs Latour (2007), que não pretendemos nesta discussão defender ou tomar partido desta ou daquela visão institucional, mas apenas pretendemos evidenciar essa dinâmica, ou a *geografia da controvérsia* na qual certos órgãos e instituições, ora interpretam os pescadores como invasores e, ora os consideram como grupos portadores de uma especificidade cultural. Ou seja, parece-nos plausível afirmar, ao final destes apontamentos, que no contexto paraibano as instituições, cada uma delas, “pensavam” os pescadores e seus territórios de forma particularizada, ora, seguindo os ditames da lei, como nos casos analisados do SPU, ora, seguindo uma visão estritamente conservacionista, como atestamos nos relatos da SEMAM.

É claro que não poderíamos deixar de comentar a visão distorcida e, ao mínimo, preocupante, emitida pela gestora, quando considera a atuação dos antropólogos como desastrosa e problemática no que diz respeito à vigilância com o meio ambiente e aos diretos observados na lei. Ao afirmar que os estudos antropológicos “*botam tudo a perder*”, vemos com nitidez, que a visão dominante nesses órgãos “ambientais” estava

pautada ainda, firmemente, por parâmetros conservacionistas que nada ajudam na resolução dos conflitos atuais, camuflando erroneamente pescadores como *invasores* e confundindo os agentes realmente impactantes da biota local - os grandes empreendimentos governamentais - com a atuação e presença dos pescadores, que, notoriamente, contribuíram para o equilíbrio e preservação daquela faixa costeira.

Posteriormente durante o trecho derradeiro de nossa conversa percebi que o grande conflito, a ser destacado pela aposentada, em forma de desabafo, não estava relacionado diretamente às populações tradicionais, ou, “aos mais pobres”, como ela dizia. O grande conflito, no caso da gestão da costa do Brasil, estava circunscrito ao choque de interesses entre órgãos públicos com políticas e programas de governo totalmente descontraídos. Em sua expressão:

O problema todo é de gestão, é problema de gestão naquele ano, naquele governo “x” que bota tudo a perder, todo trabalho de anos que depois é jogado fora, é uma desarticulação total entre o município, Estado e Governo Federal. Deveria haver mais cooperação como prevê a Comissão Estadual de Gerenciamento Costeiro, mas não existe. Fica cada órgão com sua competência e deveria ser uma ação conjunta. Imagina só, tem estudo, tem projeto pra tudo nessa área de costeira. O caso das caixas foi tudo estudado para o Brasil inteiro, estado por estado, lá em Brasília eu acompanhei. O caso dos pescadores em Unidades de Conservação, foi estudado pro Brasil todo, as soluções, tudo documentado. Agora o caso das Eólicas, o problema sempre é o gestor do momento. Se eles seguissem a lei corretamente e tivesse cooperação tudo se resolveria. (Dona Veronica, funcionaria aposentada da SUDEMA-PB)

Finalmente, e considerando as repetidas alegações de desarticulação e ingerência governamentais presentes nos variados órgão públicos, gostaríamos de expor que o panorama atual da gestão pública desses conflitos, observado nos anos de 2015 e 2016, é ainda caracterizado como um quadro de verdadeira “penúria” e embates sucessivos entre os órgãos estatais. Na fala da gerente:

Tudo que tinha sido feito e aprovado nas gestões anteriores está sendo desfeito e jogado no lixo, à revelia dos comitês gestores. Toda aproximação que a gente ganhou com a sociedade, o orçamento participativo e as parceiras desenvolvidas nos últimos anos, todas essas parceiras foram jogadas fora. O prefeito (Luciano Cartaxo, grifo nosso) vai precisar levar uma chamada do MP (Ministério Público Federal:

grifo nosso) pra acordar!” (Dona Veronica, funcionaria aposentada da SUDEMA-PB)

Em suma, pode-se dizer, sem dúvida alguma, que a situação sócio-ambiental e política enfrentada pelos pescadores era caracterizada pelo total descaso por parte das autoridades locais. Vale lembrar que essa condição se agravava no decorrer dos últimos anos da pesquisa devido ao acirramento da crise econômica e política que aflige o país até o momento de conclusão dessa pesquisa.

Por fim, concluímos que esse cenário político-administrativo e alguns entendimentos - emitidos por agentes públicos - sobre as culturas pesqueiras, inviabilizavam e desestabilizavam ainda mais as esperadas ações públicas em favor desses grupos. Infelizmente os territórios pesqueiros estavam, nesses contextos históricos analisados, cada vez mais distantes de serem legalizados, ou sequer estudados. A terra firme dos territórios tradicionais pesqueiros, partilhada pelos trabalhos ancestrais e humanizado pela vida social pesqueira, infelizmente, estava cada vez mais longe de ser avistada.

4.3) Relatos da Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura da Paraíba (SFP)

Inicialmente devemos contextualizar as funções e atribuições da Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura da Paraíba (SFP), órgão que era sediado no Município de Cabedelo e subordinando ao Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), que, por sua vez, foi extinto em 02 de outubro de 2015. Usamos o verbo sediar no tempo passado – sediado - para ressaltar que esta Superintendência da Pesca, por conta das políticas de “enxugue” da máquina admirativa pública, foi também extinta ao final do mesmo ano, e, posteriormente, teve parte de seus quadros pessoais e atribuições administrativas fundidos junto ao Ministério da Agricultura.

Naquele momento da pesquisa, vale dizer, mais precisamente em junho de 2015, a Superintendência Federal da Pesca do Estado da Paraíba era o organismo gestor responsável por comandar e implementar as políticas públicas de organização e

desenvolvimento da atividade pesqueira no citado estado da Federação. Uma das ações mais evidenciadas pelos entrevistados - engenheiros de pesca e demais funcionários do órgão -, era a instalação, em andamento, de um Porto pesqueiro e Câmara frigorífica que compunham o *Entrepasto de Pescado*⁶³, equipamento público especialmente construído para o recebimento e acondicionamento dos pescados capturados naquela região da costa brasileira. Esse *Entrepasto* permitiria assim, que boa parte da produção industrial de pescado pudesse ser aglomerada e beneficiada dentro do Porto de Cabedelo⁶⁴. A respeito deste ponto, vale lembrar, que a área de abrangência do citado porto poderia atrair e receber a produção de pescadores que circulavam pelos mares do litoral norte do Brasil, desde a faixa costeira do estado do Ceará e Rio Grande do Norte, e indo até os estados do litoral ao Sul, como Alagoas e Pernambuco. Sabidamente as rotas de navegação utilizadas pelos barcos de pesca industrial, que deslizam sobre águas profundas do mar de “fora”, passam relativamente “próximas” a costa oriental Paraibana, fato este que fazia deste porto um “ponto” estratégico, bem localizado, a “meia” distância entre as faixas costeiras dos citados estados tradicionalmente produtores de pescado.

A seguir vemos nas figuras (54 e 55) parte da infraestrutura construída para o recebimento do produto do trabalho exercido nos mares orientais da costa brasileira:

⁶³ A instalação do Entrepasto de Pescados de Cabedelo faz parte de um projeto maior de desenvolvimento da pesca em sua modalidade industrial. Segundo informações do extinto MPA esse órgão criou também no ano de 2004, uma política voltada para instalação de Terminais Pesqueiros Públicos (TPPs) que são estruturas destinadas desde a recepção do pescado até a sua distribuição para o mercado, com menos desperdícios e mais qualidade de produtos para os consumidores. Alguns importantes terminais já estão em operação, como no caso de: Santos (SP), Cananéia (SP), o de Laguna (SC), Camocim (CE) e Vitória (ES). Já os de Santana (AP), Cabedelo (PB), Salvador (BA), Ilhéus (BA) e Niterói (RJ) estão funcionando em esquema pré-operacional. Fonte: <http://www.mpa.gov.br/pesca>. Publicado: Quarta, 11 de Junho de 2014, 17h49 | Última atualização em Quarta, 08 de Outubro de 2014, 18h03

⁶⁴ Sobre o Porto de Cabedelo, localização e função estratégica no PAC PB, cf em <http://www.portodecabedelo.com.br/>



(Figura 54. Aspecto do entreposto de pescado construído no porto de cabedelo - Acervo do autor)



(Figura 55. Aspecto do entreposto de pescado construído no Porto de Cabedelo, com embarcação industrial atracada e caminhão ao fundo - Acervo do autor).

Nas fotos anteriormente expostas podemos ver o detalhe da estrutura do píer do *Entrepasto de Pescado de Cabedelo* que foi construído especialmente em nível mais baixo em relação à altura predominante do píer de Cabedelo. Essa arquitetura visou adequar as estruturas de recebimento e transporte da produção pesqueira⁶⁵ do *Entrepasto* ao calado das embarcações de médio porte como salientado na imagem acima. Ali retratamos um barco de pesca industrial⁶⁶ (Alemão P1), de porte médio, com capacidade para até 10 tripulantes, que incluíam a bordo mestres, contramestres, cozinheiro, gelador, mecânico e pescadores.

Na modalidade de pesca industrial, basicamente, um barco leva, em média, até dez (10) tripulantes, e pode carregar entre vinte (20) e sessenta (60) toneladas de carga, contabilizando-se aí o gelo como massa fundamental da carga total, elemento fundamental para a conservação do pescado com a devida qualidade. O estudante Inocêncio Avelino de Padilha (UFPB, Engenharia de Produção) que acompanhou parte de nossos campos, lembrou que bem que “a câmara frigorífica, a elétrica, pode ‘queimar’ o peixe de tanto frio, o bom mesmo é gelo, que conserva sem queimar e mantém o valor do produto”.

É importante lembrar que toda essa infraestrutura estava sendo montada em função da pesca industrial, não tendo estes investimentos nenhuma relação com os

⁶⁵ Segundo estimativa fornecida pelo estudante Inocêncio Avelino Padilha, o Entrepasto de Cabedelo recebe por mês cerca de vinte (20) barcos industriais de pesca oceânica, realizada fora da plataforma continental e, cinco (5) barcos pequenos de pesca costeira. Juntos eles descarregam entre quarenta e cinco (45) e cinquenta (50) toneladas de peixe por mês. Naquele mês, sua contagem tinha contabilizado 48 toneladas de pescado. Cada barco industrial, no caso os maiores, pode levar até sessenta (60) toneladas de carga, e os menores vinte (20) toneladas. Já os barcos, pequenos mesmo, de até vinte metros de comprimento, os barcos da pesca artesanal, levam até 1 tonelada de carga.

⁶⁶ A modalidade de pesca industrial é definida pelo Ministério da Pesca da seguinte forma: *Quando se fala em pesca industrial, logo se pensa em pesca em grande escala. Por isso, essa modalidade utiliza embarcações de médio e grande porte, exige infraestrutura portuária apropriada para o desembarque dos peixes e a relação de trabalho dos pescadores acontece por meio de vínculo empregatício com o responsável pela embarcação. Para a realização desta atividade que tem como objetivo a captura de grande número de pescado é necessário o uso de tecnologia sofisticada, diferente da pesca artesanal que é baseada em simplicidade. O segmento da pesca industrial é exclusivamente voltado para fins comerciais e representa grande relevância social e econômica para o Brasil. Trata-se de uma atividade de base, fornecedora de matéria-prima para as grandes indústrias de centros de distribuição de alimentos. A pesca industrial no Brasil é composta por cerca de 1.600 embarcações (de acordo com o Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira – SisRGP) e envolve cerca de nove mil trabalhadores dentro destas embarcações.* (Fonte: Publicado: Quarta, 11 de Junho de 2014, 19h07 | Última atualização em Segunda, 03 de Novembro de 2014, 18h02)

produtores artesanais de pescado, que pouco se beneficiavam das benfeitorias públicas naquele porto. Esse fato, por si só, já indicaria a situação de abandono governamental pela qual estavam submetidos os pescadores artesanais no contexto da Paraíba. Ademais, para confirmar esse cenário social, notamos durante a realização desses campos que alguns pescadores artesanais, moradores do entorno do porto, tinham se “deslocado” para os subempregos paralelos de carregadores e desembarcadores de pescado que chegavam semanalmente nas grandes embarcações de pesca industrial, alegando que nessas atividades ou ocupações encontravam mais segurança de renda do que na atividade da pesca artesanal.

Na verdade, se observarmos mais atentamente a porção do porto destinada ao desembarque dos pescadores artesanais - o chamado “pier flutuante” -, localizado bem ao lado do citado *Entrepasto de Pescado*, concluiremos que as infraestruturas materiais disponibilizadas para a produção artesanal pesqueira, naquele contexto, eram as mínimas possíveis e, no que pese dizer, encontravam-se em situação de total abandono. Essa condição de precariedade, veremos a seguir, se agravou no decorrer de 2015 e se intensificou, no início de 2016 - com o eminente corte no subsídio do óleo Diesel, - que acabou por inviabilizar, economicamente, os desembarques naquele “pier”.



(Figura 56. Aspecto do *Pier Flutuante* acoplado ao Entrepasto de Pescado – acervo do autor)

A infraestrutura construída para os pescadores artesanais de Cabedelo e regiões vizinhas resumia-se ao “Pier” que vimos na figura anterior. As condições de conservação e manutenção da plataforma flutuante, em notório estado de decomposição, atestavam o descaso e falta de investimentos e de reconhecimento da produção pesqueira artesanal, como importante “fatia” da produção local.

Ou seja, as prioridades de ação e de investimentos desse setor da administração pública estadual, estranhamente, não envolviam nem consideravam a pesca artesanal como fontes de produção importantes em suas planilhas e estratégias de ação, muito embora, os *dados oficiais*⁶⁷ e a impressão de todos aqueles funcionários indicassem que a produção da pesca artesanal correspondia a cerca de 50 % da produção total de pescados no Brasil. Os pescadores organizados do *Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil*, que construíram e encabeçaram a *Campanha Nacional Pela Regularização dos Territórios Pesqueiro*, estimam que cerca de 70% da produção total de pescados no Brasil é decorrente da pesca artesanal (Cartilha Projeto de Lei de Iniciativa Popular sobre Território Pesqueiro, 2013).

Uma das pessoas que mais nos ajudou a compor essa percepção mais realista sobre o abandono governamental da pesca artesanal no estado da Paraíba foi o próprio superintendente do órgão (SPF na Paraíba). Segundo o Superintendente Luiz Gonzaga Junior, chefe da pasta naquele período:

A nossa gestão está toda voltada para o Plano Safra e para os programas de linha de crédito que o governo tem oferecido, mas tem tanta burocracia, mas tanta, que ninguém consegue o dinheiro. O PRONATEC⁶⁸ (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, grifo nosso) deu uma ajuda importante, mas o pescador

⁶⁷ Em relação aos montantes de produção de pescado provenientes da pesca artesanal, os pescadores artesanais (através dos manifestos emitidos pelos movimentos sociais da categoria) são taxativos ao afirmar que nos estados do Nordeste brasileiro a produção pesqueira artesanal estimada corresponde a cerca de 60% do montante total da produção atual. Segundo o próprio MPA “*estima-se que existem hoje no Brasil quase um milhão de pescadores artesanais. Sendo assim, uma das atividades de maior impacto social e econômico no Brasil que usufrui da grande extensão litorânea e da biodiversidade pesqueira nas 12 grandes bacias hidrográficas brasileiras. Aproximadamente 45% de toda a produção anual de pescado desembarcada são oriundas da pesca artesanal.* Fonte: (Publicado: Quarta, 11 de Junho de 2014, 17h49 | Última atualização em Quarta, 08 de Outubro de 2014, 18h03)

⁶⁸ Com relação as ações que foram implementadas pelo PRONATEC na Paraíba podemos destacar o *Projeto Rede de Saberes*, o Programa Pescando Letras e os demais projetos de alfabetização que se mostram fundamentais na melhoria da qualidade de vida dessas populações que notoriamente e historicamente não dispunham de educação formal em suas localidades.

precisa de dinheiro! (Luiz Gonzaga F. Junior, Superintendente Federal da Pesca na Paraíba, 2015)

Sr. Gonzaga, como era chamado pelos seus companheiros de trabalho, pronunciou em tom semelhante ao de um discurso político, a seguinte fala que compunha seus argumentos:

Minha gestão foi responsável pela alfabetização de mais de cinco (5) mil pessoas, pescadores e outros membros do grupo familiar, nós fomos responsáveis pela qualificação de mais de doze (12) mil pessoas, somente nos dois últimos anos, teve muito trabalho, mas nós ainda temos muito pela frente, a situação dos pescadores não tá nada boa! Tem muita gente passando necessidade. (Luiz Gonzaga F. Junior, Superintendente Federal da Pesca na Paraíba, 2015)

Apesar de sua notável administração pública, como descrita no discurso anterior, notamos, mais uma vez, um “ar” de real descontentamento com relação a situação socioeconômica dos pescadores em geral. Na sua percepção dos processos sociais e econômicos em andamento, e numa espécie de presságio do que estava por ocorrer - o desmantelamento súbito do Ministério da Pesca -, tínhamos com clareza, os indicativos de que as condições de vida e de trabalho dos pescadores estavam cada vez mais periclitantes, em suas palavras, “*a maré econômica e política está de novo virando contra os pescadores*”.

A partir deste relato podemos afirmar que os principais problemas apontados por este importante ator social, no que diz respeito a produção pesqueira artesanal e industrial na atualidade, se relacionam, primeiro: (1) a poluição progressiva dos mares, atestada por pescadores e demais trabalhadores do mar das duas categorias profissionais, (2) a consequente escassez de espécies de pescado, proveniente principalmente da sobre pesca de certos tipos de espécies mais comercialmente aceitas e valorizadas, sobretudo espécies de Atuns (*Thunnus thunnus*⁶⁹), a Sardinha-verdadeira (*Sardinella brasiliensis*), e Tainha (*Mugil liza*), capturadas pelas frota de cerco e as Corvinas (*Micropogonias furnieri*)

⁶⁹ O Atum-Azul é considerado o peixe mais valioso dos mares. Chega a pesar 700 kg e pode superar os 4,5 metros de comprimento. Sua carne é de excelente qualidade. No Japão, país tradicionalmente organizador da pesca desta espécie, seus preços variam entre 10 e 20 dólares por quilo. Alimenta-se de peixes menores, crustáceos e lulas. É pescado de novembro a março em todo o litoral brasileiro, especialmente naqueles onde o litoral apresenta águas profundas. O recorde de pesca é de 636 kg. (BINI, 2014, p. 114). Fonte: BINI, Etson. Peixes do Mar, espécies do Brasil. 1ª Edição. Homem-Pássaro Publicações. Florianópolis, 2014.

pescadas pelas frotas de emalhe e de arrasto, e (3) ainda, a notória e inquestionável dificuldade de obtenção de créditos enfrentada pelos agentes pescadores no contexto da econômico da crise. Em seu relato:

Aqui na SPF a gente tem muitas dificuldades burocráticas para dar créditos aos pescadores, o dinheiro existe, mas é uma deficiência muito grande em relação aos bancos, as instituições de crédito que o governo disponibiliza para os pescadores. Essa situação vem se arrastando a algum tempo. Eu conheço bem essa agonia! Como você pode pedir fiador a um pescador, garantia de crédito, como veículos, barcos, motos ou outros bens? Muitos pescadores, a gente sabe, não tem esses bens. Hoje em dia é muito difícil conseguir um fiador para esse povo, pescador tá muito desacreditado! (Luiz Gonzaga F. Junior, Superintendente Federal da Pesca na Paraíba, 2015)

Em síntese, temos aqui a reafirmação e confirmação de um problema social e econômico já amplamente apontado nos relatos dos pescadores da Penha e Jacarapé, problema este, que foi bem resumido pelo gestor na afirmação da falta de crédito e na inexistência de linhas de financiamento da produção pesqueira, mais específicas para o perfil sócio econômico desses agentes. Basicamente, conforme relatos dos próprios funcionários deste órgão, todos os investimentos governamentais, como a montagem do *Entrepasto*, os subsídios para o óleo diesel (usado como combustível nas embarcações) e demais infraestruturas e políticas públicas, estavam voltados, sobremaneira, para o incremento da pesca industrial. As demais ações governamentais voltadas para os pescadores artesanais como as políticas educacionais instituídas no *Pescando Letras*, no *Pronatec Pesca e Aquicultura*, e os auxílios presentes nos *Projetos de Apoio a Pequenos Empreendimentos na Pesca Artesanal*, não promoveram e nem alavancaram a esperada melhoria qualidade de vida destes grupos.

Na visão geral desses agentes, poder-se-ia dizer que, de fato, estávamos observando retrocessos sociais evidentes para estas populações, cujo melhor exemplo seria o corte do benefício Seguro-Defeso que ocorreria ao final daquele ano. Em sua percepção, enquanto agente estatal, “o governo federal impõe tantas, mas tantas burocracias para liberar o crédito dos pescadores, que muitos nunca conseguem ver a cor do dinheiro” (Seu Gonzaga, Superintendente Federal da Pesca na Paraíba, 2015)

Em contatos telefônicos, posteriormente realizados no início de 2016, tentei estabelecer novas conversas com os representantes daquela área a fim de saber “as quantas” andava o porto pesqueiro, e principalmente, gostaria de verificar se as condições de trabalho haviam mudado após extinção do Ministério da Pesca e Aquicultura. Procurei contatar toda minha lista de informantes que contava com o número de cinco (5) agentes do órgão, Superintendente e Vice, Engenheiro, Secretária e demais funcionários, todavia, não obtive sucesso algum nas primeiras tentativas, pois todos os telefones, cargos e muitas informações antes disponibilizadas no site do Ministério da Pesca e Aquicultura haviam simplesmente “desaparecido” da internet. Na página ou web-site referente ao órgão constava a mensagem automática, “*Could Not Connect*”, que significava, literalmente, que não era possível conectar-se ao host do servidor solicitado.

A única pessoa com a qual consegui retornar os contatos foi Inocêncio, que manteve seu número de celular ativo e estava ainda realizando um importante trabalho de mediação entre empresas compradoras de pescado e os barcos que atracavam semanalmente no porto de Cabedelo. Ele era um dos responsáveis pela organização e contabilização destes descarregamentos semanais de pescado no porto e também estudava a modalidade da pesca industrial sob a ótica da engenharia de produção na Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Em entrevista telefônica, concedida cordialmente pelo estudante, fui informado, enfaticamente, sobre a dissolução dos quadros que estava procurando, já que havia sido extinto o Ministério da Pesca. Meu “antigo” informante dizia taxativamente:

Gustavo o Ministério da Pesca acabou, ficou ainda mais difícil trabalhar com a pesca aqui na Paraíba. O Kleiber (engenheiro de pesca: grifo nosso), nosso amigo, foi para a Agricultura, a Silvia (secretária: grifo nosso), o Deilton vice superintendente e o Gonzaga, foi todo mundo pra lá (Inocêncio Avelino Paiva, estudante de engenharia de produção UFPB).

Insistindo na indagação sobre os impactos da extinção do Ministérios da Pesca naquele contexto instiguei o trabalhador e pesquisador do ramo a explicar melhor o que significava aquele encerramento e, assim, em sua explicação ele dizia:

Toda as estruturas que estavam construídas aqui, a Superintendência, tudo foi relocado para a BR (numa alusão ao prédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: grifo nosso), todos os recursos e direcionamentos de verbas, que já eram escassas, tudo foi limitado,

inclusive teve até corte de energia, a fábrica de gelo parou de funcionar e o pessoal que descarrega lá teve que comprar gelo de uma fábrica de fora, sem subsidio, aí ficou bem mais caro. Tudo isso gerou o afastamento das embarcações, principalmente as “artesanais” que foram quase todas para Natal. O fim do Ministério gerou prejuízo para o setor de forma geral. Sem gelo, sem subsídio do óleo, os barcos vão todos para Natal, lá tem toda infraestrutura funcionando, tem mais de cem embarcações por mês lá. Aqui em Cabedelo a Câmara frigorífica está toda parada e você sabe, qualquer equipamento parado ao lado do mar, rápido se deteriora. (Inocência Avelino Paiva, estudante de engenharia de produção UFPB)

Dessa maneira, transcorridos poucos meses, atestávamos, então, de maneira lamentável, o desmonte súbito dos órgãos públicos responsáveis pela gestão da pesca no estado da Paraíba, e, vislumbramos, mais uma vez, as dificuldades de produção e reprodução da cultura pesqueira em pleno andamento.

Mesmo não tendo suas ações e atribuições diretamente relacionadas ao saneamento das demandas dos pescadores tradicionais – como bem demonstrado e exemplificado na situação de precariedade observada no “pier flutuante -, podemos afirmar que os relatos da SPF e de agentes como Inocência, acabaram por compor um panorama mais amplo e consolidado dos graves problemas socioeconômicos enfrentados pelos pescadores das duas categorias, profissionais-artesanais e profissionais do setor industrial, no contexto paraibano.

Especialmente para nossa reflexão, que prioriza a reflexão dos impactos dessas políticas públicas atuando diretamente sobre os pescadores artesanais, é de conhecimento de todos, que, houve nos últimos anos de nossa pesquisa (entre os anos de 2015 e 2016) uma queda acentuada no nível de investimentos governamentais para o setor da pesca como um todo. Essa realidade econômica, de redução dos créditos e extinção de setores da administração pública voltadas para esta categoria profissional, atestada nos campos, pode-se dizer, afetou também os pescadores artesanais e dificultou a continuidade das atividades pesqueiras naquele estado. Sem linhas de créditos, sem órgãos públicos de apoio ao pescador, sem a garantia mínima do Seguro-Defeso⁷⁰, os pescadores de ambas categorias se encontravam cada vez mais desassistidos pelo governo federal.

⁷⁰ A título de última atualização sobre esses dados, informamos que no início do mês de março de 2016 (em Ato de 11/03/2016) o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), derrubou a decisão tomada em janeiro pelo presidente da Corte, Ricardo Lewandowski, e restabeleceu decreto legislativo

Enfim, parece plausível dizer que, para os pescadores artesanais, já pouco reconhecidos e assistidos pelas políticas públicas, a crise econômica explicitada no final de 2015 e continuada no início de 2016⁷¹, tencionava ainda mais as relações de trabalhos e, de fato, tornavam cada vez mais precárias as condições de vida e de trabalho dos pescadores naquele estado. Restava assim retomar o caminho das lutas sociais coletivas por reconhecimento de direitos e dialogar, da melhor maneira possível, com esse problemático quadro de escassez de recursos, crise financeira e perda de direitos sociais⁷² que se construía, dia após dia, a sua frente.

4.4) Relatos do IV Seminário de Pesca Artesanal e Sustentabilidade Socioambiental: territórios pesqueiros.

Os comentários que apresentaremos a seguir foram derivados dos relatos coletados no “VI Seminário de Pesca Artesanal e Sustentabilidade Socioambiental: territórios pesqueiros” realizado na cidade do Recife, em novembro de 2013, evento apoiado pela Fundação Joaquim Nabuco, Governo Federal e por outras instituições como a Universidade Federal de Pernambuco (PRODEMA) e Comissão Pastoral dos Pescadores (CPP). Dessa maneira, o citado *Seminário* reuniu estudiosos de instituições nacionais e internacionais, pescadores artesanais, gestores públicos, agentes não governamentais e representantes de comunidades pesqueiras de todo Brasil, para debater

aprovado pelo Congresso que garante aos pescadores o pagamento do seguro-defeso, benefício previdenciário concedido pelo governo durante o período de proibição da pesca. Dessa maneira, por fim, notamos e reafirmamos o cenário turbulento de constantes mudanças jurídicas e políticas, pelos quais, estão submetidos estes pescadores.

⁷¹ Neste trecho fazemos referência direta a situação sócio-política e econômica no Brasil, caracterizada como crise, que tem sensivelmente se agravado nos anos passados e atingiu seu “auge”, no que diz respeito a perda de benefícios sociais, ao final de 2015, quando o Ministério da Pesca foi subitamente extinto e quando o Seguro Defeso foi cortado das planilhas de gastos sociais do governo federal. Desse modo vimos como os “canais” de comunicação entre pescadores, sociedade civil e Estado foram se fechando e, logo, vimos que os objetivos da *Campanha* também se tornaram cada vez mais difíceis de serem alcançados.

⁷² Um dado bastante importante para compreender melhor o amplo quadro de perdas sociais pelas quais os pescadores estavam passando nesse intervalo entre 2015 e 2016, é a suspensão e reorganização do programa de Seguro-Defeso, programa social implementado pelo governo federal. O Seguro Defeso - Pescador Artesanal é, basicamente, um benefício pago ao pescador que exerce a atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, no período de proibição da pesca para determinadas espécies. Para receber o benefício, o pescador artesanal deve atender aos critérios estabelecidos pela lei 10.779 de 25 de novembro de 2003. Cf. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/downloads/mensal.asp?c=SeguroDefeso>.

variados temas relativos a pesca artesanal, tendo sempre como foco central os debates que envolviam o tema dos territórios pesqueiros.

Considero importante ressaltar que nesta recuperação das falas vamos utilizar frequentemente as expressões sinônimas “pescadores artesanais” ou “pescadores tradicionais” no plural, pois estarei me referindo às situações de aparente consenso de opiniões que se estabeleceram no evento e que foram transmitidas de forma coletiva e oral pelos pescadores lá reunidos em assembleia. O fato de usar o termo no plural, não pretende, de forma alguma, generalizar, ou, ainda, homogeneizar a participação desses interlocutores, já que observamos divergências internas relevantes e, por vezes, decisivas para a organização destes grupos em escala nacional.

Sendo assim quando estivermos comentando uma fala claramente “particular” devemos nos referir ao nome do pescador ou pescadora em questão. Nas outras situações vamos adotar o termo “pescadores”, no plural, entendendo que não estamos “essencializando” nem homogeneizando esta categoria, mas sim, que, estamos transmitindo um parecer e uma impressão geral coletada nestes encontros a respeito desses grupos organizados.

De início, um aspecto que julgamos importante salientar dessa experiência de participação nesses encontros, foi a centralidade dos debates sobre o tema *dos territórios pesqueiros*. Nessa vertente de observação dos temas mais discutidos destacamos que os outros temas correlatos como *sustentabilidade, sociedade, meio ambiente, e políticas públicas*, no nosso entender, giravam em torno da discussão primeira sobre a garantia dos territórios pesqueiros.

Elencamos a seguir, a título de contextualização das discussões, algumas questões que emergiram como exemplares dos debates que se desenrolaram neste evento: (1) afinal o que significa no contexto atual econômico e político no Brasil garantir *territórios pesqueiros*? (2) como as políticas públicas dialogam ou não dialogam com os pescadores artesanais das diferentes regiões geográficas brasileiras. (3) como incorporar nas políticas públicas federais (voltadas para a produção pesqueira) demandas sociais tão urgentes como distintas para cada grupo social envolvido com o trabalho da pesca artesanal?

Esperamos ao longo dessa apresentação responder a algumas dessas questões. Porém sabemos que somente ao final desta tese teremos mais condições de sanar melhor tais questionamentos.

Retomando então nossas impressões sobre o evento, gostaríamos de indicar que, dentre as construções que mais ouvimos se repetir nos debates, foram as expressões que tratavam dos *territórios pesqueiros* que mais nos chamaram a atenção, as quais, transcrevo a seguir:

“Estamos lutando aqui pelos espaços da tradição brasileira”

“Os territórios pesqueiros são os nossos espaços”

“O território pesqueiro é nossa vida”

(Pescadores nos debates do IV Seminário, 2013)

Dentre os posicionamentos coletivos adotados pelos pescadores no citado evento, podemos primeiramente destacar a forte relação de sentido que esses agentes constroem discursivamente, entre territórios pesqueiros e a noção de *tradição brasileira* (sic). Concisamente, o que quer se explicitar aqui, neste comentário crítico das falas, é uma associação direta de sentido, de filiação, estabelecida entre populações tradicionais e “seus” territórios de trabalho e de vida social. Dessa monta, poderia parecer ao leitor desavisado que os “territórios” eram, desde sempre, parte praticamente inalienável da vida social pesqueira. No entanto, como já refletido anteriormente, sabemos que estes *constructos* sociais, os chamados *territórios pesqueiros*, são antes de mais nada, criações sócio espaciais que os próprios pescadores fazem para redefinir sua cultura no tempo histórico, e para nomear “seus” espaços de produção e reprodução social⁷³. Como vimos nos relatos de campo analisados nos capítulos 2 e 3 desta tese, os territórios podem ser interpretados pelo menos de três maneiras diferentes, enquanto construções do próprio saber-fazer pesqueiros, como expressões de conhecimento dos mestres-pescadores, e

⁷³ Aqui fazemos referência a construção do termo *espaços de reprodução social da cultura pesqueira*, elaborado neste estudo, no qual relacionamos diretamente os territórios pesqueiros de João Pessoa com estes espaços de reprodução cultural da pesca artesanal. Estes territórios não são os únicos locais onde notamos essa reprodução cultural, porém, entendemos que podemos ressaltar esses espaços-territórios como territorialidade fundamentais para compreensão desses processos sociais. A título de visualização, os territórios pesqueiros citados aqui podem ser vislumbrados no *Mapa geral dos territórios pesqueiros da Penha e Jacarapé* presente no capítulo 5 desta tese.

ainda, como objetivos a serem alcançados pelos movimentos sociais nas suas lutas pelo reconhecimento dos territórios.

Certamente esta temática, da associação direta entre populações tracionais e seus territórios já renderia numerosas colocações sobre como se concebem e auto definem os pescadores na atualidade. Mas, por enquanto, atemo-nos apenas a constatar tal construção (território e comunidades auto reconhecidas tradicionais) para depois compara-la a outros posicionamentos adotados pelos agentes-pescadores que analisaremos logo a seguir.

Devemos apontar que nesses eventos, arenas públicas nas quais os pescadores se organizam enquanto categoria profissional bem definida – pescadores artesanais/tradicionais – a *tradição* passa a ser reconfigurada e “amarrada” a um espaço socialmente construído, definido pela cultura, já que, é de notório conhecimento, que a lei prevê este reconhecimento, de direitos territoriais, desde que devidamente atestada a tradicionalidade do grupo familiar ou vila pesqueira envolvida. Assim, pode-se notar com clareza que, nesse contexto de posicionamentos políticos, tornou-se importante para os pescadores, enquanto categoria profissional, associar a identidade pesqueira às noções de *tradição* e *território*, pois este auto reconhecimento de uma identidade cultural específica, por sua vez, “acionaria” um conjunto de leis⁷⁴, previstas na constituição, que lhes garantiriam certos direitos territoriais.

Paradoxalmente, destacamos que em outros momentos do mesmo evento, em falas mais particularizadas, os pescadores “flexibilizavam” essa filiação entre territórios e a tradição. Em linhas gerais, quando o conceito de tradição era sinal, ou marcador cultural de um certo “atraso” tecnológico, ou, sintoma de uma “cultura em fase de extinção”, importava afastá-la enquanto essência imutável daqueles grupos.

Pescador artesanal pode usar GPS sim, pode usar sonar, e tem direito de acessar todos os meios pra aumentar sua produção. Nós não tivemos acesso à educação de qualidade, mas nós aprende! Nos tem tecnologia simples de pesca, mas nós se capacita! Pescador artesanal não está

⁷⁴ Cf. Política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais São objetivos específicos da PNPCT: garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica; reconhecer, proteger e promover os direitos dos povos e comunidades tradicionais sobre os seus conhecimentos, práticas e usos tradicionais. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm

Cf. *Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009*. Que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm

parado no tempo não! (Pescadores em Assembleia, IV Seminário de Pesca Artesanal: territórios pesqueiros, 2013)

Ou seja, em outros momentos notamos que os pescadores também mencionavam o “atributo” da tradição, caracterizando-o como um verdadeiro “peso”, ou “atraso”, que deveria ser superado. Nesse caminho de interpretação da *tradição* filiada a identidade pesqueira, notei que em algumas falas a *tradicionalidade* também servia como uma exemplificação ou, justificativa, para os baixos rendimentos produtivos daqueles grupos: “Nós somos pescadores tradicionais, não temos muito recursos e por isso nossa pesca é simples é pequena” (Pescadores em Assembleia, IV Seminário de Pesca Artesanal: territórios pesqueiros, 2013).

Ou seja, em dados momentos, de acordo com o interesse dos grupos envolvidos, a tradição era revestida de qualidades culturais louváveis, que caracterizam o povo brasileiro, e em outros momentos, ela era sinônimo de entrave ao “desenvolvimento”, características essas que são, portanto quase que confundidas, nos discursos, como causas da baixa produtividade pesqueira. Ora como qualidade, ora como “defeito” a tradição era, portanto, seguindo-se aqui a abordagem proposta por Stuart Hall (2011)⁷⁵, “vestida” como uma roupa legítima ou rechaçada como uma peça antiquada que não serviria, em certa medida, como marcadora daquelas populações.

Outra construção que gostaria de destacar dentre os posicionamentos mais adotados nesse evento foi a seguinte afirmação: “Viver da pesca artesanal no Brasil é resistir, é lutar” (Pescadores em Assembleia, IV Seminário de Pesca Artesanal: territórios pesqueiros, 2013)

A meu ver a citada expressão pode se conectar interpretativamente a um dos posicionamentos coletivos mais claros que obtive nesta ocasião, em outras palavras, aquela frase, repetida inúmeras vezes pelas lideranças locais, era a constatação nítida de que as condições de vida enfrentadas por aqueles atores estavam se deteriorando rapidamente. Existir como pescador artesanal na atualidade era considerada uma tarefa

⁷⁵ Retomando a temática desenvolvida por Stuart Hall (2011) podemos dizer que a *identidade cultural* pode se “ancorar” em múltiplos valores, e, pode, ao mesmo tempo ser encontrada num mesmo indivíduo portador.

bastante conflituosa e desgastante. Em linhas gerais, o trabalho da pesca estava cada vez mais difícil e pouco rentável na opinião da maioria dos pescadores.

A cada nova apresentação notava que a “questão social” era colocada cada vez mais em evidência, a saber: a qualidade de vida dos pescadores estava sendo qualificada como muito ruim e isso, essa condição de vulnerabilidade social, impunha e exigia uma urgência para a resolução dos conflitos apontados.

Dada a degradação política das esferas de poder que os cercam (expostas no subcapítulo anterior), dada a situação econômica de franca expansão da aquicultura e dado o não apoio governamental as comunidades tradicionais (reclamação feita muitas vezes em coro pelos pescadores), e ainda tendo em vista a degradação ambiental crescente a aparentemente inexorável dos mares e cursos d’água (base de sustentação material da pesca artesanal), temos um panorama socioambiental bastante amplo e “cristalizado” de dificuldades sociais que os pescadores tem que enfrentar cotidianamente a fim de continuar existindo. Frente a tudo isso como se posicionar enquanto categoria profissional desfavorecida que está vendo a passos largos suas condições de trabalho e sobrevivência ruírem sem melhorias previstas para o setor?

Assim, os pescadores precisam continuar resistindo e ademais esse histórico de lutas ninguém poderia retirar deles enquanto uma marca cultural, socialmente adquirida ao longo de anos e séculos de trabalho na pesca. Em suas palavras:

Não basta a gente resistir, a gente tem que fazer alianças com toda sociedade brasileira. Se a pesca artesanal acabar quem perde? Todos nós perdemos, a sociedade toda perde, perde segurança alimentar, perde biodiversidade, perde cultura e perde os espaços aonde não vai mais se fazer a pesca como antigamente. É fundamental os territórios pesqueiros na atualidade, é urgente a regularização dessas áreas. (Representante da Campanha Nacional pelo Território Pesqueiro, Recife, 2013)

Novamente neste relato vemos a riqueza de implicações que podem ser levantadas numa interpretação mais aguçada da fala desta pescadora. Notadamente o primeiro ponto que gostaria de destacar é a articulação refinada e atualizada que a pescadora constrói ao destacar como seu grupo se relaciona com o restante da sociedade. Mesmo sem provavelmente conhecer os aspectos teóricos da construção de conhecimento em *rede* (sem qualquer julgamento de valor sobre o nível de conhecimento desta pescadora) ela

constrói uma argumentação em formato de *rede*, onde a cultura pesqueira participa do tecido social como uma parte atuante e consciente de sua importância para o todo. Ou seja, ela incorpora e expressa uma participação dessa cultura pesqueira em toda sociedade brasileira. O sujeito pescador aqui é agente transformador da vida em sociedade e não somente refém de suas tramas.

O segundo ponto destacável da sua fala é a declaração de urgência da regularização dos territórios pesqueiros como uma saída para todos os problemas enfrentados e enunciados pelos pescadores nas falas anteriores.

Sabemos de fato que esta urgência, pela regularização dos *territórios*, tem fundamento e que ela vem sendo construída legitimamente por esses grupos como a sua principal demanda. No entanto como bem aponta Natalia de Tavares Azevedo (2014) no artigo “Campanha Nacional pela Regularização dos Territórios das Comunidades Tradicionais: entre reconhecimento e redistribuição”, publicado nos anais da Rede de Estudos Rurais (2014)⁷⁶, não basta garantir os territórios pesqueiros e desconsiderar os usos variados de diversos atores e agentes sociais disputando os espaços costeiros na atualidade. Com territórios pesqueiros ou sem eles, o capitalismo continuará explorando de forma desequilibrada esses ambientes e sem medir os impactos sobre esses espaços e sobre essas pessoas. Logo, podemos concluir, dentro de uma perspectiva eminentemente marxista dos embates, que o *Capital* continuará sua saga de sempre extrair mais valia. Ou seja, mesmo com a garantia dos territórios pesqueiros temos um panorama futuro de grandes desafios ambientais, sociais e políticos colocados de forma urgente para estes grupos. Todavia, vale lembrar, sem estes territórios (como argumentam os pescadores) a tarefa fica bem mais difícil:

O governo não está interessado em comunidade tradicional, o negócio é importar peixe em larga escala, é gerar o tal do superávit, e nós ficamos fora dessa conta. Nessa vida nem todo mundo quer ser patrão ou empregado, a gente só quer respeito pela nossa cultura, respeito pela nossa história e respeito pelo nosso modo de viver. (Pescador artesanal, em meio aos debates sobre a lógica capitalista vigente nos últimos governos)

⁷⁶ Disponível no site do VI Encontro da Rede de Estudos Rurais realizado na Unicamp em 2014. Cf, <http://www.redesrurais.org.br/>. (Acesso em: 21/05/2015)

Em síntese, a respeito dessa instigante fala proferida numa das assembleias finais do Seminário, podemos afirmar que a visão “global” ou geral dos pescadores sobre as reais ameaças a seu modo de vida, era bastante aguçada e não menos politizada como se presumia em certos setores da própria administração pública e governo federal. Eles sabiam muito bem que seus principais adversários eram mesmo os representantes do grande *Capital*, as grandes empresas de pesca industrial e os interesses internacionais presentes na exploração da costa brasileira. Nesse panorama de conflitos socioeconômicos eminente eles apenas queriam respeito pelo seu modo de viver.

Talvez um dos relatos que mais marcou nossa memória neste encontro foi a fala da vistosa e atuante pescadora negra, Eliete Paraguaçu, da Bahia. Suas lágrimas e emoção no momento do pronunciamento traduzem a realidade de sofrimento e as carências que estas pessoas enfrentam na atualidade dos fatos:

A gente não precisa ser mais laboratório de pesquisa para doutor da faculdade chegar e dizer o que a gente precisa. Eu não sei fazer outra coisa a não ser pescar. A gente, pescador, pescadoras, o pessoal aí das universidades e governos, precisa fazer algo de fato para os nossos filhos. (Eliete Paraguaçu, pescadora artesanal e marisqueira de Ilha da Maré/BA, durante o IV Seminário de Pesca Artesanal: territórios pesqueiros, 2013)

Dessa passagem, por fim, registramos então a aflição e urgência dos pedidos emitidos pela pescadora. Entendemos que a urgência na resolução desses conflitos se dá na medida em que essa situação, de vulnerabilidade social, atinge diretamente pessoas, mulheres, familiares inteiras e crianças que dependem quase que integralmente da pesca artesanal como fonte principal de geração de renda, e, portanto, de sobrevivência.

Entendemos que renegar esses pedidos de ajuda e permitir o desmonte do Estado que assegura as condições mínimas de assistência social a esses grupos, é também, em certa medida, “assinar” a extinção material e cultural destes grupos. Desse modo, almejamos, mais uma vez, que esses estudos, de alguma maneira, gerem subsídios teóricos e reconfigurem-se como fonte de informação segura para que estas famílias possam organizar suas demandas e ver suas reivindicações políticas e sociais atendidas.

4.5) Impressões sobre a *Campanha Nacional Pela Regularização dos Territórios das Comunidades Tradicionais*

Como último campo multisituado que analisaremos neste quarto capítulo parece-nos importante recortar, com a devida precisão, os aspectos que julgamos mais relevantes desse simbólico e atuante movimento social organizado pelas comunidades pesqueiras. A *Campanha Nacional Pela Regularização dos Territórios das Comunidades Tradicionais Pesqueiras*⁷⁷ é um movimento social de luta por reconhecimento de direitos territoriais, os chamados territórios pesqueiros, que teve como base de ação a organização de um abaixo assinado (no âmbito dos Projetos de Lei de Iniciativa Popular que preveem a assinatura de 1% do eleitorado brasileiro, cerca de 1.385.000 assinaturas) que solicitava ao Congresso Nacional a criação de um projeto de lei que regulamentaria os direitos territoriais das comunidades pesqueiras. Esse movimento articulado em torno da regularização dos territórios pesqueiros vem se desenvolvendo desde 2012 e tinha como previsão de conclusão o ano de 2015.



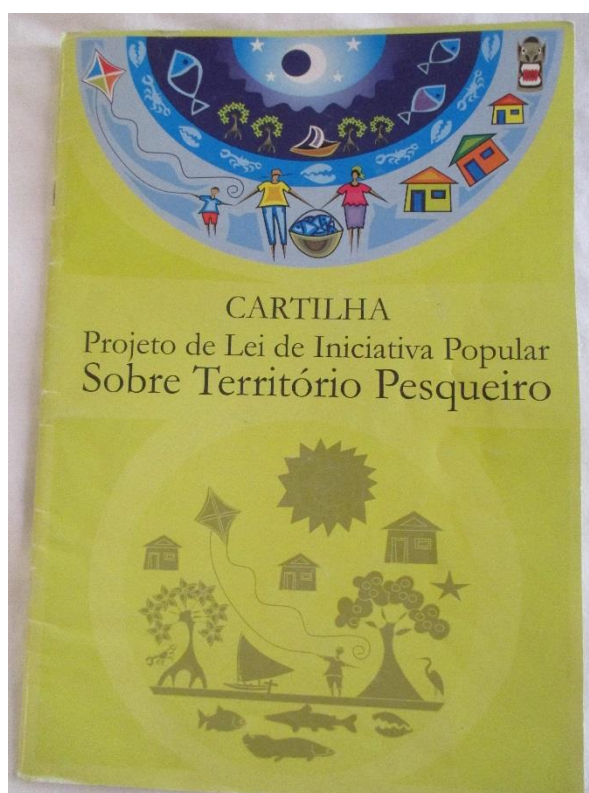
(Figura 57. Aspecto das reuniões que ocorreram em 2013 no Recife – Acervo do autor)

Devemos ainda lembrar que a *Campanha*, enquanto movimento social organizado, também se articulou em torno de outras ações sociais como *Caravanas Estaduais*, *Seminários Estaduais* e *Semanas de Valorização do Pescado* e divulgação do

⁷⁷ Cf. Sítio eletrônico do movimento. Disponível em : www.peloterritoriopesqueiro.blogspot.com.br (Acesso em 10/03/2015)

movimento em blogs e redes sociais⁷⁸, todas estas, formas de mobilização local e sensibilização para a causa dos territórios.

Um “dado” bastante interessante, que já valeria outro grupo de estudos sobre análise do discurso político e auto representação da cultura pesquisa, diz respeito aos materiais de divulgação que o movimento da *Campanha* faz na atualidade. Os materiais impressos – notadamente a *Cartilha Projeto de Lei de Iniciativa Popular Sobre Território Pesqueiro*, (figura 58) e a *Cartilha para o Trabalho de Base da Campanha pelo Território Pesqueiro*, (figura 59) são “um caso à parte” quando observamos processos de autoconstrução de uma identidade cultural.



(Figura 58: Aspecto da Cartilha - Projeto de Lei de Iniciativa Popular Sobre Território Pesqueiro – Acervo do autor)

⁷⁸ Cf. A este respeito conferir o perfil social virtual do movimento disponível no sítio eletrônico <https://www.facebook.com/peloterritoriopesqueiro/>.



(Figura 59. Aspecto da Cartilha para o Trabalho de Base pelo Território Pesqueiro – Acervo do autor)

De forma sintética, devemos ressaltar dessas interessantes fontes de pesquisa, já respondendo a questão motivadora deste capítulo - como os pescadores e pescadoras se organizam e se expressam *coletivamente na atualidade* – que os pescadores organizados por meio da *Campanha* se expressam na contemporaneidade reafirmando uma identidade coletiva tradicional de bases eminentemente territoriais, no sentido da afirmação direta de uma relação intrínseca entre seu modo de vida e a necessidade dos espaços costeiros:

Na verdade, o território é o espaço fundamental para que as comunidades tradicionais pesqueiras possam continuar a existir enquanto grupo social diferenciado, para que as futuras gerações possam exercer a pesca e continuar a transmitir seus conhecimentos tradicionais sobre as marés, os rios, os astros, os diversos pescados, enfim sobre a vida dos pescadores. Para que os conhecimentos tradicionais dos pescadores e pescadoras sejam preservados. O território envolve as áreas de pesca e coleta, as áreas de moradias, os locais de embarque e os trajetos com seus barcos, os locais sagrados e as áreas necessárias a reprodução física e cultural do grupo. (Cartilha Projeto de Lei de Iniciativa Popular Sobre Território Pesqueiro, 2013, p. 19)

Em suma, analisando esses “materiais” podemos ver um pouco do auto reconhecimento pesqueiro, elaborado por eles mesmos, em curso; processo social ainda não efetivado, que seria, pelo menos em parte, concluso com a regulamentação dos direitos territoriais, objetivo do movimento. As relações de sentido entre *territórios*, *conhecimentos tradicionais* e formas de *reprodução física e cultural* atribuídos a esses grupos ficam, portanto, explicitas nas auto definições pesqueiras constantes da *Cartilha* e, no nosso entender, solicitam uma atenção continuada para as nuances que os processos de auto identificação de uma cultura podem assumir. Pensar na cultura pesqueira, assim, é pensar nessa variedade de aspectos, culturais, políticos e territoriais que os processos sociais podem aglutinar num só movimento.

Importante lembrar que não devemos esperar o reconhecimento dos territórios tradicionais para propor a construção de uma política pública específica para a pesca artesanal que respeite essa diversidade cultural. As ameaças à vida e à integridade dos territórios pesqueiros exigem que demonstremos a importância da pesca artesanal como atividade econômica fundamental para a garantia da soberania e segurança alimentar de milhares de famílias, bem como para a conservação dos biomas e ecossistemas brasileiros. Assim também não precisamos esperar a lei para defender os territórios, para não deixar as cercas avançarem, para não deixar que os empreendimentos se instalem, que as pessoas de fora e empresas cheguem a nossa região afirmando-se donos dos rios, dos manguezais, das praias, das águas e do nosso lugar de moradia. Precisamos lutar para garantir aquilo que nos pertence e que assegura a manutenção de nossa cultura: o território pesqueiro! (Cartilha Projeto de Lei de Iniciativa Popular Sobre Território Pesqueiro, 2013, p. 24)

Em análise final, podemos dizer que ao cabo desse evento, observamos variadas formas de discussão e aproximação sobre o tema dos territórios. As falas e ações coletivas dos agentes-pescadores seguiam majoritariamente a lógica de reconhecimento de direitos territoriais vigentes da lei, mas também se ramificavam em outras solicitações de natureza urgente, como a garantia de mais créditos e incentivos à produção artesanal pesqueira e o desenvolvimento de políticas públicas específicas que atendam a diversidade social, cultural e ambiental dessas comunidades. Sendo assim, pode-se afirmar sem dúvida que a *Campanha* aglutina uma movimentação social popular importante e decisiva neste momento histórico, para que se mantenha a “chama” da resistência social coletiva desta categoria. Como ficou bem expresso no texto anteriormente recuperado da *Cartilha*, as

ameaças ao modo de vida tradicional pesqueiro são notórias e tornavam-se cada vez mais impactantes sobre essa cultura, o que implicaria numa ação reativa, não acomodada, a fim que assegurasse a manutenção da cultura pesqueira. Era necessário lutar pelo respeito a diversidade cultural daqueles grupos. Em suas palavras, a “ordem” do momento seguia na seguinte frase: “precisamos lutar para garantir aquilo que nos pertence e que assegura a manutenção de nossa cultura: o território pesqueiro!”

Neste quarto capítulo contemplamos as múltiplas correlações sociais estabelecidas entre os atores pescadores e as instituições públicas no contexto paraibano. Também observamos como se organizam coletivamente esses grupos dentro dos movimentos sociais de luta por reconhecimentos de direitos. A partir desta reflexão, procuramos então construir uma visão de “mão dupla” na qual estes variados processos sociais de autoafirmação de identidades e de lutas por reconhecimento, podiam ser interpretados nos dois sentidos, tanto partindo dos agentes pescadores como sendo influenciados e ditados pelas instituições públicas. Desse modo, entendemos que a observação dessas relações estabelecia nas arenas públicas e nos encontros temáticos nos permitiram perceber os variados sentidos que esses atores imprimem sobre a problemática cultural que envolve os pescadores artesanais e seus direitos outorgados na lei. Nessa perspectiva de observação das interações sociais estabelecidas entre esses diversos agentes, nas diferentes arenas, percebemos então que essas relações de sentido, que localizam culturalmente e definem os pescadores, são construídas não somente no seio das comunidades pesqueiras e nos movimentos sociais, mas também nas arenas e setores da sociedade que se encontram “fora” das vilas pesqueiras. Em outras palavras, observamos que numa das “pontas da rede” esses agentes pescadores constroem e reelaboram suas identidades pesqueiras, associando diretamente esta identidade cultural a uma noção de tradição, em certa medida, bastante conservadora, que presumivelmente responde aos ditames da lei. Nesse sentido podemos afirmar que as identidades culturais são engessadas pela tradição.

Por outro lado, também devemos ressaltar ao final dessas considerações que as instituições públicas estudadas, as legislações ambientais vigentes e determinadas concepções emitidas por alguns agentes públicos, reforçavam sobremaneira uma leitura acrítica da cultura e da tradição pesqueiras, implicando muitas vezes numa interpretação ingênua e simplória por parte dessas autoridades, sobre como se transformaram e se comportam essas famílias no contexto da modernidade.

Como vimos os pescadores ora usam essa “roupa” da tradicionalidade, em determinados contextos, a fim de obter certos benefícios e garantias estabelecidas em lei, ora, problematizaram esta “marca” cultural, reapresentando, em nossa visão, novas identidades pesqueiras híbridas que, de fato, integravam a mudança social e os desafios da modernidade, em um movimento de recriação e reprodução próprio das culturas humanas. Em síntese, consideramos que os pescadores têm lutado por sua sobrevivência cultural e material. Se por um lado foram parcialmente moldados pelos agentes “externos”, por outro se recriaram, e tem se recriado nos movimentos sociais e embates institucionais, como grupos *artífices*⁷⁹ de seu tempo que sabem se adequar as lutas da vida em sociedade.

⁷⁹ Aqui fazemos referência direta as contribuições de Ramalho (2006), quando discute os pescadores como agentes de seus projetos de vida e não meros objetos. Nessa abordagem pescadores são agentes sociais que influenciam seus destinos.

CAPITULO 5

MAPAS DA PESCA ARTESANAL E REDES DE RELAÇÕES SOCIAIS PESQUEIRAS

Sou biólogo e viajo muito pela savana do meu país. Nessas regiões encontro gente que não sabe ler livros. Mas que sabe ler o seu mundo. Nesse universo de outros saberes sou eu o analfabeto. Não sei ler sinais da terra, das árvores e dos bichos. Não sei ler nuvens, nem o prenuncio das chuvas.

(Mia Couto, 2011)



(Figura 60. Sr. João Preto construindo mapas e contando histórias da pesca artesanal, diante das imagens de satélite da costa paraibana – Acervo do autor)

5.1) “Pontes” entre o conhecimento tradicional e o conhecimento científico

Iniciamos este quinto e último capítulo retomando alguns registros de um dos profícuos campos realizados junto ao Sr. João Preto (João Antônio Ribeiro mestre de pesca artesanal da Penha), quando discutíamos a importância dos territórios pesqueiros localizados na costa marítima da cidade de João Pessoa. Naquela ocasião, dentre outras percepções que advinham de sua fala, estávamos observando atentamente como aquele agente social constituía sua identidade pesqueira (enquanto mestre de pesca artesanal), processo que na nossa compreensão, se fundamentava, principalmente, no conhecimento minucioso dos mares e no manejo das técnicas de pesca e navegação mais adaptadas para aquela região costeira.

Pode-se afirmar, no que diz respeito a identidade dos mestres de pesca, que uma das características mais marcantes dessas culturas que observamos e estudamos ao longo dessa tese, - e que entendemos estar muito bem expressa e condensada na figura do mestre pescador - é o conhecimento diferenciado dos pesqueiros, que aqui denominamos de conhecimento tradicional dos territórios pesqueiros. A esta altura das considerações tomaremos a liberdade de afirmar que este conhecimento dos pontos de pesca – o conhecimento tradicional dos pesqueiro ou etno-conhecimento⁸⁰ dos pescadores artesanais -, pode ser compreendido como uma das formas de conhecimento “autenticamente” tradicional, já que este mesmo arcabouço cultural se forma somente no decorrer de anos e anos de prática da pesca, e, é constituído e transmitido de geração em geração, especificamente por via da oralidade e pelos meios mais variados tipos de trabalhos e técnicas que envolvem a atividade da pesca.

Logo, a respeito dos casos estudados, diremos que as atividades da pesca realizada, ainda hoje, nas comunidades e nos territórios pesqueiros é artesanal, por que tanto suas formas de aprendizagem – do saber-pescar - como os respectivos modos de transmissão desse conhecimento – demonstrados nas descrições dos pesqueiros – indicam

⁸⁰ O conceito de etno-conhecimento associado ao estudo das culturas pesqueiras foi discutido no segundo capítulo desta tese quando apresentamos parte das discussões sobre pescadores artesanais encaminha por Antônio Carlos Sant’ Anna Diegues (2004).

e confirmam as qualidades geracionais⁸¹, culturais e ancestrais dessa forma de saber-cultura.

Em continuidade a esta discussão, vale enfatizar que durante aquela interação entre o pesquisador e o citado pescador, estávamos construindo um conhecimento conjunto⁸², uma espécie de ponte explicativa, que ligava de um lado o conhecimento “tradicional” dos mares ofertado pelo mestre, e por outro, conectava a visão científica e sócio antropológica organizada e implementada por minha pessoa nesses estudos. Logo, quando “traduzimos” essas informações sobre os pesqueiros e as reorganizamos em forma de mapas temáticos, acreditamos estar, nesse processo mesmo de produção de conhecimento, aglomerando e trazendo “à tona” um conjunto novo de conhecimentos – agora conhecimentos científicos-sociais e antropológicos sobre a pesca artesanal – que pretendemos expor neste capítulo conclusivo.

Nesse sentido, apresentaremos neste quinto capítulo, primeiramente, um conjunto de três mapas construídos com base nos pontos de pesca fornecidos por alguns dos mestres de pesca entrevistados. Posteriormente, apresentaremos um mapa geral composto pela sobreposição dos três mapas anteriormente citados. O objetivo da confecção deste mapa geral da pesca artesanal foi expressar e “registrar”⁸³ a extensão e a riqueza desses

⁸¹ Numa aproximação entre as leituras dos termos tradicional, artesanal e *geracional*, que explicam as qualidades dos etno-conhecimentos elaborados por essas populações, temos em Ramalho (2006), Almeida (2001) e especificamente na obra de Diegues (2004), uma boa definição do tremo etno-conhecimento: “o conhecimento tradicional na pesca é entendido como um conjunto de práticas cognitivas e culturais, habilidades práticas e saber fazer transmitidas oralmente nas comunidades de pescadores artesanais com a função de assegurar a reprodução de seu modo de vida. No caso das comunidades costeiras, ele é constituído por um conjunto de conceitos e imagens produzidos e usados pelos pescadores artesanais em sua relação com o meio ambiente aquático (marinho, lacustre, fluvial) e com a própria sociedade. Berkes (1993) define esse conhecimento como um conjunto cumulativo de saberes e crenças transmitidas culturalmente através gerações sobre a relação dos seres vivos (incluindo os humanos) entre si e com seu meio-ambiente (Gadgil, Berkes e Folke, 1993). Disponível em <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/conhectradicapro.pdf>. Acessado em 10/06/2016.

⁸² Sobre este tema da produção de conhecimento científico sobre os pescadores na atualidade e a junção entre conhecimento tradicional e ciência, Antônio Carlos Sant’Ana Diegues (2000) aponta que “a valorização do conhecimento e das práticas de manejos dessas populações deveria constituir uma das pilstras de um novo conservacionismo nos países do Sul. Para tanto deve ser criada uma nova aliança entre os cientistas os construtores e portadores do conhecimento local, partindo de que os dois conhecimentos – o científico e o local – são igualmente importantes” (DIEGUES, 2000). Mesmo admitindo-se que pode haver um conjunto de críticas sócio antropológicas para o uso do termo “conservacionismo” adaptado aos estudos de processos culturais como a pesca artesanal, ainda assim, pode-se aproveitar principalmente suas formulações de Antônio C. S. Diegues sobre a *aliança* entre os *conhecimentos científicos e locais* para indicar que nessa tese buscamos, justamente, este nível de aproximação entre saberes.

⁸³ Usamos o termo “registrar” para indicar que uma das possíveis utilidades desses estudos foi servir como uma forma de “registro” da cultura pesqueira, adotando-se aqui a terminologia imagética-antropológica

territórios pesqueiros da Paraíba, enquanto conjunto/sistema de conhecimentos, pertencentes aos mestres e representativo da cultura dessas comunidades, a respeito de “seus” mares.

Numa segunda parte do capítulo, após apresentar e discutir os mapas, vamos encaminhar uma reflexão crítica sobre as diversas redes de relações sociais estabelecidas pelos pescadores com os diversos atores sociais que foram observados e estudados nas etnografias expostas e discutidas anteriormente. Nesse sentido, seguindo essas duas proposições, entendemos que os mapas dos pesqueiros e os modelos-redes (gráficos) que serão por nós apresentados nesta parte final do trabalho, podem finalmente responder com mais elementos e com mais qualidade explicativa, ao objetivo primeiro dessa tese, que pode ser resumido na seguinte indagação: como se reproduzem socialmente essas populações no contexto da modernidade?

Sob outra perspectiva complementar de interpretação dos trabalhos de campo e reflexão teórica realizada ao longo da pesquisa, podemos também afirmar que observamos nos campos etnográficos outras formas de expressão e tentativas de reprodução da cultura pesqueira, que se organizam para além dos territórios pesqueiros, se desenrolando, sobremaneira, em outros “ambientes” ocupados politicamente pelos pescadores em suas vidas cotidianas.

Essas formas de luta por reconhecimentos, as diversas maneiras de reprodução cultural de uma identidade pesqueira e as formas de resistência coletivas organizadas pelos grupos (sobremaneira verificada nos encontros temáticos e nas campanhas pela criação dos territórios pesqueiros), puderam atestar assim esse transito das populações “tradicionais” em arenas situadas fora do “mundo da pesca”, formando-se aí, outras redes de relações sociais, políticas e jurídicas que julgamos interessantes incluir no escopo dessas discussões. Desse modo, reiteramos que, a partir da recuperação dessas diversas etnografias (apresentadas nos capítulos 3 e 4) pudemos contemplar também as diversas respostas culturais que estes grupos elaboram a fim de continuar vigentes e produtivos na contemporaneidade. Desse montante de discussões emergiu, com ênfase, a seguinte

desenvolvida por Sebastião Salgado (renomado fotógrafo brasileiro), que trata das possíveis utilidades de seu trabalho. Assim, além dos “registros da cultura” impressa nos mapas dos territórios pesqueiros, entendemos que estudos podem, dentre outras coisas, oferecer uma espécie de “registro” momentâneo das condições culturais da pesca arsenal, e também fornecer “dados” e algumas discussões sobre a cultura da pesca que porventura poderão ser reutilizados em outras pesquisas. A este respeito conferir o filme O sal da terra, disponível em <https://vimeo.com/128242266>. (Acesso em 25/10/2015)

indagação: como as identidades pesqueiras resistem e se transformam num panorama de rápidas mudanças sociais?

Logo, na última parte deste capítulo, pretendemos expor e explicar de forma esquemática - através da utilização de alguns gráficos - como se organizam essas relações sociais e como estes agentes (pescadores) atribuem sentidos sociais aos diferentes espaços sociais e as arenas políticas “ocupadas” por eles no contexto da modernidade. Para tanto utilizaremos o aporte teórico das redes como uma “ferramenta” de apresentação e interpretação dos dados que se mostrou válida no decorrer e ao final desse percurso intelectual, pois permitiu, tanto na fase de organização dos campos, como agora na fase de reflexão sobre os mesmos, ligar conceitualmente o pescador artesanal – objeto central de nossos estudos - as outras partes e agentes da rede, que participam e interferem decisivamente na vida social destes grupos.

Para aprofundar essa discussão retomamos aqui algumas considerações apresentadas no primeiro capítulo desta tese, nas quais basicamente afirmávamos que as redes, ou o aporte teórico de rede, poderiam funcionar naquele trabalho como uma orientação metodológica para realização das pesquisas de campos, moldando, num mesmo tempo, a própria realização das etnografias em seu formato multisituado. Em outras palavras, deve-se destacar que a noção⁸⁴ de rede que mobilizamos aqui neste último capítulo, será utilizada, concisamente, como forma de explicação e interpretação das relações sociais pesqueiras observadas nos diversos campos de estudos. Dentro desta visão, portanto, o aporte teórico de redes, pode, por um lado, ser utilizado como “instrumento” para coleta e organização dos dados da pesquisa, e, por outro, pode ser considerado uma “ferramenta” teórico-metodológica válida para analisar e refletir sobre os variados processos, experiências e articulações que os pescadores realizam na costa e na sociedade paraibana.

Mauro William Barbosa de Almeida (2007) indica com precisão que o uso dos aportes teóricos da rede e suas possibilidades de apreensão e tradução do social não se restringem aos estudos “tradicionais” sobre as comunidades camponesas, mas que esse “instrumento de pesquisa” pode e deve ser utilizado para explicar como são forjadas essas mesmas relações sociais entre outros grupos “tradicionais”, em outros contextos sociais,

⁸⁴ A este respeito Vincent (1987) também indica com clareza que a noção de redes sociais pode ser utilizada como uma ferramenta metodológica importante para compreender os fluxos de pessoas, objetos e informações, bem como serve para compreender as formas de organização de determinados grupos sociais.

que apresentam notável e ampla mobilidade de pessoas, informações e transformações dos espaços socialmente partilhados. Em suas palavras:

Essas considerações visam indicar que, no fundo, o que soldava *in extremis* a noção de campesinato era a conexão entre um chão e um povo: camponeses seriam, como nações, gente enraizada em um território, com idéias mais ou menos conservadoras e técnicas agrícolas. Essa conexão grupo social, idéias e coisas – encerradas em um território discreto e isolado do exterior – deixa de ter peso para iluminar o mundo de migrantes móveis, de famílias-rede dispersas entre diferentes zonas geográficas segundo os fluxos migratórios, de estratégias de reprodução que acionam diferentes técnicas e espaços” (Barbosa, M.W. 2007:171)

Nesse sentido de verificar as potencialidades de uso do aporte teórico da rede como método de análise adaptável a determinados grupos sociais que se movimentam nos espaços e arenas da sociedade (como os pescadores artesanais por exemplo), devemos ressaltar que nesta fase final da tese tornou-se fundamental, como propõe Barbosa (2007), repensar os grupos sociais como grupos móveis que atuam em redes e se reproduzem em diferentes espaços sociais, e somente a partir disso, partir para a confecção de modelos explicativos em forma de rede, pois entendemos que sem esses modelos, não poderíamos sequer esquematizar, de forma minimamente apropriada, a movimentação social dos pescadores e nem sua ampla gama de relações sociais estabelecidas com outros atores e setores da sociedade e com as instituições públicas. Ou seja, para os propósitos desse estudo – sócio antropológico - entendemos que a forma de apreensão e apresentação dos resultados da pesquisa *em formato de rede* traduziu de forma satisfatória o comportamento social desempenhado pelos pescadores ao longo dos estudos, e em consequência disso, percebemos que a explanação dos “dados” e a exposição de alguns resultados dessa pesquisa, nesses formatos, se faziam eminentes e bem justificados.

5.2) Os mapas dos pesqueiros e suas interpretações

Continuando nesta vertente de observação deste fenômeno cultural – que aqui chamamos de reprodução cultural da pesca artesanal -, notamos então, que o Sr. João

Preto, ao reconstruir comigo a descrição dos territórios pesqueiros, estava ao longo das conversas, justamente indicando os “elementos” centrais de sua cultura e os principais marcadores culturais que caracterizam a identidade dos mestres de pesca. E, torna-se importante ressaltar, o principal marcador desta identidade cultural, é justamente o conhecimento dos territórios pesqueiros. Assim, entendemos que os mapas dos pesqueiros que comentaremos a seguir, podem ser interpretados, já nessa parte final da tese, como expressões deste vasto *patrimônio cultural* ⁸⁵ dos povos costeiros que são transmitidos, em suas particularidades, unicamente por meio do trabalho artesanal geracional.

Segundo Ramalho (2006) o conhecimento elaborado pelas populações tradicionais de pescadores artesanais na costa nordestina pode ser considerado um conhecimento patrimonial pois é apreendido e transmitido de maneira específica. Em sua visão:

O conhecimento é patrimonial, ancestral, e se transborda de geração em geração, tanto pela força da oralidade como no ato de ver alguém mais velho pescando. É a partir daí que os segredos aquáticos são revelados aos mais novos e que se entende as artimanhas das águas. Assim pesqueiros são desvendados, caminhos descortinados, técnicas de manejo das armadilhas e náuticas trazidas a luz, explicitando as maneiras e métodos usados para se mapear, ordenar e gerenciar o território mar-de-dentro e mar-de-fora. (RAMALHO, 2006, p. 150)

Dessa elaborada explicação sobre os conhecimentos envoltos pelo termo *patrimônio cultural*, destacamos sua construção sobre as qualidades do conhecimento patrimonial e geracional dos pesqueiros identificados aqui como ancestralidade, formas de manejo e conhecimento dos territórios pesqueiros.

E ainda, complementando essa elaborada visão sobre o conhecimento pesqueiro ofertada por Ramalho (2006), recuperamos a compreensão do Sr. João Preto (Seu

⁸⁵ Um dos autores que melhor traduz a noção de patrimônio cultural da pesca artesanal é Cristiano Wellington Noberto Ramalho quando discute o saber local enquanto patrimônio cultural de uma dada população. A este respeito conferir RAMALHO (2009). BIBLIO: RAMALHO, W. N. A Arte De Fazer-Se Pescador Artesanal. II Encontro da Anppas 2004. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT08/cristiano_ramalho.pdf. Acesso em: março. 2016.

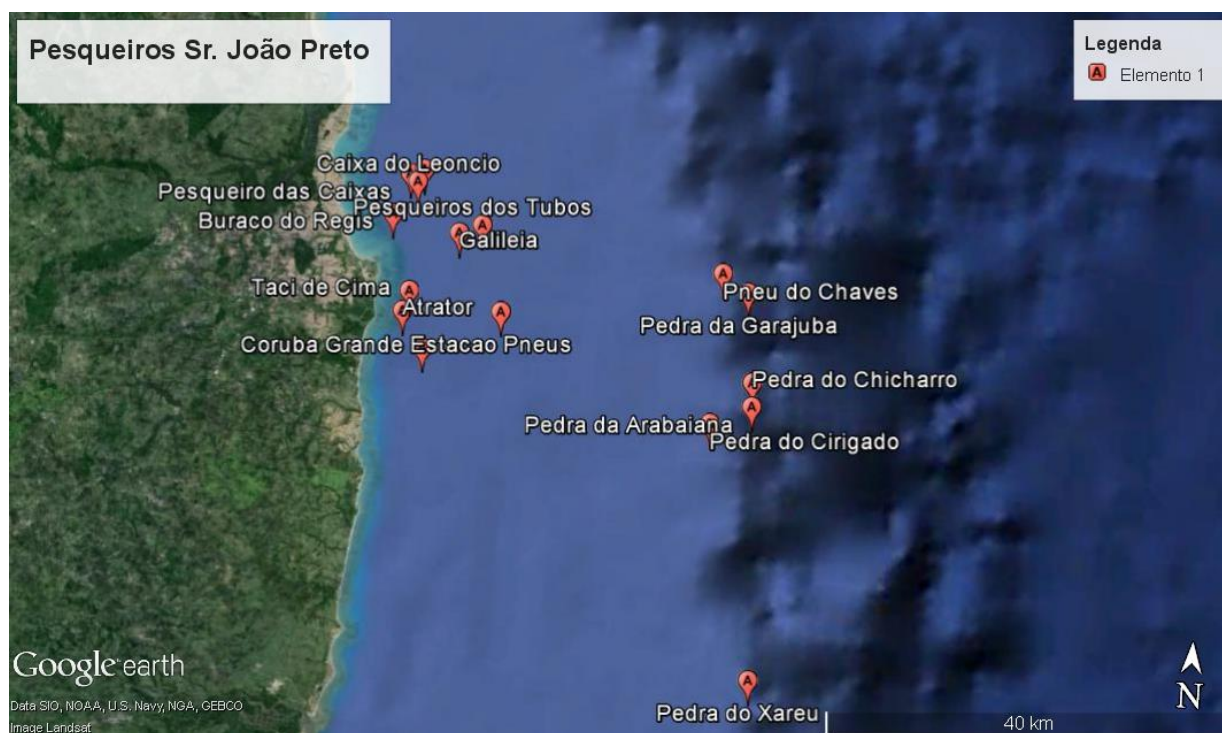
Bodinho da Penha), quando tratava a respeito das minúcias do saber pesqueiro, que dizia de forma sucinta: “cada peixe dá em cada tipo de pesqueiro, tem uma sabedoria nisso.” (Sr. João Preto, 78 anos, mestre de pesca aposentado da Penha)

Se integrarmos assim essas duas percepções sobre o mesmo processo de conhecimento dos mares, podemos aferir que quando analisaremos os mapas dos pesqueiros, estaremos adentrando tanto num conjunto complexo de conhecimentos dos mares, partilhados de geração em geração, como num mundo de saberes e modos de fazer que reconfiguram a cada geração essas mesmas identidades pesqueiras em questão. Conhecimento do mar, elaboração dos mapas mentais de pesca, e, a transmissão desses conhecimentos para as futuras gerações, convertem-se assim em verdadeiros “pontos” centrais para a reprodução, ou não, deste modo de ser. Na verdade, compreendemos ao final desses estudos, que os mapas dos territórios pesqueiros podem exemplificar e revelar, pelo menos em parte, a riqueza cultural desses grupos e, ainda, condensam um longo processo de reflexão, de nossa parte, sobre o modo de vida social, convertendo-se, portanto, como uma das “ferramentas” explicativas centrais para esclarecer, ou até mesmo para refutar, os questionamentos propostos nessa tese.

Neste sentido, apresentamos a seguir quatro (04) mapas⁸⁶ que, na nossa compreensão, ajudam a revelar e compreender melhor esse “traço cultural”, o conhecimento dos mares, tão simbólico como representativo da cultura dos agentes pescadores.

⁸⁶ É importante ressaltar que pautamos a confecção dos mapas seguindo as coordenadas geográficas obtidas junto aos mestres de pesca, mas que nessa representação imagética dos pesqueiros, não vamos indicar com a devida precisão os pontos na carta a fim de proteger e resguardar esse saber de uma possível “exploração” indevida. Assim os pontos/marcadores coloridos em azul, amarelo e vermelho (que indicam a localização dos pontos de pesca) apresentam um desvio padrão de minutos suficiente para proteger a verdadeira localização dos mesmos.

5.2.1) Mapa dos territórios pesqueiros do Sr. João Preto



(Figura 61. Mapa temático dos territórios pesqueiros descrito pelo Sr. João Preto)

Primeiramente deve-se ressaltar que dos 23 pesqueiros descritos pelo mestre João Preto, da praia da Penha, conseguimos levantar apenas as coordenadas geográficas de 17 deles, que expomos no mapa acima. Em continuidade, analisando a distribuição espacial dos pontos do mapa podemos notar a alta concentração e a proximidade relativa dos pontos de pesca em relação à faixa costeira, provavelmente decorrente das formas e possibilidades de navegação disponíveis em períodos anteriores à década de 1980, período histórico ao qual o pescador faz referência quando reconstrói mentalmente a configuração de “seus” mapas de pesca.

Para reforçar essa interpretação recuperamos também a fala de Sr. Assis, já discutida já no capítulo 3, na qual víamos que o passado descrito por Sr. João Preto condizia perfeitamente com o panorama construído pelo mestre mais jovem que se encontra na ativa:

Por aqui só tinha curral, era tudo só pescaria de curral, até Jacumã. As jangada era tudo pequena e tinha muito peixe na beira. Não tinha barco não, a gente saia no máximo 15 quilômetros, ia e voltava no mesmo dia. Aqui só teve barco a motor de uns trinta anos pra cá, trinta e cinco. (Sr. Assis, 52 anos, mestre de pesca da Penha)

Conectando as duas contribuições pode-se inferir que quando Sr. João Preto ainda exercia a profissão com maestria, havia a proeminência da pesca com jangadas, fato que condicionava certamente, mas não limitava, as incursões em alto mar.

Ia no samburá vazio e voltava pro Cabo em pé, ia fora eu e o samburá cheio de peixe. Era tanto peixe aqui no Seixas e na Penha que a gente não ia pros fundo, era só por a varinha aqui na frente que já pegava. Da praia se via os cardume e até pulava as vezes nas borbulha. Nessa época (entre os 10 e 18 anos – segunda metade da década de 1940) não tinha barco a motor, nenhum, era tudo pano, só tinha jangada e um bote. Quando mudamos pra cá era uma fartura que só. A gente via os cardume pulando aqui na frente e as vezes até via a qualidade do peixe de longe. Tinha muito peixe era só por a vara e pescar. A gente marcava tudo no olho os pesqueiro (sic). (Sr. João Preto, 78 anos, mestre pescador aposentado)

Constatamos assim a partir dos relatos dos mestres e da análise desse primeiro mapa que a introdução dos primeiros barcos a motor na comunidade haveria de transformar sensivelmente os alcances de viagem dos barcos pesqueiros e consequentemente iria ampliar as distâncias dos pontos de pesca, como confirmaremos

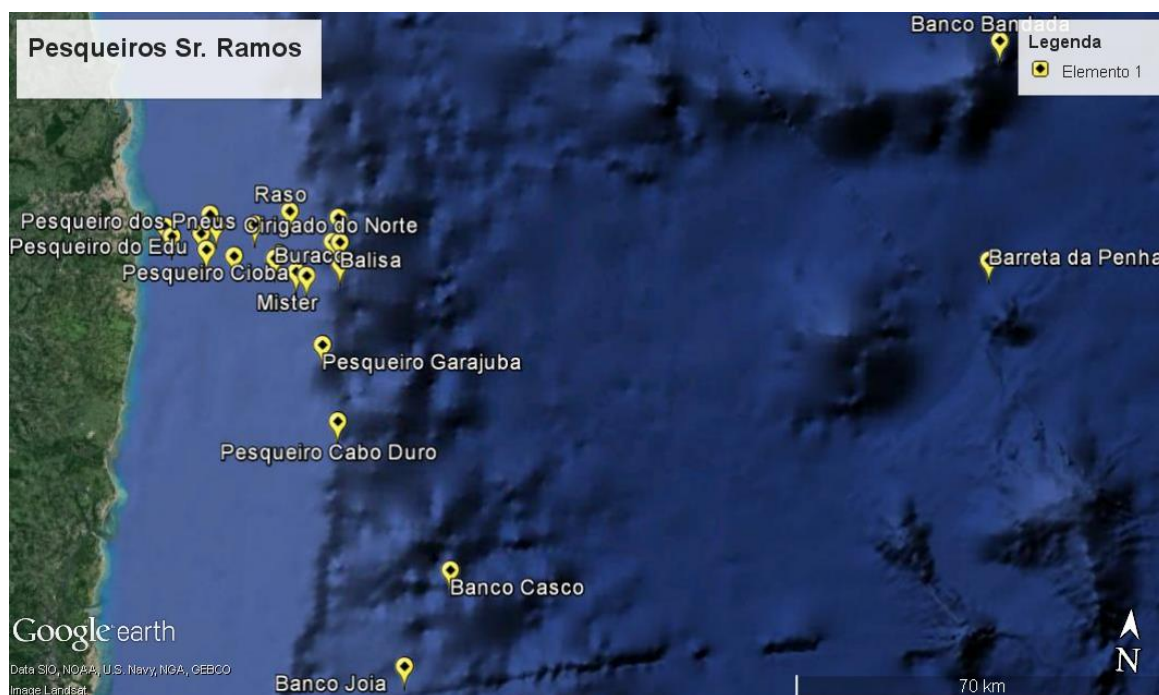
nos mapas a seguir. Sendo assim podemos compreender que os pesqueiros compartilhados por Sr. João Preto diziam respeito, principalmente, aos pesqueiros utilizados nesse faixa mais próxima da costa, concentradamente em pesqueiros que não ultrapassavam, em sua maioria, os limites de 15 km de distância, referidos pelo mestre, e que em alguns casos, chegavam até pontos da plataforma oceânica, numa distância-limite que variava entre os 35 e 40 km de afastamento em relação à beira. Nesse sentido, observamos que a memória afetiva da pesca artesanal de Sr. João Preto viajava pelos tempos na navegação “no pano”, a fim de reconstruir sua identidade pesqueira.

Vale lembrar, que nessas distâncias maiores anteriormente descritas, já na “beirada” da plataforma oceânica, região conhecida como Peral (como nota-se no mapa os pontos mais à direita da imagem), temos uma pesca bastante sofisticada, chamada de *pesca à deriva* ou *pesca de voador*, que, certamente, exemplifica muito bem o aumento da complexidade e amplitude do saber pesqueiro nessas condições. Essa tecnologia de pesca foi muito bem descrita também por Sr. Assis, como vemos na seguinte passagem:

Você percebe na hora que tá no Peral, percebe na ondulação diferente do barco, lá fora você pode joga as linha toda pro fundo que não encontra nada, sem fundo. Lá nois pesca a deriva, com os voador, sem ponto de referência, sem ancoragem. (Sr Assis, 52 anos, mestre pescador da Penha)

Em síntese podemos afirmar que essas reflexões sobre o mapa dos pesqueiros de Sr. João Preto, aliadas aos relatos de Sr. Assis, indicam que a pesca artesanal praticada pelos mestres mais antigos da Penha, cujo mais antigo representante é Sr. João Preto, se concentravam nos pesqueiros “de dentro”, dada sua abundância de pescados na época reportada e a relativa facilidade de acesso. A pesca em alto mar já existia em termos de técnicas, era uma cultura sedimentada entre os mestres, mas só seria acionada e explorada com maior frequência pelos mestres em períodos posteriores, quando aumentaria significativamente a exploração (sobre pesca) dos pesqueiros mais próximos a costa, e, finalmente, quando era possível alcançar com maior rapidez e segunda os longínquos pesqueiros do *Peral* nos barcos a motor.

5.2.2) Mapa dos territórios pesqueiros do Sr. Ramos



(Figura 62. Mapa temático dos territórios pesqueiros descrito pelo Sr. Ramos)

Além dos pesqueiros tradicionalmente nomeados ao longo da costa - os “pesqueiros de dentro” ou “pesqueiros de baixo”, em oposição aos “pesqueiros do alto” ou “pesqueiros de fora”, notamos na composição do mapa apresentado por Sr. Ramos, do Jacarapé, a nítida expansão dos territórios pesqueiros. Tais territórios se expandem tanto numericamente (atingindo um número de vinte e seis pontos) quanto em termos da distância da costa, abrangendo as “bandas” mais distantes da plataforma oceânica. Os pontos de pesca referidos pelo pescador abrangem aqui distancias superiores a uma centena de quilômetros, que certamente só poderiam ser frequentemente alcançados em barcos a motor (Ver Bancos Bandada e Barreta da Penha, pontos a direita da imagem).

Esse “avanço” e a possibilidade de pescar em áreas remotas se deu notadamente pela inserção e difusão dos barcos a motor (posterior à década de 1980) que, de fato, possibilitaram aos pescadores desbravar “aventuras marítimas” por mares cada vez mais longínquos como nos casos observados no mapa anterior. Os Pesqueiros da Bandada e Barreta da Penha, descritos por Ramos estão localizados a aproximadamente 140 km da costa paraibana. Em virtude disso, é preciso lembrar que além da tecnologia de navegação e outros “cuidados” que devem ser observados para essas empreitadas em alto mar - nestas novas modalidades de pesca as saídas ao mar poderiam durar entre 10 e 15 dias, a depender do tamanho do bote e de sua capacidade de carga de gelo e combustível. Esses novos “roteiros” de pesca implicam também no desenvolvimento de competências, habilidades, técnicas de localização e pesca em alto mar (a já citada pesca a “deriva”, que foi sumamente explicada pelo Sr. João Preto), e outras destrezas dos mestres, que tinham a ver com previsões, provisões, radiocomunicação e algumas técnicas de pesca que exporemos a seguir.

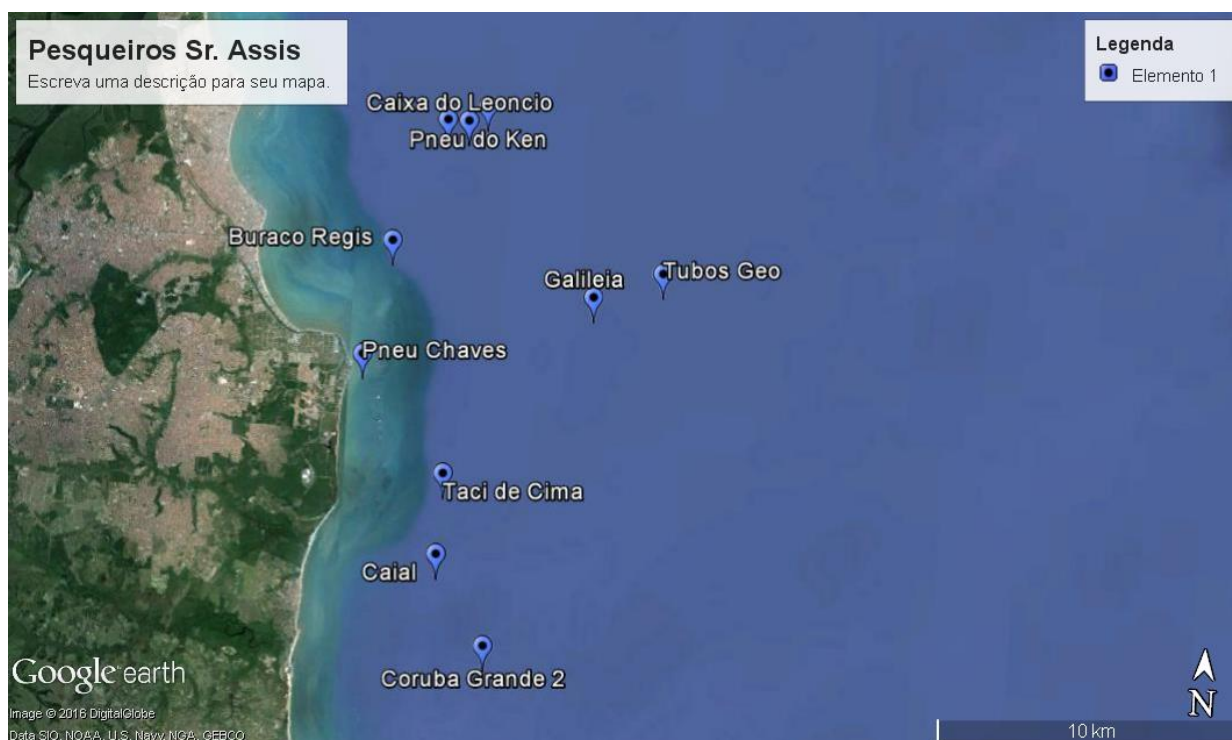
Nessa medida explicava o mestre mais antigo da Penha, quando das suas incursões em alto mar:

O mar de fora é cheio de buracos, não é coisa plana não. Para pescar nos pesqueiro de fora tem que saber pescar os voador (grifo nosso: peixes voadores), por isso chama de pescaria de voador. Ai pesca de dia os voador, com os Jererê, (grifo nosso: espécie de rede-uça ou rede-anteparo onde é feita a captura dos peixes voadores que depois servirão de isca para a pescaria de peixes maiores). [...]O peixe voador só dá nos fundo. A gente pega o fígado de peixe, de cação, de arraia, ai junta tudo e faz o óleo. Bota numa lata com furinho bem pequeno e deixa soltar devagarinho. Depois bota na popa do barco. Desliga o motor do barco em cima dos buraco (pesqueiros: grifo nosso) e vai pondo devagarinho o óleo, ai eles vem, pegá um e põe na agua, segura entre os dedo e sai batendo a cabecinha, balançando a cabecinha, os outro pensa que tá

vivo e vem tudo, aí vem os voador, é só pegar com o Jerere. Fica deitado do lado do barco e sai passando os Jerere e os voador cai tudo nele. Depois nós bota no anzol, joga a linha com 4 ou 5 voador na isca e pega os Dourado, as Cavalas, de dia mesmo. (Seu João Preto, 78 anos, mestre de pesca da Penha)

De modo conclusivo, novamente contando com os relatos do mestre João Preto, ressaltamos então que o mapa dos pesqueiros descrito por Sr. Ramos (65 anos) também se fundamentava em “pesqueiros de dentro”, mas já indicava como sinal inequívoco das mudanças tecnológicas de seu tempo, o avanço dos pescadores para pontos de pesca mais remotos da costa. Esse avanço certamente possibilitou o aumento da produção pesqueira, mas também encareceu os custos de realização do trabalho, já que envolvia cada vez mais pessoas (tripulantes) para sua efetivação, e dependia também de uma manutenção frequente dos materiais e dos botes usados nas viagens. Como vimos a pesca artesanal estava se expandindo nos mapas de Sr. Ramos, porém começava a depender de recursos e meios de produção cada vez mais custosos ao modo de vida tradicional dos pescadores.

5.2.3) Mapa dos territórios pesqueiros do Sr. Assis



(Figura 63. Mapa temático dos territórios pesqueiros descrito pelo Sr. Assis)

Tendo como pressuposto que o Sr. Assis é reconhecido como o pescador mais atuante da Penha - o que significa nesse contexto que ele é o mestre-pescador (conjuntamente com sua equipe) que descarrega a maior quantidade de toneladas de pescado por ano naquela comunidade -, poder-se-ia julgar pela observação inicial e restrita do mapa de “seus” pesqueiros, que as áreas de pesca indicadas por ele eram muito “pequenas”, ou ainda, que eram incoerentes em sua extensão e em quantidade quando verificados os volumes da produção apresentada por sua equipe semanalmente na praia.

Numa das ocasiões que confirmam essa hipótese, fui procurar Sr. Assis para uma conversa sobre os pesqueiros, mas encontrei apenas um de seus filhos, o administrador da *Peixaria Shalom*, Sr. Luis Carlos, que conjuntamente com outros mestres e demais pescadores, comentavam sobre a fartura que “abençoava” recorrentemente o citado mestre. Nessa ocasião seu filho dizia: “seu Assis está descansando, volte outro dia porque ontem ele voltou muito carregado, foi muito peixe, uma benção!” (Sr. Luís Carlos, pescador da Penha).

Em outra ocasião, relatada no capítulo 3, Sr Agnado, filho de “Seu Zé do Peixe”, também confirmava essa produtividade e o reconhecimento social atribuído ao mestre de pesca e sua equipe:

O Assis é o maior pescador da Penha, quase tudo que nós compramos aqui vem dele. Ele sabe onde tá o peixe, só ontem trouxe mais de quatrocentos e cinquenta (450) quilos. Venha aqui na sexta e no sábado pra você ver o povo tudo comprando, os clientes, é muita gente, e quase tudo peixe dele. [...] Assis pode vender a quem quiser mas prefere vender aqui porque nós paga na hora e ele precisa desse dinheiro pra se manter, é motor, é rede, é pessoal, ele tem que pagar tudo do dinheiro dele para os outros pescadores. (Seu Agnaldo, pescador e comerciante de pescado, Penha)

Nessa medida notamos, num primeiro momento, uma aparente incongruência entre a quantidade de pesqueiros apresentados pelo mestre e o desempenho atestado socialmente e confirmado pelo próprio pescador e por outros agentes nos relatos analisados. Pouco mais de 14 pesqueiros (dos quais tivemos acesso a apenas 10 com coordenadas em GPS), todos “famosos”, isto é, já explorados e conhecidos por muitos outros pesadores, poderiam fornecer tamanha fartura de pescado? Essa não-correlação entre volume de pescados e pesqueiros, será devidamente explicada nos comentários

gerais que faremos a seguir, quando relacionamos a lógica do *segredo*⁸⁷ como fator determinante na descrição, ou não, de determinados territórios pesqueiros. Como bem indicava Sr. Assis a esse respeito:

Eu vou te passar os pesqueiros que todo mundo conhece, os que não vai dar problema, de Pitimbu até Tambaú, todo mundo sabe esses, mas esses outros do Peral, eu não conto não. (risos)” (Sr. Assis, 52 anos, mestre de pesca da Penha)

5.3) Mestres, territórios pesqueiros e mapas

Realizaremos agora um comentário geral sobre os mapas anteriormente apresentados. Inicialmente, a primeira relação de sentido que podemos destacar dentre os três mapas-territórios diz respeito ao montante de pesqueiros que cada pescador-mestre enumerava ao listar “seus” pontos mais rentáveis de pesca. Podemos ver que os pescadores mais “antigos”, como Sr. Ramos e Sr. Bodinho (João Preto), conheciam e dispunham de número maior de pesqueiros (26 e 23 respectivamente), fato este que lhes denotava certa autoridade e “vantagem” sobre os demais pescadores, uma vez que estes mestres dispunham de mais pontos possíveis para realizar sua atividade.

Assim, à primeira vista, poder-se-ia supor que quanto maior a idade do mestre, maior seria o número de pesqueiros conhecidos por cada trabalhador. Supostamente confirmando esta afirmação, temos o fato de que o pescador mais ativo da comunidade (mas não o mais “antigo”), o Sr. Assis, nos apresentara apenas dez (10)⁸⁸ pontos de pesca marcados no GPS e outros sete pesqueiros “os que todo mundo conhece” (Queimado, Taci de cima, Taci de baixo, Cabeça de João Preto, Coruba Grande, Tapitanga e

⁸⁷ Maldonado (1993) e Ramalho (2006) indicam que dentre as artimanhas de *marcação* dos territórios pesqueiros está difundido entre os pescadores uma espécie de saber pautado na noção de *segredo*, na qual o pescador acessa determinados saberes e lugares –pesqueiros– indicativos dessa íntima relação com o “meio” e com as técnicas em si da pesca. Pode-se dizer que estes saberes devem se manter relativamente em segredo afim de que os outros pescadores não compitam numa mesma área de pesca.

⁸⁸ Cf; Mapa dos territórios pesqueiros do Sr. Assis presente no subcapítulo anteriormente apresentado.

Tacizinho) numa lista oral bem decorada. Deve-se ressaltar que esses dados quantitativos, no entanto, não serviram como elementos seguros para confirmar esta relação direta entre idade mais avançada e conhecimento de uma quantidade maior de pesqueiros.

No caso de Sr. Assis, o fato de ele informar apenas dez (10) pontos de pesca (“salvos” em GPS) não indica com precisão a quantidade de pesqueiros conhecidos ou, o número exato de pontos de pesca que estão à disposição deste pescador. Na verdade, recuperando outros trechos de nossas conversas notamos que ele omitiu (ou manteve em *segredo*) deliberadamente a maioria dos pesqueiros dos quais se utilizava, informando apenas aqueles pesqueiros conhecidos por “todos”. Essa estratégia, conclui-se, estava nitidamente alinhada com o objetivo de manter em segredo os demais pontos de pesca, afim de resguardar sua posição de conhecedor exclusivo de alguns territórios-pesqueiros bastantes rentáveis e supostamente “segretos” da costa paraibana.

Nessa medida, ressaltamos que se interpretarmos esses mapas-gráficos do ponto de vista meramente quantitativo, não poderemos estabelecer nenhuma relação direta e objetiva entre idade dos pescadores e quantidade de saber acumulado, afinal o sr. Assis não era o mais antigo, mas possuía, decerto, o conhecimento da maioria daqueles pesqueiros, incluindo-se aí os demais “pesqueiros secretos”, devido a sua larga experiência na atividade pesqueira. A este respeito, ele nos afirmou “extraoficialmente” que conhecia todos os pesqueiros listados pelos demais, “conheço todos esses do João Preto de cabeça”, mas indicava que em sua maioria, estes pontos já se encontravam decadentes, com baixa quantidade de peixes (devido à sobre pesca) e, finalmente por isso, era necessário migrar para outras pedras onde ninguém, a não ser ele, pescava.

Todavia, quando tratamos de territorialidades aquáticas, é necessário levantar mais alguns pontos sobre esses valiosos conhecimentos envolvidos no saber e no uso dos territórios pesqueiros, conhecimentos estes que tem a ver com o manejo habilidoso exercido pelos mestres nessas áreas. Como bem atentaram os mestres de pesca não basta saber os pontos e “botar eles num GPS”. Durante nossos estudos foi ficando cada vez mais claro que o fato de conhecer os pesqueiros implicava também num outro conjunto de saberes diferenciados e praticados por esses mestres, saberes referentes ao uso - sobre a forma de uso dos pesqueiros com o devido cuidado, saberes referentes as melhores horas do dia para explorá-los e ainda, saber como adentra-los sem espantar os peixes, em suma,

conhecer os pesqueiros para os mestres não se restringia a conhecer suas coordenadas geográficas.⁸⁹

O peixeiro bom também depende da maré e da hora certa de botar a isca, porque o peixe também tem a hora certa de comer, tem que ter conhecimento mesmo pra ir e usar os pesqueiros. Não adianta só saber onde fica o ponto, tem que ir na hora certa, aí bota a linha, ou a rede e óh, fiska tudo. Pra pegar certo tipo de peixe tem que saber a profundidade, a fondura certa e a hora, Arabaiana, ela só come a isca de manhã ou de tarde, Xaréu, o Cabo Duro, só come mais de noite ou no sair da lua, Cavala gosta de luz, você liga o farol e aí clareia a água, aí ela vem, cada peixe, cada pesqueiro tem uma sabedoria. Garajuba, Cavala, Xaréu, tudo gosta de camarão vivo, Pescada Branca não gosta de camarão. (Seu João Preto, 78 anos, mestre de pesca da Penha)

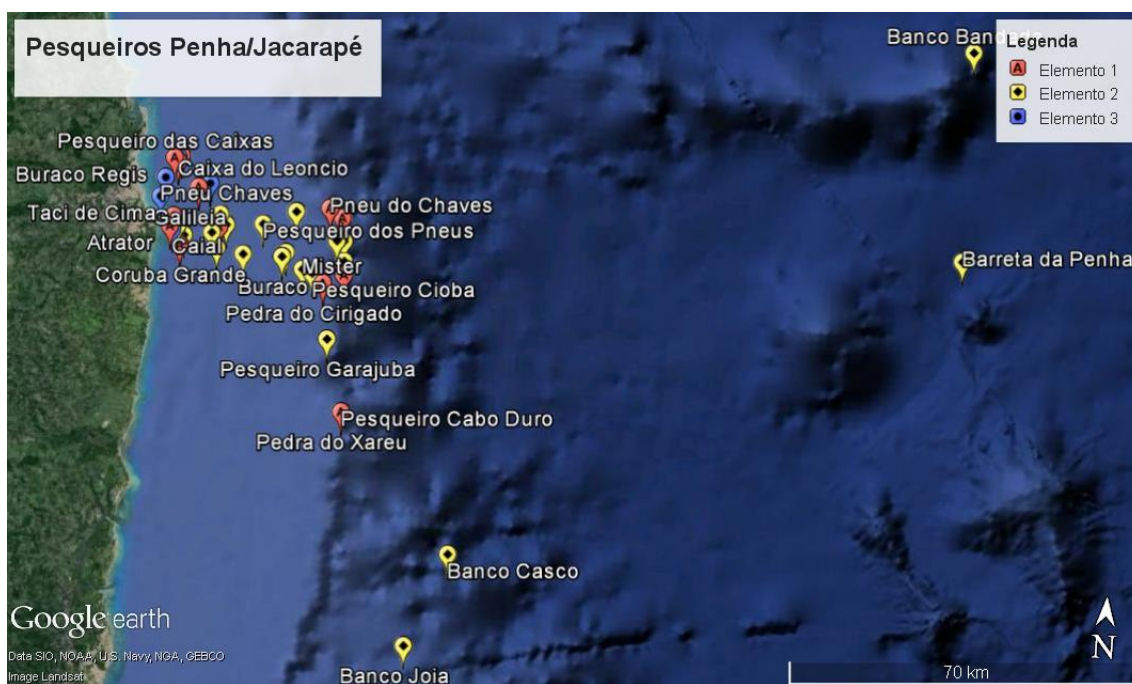
Sr. João Preto sempre ao final das conversas arrematava a questão do conhecimento dos mares lançando algumas afirmações que poderiam soar até certo ponto contraditórias, mas, que com a devida crítica poderiam ser bem compreendidas. Em suas palavras: “o sujeito não precisa ter muito conhecimento hoje para pescar, basta o GPS, mas ele não sabe a qualidade do pescado, isso só na experiência” (risos e gestual com os dedos se juntando a cabeça num sinal que denotaria sabedoria). Nessa frase ele quase arrisca “desmerecer” sua atividade de marcação dos pesqueiros, agora facilitada pelo GPS, mas logo em seguida, reafirma seu valor tradicional que advém da experiência.

Em suma, a respeito dessas interessantes construções sobre o saber pesqueiro envolvido no uso dos territórios pesqueiros, podemos dizer que Sr. Bodinho reafirmava categoricamente – tanto na construção dos mapas mentais da pesca e na recuperação das técnicas de navegação -, que conhecer um pesqueiro era importante, mas também era necessário e fundamental ao bom andamento da pescaria saber maneja-lo. Nessa medida, note-se também que o conhecimento, ao qual fazemos referência na elaboração desses mapas mentais da pesca artesanal, se organiza tanto em torno das variadas técnicas de pesca que cada ponto-pesqueiro solicita, como em função dos conhecimentos climáticos e na relação direta desses conhecimentos com cada espécie de pescado e com seus comportamentos e nichos ecológicos observados em cada época do ano.

⁸⁹ A este respeito Ramalho (2006) vai além ao ressaltar que os pesqueiros são territórios especiais de reprodução da cultura pesqueira pois os mesmos pescadores os interpretam de formas muito próprias atribuindo-lhes valores e mistérios que muitas vezes, nos homens da terra firme, não conseguimos enxergar. Afirmo o autor: (...) porém o território aquático é algo especial e seus segredos não são obras do acaso, porque o segredo do mar é uma coisa muito maravilhosa e é dada por Deus, e não é todo mundo quem sabe o segredo dele (...) (RAMALHO, 2006, p. 148)

Tudo isso, esse complexo sistema de conhecimentos, configura aos mapas dos territórios pesqueiros uma qualidade de adensamento e complexidade de saberes, típico das territorialidades secularmente humanizadas pelas culturas, mesmo sendo localizados estes territórios em alto mar, derivando-se daí, portanto, a enorme importância em estudá-las. Justamente nesse intuito de valorização do conjunto destes conhecimentos, apresentamos a seguir, no próximo subcapítulo, o mapa geral dos territórios pesqueiros identificados nesta pesquisa, oriundo da sobreposição dos três mapas anteriormente apresentados.

5.4) Mapa geral dos territórios pesqueiros da Penha e Jacarapé



(Figura 64. Mapa temático dos territórios pesqueiros descrito pelo Sr. Assis)

Uma primeira questão que devemos ressaltar na interpretação deste mapa geral dos territórios pesqueiros, diz respeito a extensão geográfica e complexidade de ambientes que as territorialidades da pesca englobam na costa paraibana. Como podemos notar, os pesqueiros da Penha e do Jacarapé se estendem pelos mares mais próximos da costa terrestre, onde são mais numerosos e concentrados, mas também se espalham até os mares de fora, chegando e até mesmo ultrapassando a região oceânica chamada de “Peral”, onde a plataforma continental brasileira afunda. Assim temos uma diversidade de ambientes e tipos de correntes oceânicas bastante diferentes entre os pontos indicados, o que, por si só, já demanda dos mestres pescadores um conhecimento também amplo sobre técnicas de pesca em alto mar, navegação de longas distancias, bem como, solicitam mais destreza para entrar e voltar dessas longas viagens aos “mares de fora”.

Mesmo para um pescador experiente entrar e sair de uma pescaria em alto mar implica numa série de riscos que denotam e provam que aqueles homens são mestres no seu saber-fazer. A qualidade deste conhecimento configura um saber geracional cujas origens se perdem no tempo histórico.

Vale lembrar que quando estudamos territórios pesqueiros em algumas regiões da Europa, como em determinadas partes da costa da Galega Espanhola, estamos tratando de territórios de pesca quase milenares, com confrarias de pesca que datam do século XII⁹⁰. Logo, pode-se afirmar que os pesqueiros são, numa só sentença, lugares privilegiados de expressão do conhecimento pesqueiro, expressão e extensão própria da cultura e da organização do trabalho artesanal, ou seja, são *territorialidades* vivenciadas por essas populações que tem por função produzir e reproduzir historicamente essa cultura e essas variadas formas de saber.

Reiteramos, de forma conclusiva, que todas essas qualidades de conhecimento dos pesqueiros expressam-se e são condensadas, portanto, na figura dos mestres de pesca pois é o mestre que nomeia os pontos, é ele quem guarda e transmite o conhecimento dos pesqueiros, é ele que manejava as diversas técnicas de pesca e demonstra o completo

⁹⁰ A este respeito descreve José Cornide Saavedra (1744) que os novos empresários capitalistas chegados aos portos galegos não sabiam interagir com a historicidade destes povos dos mares. As confrarias de pescadores têm quase mil anos de existência na Europa mas “(...) *estes homens especuladores cujas operações são dirigidas apenas pelo interesse económico (...) ocupam até as mais pequenas enseadas; supõem a ruína das pescas; transformam o comércio dos bens naturais, deixando-o em uma situação precária; abusam da ingenuidade dos pescadores com contratos que provocam a sua desgraça, adiantando vinho e aguardente no valor do seu trabalho futuro para viciar os seus hábitos (...)*”.

domínio do saber, e, em consequência direta disso, seria sobre ele que deveria recair também a fundamental tarefa de reprodução social no caso da pesca artesanal.

Em outras palavras, o mestre é o agente social central para que um novo pescador possa vir a existir. Quando essa figura não desfruta de reconhecimento social, ou, nem é acreditado pelos outros membros da sua proximidade social como representante “importante” desse modo de ser, temos aí, um dos pontos de ruptura do “tecido cultural” e a fragilização dos processos de reprodução da cultura, sobre os quais daremos mais esclarecimentos nas considerações finais.

Por fim, podemos inferir que esta forma de conhecimento dos mares, está em franca decadência dentre os grupos pesquisados nesse estudo. As causas socioculturais dessa queda acentuada na transferência desse saber tradicional se devem principalmente, ao *declínio da honra pesqueira*⁹¹, processo no qual a figura do mestre pesqueiro é muitas vezes desvalorizada e até mesmo desdenhada pelos seus parceiros, sendo considerado pelo corpo social como um personagem antiquado, que pode ser visto ainda como alguém (sujeito social) que não acompanhou os avanços tecnológicos de seu tempo.

Além disso, não devemos desconsiderar também os impactantes processos de desestabilização social, jurídica, perda de direitos e falta de incentivos e créditos observados no capítulo 4, como fatores decisivos para a desestruturação, em curso, dessas formas de saber.

Ou seja, pode se dizer que a desvalorização dos mestres de pesca, atestada nas comunidades e recuperada em muitos de nossos relatos⁹², indica a fragilização dos processos sociais de reprodução cultural da pesca artesanal, pois, como nossas observações indicaram, num futuro próximo poderá não haver mais interessados em apreender e desempenhar tais habilidades. Como lamentavam Sr. João Preto, Assis e

⁹¹ Compartilhamos aqui somente a título de explanação de uma leitura que nos apetece, especificamente uma perspectiva de *prestígio e honra social* construída por Rubens Elias da Silva (2012), em sua brilhante tese sobre os pescadores da Paraíba. A este respeito conferir a Tese *Guiados por mares e peixes: Memória social, inovação tecnológica e o processo de fragmentação na pequena pesca comercial simples em duas comunidades pesqueiras no Rio Grande do Norte*.

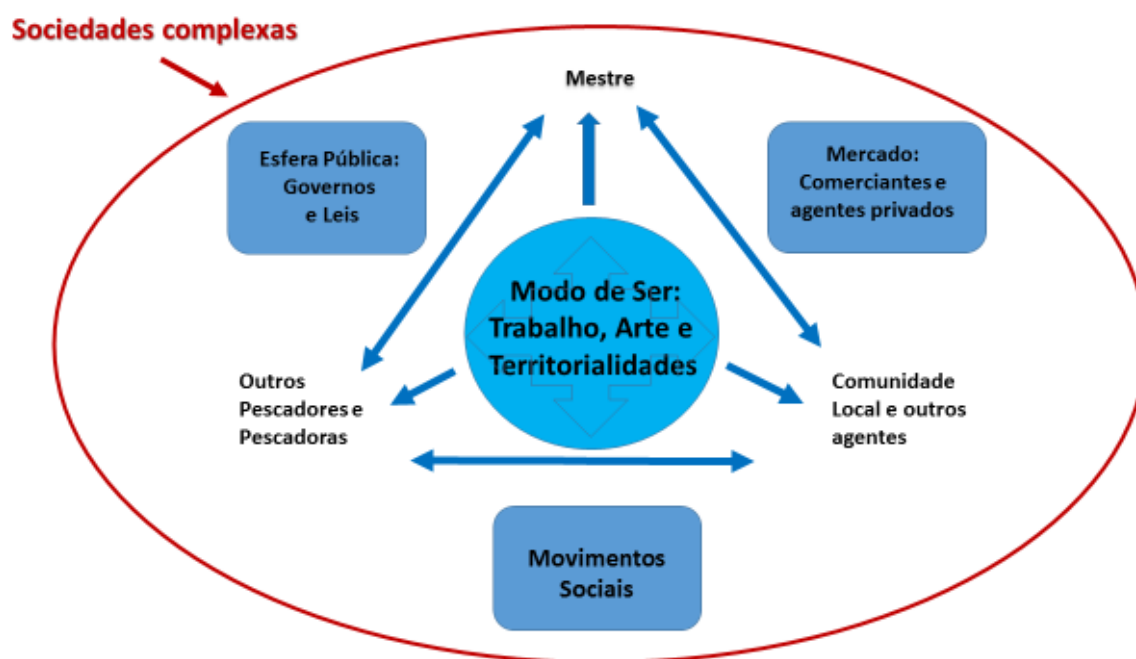
⁹² A este respeito conferir os relatos comentados do Sr Assis presentes no capítulo 3, donde se lê que “o pescador hoje não quer que seu filho seja pescador como era antes. O governo não ajuda, não dá carta de crédito para o pescador, aí o pescador não pode ir aonde tem o peixe.”, e os relatos dos pescadores aposentados João Lambu e Manoel Gomes da Silva (presentes no capítulo 2, páginas 50 e 51) donde podemos notar com clareza a desestruturação progressiva dos processos de aprendizagem da pesca artesanal, bem como o desrespeito generalizado para com os mestres desse ofício.

como disse Sr. Ramos, “hoje em dia ninguém quer mais esse tipo de trabalho” (Sr. Ramos, 65 anos, pescador aposentado do Jacarapé)

5.5) As redes de relações sociais pesqueiras e suas interpretações

Nesta última parte analisaremos alguns aspectos da movimentação social dos pescadores e sua ampla gama relações sociais estabelecidas com outros atores e setores da sociedade contemporânea. Assim, apresentaremos a seguir uma análise já conclusiva dos variados processos, experiências e articulações que os mesmos atores realizam na costa e na sociedade paraibana. Para tanto construímos dois gráficos que nos ajudam a visualizar e compreender melhor como essas redes de relações típicas da modernidade se entrelaçam.

Em primeiro lugar, logo abaixo, destacamos o diagrama/gráfico das redes de relações sociais pesqueiras que construímos com base em nossos estudos:



(Figura 65. Gráfico “Rede das relações sociais” – Elaborado pelo autor)

Neste primeiro gráfico/organograma, formulamos um quadro ou panorama histórico social geral de fundo representado pelo círculo vermelho, que significa o contexto histórico das chamadas sociedades modernas ou complexas, no qual se desenvolvem e se observam as diversas relações sociais. No mesmo gráfico podemos também ver ao centro o modo de ser pescador, pautado nesta representação pelas diversas formas de trabalho, artes⁹³ e territorialidades presentes na cultura pesqueira. Nessa vertente de interpretação entendemos também que o modo de ser – ou a cultura – dos pescadores artesanais se conecta e é influenciada diretamente pelos agentes mestres de pesca (representado acima na figura) e pelos outros agentes locais não pescadores, comerciantes e especuladores privados do turismo, por exemplo.

Em nossa compreensão, a todo momento esses agentes “externos” ressignificam o próprio pescador artesanal, seja por meio do mercado que projeta sobre esta categoria uma expectativa de produção, seja por meio do re-encantamento dos locais de natureza supostamente intocados que estes grupos pesqueiros utilizam em suas rotinas de trabalho, como no caso de exploração dos roteiros das “piscinas naturais da Penha”, vendidos pelos agentes de turismo da cidade de João Pessoa, como áreas quase intocadas ou “lugares de pescador”.

Em sequência, para compreender os processos sociais além das comunidades pesqueiras também representamos no gráfico a influência direta de outras arenas mais externas, que decididamente interferem nesse mesmo modo de ser pescador, e que aqui destacamos como sendo as esferas públicas de atuação dos governos e dos movimentos sociais. Assim afirmamos que o modo de ser pescador é sumamente afetado e resignificado em todas esses espaços sociais, por todos esses agentes, e em todas essas dimensões, pois se trata de uma forma cultural que notadamente desliza por vários ambientes e que, hoje, penetra em várias arenas.

Nessa interpretação fica então patente o caráter moderno e dinâmico dessa cultura, que, em nossa dedução final pode ser considerada altamente maleável do ponto de vista cultural, desconstruindo-se assim qualquer vestígio de rigidez que possa pairar sobre o termo tradicional. Assim entendemos que os pescadores estudados, seu modo de vida, ou ainda, estas culturas pesqueiras guardam certamente elementos da tradição que remetem

⁹³ Aqui novamente fazemos referência direta a noção de arte pesqueira (*a arte de ser pescador*) construída por Ramalho (2012) e muito bem explicada no artigo *A arte pesqueira: território da mestrança e do saber-fazer marítimo*.

a certos hábitos e costumes culturais, porém, como vimos, esta cultura não se encontra “engessada” muito menos reduzida a realidade da pequena vila pesqueira. Em suma, pode-se afirmar que esses sentidos sociais e marcadores culturais também foram forjados em partes da rede que se encontram fora desta esfera mais local, normalmente atribuída as populações pesqueiras. Logo, dizemos que esses sentidos sociais saltaram pelas fronteiras da cultura e alçaram arenas de ressignificação nunca dantes “navegadas” pelos agentes pescadores.



(Figura 66. Gráfico “Territorialidades pesqueiras” – Elaborado pelo autor)

O último gráfico que apresentamos buscou resumir e explicitar os variados ambientes que interferem e reconstroem as territorialidades pesqueiras na atualidade. Nesta representação almejamos mostrar como os territórios pesqueiros, sediados nas pequenas comunidades e nos territórios aquáticos da costa oceânica, são construídos e se “reconfiguram” também em outros ambientes. Com ênfase, deve-se indicar que os territórios pesqueiros são formados diretamente pelas relações de trabalho (realizadas no mar) e nas ações de resistência e ocupação de terras costeiras, que juntas configuram um certo tipo de territorialidade. Já numa outra dimensão desses territórios, observada nas esferas jurídicas e das leis que regulam o uso e exploração dos espaços costeiros e

marinhos, temos o grande campo da legislação ambiental (representado pelos órgãos públicos e governamentais gestores dessas áreas costeiras), ditando as regras de uso e ocupação dos espaços e remodelando, no nosso entender, os territórios costeiros dentro de suas compressões.

Já numa terceira dimensão política temos, por fim, a esfera de atuação dos movimentos sociais que adotam os territórios pesqueiros como “bandeira” principal de movimentos sociais organizados e de lutas por reconhecimentos de direitos territoriais ainda não assegurados na lei. Ou seja, concluímos desta interpretação do diagrama que as diferentes territorialidades pesqueiras ali representadas, adentram em variados “espaços” de poder, e finalmente compõem e ilustram bem a complexidade dos sistemas culturais e sentidos sociais que envolvem os territórios pesqueiros.

Neste capítulo procuramos dar visibilidade, na forma de mapas, ao conhecimento tradicional partilhado pelos pescadores, e numa segunda parte, buscamos explicar na forma visual dos gráficos o conhecimento que adquirimos ao longo de nossas pesquisas. Essa representação imagética dos resultados da pesquisa na forma de gráficos e mapas, teve como objetivo ultimo melhorar a compreensão das dinâmicas das relações sociais e dos saberes envolvidos em nosso estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestes quatro últimos anos de trabalhos acadêmicos desenvolvemos uma série de estudos documentais, leituras e etnografias que apresentamos ao longo desta tese, e, que nos permitiram chegar a algumas conclusões que apresentaremos nestas considerações finais.

Na condição de pesquisador etnógrafo pude observar *in loco* como se organizavam socialmente os agentes pescadores e interagiam com outras partes da sociedade. Apesar do tempo relativamente curto de pesquisas, acredito que o recorte dos estudos propostos e os caminhos metodológicos escolhidos nos ajudaram a otimizar a obtenção das reflexões sócio antropológicas sobre determinados aspectos que perpassavam a vida social destes grupos.

As respostas culturais e formas de reelaboração de identidades pesqueiras, acompanhadas pelo notório processo de desvalorização dos conhecimentos dos mestres de pesca (uma das constatações principais destes estudos), nos surpreenderam e nos fizeram refletir sobre as implicações sociais que estes imprimem sobre a cultura pesqueira.

Selecionamos algumas questões principais que serviram como norteadoras para nossas reflexões. A pergunta central⁹⁴ que essa tese procurou responder – como se reproduziam socialmente e culturalmente as populações pesqueiras no contexto da modernidade – pode agora ser respondida.

Primeiramente entendemos que as populações pesqueiras estudadas na Penha e no Jacarapé utilizam estratégias de reprodução social distintas entre si. Em algumas situações como nos momentos de aprendizagem e transferência do saber pesqueiro – partilhado pelos mestres - notamos que essas ações nas duas comunidades analisadas se aproximavam e continham aspectos comuns. Todavia, em outros momentos - como naquelas situações de lutas e organização de movimentos sociais encaminhados pelos

⁹⁴ Estabelecemos como objetivo central destes estudos (expostos na apresentação e capítulo primeiro desta tese) compreender, dentro de parâmetros sociais e antropológicos, como se reproduzem socialmente essas populações no contexto da modernidade. Por sua vez esse objetivo central se desdobra em outros três objetivos específicos - etnografar os mestres de pesca e pescadores, estudar o processo de formação dos territórios pesqueiros e compreender os modos pelos quais as identidades pesqueiras vêm se reconfigurando na urbanidade paraibana. Conferir primeiro capítulo da tese.

pescadores -, percebemos que estas ações de renovação da cultura pesqueira eram trabalhadas de forma diferenciada por estes agentes.

As estratégias que julgamos comuns estavam centradas nas formas de reprodução e transmissão do saber pesqueiro desempenhadas pelos mestres de pesca. Logo, nas duas comunidades constatamos que a figura do mestre de pesca ocupava, neste processo de reprodução social da pesca artesanal, papel preponderante. Assim quando notamos a fragilidade desse processo - muito bem exposta nas falas dos pescadores aposentados e nas falas das mulheres pescadoras, que não queriam ver mais seus filhos naquela profissão – apontamos para a desestabilização parcial deste modo de vida, já que um de seus principais atores estava sendo desvalorizado no seio da sociedade.

Mesmo assim, esse era o nosso “dato empírico”, a pesca artesanal continuava existindo e estava resistindo por meios variados que cumpririam a nós elucidar. Em face disto, percebemos também, sob outro ponto de vista, que as lutas políticas e lutas por reconhecimento de direitos territoriais encaminhadas principalmente por meio da *Campanha*⁹⁵ e travadas cotidianamente pelas famílias pesqueiras, constituíram-se como formas renovadas de reprodução social dessa cultura em curso na modernidade. Nessa vertente percebemos então dois movimentos simultâneos ocorrendo sobre estes mesmos agentes. Ou seja, tínhamos de um lado, processos de fragilização da cultura pesqueira – exposta na desvalorização dos mestres – e de outro, algumas respostas culturais organizadas pelos demais pescadores que buscavam contrapor essa situação de aparente desintegração social.

Esmiunçado um pouco mais os aspectos comuns das estratégias de reprodução observadas nas duas comunidades, podemos dizer a partilha do saber/conhecimento dos mestres de pesca, que atuavam como os *gurus* de Barth (2000), era um elemento comum e, portanto, marcador desse modo de ser, dessa cultura que se verificava nas duas comunidades. O mestre de pesca “funcionava” assim, nessa dinâmica de reprodução social, como um dos agentes condensadores dessa cultura, desse *saber-fazer*, que continha e transmitia, ao mesmo tempo, todos os conhecimentos e elementos necessários para que a cultura se reproduzisse. Em síntese, podemos dizer que, naquele contexto dentro das comunidades, esse modo de vida era balizado, sumamente, pelo conhecimento

⁹⁵ Aqui fazemos menção e retomamos as implicações da *Campanha Nacional Pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras*, movimento social organizado pelos pescadores e pescadoras de todo território brasileiro.

tradicional dos mestres e pelo trabalho coletivo dos pescadores. Essas formas de organização social do trabalho garantiram, de certa maneira, e por determinados intervalos de tempo, alguma estabilidade e prosperidade para certas famílias. No entanto, notamos com clareza, que este panorama de ensino e transferência de conhecimentos - oriundos da prática e próprios dessa forma tão específica de transmissão de conhecimento -, não se estendia para todas residências daquelas comunidades, afinal estes mesmos agentes – os mestres - apontavam para o desinteresse progressivo por parte dos jovens, em relação ao seu ofício.

Se recuperamos as falas⁹⁶ dos próprios mestres Assis da Penha, Sr. João Perto e João Lambu (apresentadas no segundo e terceiro capítulos desta tese), e se as reintegramos a esta discussão, podemos concluir que estas formas de testemunho eram *indícios* importantes que confirmavam, qualitativamente, esse quadro social de ruptura dos sentidos sociais, de trabalho e de aprendizagem da pesca artesanal, considerados necessários para que a reprodução social da atividade pesqueira aconteça.

Ou seja, considerando-se este aspecto específico da reprodução cultural – vinculada a desvalorização do saber dos mestres de pesca - diríamos que a cultura pesqueira corria risco e estava se desestruturando socialmente.

Por outro lado, se tomarmos em conjunto, os relatos dos pescadores da Penha diremos que eles sugerem certo fatalismo em relação ao futuro da pesca artesanal principalmente no que diz respeito aos eventos de desrespeito e desvalorização dos conhecimentos dos mestres. Assim, mesmo sendo desrespeitados, os mestres continuam

⁹⁶ Os relatos a que fazemos referência aqui são: “O pescador hoje não quer que seu filho seja pescador como era antes. O governo não ajuda, não dá carta de crédito para o pescador, aí o pescador não pode ir aonde tem o peixe. O pescador não quer e o governo não ajuda, aí fica defasado. (Seu Assis, 52 anos, mestre de pesca da Penha).

“Hoje os pescador tá tudo desgostoso da profissão, é muito sofrido e o seguro defeso tá acabando com tudo. Os pescador fica tudo parado ninguém quer saber de moído não. [...] Mas hoje eles não qué isso (o trabalho: grifo nosso) mais não. (Sr. João Preto, 78 anos, mestre de pesca da Penha)

“Ninguém respeita mais nois, hoje, não tem mais parceiro de pescaria porquê? Porque não tem pescador? Porque não tem parceiro! Porque se você fala para os menino ir pro mar, manda compra o gelo, o óleo, marca o dia e os pescador ajudante, proeiro, mas não aparece ninguém eles deixa você na mão, não tem compromisso, respeito nenhum, pescar sozinho não dá, eles até mangueria você! Ninguém quer nada não! (Seu João Lambu, 67 anos, pescador aposentado da Penha)

existindo. Ou seja, nessa medida de interpretação crítica dos discursos emitidos pelos pescadores, podemos afirmar que os tempos históricos e problemas sociais são vivenciados por esses agentes de maneira extremamente peculiar. A respeito desse modo específico de compor o tempo histórico e de prever certas condições sociais para o futuro daquela cultura, Neto (2012) indica que os pescadores artesanais vão, dessa maneira aparentemente dramática, protagonizando em suas interações com o ambiente e com a sociedade, tecendo *pequenas tragédias cotidianas*. Em suas palavras:

A ideia do tempo aqui é marcada por um corte geracional entre os pais e os filhos sendo, o primeiro grupo protagonista do presente e o segundo, de um tempo que está por vir. Não é, portanto, a sociedade com suas qualidades abstratas que vai figurar no futuro e para a qual os recursos naturais escassos devem ser assegurados. O que está em jogo aqui é a reprodução social e material da família. Isto é o futuro para eles. (NETO, 2012, pág. 300)

Sendo assim, entendemos que é necessário manter certo rigor científico para interpretar esses alertas sem desprezar a importância dos agentes⁹⁷ que os emitem. Ou seja, uma primeira resposta para nossa questão sobre como se reproduziam socialmente e culturalmente a população pesqueira no contexto da modernidade poderia ser traçada a partir dos discursos dos mestres que estavam, de fato, apontando para um ponto decisivo que interfere na reprodução da cultura pesqueira: a ruptura dos sentidos sociais, de trabalho e de aprendizagem da pesca artesanal que se dá quando os mestres deixam de ser reconhecidos. Vejamos agora, a seguir, outra perspectiva a respeito dessa mesma questão.

Já seguindo para as outras formas de reprodução social que visualizamos nesses estudos, diremos que as lutas sociais e lutas por reconhecimentos de territórios, encaminhada exemplarmente pelo movimento social de luta pelos territórios pesqueiros construíram-se, como formas atualizadas e respostas culturais modernas que estes agentes organizam para sobreviverem num cenário de rápidas mudanças tecnológicas, e transformações sociais abruptas que se verificam nas sociedades complexas.

⁹⁷ Reiteramos, de forma conclusiva, que todas essas qualidades de conhecimento dos pesqueiros expressam-se e são condensadas, portanto, na figura dos mestres de pesca pois é o mestre que nomeia os pontos, é ele quem guarda e transmite o conhecimento dos pesqueiros, é ele que manejava as diversas técnicas de pesca e demonstra o completo domínio do saber, e, em consequência direta disso, é sobre ele que recai também a fundamental tarefa de reprodução social no caso da pesca artesanal.

Logo nesse cenário de lutas políticas e sociais, percebemos que as iniciativas a este respeito variavam muito entre as duas comunidades já que as mesmas se encontravam em situações fundiárias e históricas bastante diferentes.

Na Penha a luta pelos territórios pesqueiros, como nos moldes da *Campanha*, simplesmente não existia. Lá podemos dizer que a situação de regularidade e relativa estabilidade habitacional, descrita pelos pescadores naquele período estudado, havia apaziguado os ânimos coletivos para as lutas políticas, e de certo modo, essa luta social, encaminhada em escala nacional, não fazia parte de suas preocupações numa escala regional. Porém, é preciso lembrar que as lutas por espaços existiam em outras dimensões no bairro da Penha. Como vimos nos relatos as lutas territoriais se restringiam à regiões internas do bairro que podiam sofrer com as ações incisivas da especulação imobiliária. Ou seja, na Penha de Baixo e Vila da Penha, as porções mais antigas de ocupação das famílias pesqueiras, a pressão da especulação imobiliária não afligia sensivelmente os pescadores, já que estas coletividades estavam ocupando estes espaços a muitas décadas e, no caso das famílias da Penha de baixo, já a alguns séculos.

Saltando para a vizinha praia do Jacarapé vimos que as condições sociais em relação à moradia e segurança habitacional era imensamente diferentes. No Jacarapé a luta por territórios pesqueiros em terra firme e garantia de construção de sua *Vila de pescadores*, eram as principais bandeiras de lutas e motes de associação entre as famílias pesqueiras. Sobre este ponto, é preciso enfatizar que todas as famílias entrevistadas naquela praia ressaltaram a importância da questão territorial em suas vidas. Ou seja, a garantia ou não de permanência e moradia naqueles espaços eram os temas que mais afligiam e mobilizavam a atenção daquelas pessoas. Como dizia repetidamente e enfaticamente, abusando da redundância, dona Celeide, representante dos pescadores do Jacarapé: “nossa principal prioridade é a construção da vila dos pescadores”. Sendo assim parece plausível afirmar que os posicionamentos e estratégias de reprodução e *territorialização* dos espaços para cada comunidade variavam de acordo com suas especificidades históricas e possibilidades de atuação na sociedade.

Nesse sentido, recuperando a concepção de *identidade híbrida*⁹⁸ construída por Stuart Hall (1988), diríamos, finalmente que as mudanças sociais, culturais e econômicas

⁹⁸ A este respeito conferir o subcapítulo intitulado *Apropriações sobre a identidade cultural em Stuart Hall* presente no primeiro capítulo desta tese.

impostas pela urbanidade nas duas comunidades, não prejudicaram, ou desagregaram, irremediavelmente as identidades culturais pesqueiras existentes nas praias. Cada um dos grupos formula e interage com as transformações sociais e se auto transforma dentro das possibilidades de atuação que o contexto social e histórico lhes oferece. Em suma, entendemos que a própria formação de novas identidades híbridas (organizadas tanto pelos mestres como pelos demais pescadores) ajudaram a compor essas formas variadas de reprodução social e respostas culturais que estes grupos elaboram para permanecerem e se reproduzirem na *rede*.

Enquanto trabalhadores, especializados naquelas atividades de pesca e navegação, parece plausível que, nesse contexto analisado dos dois bairros, alguns grupos propusessem alternativas de transformação para esse instável panorama socioeconômico por eles mesmos apontados.

A pesca se encontrava em processo de desorganização, em risco, no entanto, como bem exposto por Carvalho (2000), era preciso estudar e compreender esses grupos como agentes adaptados a seu tempo e observadores atentos da realidade social. Nas palavras desse autor:

Se esta sociedade existe da forma como se revela e como se resolve, à margem de quase tudo e remando contra a corrente do curso da história, é porque dispõe dos recursos e dos meios bastantes para poder realizar-se desta maneira, provendo a satisfação de suas necessidades e perseverando nas suas tendências, sem deixar todavia de ter em conta, muito concisamente, que existem tendências outras e sem dúvida mais impetuosas e apetrechadas. (CARVALHO, 2000, p. 358-359)

Sendo assim, concluímos que eram inegáveis a força de resistência social e as capacidades habilidosas e sociais inerentes a estes grupos pesqueiros. Afinal, tais grupos, ainda que relativamente despossuídos de alguns apetrechos mais modernos (como sonares e barcos mais possantes), habilidades e educação políticas, continuavam a existir de forma bem resolvida no turbulento panorama social estudado. Ou seja, a pesca artesanal estava se reproduzindo mesmo com todas as dificuldades apontadas.

Curiosamente eles permaneciam se auto representando como “tradicionais”, mas na prática da vida social, cotidiana, se mostravam adaptados às mudanças. Nosso desafio foi assim entender e integrar esses elementos da *mudança social* e da “tradição”, como

transcrito no trecho anterior, numa simbiose sócio antropológica que contemplasse a realidade daquelas culturas pesqueiras.

A decadência da pesca no cenário atual é nítida, e pode ser sentida no âmbito familiar e nas relações de trabalho, mensurada na queda da produtividade da pesca artesanal, observada ano após ano. No entanto, podemos afirmar que a maioria das ideias partilhadas, e, principalmente, as motivações de vida percebidas nos contatos com esses agentes, pareciam se contrapor a todos estes elementos de desorganização social reclamados e contemplados nas inúmeras conversas. A partir disso, podemos dizer que a continuidade da existência material e cultural destas comunidades pesqueiras está necessariamente vinculada a mobilização em torno da pesca artesanal, como uma marca da identidade cultural coletiva dominante. Ao mesmo tempo, eles precisam se adaptar com rapidez às mudanças em curso no contexto dinâmico da modernidade. Sendo assim, é preciso resistir na atividade, lutar, agir e também mudar, contemplar o conflito positivamente, a fim de provar que suas ideias estão certas e que aquela cultura se transforma no tempo e que tem seu devido valor, ainda que remodelada, no tecido da sociedade. Concluimos assim, que os pescadores e suas identidades culturais (étnicas e relacionais) não estão simplesmente em processo de extinção cultural. Eles estão sim, recriando e reafirmando a todo momento, seus marcadores culturais nas bordas das identidades híbridas e flutuantes, de acordo com as contingências e possibilidades históricas de seu tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Berenice. *Jangadeiros: Uma corajosa jornada em busca de direitos no Estado Novo*. – Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2012.

ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner. *Mar*. 5º edição. Lisboa : Editorial Caminho, 2001.

ANDRADE, Cleomar Felipe Cabral de. *Entre mar e terra: um estudo sobre a festa de São Pedro em Tambaú*. 2011. 272 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2011.

AZEVEDO, Natália Tavares de. “Campanha nacional pela regularização dos territórios das comunidades tradicionais pesqueiras: entre reconhecimento e redistribuição. In: *Anais do VI Encontro da Rede de Estudos Rurais*. Campinas, 02 a 05 de Setembro de 2014.

BAEZ, Gustavo Cesar Ojeda. *Representações Governamentais da Floresta Nacional do Tapajós: Turismo e comunidades tradicionais*. 2006. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 2006.

BAEZ, Gustavo Cesar Ojeda. *Faróis da costa nordestina: olhares geográficos e históricos sobre os faróis marítimos no nordeste brasileiro*. 2010. 123 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2010.

BARBOSA, Mauro William Almeida. “Narrativas agrárias e a morte do campesinato” *Ruris - Revista do Centro de Estudos Rurais Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP*, Campinas. Vol. 1, número 2, setembro de 2007.

BARCELOS, Lusival & SOLEN, Juan. *Paraíba Potiguara*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2012.

BARTH, Fredrik. *Los grupos étnicos y sus fronteras*. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.

_____. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2000.

BASTOS, Liliana Cabral & LOPES, Luiz Paulo da Moita. *Estudos de identidade: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

BENJAMIM, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

BENJAMIN, W. “Paris, capital do século XIX”. In: BOLLE, W. (org.). *Passagens*. São Paulo: IMESP, N 9, 8, ed, 2006.

BIANCO, Bela. “Antropologia e poder”. In: WOLF, Eric. *Antropologia e poder*. Brasília: Ed. UNB; São Paulo: Imprensa oficial do estado de São Paulo: Ed Unicamp, 2003.

BIANCO Bela Feldman & LEITE Miriam L. Moreira (orgs.). *Desafios da imagem fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Campinas, SP: Papirus, 1988.

BINI, Etson. *Peixes do Mar: espécies do Brasil*. 1º edição. Florianópolis: Homem-Pássaro Publicações, 2014. 136 p.

CALVINO, Italo. *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Povos do mar: herança sociocultural e perspectivas no Brasil. In: *Ciência e Cultura*, v. 62, p. 45-48, 2010.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes (org). *Movimentos sociais na pesca*. Recife: FASA, 2013.

CARVALHO, Ruy Duarte de. Vou lá visitar pastores: exploração epistolar de um percurso angolano em território Kuvale. – Rio de Janeiro: Gryphus, 2000.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: MEC; 1969.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

_____. *Itinerários transculturales*. Barcelona: Gedisa, 1999.

CLIFFORD, James & GERTTZ, Clifford. *El surgimento de la antropologia pós-moderna*. Barcelona: GEDISA, 2008.

COUTO, Jorge. *A construção do Brasil: Ameríndios, Portugueses e Africanos, do início do povoamento a finais de 500*. Lisboa: Edições Cosmos, 1995.

COUTO, Mia. *E se Obama fosse africano? e outras interinvenções*. — São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 14.

CUNHA, de Lucia Helena de Oliveira. “Saberes patrimoniais pesqueiros”. In: *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Editora UFPR. n.7, p. 69-76, jan./jun. 2004.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica*. Estudos avançados, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 147-163, Aug. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000200008&lng=en&nrm=iso. Acesso em 20 Jun 2016.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense/ Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

CUNHA, Manuela Carneiro da. “Povos tradicionais tem papel crucial na conservação da Biodiversidade. Jornal da Ciência, Agosto de 2013. Disponível em: <http://www.jb.com.br/ciencia-e-tecnologia/noticias/2013/07/22/povos-tradicionais-tem-papel-crucial-na-conservacao-da-biodiversidade/>. Acesso em 20 de agosto de 2014.

D’ANGELIS, Igor Alex Binder. *O conhecimento ecológico local como ferramenta na gestão pesqueira participativa: um estudo de caso com os marisqueiros de Livramento, Santa Rita-PB*. 2014. 147 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente/PRODEMA, Universidade Federal da Paraíba. João pessoa, 2014)

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant’Anna. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.

_____. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. “A Sócio-anthropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil”. In: *Ecologia Humana e Planejamento em Áreas Costeiras*. São Paulo: NUPAUB: USP, 2001.

_____. (Org.). *Enciclopédia caiçara*. São Paulo: HUCITEC: NUPAUB: CEC/ USP, 2004.

_____. Conhecimento tradicional na pesca e apropriação social do ambiente marinho. In: *Leituras em socioantropologia marítima e pesqueira*. São Paulo. NUPAUB/USP, 2004 (b) págs. 195 – 224.

DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. 1. ed., 1. reimpr. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2007.

DUMONT, Louis. *O individualismo. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

FEUERSTEIN, Georg. *Dharma Verde: budismo ecológico para transformar a pratica da sua vida diária*. São Paulo: Pensamento, 2011.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

_____. *Modernização Reflexiva*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 2008.

_____. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOFFMAN, Erving. *Ritual de interação: ensaios sobre comportamento face a face*. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GRUNEWALD, Rodrigo de Azevedo. *Os índios do Descobrimento*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HEMINGWAY, Ernest. *O velho e o mar*. 46ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

HOBBSBAWN, Eric & RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed.34, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

KROEBER, Alfred. L. *Anthropology*. New York: Harper and Row, 1948.

_____. *A natureza da Cultura*. Lisboa: Edições 70, 1952.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A.: *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo. Ed. Atlas, 1986.

LATOUR, Bruno. *Reensamblar lo social: uma introduction a la teoría del actor-red*. Buenos Aires: Manantial, 2008.

LATOUR, B. “La cartographie des controverses”. In *Technology Review*, N. 0, pp. 82-83, 2007.

_____. *Jamais fomos modernos: Ensaio de Antropologia Simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LEITÃO, Maria do Rosário. *Gênero e pesca artesanal*. Recife: Liceu, 2012.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. *As tradições gaúchas e sua racionalização na modernidade tardia* São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

MALDONADO, Simone Carneiro. *Mestres & Mares : espaço e indivisão na pesca marítima*. São Paulo: ANNABLUME, 1993.

_____. *Pescadores do mar*. - São Paulo : Editora Ática, 1986.

MARTINS, Dayse Luckwü. *Paisagem e Memória: O patrimônio natural e edificado no centro histórico de João Pessoa PB*. 2003. Maceió. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Prodem/ UFAL, Alagoas.

MENEZES, Marilda Aparecida; MALAGODI, Edgard. Campina Grande. *Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência*. Campina Grande: Projeto IPODE/CNPq, 2009.

MINTZ, Sidney W.. Cultura: uma visão antropológica. *Tempo*, Niterói , v. 14, n. 28, p. 223-237, June 2010.

NETO, José Colaço Dias. *Quanto custa ser pescador artesanal*. 338 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal Fluminense, 2012.

PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. *“Ah esse povo do mar!”: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana*. São Paulo: Polis : Campinas, SP : CERES – UNICAMP, 2006.

_____. “A arte pesqueira: território da mestrança e do saber-fazer marítimo.” In: MOURA, Alexandrina Sobreira de (Org). *Políticas Públicas e Meio Ambiente*: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2012.

RAMALHO, C. W. N.; NEGREIROS, E. B. Dinâmicas societárias, ação política e usos territoriais: unidades de conservação e pesca artesanal. In: SILVA, A. G.; CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B. (Orgs.). *Diversificação dos espaços rurais e dinâmicas territoriais*. João Pessoa: Zarinha, 2009.

SAAVEDRA, José Cornide. *Memoria sobre la pesca de sardina en las Costas de Galicia*. J. Ibarra, Impresor de Cámara de Su Majestad. 1774. pp. 59-60. Disponível em: <https://books.google.es/books?hl=es&lr=&id=dtk6AAAACAAJ> Consultado em 06/01/2016.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002.

SCOTT, James C. "Formas cotidianas da resistência camponesa". In: *Raízes*, Vol. 21, no. 01, jan-jun/ 2002.

SCOTT, James C. *Los dominados y el arte de la resistencia*. México: Ediciones Era, 1990.

SCOTT, James C. *Dominations and arts of resistance*. New Haven: Yale Univeristy, 1990

SCOTT, James C. *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. New Haven: Yale University, 1985.

SILVA, Vagner Gonçalves. *O antropólogo e sua magia*. São Paulo, EDUSP, 2005.

SILVA, Alzení Gomes da. *O turismo e as transformações sócio-espaciais na comunidade de Nossa Senhora da Penha em João Pessoa*. 118 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2006.

SILVA, Rubens Elias da. *Guiados por mares e peixes: Memória social, inovação tecnológica e o processo de fragmentação na pequena pesca comercial simples em duas comunidades pesqueiras no Rio Grande do Norte*. 2012. 278 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2012.

SIMMEL, George. *Simmel e a modernidade*. Brasília: Ed.UNB, 1998.

_____. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

_____. *Questão fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SOUZA, Jessé. Uma teoria crítica do reconhecimento. *Lua Nova*, São Paulo, n. 50, p. 133-158, 2000.

STEIL, Carlos Alberto & CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Cultura, percepção e ambiente: dialogo com Tim Ingold*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

TURATTI, Maria Cecilia Manzoli. *Estudo Socioambiental Ponta da Armação (Guarujá-SP) – Laudo Antropológico*. São Paulo: NUPAUB: FFLCH: 2012.

VILLAR, Diego. Uma abordagem crítica do conceito de "etnicidade" na obra de Fredrik Barth. In: *Mana*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 165-192, Abril 2004 .

WEBER, Max. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WOLF, Eric. *Antropologia e poder*. Brasília: Ed. UNB; São Paulo: Imprensa oficial do estado de São Paulo: Ed Unicamp, 2003.

_____. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1970.

Outras fontes:

MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS. *Cartilha Projeto de Lei de Iniciativa Popular Sobre Território Pesqueiro*. Brasília, 2012.

MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS. *Cartilha para Trabalho de Base da Campanha pelo Território Pesqueiro*. Brasília, 2012.

ANEXOS